

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA
MESTRADO EM HISTÓRIA

Paula Faustino Sampaio

MULHERES (IN)DÓCEIS
DISCURSOS E PRÁTICAS DE MULHERES
NA VILA DE CABACEIRAS-PB, 1930-1949

Recife - 2009

PAULA FAUSTINO SAMPAIO

**MULHERES (IN)DÓCEIS:
DISCURSOS E PRÁTICAS DE MULHERES
NA VILA DE CABACEIRAS-PB, 1930-1949**

Orientador: Prof. Dr. Antonio Torres Montenegro

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Pernambuco como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em História.

Recife – 2009

Sampaio, Paula Faustino

Mulheres (in)dóceis : discursos e práticas de mulheres na vila de Cabaceiras-PB, 1930 -1949 / Paula Faustino Sampaio. – Recife: O Autor, 2009.

157 folhas: il., tab.

Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Pernambuco. CFCH. História, 2009.

Inclui: bibliografia e anexos.

1. História. 2. Mulheres. 3. Práticas de vida. 4. Conflito conjugal. 5. Discursos. I Título.

981.34

981

CDU (2.

ed.)

CDD (22. ed.)

UFPE

BCFCH2009/62



ATA DA DEFESA DE DISSERTAÇÃO DA ALUNA PAULA FAUSTINO SAMPAIO

Às 10:00h do dia 12 (doze) de maio de 2009 (dois mil e nove), no Curso de Mestrado do Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal de Pernambuco, reuniu-se a Comissão Examinadora para o julgamento da defesa de Dissertação para obtenção do grau de Mestre apresentada pela aluna Paula Faustino Sampaio intitulada "**Mulheres (in)dóceis: discursos e práticas de mulheres na vila de Cabaceiras – PB, 1930-1949**", em ato público, após arguição feita de acordo com o Regimento do referido Curso, decidiu conceder à mesma o conceito "**APROVADA**", em resultado à atribuição dos conceitos dos professores doutores: Antonio Torres Montenegro (orientador), Severino Vicente da Silva e Antonio Clarindo Barbosa de Souza. Assinam, também, a presente ata a Vice-coordenadora, Prof^a. Dr^a Regina Beatriz Guimarães Neto e a Secretária da Pós-graduação em História, Sandra Regina Albuquerque, para os devidos efeitos legais.

Recife, 12 de maio de 2009

Prof. Dr. Antonio Torres Montenegro

Prof. Dr. Severino Vicente da Silva

Prof. Dr. Antonio Clarindo Barbosa de Souza

Prof^a. Dr^a. Regina Beatriz Guimarães Neto

Sandra Regina Albuquerque

PAULA FAUSTINO SAMPAIO

**MULHERES (IN)DÓCEIS: DISCURSOS E PRÁTICAS DE MULHERES
NA VILA DE CABACEIRAS-PB, 1930-1949**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Pernambuco como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em História.

Aprovada em: 12 de maio de 2009.

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Dr. Antonio Torres Montenegro

Instituição: Universidade Federal de Pernambuco

Prof. Dr. Severino Vicente da Silva

Instituição: Universidade Federal de Pernambuco

Prof. Dr. Antonio Clarindo Barbosa de Souza

Instituição: Universidade Federal de Campina Grande

*Às mulheres e homens moradores de Cabaceiras
que possibilitaram a inspiração para este trabalho,
especialmente as mulheres e homens de minha família.*

AGRADECIMENTOS

A minha mãe, Rilzair, pelo incentivo e respeito para com meu trabalho; e a meu pai, Laildo, pela confiança. Vocês se mostram incansáveis na tarefa de proporcionar condições para minha formação profissional. Sou-lhes imensamente grata.

A minha irmã Izabel, pois os primeiros meses do mestrado teriam sido muito difíceis sem sua ajuda financeira. Agradeço imensamente por isso e, também, pela paciência.

A meus irmãos Priscila e Jairo, pela paciência, pelo carinho e pelas leituras que fizeram desde texto.

A minha sobrinha Marina, que trouxe leveza para nossas vidas. Que um dia você possa ler este texto e conhecer algumas experiências de nossas antepassadas.

A meu avô José Duda (*in memoriam*). Foi por ouvir sua história de vida que mergulhei no universo das décadas de 1930 e 1940. Que saudade da sua atenção, carinho e respeito!

A minhas avós Iracilda e Iracema, pelo carinho e confiança. Ao mesmo tempo, peço licença para narrar uma história inspiradora, primeiramente em seus relatos.

A minhas queridas tias Luiza, Lívia, Lúcia, Márcia, Maria das Dores, Carmem Lúcia e Sandra. Agradeço por participarem de minha formação moral e profissional. E sem o apoio de vocês certamente a escrita deste texto teria sido mais dolorosa.

A meus tios Luiz, Lusmar, Lívio, Renato, Silvio, Severino e José Pereira da Silva. Espero fazer jus ao carinho e confiança em mim depositados.

A meu orientador prof. Antonio Torres Montenegro, sempre atencioso e gentil comigo e com meu trabalho. Foi uma experiência gratificante e profícua assistir a suas aulas sobre teoria e metodologia da História e ser sua orientanda. Muito obrigada.

Ao prof. Antonio Clarindo B. de Souza, por ter aceito colaborar com este trabalho. Sua leitura perspicaz e comentários generosos contribuíram na definição deste texto. Muito obrigada.

Ao prof. Severino Vicente, por ter aceito prontamente participar da leitura e discussão deste trabalho, pela simpatia e pelas sugestões de leitura. Obrigada.

Aos professores do Programa de Pós-Graduação em História da UFPE, especialmente Jorge Siqueira e Antonio Paulo Rezende, que inspiraram algumas das reflexões.

À Secretaria do Programa de Pós-Graduação em História, pelo excelente atendimento. Obrigada a Carmem, Aluizio, Sandra, João, Flávio e dona Izabel.

Ao CNPq, pelo financiamento que possibilitou o desenvolvimento da pesquisa e a escrita de texto.

A Maria Raquel, Marciel Madeiros, Hilma Carmen, Aluska Targino, José Lêudo, Mario Gregório, Sílvio César, Valdemiro Junior, Uelba Alexandre, José P. Junior, Faustino Teatino e Antonio Clarindo, amigos de todas as horas. Sou muito grata por vocês estarem sempre por perto, dispostos a conversar e dar gargalhadas.

A Inácio, Lila, Maria, Sérgio, Manuele, dona Elvira, pelo carinho com que sempre me recebem em sua casa. É um prazer conviver com vocês.

Às primas Diana, Denise e Fernanda (futura historiadora), pela ajuda na realização das entrevistas. A tia Odília, por ter me hospedado. Muito obrigada.

A Virginia Mercês Guimarães Carvalho, Ricardo Valle e João Paulo Araújo de Carvalho e Idalice, amizades que o mestrado me proporcionou. Foi e é muito bom conviver com vocês, pessoas honestas, inteligentes e afetuosas.

A Amanda Ramos, Paulinho Guimarães, D. Epaminondas, Luciano Carneiro, Joel Andrade, Juciene, Williams, Eltern, Izabel Castro, Sibelle, Carla e Rildo, sempre afetuosos.

Aos colegas de mestrado, especialmente Carlos Antonio, Carlos Magno, Edlene Maria, Grazielle Rodrigues, Solange, Narcélia, Ana Carolina, Cláudia Freitas, Manuela Arruda, Cláudio Roberto, Emanuel Lopes, Henrique Nelson, Hugo, Rogério França, Glaúbia, Nathália, Silêde, Ana Cristina, Aparecida, Náthália, Joana, Saionara e Carolina dos Anjos.

À juíza Silvana Carvalho, que autorizou a pesquisa no depósito do Fórum Dr. João Agripino Filho, e aos funcionários Robson, Romero, Jeane, Sílvio, prof. Sebastião, Thiago, pela ajuda na localização dos processos criminais.

Aos funcionários da Escola Estadual Alcides Bezerra, especialmente a secretária Margarida, que tentou localizar documentos, muito obrigada pela atenção e presteza.

Aos padres José Jannet e João Bosco, por terem permitido acesso irrestrito à documentação da paróquia. A dona Nininha (ex-secretária da paróquia) e Taciana (secretária da paróquia e amiga de infância), pela ajuda na localização e leitura da documentação.

A Sandra, Nane, Francisca, Orlando, Margareth, Davi Lobão, Ivaldy, Valdenes, Vasco, Lissandro, Lugero, Alanne (*in memoriam*), Cleone, Juliana, Édipo, Samara, Valderi, Vinicius, Eduarda, Gustavo Castellon, Thiago Trindade, Luciana, Napoleão, Franklyn e João Ximenes, pelas conversas, pelo carinho, pelo incentivo e pelas boas gargalhadas.

Aos meninos e meninas com quem tive oportunidade de conviver como professora de História. Vocês são pessoas queridas com quem busco aprender todo dia.

A Fábio Gutemberg (*in memoriam*), pelo exemplo de profissional, historiador e pessoa. Muito obrigada pelos conselhos sobre processos criminais e pela leitura do projeto de mestrado.

A Graça Galindo, pela revisão atenta em um espaço de tempo curto. Obrigada.

Às quarenta e três mulheres entrevistadas: Maria Avelina (Lília), Maria de Lourdes Nóbrega, Iracilda, Maria de Lourdes Correia, Hérminia, Severina Santos, Maria Dozeart (*in memoriam*), Marieta, Josefa Macêdo (Nevinha), Petrunila Castro, Elizete (Zeta), Ignácia Farias, Petrunila Macêdo, Maria Santos (Dadinha), Ecília Tavares, Josefa Lira (Teça), Inácia Madureira, Tereza Ramos, Maria Salete, Maria do Socorro, Maria da Conceição (Nenzinha, *in memoriam*), Odette, Josefa Guimarães (Josefa Quilidoro), Alice Lídia, Laudemira, Severina Barros (*in memoriam*), Antonia Pombo, Clementina Meneses (Sussu), Severina Meneses (Beina), Maria Verônica, Inácia Gomes (Inácia de Chico Aires), Izabel da Costa, Filomena Meira, Izabel Ramos, Maria Emerentina, Neocina Rocha, Brígida Sousa, Eva de Sousa, Eulâmpia de Sousa e Izabel Gonçalves. Muito obrigada por terem contado suas histórias de vida, fonte primordial desta dissertação.

*Todos temos qualquer aspiração,
qualquer sonho na vida a desejar.
Quem não o tem não pode caminhar,
que sem fôrças lhe pára o coração.*

*Leva-se a vida pela nossa mão,
se grande sonho em nós anda a cantar.
Correr atrás dos sonhos sem parar,
e sem saber sequer onde eles vão!*

*VENTURA, Virginia Vitorino
(por Maria de Lourdes Nóbrega)*

RESUMO

SAMPAIO, Paula Faustino. *Mulheres (in)dóceis*: discursos e práticas de mulheres na vila de Cabaceiras-PB, 1930-1949. 168 f. Dissertação (Mestrado em História) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2009.

Situado no âmbito da história das mulheres, o presente trabalho conta uma história sobre as práticas religiosas, educacionais, festivas, sexuais de mulheres e de homens em meio à discussão sobre moralidade, naquela época, na Vila de Cabaceiras entre os anos de 1930 e 1949. Para tal, investiga os processos criminais de mulheres contra parceiros com os quais mantiveram relações sexuais que geraram conflitos familiares e judiciais em Cabaceiras, interior da Paraíba. Paralelamente, são estudados os relatos orais de memória de mulheres que viveram nessa localidade no mesmo período, para pensar os significados atribuídos às práticas religiosas, educacionais, afetivas e sexuais no cotidiano feminino, quando o Estado e a Igreja difundiam suas políticas sexuais disciplinares. A esta documentação inédita, são aliadas leituras acerca da construção das representações, dos discursos, das práticas de homens e mulheres, que permitem refletir acerca das formas de relacionamento afetivo e conjugal, destacando as experiências que foram de encontro às normas impostas pela Igreja, pelo Estado e pela família.

Palavras-chave: Mulheres. Práticas. Discursos.

ABSTRACT

SAMPAIO, Paula Faustino. **(In)docile women**: discourses and practices of women in the village of Cabaceiras, PB, 1930-1949. Dissertation (Master's degree in History) - Center for Philosophy and Human Sciences, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2009.

Situated in women's history context this work told a history about religious, educational, festivity and sexual practices of men and women in between the discussion about morality, then, in the village of Cabaceiras. Investigates the criminal lawsuits of women against their partners with whom they had a relationship with sexual intercourse that led to family and judicial conflicts in Cabaceiras, in the countryside of Paraíba's state, between the years of 1930 to 1949. Along with this the oral reports of women's memory, who lived in this place in the same period of time, are studied to think about the meanings attributed to religious, educational, affective and sexual practices in the feminine daily life, when the State and the Church diffused their sexual disciplinary policies. To this new documentation are added readings on the construction of representations, speeches and practices of men and women, which allow thinking about the affective and conjugal relationship forms, highlighting the experiences that not followed the patterns imposed by the Church, the State and the family.

Keywords: Women. Practices. Speeches.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
1. História oral e história das mulheres	14
2. Cabaceiras, uma vila do Cariri	23
3. Objetivos e estrutura do trabalho	28
CAPÍTULO I: PEDAGOGIA CATÓLICA E PRÁTICAS FEMININAS	29
1.1 Aos pés da Virgem Maria: filhos(as) (in)submissos(as)	32
1.2 Debaixo do véu, cristãs (in)civilizadas	44
1.3 Modas e Modos	57
1.4 Discurso (in)formador da mulher cristã-católica-cidadã	63
CAPÍTULO II: A JUSTIÇA NOS DOMÍNIOS DA IGREJA: discursos jurídicos sobre práticas sexuais	69
2.1 (Des)ordem no santuário da família	72
2.2 Qualificação dos lares, (des)moralização de mulheres e suas famílias	87
2.3 No mundo dos desejos proibidos: sedutoras e seduzidas	95
CAPÍTULO III: (DES)ACERTOS CONJUGAIS: conflitos familiares e judiciais acerca das relações de gênero	109
3.1 Sonhos de moças	112
3.2 Versos de amor, reversos de dor	124
3.3 Entre o sonho encenado e a desilusão cantada: relações conjugais	128
3.4 (Des)fazendo enlaces	137
CONSIDERAÇÕES FINAIS	143
REFERÊNCIAS	147
FONTES DOCUMENTAIS	153
ANEXOS	157

INTRODUÇÃO

Esta pesquisa surgiu de uma inquietação pessoal. Desde criança, escuto histórias de vida de minhas avós, Iracema e Iracilda. São narrativas marcadas pela saudade da “época da juventude”, pela diferenciação entre os tempos e por imagens sobre o cotidiano de mulheres no município de Cabaceiras-PB. Cada uma dessas narrativas, centrada na experiência de vida em um lugar da área rural do Brasil, me instigou a pensar sobre o viver de mulheres.

Em 2002, ingressei no curso de História da Universidade Federal de Campina Grande-PB. Incentivada pelos professores a estudar questões relacionadas às cidades interioranas e movida pelas leituras sobre experiências de mulheres, transformei a inquietação pessoal em objeto de estudo. Daí surgiram duas questões: Quais os discursos acerca da mulher em Cabaceiras, interior do estado da Paraíba na época em que minhas avós viveram infância, juventude e início da vida adulta? Como algumas mulheres contemporâneas de minhas avós comportaram-se naquele município?

Tanto as histórias de vida quanto as leituras sobre experiências de mulheres em diversos tempos e lugares contribuíram para o interesse pelo campo de estudo história das mulheres. Essa vontade foi aguçada pela leitura da obra *Memória e sociedade: lembranças de velhos*, da psicóloga social Ecléa Bosi.¹ Este livro foi um dos primeiros trabalhos publicados no Brasil sobre as relações entre memória e sociedade. À autora, interessava perceber o que era lembrado, compreender como pessoas trabalhadoras se viam e se relacionavam na e com a cidade de São Paulo; e como acontecimentos familiares, políticos, econômicos, culturais das primeiras décadas do século XX deixaram marcas na memória. Escrito na década de 1970, o livro registra e analisa memórias de trabalhadores(as) com idade superior a setenta anos, moradores(as) da cidade de São Paulo. Dentre essas pessoas, há quatro mulheres, de cujas histórias de vida sobressaem relatos sobre escolarização, brincadeiras, trabalho, namoros, casamento, educação dos filhos(as).

Tendo em vista os relatos dessas quatro mulheres registrados por Ecléa Bosi e a minha convivência com mulheres moradoras de Cabaceiras, elaborei um roteiro de entrevistas. A primeira parte do roteiro identifica a entrevistada: nome, data de nascimento, filiação, estado civil, profissão; a segunda parte versa sobre a infância, contendo perguntas sobre brincadeiras, estudos, tarefas, religiosidade; a terceira indaga sobre a juventude, enfocando namoro,

¹ BOSI, 1987.

sexualidade, festas, relações com os pais, trabalho; a quarta parte pergunta sobre casamento, sexualidade, trabalho, filhos e relação conjugal. A partir deste roteiro iniciei minhas entrevistas, no dia 05 de abril de 2003; a primeira entrevistada foi a senhora Maria Avelina de Sousa, que lembrou e contou sobre vários momentos de sua vida num sítio do município de Cabaceiras.

Percebida a potencialidade dos relatos orais de memória de mulheres sobre história de vida, passei a transformar lembranças e recordações de mulheres com idade entre 60 e 91 anos, moradoras de Cabaceiras, em documentos. Ao selecionar aquelas que seriam entrevistadas, não levei em consideração o grupo social a que pertenciam, o estado civil e a escolaridade.

Em minha pesquisa, optei pela técnica ‘entrevistas tipo histórias de vida’, pois o objetivo era registrar alguns relatos de momentos da infância, da juventude e início da vida adulta em Cabaceiras, que cronologicamente situei nas décadas de 1930 e 1940.

Usando esta técnica, entre 2003 e 2005, entrevistei 42 mulheres, que foram agrupadas por faixa etária em três grupos: **grupo I** – 14 mulheres com idade entre 80 e 91 anos, que viveram a infância na década de 1920, a juventude na década de 1930 e o começo da vida adulta na década de 1940; **grupo II** – 22 entrevistadas com idade entre 70 e 79 anos, que viveram a infância na década de 1930, a juventude na década de 1940 e começo da vida adulta no final desta década; **grupo III** – seis entrevistadas com idade entre 60 e 69, que viveram a infância e o começo da juventude na década de 1940. Esses relatos orais de memória constituem parte da documentação pesquisada para esta dissertação.

Decidi também trabalhar com os processos-crimes de mulheres contra parceiros sexuais e os processos-crimes envolvendo homens e mulheres casados em casos de agressão física, pertencentes ao arquivo da Vara Única de Cabaceiras, uma vez que juristas, promotores, advogados, réus e vítimas discutiam sobre virgindade, honestidade, família, avaliando, especialmente, se os comportamentos das mulheres e das famílias eram honestos ou não. A intenção é mostrar outra visão das práticas femininas com base nessa documentação.

Para a historiadora Rachel Soihet, “a documentação policial e judiciária revela-se material privilegiado na tarefa de fazer vir à tona a contribuição feminina no processo histórico”², mostrando-se uma fonte importante para podermos nos aproximar do cotidiano de

² SOIHET, 2002, p. 364.

homens e de mulheres dos grupos populares e pensar a constituição de gênero, os discursos sobre o feminino e o masculino no encontro com o poder institucionalizado.³

Assim, no estudo das fontes pesquisadas privilegiei existências comuns e que, ao mesmo tempo, tivessem certa alegria, ardor, sofrimento, tensão e discussão sobre valores daquela sociedade. Como disse Foucault, preferi pessoas “que pertencessem a esses milhares de existências destinadas a passar sem deixar rastros”⁴, em um momento de encontro com o poder, o que suscitou muitas palavras e um fugidio trajeto, ou numa conversa com uma historiadora, carregando um gravador apelidado de “fuxiqueiro”.

Tanto nos relatos orais de memória, quanto nos processos-crimes, escolhi tratar de personagens cuja existência poderia passar ao largo do(a) historiador(a). No caso das mulheres com 60 anos, a permissão para gravar as entrevistas, a disponibilidade de lembrar e de contar algumas recordações possibilitaram a construção de uma documentação vasta. A partir dessa documentação é possível perceber alguns signos e significados⁵ que se tinha sobre família, religião, política, economia e cultura em Cabaceiras daqueles anos.

No caso dos processos-crimes, a leitura dos mesmos permitiu analisar as relações de gênero em um momento de tensão nos relacionamentos familiares e afetivos, de encontro de indivíduos com o poder institucionalizado, de pequenos enfrentamentos, “microlutas”, “micropoderes”, pontuando os discursos da Justiça e da Igreja e apontando as burlas.

Para Michel Foucault, o poder é algo que opera através do discurso, não é o sentido do discurso. Este é uma série de elementos que opera no interior dos mecanismos do poder. É um discurso sobre algo, um componente ligado a outros componentes, uma série de acontecimentos. A análise do discurso consiste em descrever as ligações e relações recíprocas entre todos esses elementos.⁶ Assim, estudo a documentação tentando perceber os elementos e relações para a construção dos significados de gênero nas décadas de 1930 e 1940 numa cidade do interior do Brasil, no estado da Paraíba. São os discursos da Igreja, da escola, do aparelho jurídico, das pessoas comuns que tentavam estabelecer um significado para as mulheres em oposição ao significado atribuído aos homens. A partir do modelo ideal de homem, de mulher e de relação entre estes, tentou-se estabelecer uma forma de comportamento.

Diante disso, importa-me analisar os discursos e seus mecanismos de poder que buscam criar um efeito de verdade, pronta e acabada, no caso, sobre mulheres e suas relações,

³ Cf. GONÇALVES, 2006.

⁴ FOUCAULT, 2003a, p. 207.

⁵ Cf. DELEUZE, 2003.

⁶ Cf. Id., 2003b.

entendendo que os gêneros são constituídos discursivamente. Compreendendo também que a experiência é um evento lingüístico (não acontece fora de significados estabelecidos), mas não está confinada a uma ordem fixa de significados, uma vez que existem conflitos entre sistemas discursivos, contradições dentro de cada um deles e múltiplos sentidos possíveis para os conceitos que usam.

Para pensar as práticas cotidianas, diálogo com o historiador Michel de Certeau. Ao longo da sua obra *A invenção do cotidiano: as artes de fazer*, Certeau apresenta possibilidades para tratar as artes de fazer do homem ordinário. Ao mesmo tempo em que indica caminhos para se pesquisar estas formas de fazer, o historiador narra práticas de consumo das pessoas comuns. A partir do diálogo com este trabalho é possível refletir sobre os modos de operação de algumas mulheres em Cabaceiras. Cabe reconhecer, explicitar, exumar, rastrear as artes de fazer com usos e táticas daquelas que são muitas vezes consideradas apenas consumidoras passivas dos discursos que lhes atribuem papel e lugar social.⁷

1. História oral e história das mulheres

Assim como outras fontes, a fonte oral tem suas especificidades. O historiador Antonio Torres Montenegro privilegia a discussão sobre a fonte oral e a memória. Segundo ele, os registros da memória resultam de operações complexas, seletivas, uma vez que a memória é trabalho de ressignificação do presente.⁸ Ao realizar entrevistas com ‘velhos’ e ‘velhas’ da cidade do Recife sobre cultura popular das décadas de 1920 a 1950, enfocando o seu lado simbólico, Montenegro procura recuperar, descrever e narrar algo sobre essa cultura. Para o autor, marcas e conteúdos lembrados/narrados surgem de formas variadas, sendo possível apontar algumas histórias que o público entrevistado tem, conscientemente, preservadas em sua memória.⁹

Ainda segundo Montenegro, o historiador deve estudar a memória e a história para pensar a produção de relatos orais de memória e as formas de incorporação destes nas suas pesquisas. Ele defende que “o trabalho de produzir documentos a partir de entrevistas é uma atividade que, associada às suas especificidades técnicas [...] e metodológicas [...], constitui-se como uma produção de uma fonte documental.”¹⁰ Metodologicamente, para construção da

⁷ Cf. CERTEAU, 1994.

⁸ Cf. MONTENEGRO, 2006.

⁹ Cf. Id., 1994, p. 15

¹⁰ Id., 2004, p. 18.

fonte documental, o autor optou pela entrevista de história de vida e temática. A mesma tem como ponto de partida a história de vida, uma vez que a abordagem direta de um assunto pode dificultar o desencadear do processo de relembração esperado pelo entrevistador. Deste modo, mesclar as duas técnicas de entrevistas oferece mais possibilidades de registrar densas memórias.

Para a cientista social Maria Isaura Pereira de Queiroz, a entrevista precisa ser gravada e transcrita. O registro transcrito é a melhor forma de conservação do relato por mais tempo. Ela chama atenção, também, para uma confusão costumeira que precisa ser evitada: muitos confundem os dados colhidos com os modos de agir para coletar material. Diante desse impasse, define algumas técnicas para captar material, como: a história de vida – o relato de um narrador sobre sua vida, geralmente uma narrativa linear e individual dos acontecimentos considerados significativos; o depoimento – dirigido pelo pesquisador sobre o tema da sua pesquisa; e a entrevista – uma conversação continuada, cujo tema quem escolhe e dirige é o pesquisador.¹¹

Particularmente no que se refere à relação entre ‘história oral’ e ‘história das mulheres’, a antropóloga Adriana Piscitelli, tratando das particularidades do trabalho sexuada da memória, mostra algumas perspectivas atuais sobre a memória feminina. Uma destas perspectivas entende que as lembranças das mulheres relacionam-se com o domínio da família, do privado e do doméstico; outra afirma que as referências temporais da memória feminina associam-se aos ciclos familiares; por fim, há uma perspectiva que pensa as lembranças femininas enquanto lugar de preservação de temas integrados ao domínio afetivo e individual.¹²

Adriana Piscitelli lança mão simultaneamente de tradições orais e histórias de vida, explorando suas possibilidades no estudo sobre as construções de gênero. Na atualidade, não há consenso sobre a riqueza das histórias de vida, pois prevalecem as preocupações com a credibilidade e com o controle da verdade dos dados. No entanto, para a autora, a técnica história de vida dá lugar privilegiado às experiências vividas e possibilita a integração de percepções individuais e questões “universais de relações humanas” por meio das articulações temporais.¹³

A técnica história de vida, por concentrar-se nas experiências individuais ou coletivas, seduziu antropólogos e historiadores do tema, que a consideram como instrumento importante

¹¹ Cf. QUEIROZ, 1988.

¹² Cf. PISCITELLI, 1993.

¹³ Cf. Ibid.

para o conhecimento sobre a vida das mulheres. Adriana Piscitelli utiliza “entrevistas tipo histórias de vida”, uma vez que traça trajetórias individuais, nas quais são privilegiados inúmeros aspectos das experiências particulares de mulheres habitantes do Sul de Minas Gerais, tais como: educação, organização do cotidiano, namoro, festas, valores religiosos, trajetória familiar, participação política, etc.

Para Gilles Deleuze, “aprender é, de início, considerar uma matéria, um objeto, um ser, como se emitissem signos a serem decifrados, interpretados”¹⁴. Assim, para aprender algo é preciso tornar-se sensível aos signos do que se quer interpretar, uma vez que os signos são específicos. Aprende-se por intermédio de signos. E os sistemas de signos constituem a unidade de todos os mundos, só que estes são de tipos variados e aparecem de formas diversas, impondo maneiras distintas de interpretação e de relação com o seu sentido. Na obra de Marcel Proust, por exemplo, há signos mundanos, signos do amor, signos sensíveis e signos da arte.¹⁵

Ainda para Deleuze, no relato de um aprendizado, a busca da verdade se dá em função de uma situação concreta, é fruto de uma violência sobre o pensamento, dado que a verdade depende de um encontro com alguma coisa que força a pensar e a procurar algo que possa ser verdadeiro. E a busca da verdade ocorre a partir do momento em que se é forçado e coagido a interpretar o sentido dos signos. Destarte, contrariando a busca de verdades científicas e filosóficas cartesianas, o autor defende que “procurar a verdade é interpretar, decifrar, explicar”, sendo “a verdade sempre uma verdade temporal.”¹⁶

Partindo dessa compreensão, ao analisar a obra de Marcel Proust, por exemplo, Deleuze afirma que há verdades do tempo perdido; tanto enquanto tempo que passa, quanto como tempo que se perde. E há verdades do tempo redescoberto a serem descobertas no tempo que se perde. E para extrair a verdade deste tempo que se esvai, que se dissipa, é preciso ser forçado pelo efeito de um signo a procurar o seu sentido, tendo em mente que cada signo tem sua dimensão temporal privilegiada cruzada com outras linhas, pois os signos são múltiplos.

Segundo Deleuze, para decifrar o signo os pesquisadores detêm-se sobre o objeto, pensando que ele traz a chave do signo que emite. Este objetivismo é habitual; é também a direção da memória voluntária que se lembra das coisas e não dos signos; é o endereço do

¹⁴ Cf. DELEUZE, 2003, p. 21.

¹⁵ Cf. Ibid.

¹⁶ Ibid., p. 16.

prazer e da atividade prática. No entanto, “o que está envolvido no signo é mais profundo que todas as significações explícitas.”¹⁷

Tomando como referência as reflexões deste autor, é importante desconstruir a interpretação objetivista, que quase sempre confunde o significado do signo com o ser ou objeto que ele designa. Sendo assim, na análise dos depoimentos e demais fontes, importa destacar os signos recorrentes acerca das mulheres e das relações de gênero na sociedade de Cabaceiras. E ressaltar os significados que de alguma forma alteram a associação, que se quer natural, entre o discurso e a prática.

Além das histórias de vida, leituras sobre história das mulheres contribuíram para as primeiras formulações do objeto de estudo desta dissertação. Os trabalhos do campo história das mulheres realizados nos anos 1980, ligados à tradição marxista, procuram identificar os signos de opressão masculina e capitalista sobre as mesmas. Estes estudos preocupam-se com a inclusão da fala dos(as) oprimidos(as), com os silêncios dos arquivos quanto à vida das mulheres, com a participação política feminina. São estudos que tratam sobre trabalho, política, educação, direitos civis e sexualidade. Eles operam uma história na qual as mulheres ora são vítimas, espancadas, humilhadas e submissas; ora são rebeldes, contestadoras e heroínas.¹⁸ Essa história de inspiração marxista entendia que a luta das mulheres deveria ser contra os homens e o poder patriarcal, representado pelo pai ou pelo marido, que as subjugavam, tidos como opressores das mulheres. Nesse sentido, a escrita da história das mulheres tinha o dever de identificar os signos de opressão, de mostrar a luta contra eles e de enfatizar o caráter social das distinções baseadas nas diferenças sexuais, afastando os papéis, lugares e imagens naturalizados para as mulheres.

No entanto, de acordo com Maria Odila Silva Dias, a necessidade de integrar a história das mulheres aos demais campos da história, de teorizar a questão da diferença sexual e indicar erudição e de dissociar os estudos sobre o comportamento das práticas das mulheres da atividade política no movimento feminista contribuiu para o surgimento – inicialmente na Sociologia e mais timidamente na História – do termo gênero.¹⁹

Com o aparecimento da categoria analítica gênero, alguns estudiosos da história das mulheres passaram a indicar as construções sociais que atribuem papéis aos homens e às mulheres e a rejeitar o determinismo biológico. Com a utilização da categoria gênero passou-se a pensar acerca da definição dos perfis masculino e feminino em função um do outro.

¹⁷ Ibid., p. 29.

¹⁸ Cf. SOIHET, 2002.

¹⁹ Cf. DIAS, 1992.

Ao utilizar a categoria gênero, os estudos sobre mulheres rejeitaram a oposição homem *versus* mulher, referindo-se à organização social a partir da relação entre os sexos, e articularam a categoria gênero a outras categorias como classe e raça. A preocupação das abordagens de gênero era explicar as origens do patriarcado, a produção e a reprodução da identidade de gênero e do sujeito.

No encontro do campo história das mulheres com a história social da cultura a intenção é analisar as múltiplas estratégias e resistências criadas e recriadas pelas mulheres no cotidiano; explorar as inconsistências ou incoerências dos sistemas sociais e políticos; reconstruir a estrutura ocupacional feminina em um meio urbano, notadamente os papéis improvisados nos espaços públicos. Os estudos concentram-se sobre o papel feminino na família, as relações vinculadas ao casamento, à maternidade e à sexualidade. Há interesse em detectar o movimento de constituição de sujeitos históricos, transformações por que passaram e como construíram suas práticas cotidianas.

Para Maria Izilda de Matos, a história das mulheres, ao estabelecer diálogo com os filósofos Jacques Derrida, Jacques Lacan, Michel Foucault, Gilles Deleuze – que propõem a desconstrução da verdade, da homogeneidade, da linearidade, entre outros aspectos da escrita da história –, concentrou-se em renovar os marcos temáticos e metodológicos, em apresentar a pluralidade de protagonistas, mostrando outros personagens com formas específicas de vivenciar o mundo, independentemente da condição social. Além disso, preocupou-se em detectar os limites da utilização de categorias homogêneas tais como homem, mulher, classe, apresentando a heterogeneidade das experiências, destacando mudanças e descontinuidades históricas.²⁰

As categorias analíticas de poder, corpo sexual, estratégias de resistência formuladas pelo filósofo e historiador Michel Foucault são bastante utilizadas pelas feministas dos Estados Unidos da América, na perspectiva da história da cultura das mulheres ou dos estudos de gênero. Os trabalhos que usam essas categorias passaram a criticar o universalismo, o determinismo biológico, a perceber as construções e imposições da norma conjugal e heterossexual.²¹ Nesse sentido, a história das mulheres passou a estudar a vida privada, o cotidiano no trabalho formal e informal, a sexualidade, a prostituição, o corpo, a medicalização da sociedade, etc.

Além da emergência de novas temáticas e das preocupações com novas categorias analíticas, outra questão passou a ser respondida. Para a historiadora Joan Scott, que dialoga

²⁰ Cf. MATOS, 2000.

²¹ Cf. PERROT, 2005.

com o pensamento de Michel Foucault, os significados subjetivos e coletivos de homens e mulheres podem ser pensados como construções.²² Deste modo, é possível perguntar como as hierarquias de gênero são construídas, legitimadas, contestadas e mantidas em um determinado lugar e tempo.

Assim, interessa perceber os significados “variáveis e contraditórios” que são atribuídos à diferença sexual em um tempo, uma sociedade, uma cultura. Deste modo, Joan Scott chama atenção para “a maneira como as sociedades representam o gênero, utilizam-no para articular regras de relações sociais ou para construir o sentido da experiência. Sem o sentido não há experiência; sem processo de significação não há sentido”²³. Por isso, importa observar os sistemas de significação coletivo e individual sobre os gêneros feminino e masculino para entender a diferença cultural assentada sobre o sexo.

No âmbito dos estudos voltados para análise dos processos de significação, de normatização e de disciplinarização dos gêneros na cidade, a historiadora Margareth Rago, ao tratar sobre as cidades do Rio de Janeiro e São Paulo, na primeira metade do século XX, analisou o discurso de diversos setores sociais. Nestes discursos divulgados na imprensa, proletária ou não, o mundo do trabalho é representado como ameaça à honra feminina.

As historiadoras Mariana Maluf e Maria Lúcia Mott, que analisaram o discurso de jornais, revistas e crônicas de São Paulo, nas primeiras décadas do século XX, mostram que conservadores e progressistas inquietavam-se diante da emergência das mulheres das camadas altas e médias sem acompanhantes nas ruas de São Paulo e com os novos espaços de sociabilidade feminina. Esta mudança no comportamento das mulheres era apontada como responsável pela corrosão da ordem social.²⁴

Ao pensar sobre o porquê da emergência da figura do nordestino como “cabra macho” no começo do século XX, Durval Muniz de Albuquerque Jr. destaca o discurso da imprensa da cidade de Recife acerca da crise na família. Inspirando-se nos trabalhos de Michel Foucault e Michel de Certeau, este historiador aponta que os representantes da família patriarcal ligada aos engenhos de açúcar apontavam as mudanças no comportamento das mulheres, que começavam a contestar a forma hierarquizada deste modelo familiar, como motivadoras da crise na família.²⁵

Este discurso denunciador do que entendiam ser uma corrosão social promovida pelas mulheres, recorrente na imprensa do começo do século XX, em cidades como São Paulo ou

²² Cf. SCOTT, 1995.

²³ SCOTT, 1995, p. 16.

²⁴ Cf. MALUF; MOTT, 1998.

²⁵ Cf. ALBUQUERQUE JR., 2003.

Recife, visava normatizar e instituir o papel e o lugar de cada gênero. Assim, o lugar do feminino seria no mundo privado (a casa) e o lugar do masculino seria no mundo público (a rua).

Ao analisar esse discurso, o historiador Durval Muniz e as historiadoras Margareth Rago, Mariana Maluf e Maria Lúcia Mott narram como os significados foram atribuídos discursivamente aos homens e às mulheres nas relações sociais e culturais, a partir da dicotomia privado-público, abrindo um leque de possibilidades para pensarmos sobre o viver das mulheres para além da busca dos signos de opressão, que entendia a mulher como oprimida, subjugada, vítima.

Ao analisar a construção de imagens femininas na imprensa da Paraíba, na década de 1920, especialmente em João Pessoa, a historiadora Alômia Abrantes da Silva observou que o tema moda estava em primeiro lugar, seguido pelos temas educação e profissionalização das mulheres. Nas discussões – em jornais como *O Educador*, voltado para o professorado, *A União*, órgão divulgador do Partido Republicano, *A Era Nova*, revista literária e noticiosa –, a fronteira entre a casa e a escola permanecia estreita para as mulheres. O que havia na imprensa da década de 1920 eram estratégias conciliatórias entre as exigências de educação feminina e o cumprimento do papel de mãe, esposa e dona de casa.²⁶

Para a historiadora Natália Barros, que analisa as matérias das revistas *Mascote* e *Pilhéria* e do jornal *Diário de Pernambuco* dos anos 1920, na cidade de Recife, a imprensa desta década, ao mesmo tempo em que presenciou a vontade de homens e mulheres de refazerem as relações sociais nas cidades, promoveu as redefinições dos lugares de gênero.²⁷

Os estudos de Margareth Rago, Mariana Maluf e Maria Lúcia Mott, Alômia Abrantes da Silva, Natália Conceição da Silva Barros e de Durval Muniz Albuquerque Jr analisam os discursos e os papéis atribuídos ao feminino e ao masculino na imprensa. Eles fundamentam-se teórica e metodologicamente nos trabalhos do filósofo e historiador Michel Foucault sobre poder, disciplina, sexualidade, discurso, e utilizam em grande medida a imprensa como fonte, refletindo acerca dos discursos e das representações sobre o gênero feminino no âmbito da política de disciplinarização dos comportamentos levada a efeito pelo Estado na primeira metade do século XX.

Por isso, esses estudos constituem o primeiro grupo de interlocutores com os quais busco dialogar na elaboração do meu texto. Embora não trabalhe com fontes jornalísticas, preocupo-me em pensar sobre os discursos e as representações sobre gênero feminino face à

²⁶ Cf. SILVA, A., 2000.

²⁷ Cf. BARROS, N., 2007.

política sexual do Estado na primeira metade do século XX, só que em um espaço distante do epicentro da urbanização e da industrialização.

Enquanto os estudos referidos usam jornais e revistas como fonte documental para estudar as construções de imagens de gênero, há pesquisas sobre mulheres na primeira metade do século XX que utilizam como fonte os processos-crimes. Neste sentido, destaco o trabalho da historiadora Martha Abreu Esteves.

No final da década de 1980, Martha publicou seu livro *Meninas perdidas: os populares e o cotidiano do amor no Rio de Janeiro da belle époque*.²⁸ Na primeira parte da obra ela apresenta a investigação sobre o discurso da justiça na década de 1910, enquanto na segunda parte analisa os discursos de mulheres contra parceiros sexuais e de demais envolvidos como acusados, ofendidas, testemunhas e familiares, em processos-crimes. A autora destaca seus valores morais, comportamentos sexuais, atividades de lazer, relações de vizinhança, entre outras questões relativas às práticas cotidianas dos populares, as quais o Estado republicano, por meio do saber jurídico e médico, visava disciplinar e civilizar conforme os moldes burgueses. Este trabalho fundamenta-se teórica e metodologicamente nos estudos de Robert Darnton, Carlo Ginzburg, Sidney Mintz, Richard Price, sobre o conceito de cultura, Sidney Chalhoub, sobre cotidiano popular no Rio de Janeiro e Michel Foucault, sobre política sexual disciplinar do Estado.

A historiadora Sueann Caulfiel discute os vários sentidos da honra sexual para diferentes sujeitos históricos – políticos, juristas, médicos, bispos e pessoas comuns – entre as décadas de 1920 e 1940, na cidade do Rio de Janeiro.²⁹ Seu estudo tem como fonte jornais, processos criminais, literatura médica e jurídica. Situa-se no âmbito da história social da cultura e em muito dialoga com os trabalhos de Martha Abreu Esteves e Sidney Chalhoub.

Outro estudo com base em um conjunto de informações contidas em processos-crimes de mulheres contra parceiros sexuais é o da historiadora Silêde Leila O. Cavalcanti. Tomando como referência Michel Foucault e Jurandir Freire Costa, esta historiadora estuda o processo de aburguesamento da família em Campina Grande, refletindo acerca da reordenação dos papéis de gênero e como mulheres agiram e reagiram ao desenraizamento e desorganização dos códigos morais de comportamento sexual e às novas formas de sociabilidade.³⁰

Ainda em relação às mulheres na Paraíba, na primeira metade do século XX, utilizando paralelamente processos criminais e matérias de jornais, há estudos sobre cotidiano

²⁸ Cf. ESTEVES, 1989.

²⁹ Cf. CAULFIELD, 2000.

³⁰ Cf. CAVALCANTI, 2000.

de famílias pobres, sobre conflitos e lazeres vividos por homens e mulheres, sobre adultério, sobre rapto, sobre prostituição e meretrício, entre outros.³¹ Mesmo partindo de perspectivas teóricas diferentes, uns ligados à história social da cultura, outros à história da cultura, estes estudos, por trabalhar em grande medida com discursos da Justiça na primeira metade do século XX, a partir da análise de processos criminais, constituem o segundo grupo de interlocutores com os quais espero dialogar.

A historiadora Cleci Eulália Fávaro, ao tratar dos padrões de comportamento, valores, mitos e ritos das famílias italianas que migraram para o Rio Grande do Sul, no começo do século XX, afirma que é de grande importância observar como funciona o símbolo masculino-feminino e, por meio de suas nuances e variantes, como se mantêm a ordem social e a distribuição dos papéis sociais. Na perspectiva da história sociocultural, tenta compreender o universo feminino, a partir de sua maneira de pensar e agir, mostrando o estabelecimento de hierarquias no significado do feminino entre sogras e noras. Para tal, utiliza como fonte histórias de vida de homens e mulheres de origem étnica italiana e jornais da Igreja Católica.³²

Ofélia Maria de Barros inspirou-se teoricamente em Suelly Rolnik, Felix Guattari e Michel Foucault para pensar a participação das mulheres donas de casa no núcleo familiar na região do Cariri da Paraíba, entre 1900 e 1980. Neste estudo, a historiadora utiliza entrevistas com 18 mulheres, que categoriza em três gerações – a das avós, a das mães e a das netas –, para refletir sobre a construção do sujeito social.³³

Estes estudos juntam-se ao de Simone da Silva Costa sobre o Núcleo Noelista da Paraíba, no período de 1930 a 1945, em que analisa o discurso desse movimento religioso católico. Aproximando-se da história social da cultura, a historiadora busca compreender quais os propósitos que motivaram a fundação do Núcleo, ligado à Igreja Católica.³⁴

Ainda em relação aos estudos que analisam o discurso da Igreja em jornais ou revistas, tentando perceber as práticas pedagógicas, podemos citar o trabalho de Jane D. Semeão e Silva. Esta historiadora mostra como em Fortaleza, nos anos 1940, a Igreja Católica condenava a degradação dos costumes, acusando a modernidade.³⁵

Estes estudos sobre o discurso da Igreja Católica em jornais ou revistas aliados a relatos orais de memória constituem o terceiro grupo de interlocutores do meu trabalho. Os três grupos têm em comum o fato de reconhecer, como faz Joan Scott, ‘homem’ e ‘mulher’ ao

³¹ Cf. CIPRIANO, 2002; NASCIMENTO, 2007; SANTANA, 2008; SOUSA, 2006; SOUZA, 2003.

³² Cf. FÁVARO, 2002

³³ Cf. BARROS, O., 1996.

³⁴ Cf. COSTA, S., 2007.

³⁵ Cf. SILVA, J., 2002.

mesmo tempo como categorias vazias e transbordantes³⁶. Vazias porque elas não têm nenhum significado definitivo e transcendente; transbordantes porque, mesmo quando parecem definidas, elas contêm ainda dentro de si definições alternativas negadas ou reprimidas. Neste sentido, tentam explicar a experiência coletiva e individual de mulheres em um tempo e um lugar, perceber os discursos que atribuíam significado ao homem e à mulher, enquanto categoria universal, além de mostrar as operações dos processos discursivos pelos quais identidades eram forjadas, atribuídas, resistidas ou adotadas.

São estudos sobre discursos acerca do feminino, do masculino e suas relações, em cidades como São Paulo, Rio de Janeiro, Recife, Fortaleza, Campina Grande, João Pessoa, na primeira metade do século XX. Naquela época, essas cidades vivenciaram de modos diversos o processo de industrialização, as reformas urbanísticas e as tentativas de controle dos hábitos pelo Estado. Neste sentido, o discurso dos jornais, ao mesmo tempo em que divulgava as concepções da justiça, da medicina, da Igreja, tratando das mudanças na arquitetura, na economia, nas formas de sociabilidades, nas relações entre homens e mulheres, destacando as mudanças no comportamento feminino nestas cidades, reforçava modos de comportamento.

Nos estudos sobre mulheres, observamos os debates em torno do trabalho, da educação, das sociabilidades, das formas de amar, em face das mudanças de comportamentos das mulheres em cidades do Brasil, que se encantavam (ou não) com o advento da modernização, da modernidade, com o discurso de progresso e de civilização.

Entretanto, na primeira metade do século XX, na grande extensão territorial do Brasil, havia cidades pequenas, cuja economia ligada à produção agrícola e pecuária e à divisão do trabalho diferia de cidades de grande e médio porte, a exemplo de São Paulo, Rio de Janeiro, Recife, Campina Grande. Assim, o lugar que escolhi para pensar estas questões foi o município de Cabaceiras, onde moram desde a infância as mulheres com as quais vivi e convivi.

2. Cabaceiras, uma vila do Cariri

Situado na região do Cariri, no estado da Paraíba, o município de Cabaceiras é conhecido por ter o menor índice pluviométrico do Brasil. Lugar de clima semi-árido, vegetação de caatinga, possui como patrimônio natural o lajedo do Pai Matheus, com inscrições rupestres, marcas da presença dos índios cariri. No patrimônio arquitetônico, há

³⁶ Cf. SCOTT, 1995.

casas e duas igrejas construídas ao longo dos séculos XVIII e XIX, que serviram de cenário para os filmes *Auto da Compadecida*; *Cinema, Aspirinas e Urubus*; *Canta Maria*; *Romance*; entre outros, produzidos ao longo das décadas de 1990 e 2000.

No século XVII a região foi espaço de disputa entre indígenas e sertanistas. A família Oliveira Lêdo, de posse de sesmária medindo 50x10 léguas acompanhando o curso do rio Paraíba, invadiu a região do Cariri de Fora, habitada pelos índios cariri, estabelecendo currais, fazendas de gado e povoados.

Em 1833, Cabaceiras deixou de ser arraial de Campina Grande, tornando-se distrito. Em 4 de junho de 1835, o distrito passou à condição de município, cuja sede administrativa foi instalada no povoado nomeado de vila Federal de Cabaceiras em 1907. A freguesia Nossa Senhora da Conceição foi criada em 1833 e a comarca de Cabaceiras em 1835. Ao longo desses duzentos anos, a região banhada pelos rios Paraíba e Taperoá, com chuva escassas, criadora de gado, passou por mudanças no *status* político, administrativo, religioso e jurídico. Nesta trajetória, as famílias Oliveira Lêdo, Faria Castro, Ferreira Guimarães e outras, entre as quais descendentes de escravos, de índios, estabeleceram moradas nesta região do Cariri.³⁷

O historiador Irineu Joffily apresentava a vila federal de Cabaceiras, no final do século XIX, como um lugar distante “doze léguas ao S. O de Campina, à margem [esquerda] do rio Taperoa, uma légua acima de sua junção com a Parahyba. [...] achando em terreno muito secco e pedregoso. É uma das vilas mais pobres do Estado.”³⁸

De acordo com os dados do Censo Demográfico, o município de Cabaceiras possuía 30.954 habitantes em 1950, distribuídos de forma equilibrada entre mulheres (15.657) e homens (15.297). A maior parte desta população morava na zona rural; apenas 2 239 pessoas estavam distribuídas entre a sede do município, a vila de Cabaceiras, e mais seis pequenas aglomerações urbanas (Alcantil, Bodocongó, Carnoió, Caturité, Potira e Riacho de Santo Antônio).³⁹ Os homens dedicavam-se às atividades ligadas à agricultura, pecuária e silvicultura, enquanto as mulheres, em grande medida, exerciam atividades domésticas não remuneradas.

As estatísticas específicas sobre o trabalho em Cabaceiras, no mesmo ano,⁴⁰ apontam para uma economia predominantemente agrícola, observando-se que a maior parte das mulheres dedicava-se às atividades domésticas, pois, embora apareçam em todas as

³⁷ Cf. DENIS, padre Léo. **Memórias de Cabaceiras**: 1835-1985. Cabaceiras, 1985. 37 p.

³⁸ JOFFILY, Irineu. **Notas sobre a Parahyba**. 2. ed. Brasília: Thesaurus, 1977 [1892]. p. 213.

³⁹ Cf. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Demográfico**. Estado da Paraíba. Volume XVI, tomo 1. Rio de Janeiro, 1955.

⁴⁰ Cf. Ibid.

atividades, seu número é ínfimo. Eram poucas as que trabalhavam no comércio, na administração pública, no transporte, comunicação e armazenagem e nas atividades sociais. Nos dados do Censo não constam mulheres que trabalhavam na educação, porém, entre 1940 e 1945, no livro de registro de posse de professoras(es), diretoras(es) e demais funcionários do Grupo Escolar Alcides Bezerra, fundado em 1937 e localizado na sede do município, estão consignadas vinte mulheres, das quais quatro na função de diretora.

Entre 1889 e 1915, o estado da Paraíba era governado pela parentela de Álvares Lopes Machado, líder da oligarquia ‘alvarista’ e do Partido Republicano Conservador da Paraíba (PRCP). Segundo a historiadora Eliete Gurjão, com a vitória do ‘epitacismo’ em 1915 o PRCP vivenciou uma intensa reestruturação. As ações de Epitácio Pessoa na Paraíba fizeram do partido um reduto hierarquicamente subordinado às suas ordens durante a construção de um poder político que dominou o estado entre 1915 e 1930.

Ambas as oligarquias, ‘alvarista’ e ‘epitacista’, eram agroexportadoras, numa economia fraca e de pouca expressão no cenário do Brasil, e alinhavam-se ao compromisso de manutenção do *status quo*. A estas oligarquias estavam ligados os coronéis que administraram Cabaceiras entre 1915 e 1930. Na política brasileira desse período, cabia aos governadores garantir o poder dos coronéis nos municípios e apoiar o presidente da República, em troca do reconhecimento do seu domínio em âmbito local.

Segundo o historiador Martinho Guedes dos Santos Neto, a partir de 1928, com a eleição de João Pessoa para o cargo de governador do estado da Paraíba, indicado por seu tio Epitácio Pessoa, as medidas de moralização administrativa, de centralização burocrática e de desprestígio aos chefes locais abalaram a relação do executivo estadual com o então presidente do Brasil Washington Luiz.⁴¹

Por sua vez, as relações entre o governador João Pessoa e alguns chefes locais estavam também abaladas, em virtude do direcionamento administrativo diferente daquele praticado nos meios políticos da Paraíba por Epitácio Pessoa. João Pessoa buscou fazer um governo contrário aos arranjos políticos da Primeira República, combatendo a influência dos coronéis, fossem correligionários ou não. No entanto, isso não representou uma mudança no sistema político vigente. A administração de João Pessoa significou, na Paraíba, o reordenamento dos princípios da administração política, o que desagradou aos coronéis, correligionários ou não do governador.⁴²

⁴¹ Cf. SANTOS NETO, 2007.

⁴² Cf. AIRES, 2006; SANTOS NETO, 2007.

Naquele período, as famílias de algumas das nossas entrevistadas e das mulheres que se envolveram em processos criminais estavam ligadas ao PRCP ou à Aliança Liberal, o que poderia possibilitar, ou não, às mulheres oportunidades de trabalho no serviço público, de escolarização, de lazer, etc., em uma população com reduzido número de pessoas alfabetizadas.

No clima de disputa política no âmbito nacional, dentro do reordenamento administrativo promovido na esfera estadual, o governador João Pessoa efetuou uma reforma tributária, removendo os fiscais da tutela dos coronéis e instituindo barreiras tributárias em favor da via de comércio pelo porto de Cabedelo, para tentar impedir a evasão da produção, especialmente de algodão, pelas zonas limítrofes do estado. Entretanto, estas medidas desagradaram a coronéis da Paraíba que negociavam com os estados de Pernambuco, Rio Grande do Norte e Ceará.

A política econômica do governo de João Pessoa, possivelmente, descontentou a alguns comerciantes, donos de tropas de burros e chefes políticos de Cabaceiras, pais de algumas de nossas entrevistadas. O município de Cabaceiras fazia limite ao sul com os municípios pernambucanos de Taquaritinga, Vertentes e Surubim, com os quais mantinham estreita relação comercial.

As famílias de Maria de Lourdes Gaudêncio, Iracilda Emerentina de Sousa e Clementina Meneses de Farias negociavam no estado de Pernambuco. O pai de Maria de Lourdes comprava 12 sacas de café anualmente em Taquaritinga;⁴³ o pai das irmãs Iracema e Iracilda tinha tropas de burros e viajava sempre para Pernambuco;⁴⁴ o mesmo fazia o pai de Clementina, em suas viagens no lombo de burros, para comprar mantimentos tanto no estado vizinho quanto em Campina Grande⁴⁵. Possivelmente, a política fiscal do governo João Pessoa dificultou estas atividades de transporte e de comércio exercidas por chefes de famílias de Cabaceiras, naquela época.

Na primeira metade do século XX, a economia de Cabaceiras estava ligada à agricultura e ao transporte de alimentos, e muitas famílias sobreviviam trabalhando e morando nas propriedades rurais do município.

Quanto à religiosidade, segundo o censo de 1950, a população de Cabaceiras se dizia católica. E o padre João Madruga registrou no Livro de Tombo da paróquia Nossa Senhora da

⁴³ Entrevista n. 2. Maria de Lourdes Gaudêncio Nóbrega nasceu em Cabaceiras, PB, em 19.03.1917. Foi entrevistada em 08.04.2003, quando tinha 81 anos de idade. Reside em Cabaceiras, na av. Quatro de Junho.

⁴⁴ Entrevista n. 3. Iracilda Emerentina de Sousa Sampaio nasceu em Cabaceiras, PB, em 10.02.1932. Foi entrevistada em 05.04.2003, quando tinha 71 anos de idade. Reside em Cabaceiras, no sítio Passagem.

⁴⁵ Entrevista n. 31. Clementina Meneses de Farias nasceu em Cabaceiras, PB, em 09.04.1925. Foi entrevistada em 02.05.2004, quando tinha 79 anos de idade. Reside em Cabaceiras, na praça General José Pessoa.

Conceição, no ano de 1944, 155 casamentos, 938 batizados e 9.231 comunhões, tanto na igreja matriz quanto nas capelas. No total de pessoas que participaram do ato da comunhão o padre contou 960 homens e 8.371 mulheres. Além disso, enfatizou em suas anotações a realização da celebração da primeira comunhão de crianças; no ano de 1944, 158 meninas e 88 meninos participaram pela primeira vez do sacramento da comunhão. Já o padre José Fernandes, em 1947, destacou em suas anotações a necessidade do ensino do catecismo, ministrado pelo vigário e pelas catequistas, na igreja matriz, nos grupos escolares, nas escolas isoladas.⁴⁶

A partir dessas informações, especialmente quanto ao número de mulheres que comungavam e de meninas que fizeram a primeira comunhão, em 1944, e ao ensino do catecismo nas escolas, podemos perguntar: qual a relação de algumas mulheres com o catolicismo? Quais eram os objetivos defendidos para o ensino do catecismo?

Igreja e Estado, por meio da difusão de suas políticas nos jornais, nas revistas e mesmo por intermédio da Justiça, buscaram normatizar as relações entre homens e mulheres e estabelecer papéis sociais para cada um na família e na sociedade, como mostram a historiografia com a qual dialogamos. A política sexual do Estado e a pedagogia católica foram difundidas nas cidades com maior concentração populacional, cujos processos de urbanização e de industrialização foram vividos com intensidades diferentes.⁴⁷

No entanto, no Brasil, havia aglomerações urbanas com menos de mil habitantes, como era o caso da vila de Cabaceiras, onde residiam apenas 581 pessoas em 1950.⁴⁸ Nessa época, já havia o prédio da igreja matriz, da igreja Nossa Senhora do Rosário, o Grupo Escolar Alcides Bezerra, o Paço Municipal, a praça General José Pessoa, a Delegacia de Polícia, que constituíam o centro da vila. Essa aglomeração fazia parte da comarca de Cabaceiras, instalada em 03 de dezembro de 1924⁴⁹.

Tendo em vista o discurso normatizador e disciplinarizador do Estado por meio da Justiça em cidades como Rio de Janeiro e Campina Grande e os processos-crimes de mulheres contra parceiros sexuais, assim como os processos-crimes envolvendo homens e mulheres casados em casos de agressão física, do arquivo da Vara Única de Cabaceiras, podemos

⁴⁶ Cf. LIVRO de tombo da paróquia Nossa Senhora da Conceição, Cabaceiras, PB, 1941. Este livro foi aberto em 23 de fevereiro de 1941 pelo vigário José de Barros. Não encontramos livro de tombo referente aos anos anteriores. Há também os livros de registro de batismo e de casamento abertos na criação da paróquia, em 1835.

⁴⁷ Cf. CHALHOUB, 2001; SEVCENKO, 1998.

⁴⁸ Cf. IBGE, op. cit.

⁴⁹ Em 14 de janeiro de 1930 foi anexada à comarca de Campina Grande, sendo removida a termo da comarca de São João do Cariri em 25 de julho de 1933. Só em 10 de abril de 1940 voltou a ser comarca de Cabaceiras, com fórum instalado na sede do município.

perguntar: qual o discurso dos juristas, promotores, advogados e vítimas sobre relações amorosas e família em Cabaceiras? Que significado atribuía-se ao feminino? Qual o papel da Justiça naquela comarca do interior da Paraíba, com uma economia predominante agrícola e pecuária, disputas políticas oligárquicas, forte presença da religião católica, reduzido número de pessoas escolarizadas e onde a grande maioria das mulheres trabalhava em casa e não era remunerada?

3. Objetivos e estrutura do trabalho

Minha intenção é estudar os relatos orais de memória de mulheres e os processos criminais de mulheres contra parceiros com os quais mantiveram relações sexuais que geraram conflitos familiares e judiciais, com o objetivo de pensar os significados atribuídos às práticas religiosas, educacionais, afetivas e sexuais no cotidiano de algumas mulheres em Cabaceiras, no interior da Paraíba, entre os anos de 1930 e 1949, quando o Estado e a Igreja difundiam suas políticas sexuais. Tendo em vista este objetivo, estruturei a presente dissertação em três tópicos centrais.

No primeiro, investigo os papéis, lugares sociais e comportamentos atribuídos às mulheres em Cabaceiras, nas décadas de 1930 e 1940, a partir de análise do discurso da Igreja Católica, do Estado e de mulheres entrevistadas.

No segundo, reflito sobre as práticas sexuais de algumas mulheres e sobre a ação da família e da Justiça em casos de mulheres que denunciaram, ou não, seus parceiros sexuais, examinando os papéis sociais atribuídos pela Justiça à mulher e à família. Para tal, analiso as representações sobre mulher e família no discurso de juízes, de advogados de defesa, de promotores e de mulheres, em processos-crimes de mulheres contra parceiros sexuais, e trechos de entrevistas que fazem referência às experiências sexuais entre 1930 e 1949.

No terceiro, focalizo a relação entre homens e mulheres casados, destacando os conflitos conjugais e judiciais no cotidiano em Cabaceiras. São analisados processos-crimes cujos réus ou rés foram acusados de lesão corporal, de maus-tratos e de infâmia, conforme o Código Penal de 1890 ou o Código Penal de 1940. São estudados também relatos orais de memória acerca das experiências educacionais, sexuais e conjugais de algumas mulheres entrevistadas, enfatizando as normas e as resistências.

CAPÍTULO I

PEDAGOGIA CATÓLICA E PRÁTICAS FEMININAS

No povoado denominado Carotá de Fora, município de Cabaceiras, às margens do rio Taperoá, morava o casal Silvina Vital de Barros e José Gomes de Aquino. Eles eram pais de Elpídio, Severina, Eulália e Josefa.

De segunda a sábado, do nascer ao pôr do sol, no sítio dessa família, todos trabalhavam na agricultura e na pecuária. No domingo acordavam pouco antes do raiar do sol. Silvina preparava o café no fogão à lenha; José, as filhas e o filho cortavam capim e palma para o gado. Após esses afazeres, caminhavam seis quilômetros até a igreja matriz na vila de Cabaceiras, onde às oito horas assistiam à missa.

Participavam também das celebrações da Quaresma, da Semana Santa, da festa da padroeira Nossa Senhora da Conceição (no dia oito de dezembro), da festa de Natal e Ano Novo e da festa de Reis, seguindo fielmente o calendário da Igreja Católica Romana. Nestas ocasiões, Silvina e os filhos ficavam na casa que a família possuía na vila, nas proximidades da igreja, de onde ouviam o soar do sino. José retornava ao sítio logo após as orações. Era assim no tempo da chuva ou no tempo da estiagem.

Ao longo das décadas de 1930 e 1940, além das festas religiosas na vila, esta e outras famílias de pequenos proprietários de terra participavam, no mês de maio, do culto religioso católico dedicado à Virgem Maria.

No povoado de Carotá de Fora, a família de Silvina e José encontrava os parentes da família Alcântara, da família Aquino, da família Vital e da família Neves reunidos na casa de Pedro e Maria da Glória Alcântara. Nesta casa, nas 31 noites do mês de maio, Maria da Glória, que era chamada de madrinha Maria por ser madrinha de batismo, por ajudar nos partos e por catequizar as crianças do povoado, iniciava as orações.

Naquela sala de chão de terra batida, à noite, à luz de velas ou de lampião a querosene, a vizinhança encontrava-se reunida em frente ao oratório, espécie de armário pequeno onde ficava a imagem da Virgem Maria, de Jesus Cristo e de outras figuras tidas como santas pela Igreja Católica. A devota Maria da Glória rezava as orações (credo, pai-nosso, ave-maria e salve-rainha) e também iniciava os cânticos religiosos, sendo seguida pelos parentes e amigos ali presentes.

Na última noite do mês de maio, cumprindo todo um ritual centrado na figura de Maria, instituído pela Igreja Católica Romana e vivido no cotidiano daquele povoado, coroava-se a imagem da Virgem Maria.⁵⁰ Depois, em uma grande fogueira, queimavam-se as flores que haviam enfeitado o oratório, guardando-se as cinzas para usar na Quarta-Feira de Cinzas como sinal marcado em cruz na fronte, indicativo de recolhimento espiritual.

No povoado de Curral de Baixo, rezavam à Virgem Maria: Inácia Maria Ramos e João Nilo da Costa Meira, pais de Izabel e de mais seis filhos; Rosa Maria de Farias e Miguel Eudésio Sousa Meira, pais de Filomena, Analice e outros filhos; Euflausina Francelina Ramos e Manuel Mateus Sousa Ramos, pais de nove mulheres – entre elas Brígida – e seis homens.

Ao anoitecer, as mulheres, especialmente as jovens e as adultas, solteiras ou casadas, cobertas com véu de algodão ou renda, colhiam flores silvestres. Acompanhadas por pais, irmãos ou maridos, encontravam-se para as orações e cânticos na casa de João da Rocha, chefe político do povoado e devoto da Virgem Maria, de Santo Antônio, de São João e de São Pedro.

Maria Pastora dos Santos e Severino José de Farias e seus filhos, que moravam no sítio Malhada da Pedra, onde plantavam algodão e criavam caprinos e ovinos, durante o mês de maio caminhavam todas as noites para a casa da família Barbosa. Nesta residência, Maria Santos, a filha de Maria Pastora e Severino, era quem entoava os cânticos à Virgem Maria. Já a dona da casa, chamada Severina, casada com João Barbosa – irmão do prefeito de Cabaceiras, José de Sousa Barbosa, que governou entre 1936 e 1940 –, cuidava de rezar o pai-nosso, a ave-maria e o credo.

Maria Santos, no decorrer de sua juventude na década de 1930, especialmente no mês de maio, usava sua voz afinada para entoar hinos religiosos que aprendera ao ir às missas. Durante o dia, enquanto cuidava dos afazeres domésticos e das cabras e ovelhas, cantava as diversas canções aprendidas com o namorado à noite, acompanhada por sua irmã e amigos da vizinhança.

Na igreja matriz, localizada na vila de Cabaceiras, onde moravam aproximadamente 600 pessoas, as famílias também se reuniam para as orações do mês de maio. As famílias proprietárias de terra, criadoras de gado e plantadoras de milho, feijão e algodão e os ocupantes de cargos públicos sentavam-se nos bancos de madeira que haviam doado para a igreja. As famílias de trabalhadores rurais, pequenos proprietários de terras, levavam cadeiras

⁵⁰ Cf. DENIS, op. cit.

para as mulheres idosas; as mulheres jovens, com a cabeça coberta por véu, ficavam de pé ao lado do pai, dos irmãos, que seguravam seus chapéus de feltro de lã ou de couro.

Na noite de 17 de maio de 1944, às 19 horas, “o referido templo estava quase repleto”. Além dos habitantes da vila, moradores dos povoados vizinhos foram até o templo, como era hábito, para orar e cantar à Virgem Maria. Naquela noite, ouviram o coral composto por Salete, Edvirges, Hermínia, Titinha, Maria Ramos, Pequena Ramos, Talisca, Maroca e outras moças da vila. Além do coral, soava pela igreja o som da serafina, um tipo de piano, tocada por Arior, o que tornou aquela noite ainda mais especial.⁵¹

Após as orações, Manuel Cavalcante de Faria, Agostinho e Inácio Borja Castro tabeliões e proprietário de terras no município de Cabaceiras, deram as boas-vindas ao padre João Madruga, novo vigário da paróquia Nossa Senhora da Conceição⁵². Além das orações à Virgem Maria, os católicos saudaram a chegada do novo padre. Para essa ocasião as senhoras Clarice e Inácia, responsáveis pela limpeza da igreja, pelas orações e pela preparação para o batismo, escolheram crianças loiras com cabelos cacheados para figurarem como anjos, conforme a imagem barroca dos mesmos.

Maria da Conceição e Maria do Socorro, filhas de Maria Ecília e Inácio Nunes, ela dona de casa e ele funcionário do posto de saúde, tinham os cabelos loiros e cacheados. Estas meninas, juntamente com Aurora, Nilda e outras, vestidas de branco, usando asas de ferro fino coberto por algodão, figuravam como anjos em torno da imagem de Nossa Senhora da Conceição no decorrer das orações daquela noite, assim como em outras noites do mês de maio.

Com ou sem pompa, o ritual católico de culto à Virgem Maria no mês de maio acontecia em Cabaceiras. Segundo os relatos orais de memória de mulheres que viveram a infância e juventude nas décadas de 1930 e 1940 nesse município, no culto à Virgem Maria no mês de maio e nas festas de final de ano eram cantados muitos hinos. Quais eram estes hinos? O que eles diziam? Além dos momentos de oração e de festas religiosas, em que outras ocasiões e de que forma o discurso da Igreja Católica se fazia presente no cotidiano daqueles homens e mulheres?

⁵¹ Cf. Entrevista n. 24. Maria da Conceição Nunes de Araújo nasceu em Cabaceiras, PB, em 19.05.1938. Foi entrevistada em 15.08.2003, quando tinha 65 anos de idade. Residia na cidade de Cabaceiras até o seu falecimento, ocorrido no final de 2003.

⁵² O padre João Madruga permaneceu na paróquia até 1947. Cf. LIVRO de tombo da paróquia Nossa Senhora da Conceição, 1941.

Neste capítulo, tenho por objetivo compreender os papéis, lugares sociais e modos de comportamento atribuídos ao gênero feminino em Cabaceiras, nas décadas de 1930 e 1940, a partir de análise do discurso da Igreja Católica e de mulheres entrevistadas.

1.1 Aos pés da Virgem Maria: filhos(as) (in)submissos(as)

Na igreja matriz, os hinos eram cantados pelo coral formado por moradoras da vila, sob a regência de Clarice e de Inácia. O coral era acompanhado ao piano pelo senhor Arior. Nas casas dos povoados, os hinos eram entoados, geralmente, pela dona da casa onde aconteciam as orações, ou por jovens. Nas orações do mês de maio cantavam-se esses hinos e rezavam-se especialmente a ave-maria e a salve-rainha.

Durante a infância na década de 1930 e juventude na década de 1940, Severina Barros, Maria Santos, Izabel Costa, Brígida e outras mulheres e homens cantaram ‘Com minha mãe estarei’ e ‘Queremos Deus que é nosso pai’. Estes hinos podem ser encontrados no livro de cânticos *Harpa de Sião*, que fora editado pela paróquia de Juiz de Fora/MG, no ano de 1922.⁵³ Para os organizadores dessa publicação

os nossos coros sentem falta de um repertório de boas musicas, que, obedecendo igualmente às prescrições e exigências das Egreja e do bom gosto artístico, estejam ao mesmo tempo adequadas às circunstancias, em que esses mesmos coros se acham, dispondo geralmente de poucos elementos. Quem conhece um pouco as condições, em que geralmente se acha a musica sacra nas parochias do Interior, deverá estar de accordo com o que aqui ficou dito. (sic)⁵⁴

Ainda segundo o livro *Harpa de Sião*,

há cânticos, muito popularizados que melhor não deviam ter achado entrada nas egrejas. São algumas melodias estrangeiras, cuja procedência às vezes é muito duvidosa e que não agüentam a sã critica. (P.e. melodias popularizadas de: “Com minha mãe estarei” – “Sem tardar” – “Eis que está Jesus no altar”, etc.). [...] Nenhuma dúvida tivemos em enfeixá-las nesta collecção, certos que terão grata acceitação. O nosso povo não dispensa o mez de Maria, e não há nada, que lhe tire a Coroação da imagem de N.Sra e as procissões. (sic)⁵⁵

Esses cânticos comuns entre os católicos das grandes e pequenas paróquias compunham o suplemento do livro *Harpa de Sião*, destinado às solenidades extralitúrgicas, a

⁵³ Apenas um dos volumes que compõem o livro de cânticos *Harpa de Sião* faz parte do arquivo da paróquia Nossa Senhora da Conceição. Secretaria da Paróquia, Cabaceiras, PB, rua Joaquim Gomes Henriques, 77.

⁵⁴ LIVRO de cântico harpa de Sião. Juiz de Fora, 1922. Prefácio.

⁵⁵ Ibid., loc. cit.

exemplo das orações do mês de maio, nomeado de mês de Maria. Os organizadores do livro não tinham certeza da procedência desses cânticos amplamente entoados. Mesmo assim, para não romper com o modo de celebrar as orações nos povoados do Brasil e, possivelmente, para atingir o objetivo financeiro, o livro *Harpa de Sião* buscou, especialmente para as músicas que acompanhavam as orações em que um leigo liderava, composições originais ou adaptações da música sacra que já eram parte da memória religiosa.

Sem romper com a prática cotidiana do catolicismo no interior do Brasil, o livro *Harpa de Sião* pode ser pensado como uma forma de direcionar a escolha dos cânticos para as missas e para as orações extralitúrgicas, a exemplo das novenas. Ao mesmo tempo, tinha o objetivo de divulgar nas paróquias do interior a música sacra, padronizando os cânticos utilizados nas novenas do mês de maio, nas missas da Quaresma, do Natal, da Páscoa e em outras celebrações do calendário religioso católico.

Os hinos ‘Com minha mãe estarei’ e ‘Queremos Deus que é nosso Pai’ faziam parte do cotidiano religioso de mulheres de Cabaceiras desde antes da utilização do livro pelo Coral, conforme apontam relatos orais de memória de Severina Barros, Maria Santos, Izabel Costa, Brígida. Por outro lado, a utilização do livro *Harpa de Sião* pelo coral da igreja matriz, pelo padre ou mesmo pelo músico que tocava serafina reforçou a prática de cantá-los nas orações do mês de maio, tanto na igreja matriz quanto nas diversas casas dos povoados da região onde os trabalhadores se reuniam.

No hino ‘Com minha mãe estarei’, muito cantado naquela época e registrado nos relatos orais de memória de mulheres que participavam das orações do mês de maio, afirma-se o encontro da pessoa que ofendeu Jesus com a Virgem Maria. Ao mesmo tempo em que a pessoa admite ter ofendido Jesus, clama por Maria, mãe de Jesus. A estas palavras de submissão soma-se o ato de ficar de joelhos, com a cabeça baixa, esperando o apoio da mãe imaculada Maria, junto a quem espera chorar as ofensas cometidas contra Jesus Cristo. Assim, a Virgem Maria aparece como a mãe que escuta o clamor do filho. Por sua vez, o filho tem em Maria “fé viva e ardente”, acredita encontrar nela apoio para “com firmeza e valentia evitar o mal”, ficar longe das “falsas carícias, prazer, torpes delícias” e fugir das sensações do mundo terreno.

A virgem Maria é a “mãe imaculada”, sobre a qual o(a) filho(a) reconhecedor(a) da culpa não consentirá que respingue a ofensa feita por ele (ela) a Jesus. É a “mãe de toda a pureza”, honestidade, à qual o(a) filho(a) reafirma sua fidelidade. É a mãe de “coração terno, colo materno”, no qual o(a) filho(a) espera encontrar alento para sua culpa e descansar. O(a)

filho(a) isenta a mãe, pura e terna. Além disso, clama pela intercessão da Virgem Maria, mostra-se crente, fiel e submisso a ela.

Neste hino, parte do repertório religioso em Cabaceiras mesmo antes da publicação do livro de cânticos *Harpa de Sião* em 1922, há uma representação sobre a relação dos homens com o mundo divino, sobre o sentimento de culpa no mundo terreno, nomeado de mundo dos desejos, das sensações e das tentações, e também sobre a pureza da Virgem Maria e o conforto dessa mãe para o filho.

As palavras, os conselhos e a vida de Maria, mãe de Jesus, são tidos como puros; o coração de Maria surge como afetuoso e seu colo como acolhedor. Maria-mãe é representada como um ser capaz de ouvir e entender um(a) filho(a), independentemente da situação. No hino, prevalece o modelo de mulher-mãe pura, íntegra, livre das fraquezas do mundo.

Além do hino ‘Com minha mãe estarei’, cantado no início das orações, entoava-se o cântico “Queremos Deus que é nosso pai” no encerramento das preces. Neste, os homens tentam ser ouvidos por aquele que exaltam como Deus, visto como “pai supremo e redentor”. A humanidade é nomeada de ingrata, insensata. As atitudes humanas aparecem como zombaria da fé, como agressão vã contra o “todo-poderoso Deus”.

A Virgem Maria, representada como modelo de fé, é chamada a abençoar aqueles que subjugados, aflitos, totalmente submissos repetem o “grito” de aflição junto aos “pés da doce mãe”, acreditando que ela fará o “clamor subir até Deus”. Nessa relação de dominação, a Virgem Maria aparece como a “mãe afetuosa” capaz de interceder a favor dos homens aflitos que, mostrando-se logo de início em posição de inferioridade, pedem para ser ouvidos por Deus.

Os homens querem o que denominam “sã doutrina, a lei de Cristo, amor e luz, a cruz” e prometem levá-las à “escola, à oficina”. Também querem Deus na pátria amada, e asseguram, por se dizerem cristãos, amar-se todos como irmãos e respeitar a Igreja, dando o exemplo ao guardar as leis, reverenciar o caráter “santo dos ministros do seu templo”, levar a palavra de Deus para lugares como a escola e o trabalho. Os preceitos da religião, chamados de lei divina, são colocados acima da lei dos homens, que deveriam defender a doutrina da Igreja em nome de Deus.

No hino, os homens aparecem sedentos por Deus, a quem, “sempre e sem minguia, em cada templo e em cada lar, em cada peito e em cada língua, culto e amor lhe hemos dar”. Os

homens se prontificam a defender a “lei santa”, juram “sempre servir a Deus”, querendo “Deus até morrer!”⁵⁶

A doutrina cristã é aceita como fonte de luz e de amor, e a cruz, como símbolo desse amor. Ambas marcavam a presença de Deus. O hino canta como um cristão deve arrepender-se e ser reconduzido para a Igreja, que se apresenta como única capaz de falar a verdade. Igualmente, mostra as atitudes que são consideradas requisitos para a aceitação de uma pessoa no seio da cristandade católica em qualquer lugar e qualquer tempo.

Nestes cânticos, temos representações em torno da relação de submissão do(a) filho(a) terreno à mãe imaculada, especialmente no hino ‘Com minha mãe estarei’. Já no hino ‘Queremos Deus que é nosso pai’, a relação se dá entre os homens e Deus-pai. Os homens aparecem em posição de inferioridade, clamando pelo pai, que está em posição de superioridade. A relação é entre os filhos e a mãe, a quem pedem para que ela interceda por eles junto ao Pai.

Observa-se a construção, por meio da linguagem, de uma representação sobre Maria enquanto modelo de mãe, especialmente no hino ‘Com minha mãe estarei’. Já em ‘Queremos Deus que é nosso pai’, a Igreja Católica construiu uma imagem do distanciamento entre Deus e os homens a partir do entendimento de que os filhos foram ingratos e insensatos, o que não é aceito. Em ambos os hinos, ainda, os filhos são ditos como culpados, que devem confessar-se e arrepender-se, para conciliar-se com Deus.

Os hinos cantados por Severina Barros, Maria Santos, Izabel da Costa, Brígida, nas décadas de 1930 e 1940, época da sua infância e juventude, e por mais pessoas em Cabaceiras que participavam dessas orações, dizem sobre atitudes de submissão para conseguir ser aceito(a) pela Igreja Católica.

Na imposição deste modo de relacionamento submisso, a Virgem Maria aparece como intercessora entre os filhos e Deus. Mais que intercessora, como afirma a Igreja por meio do hino, Maria é uma das representações utilizadas para doutrinar acerca da humildade, da resignação e da obediência.

Na paróquia Nossa Senhora da Conceição, em Cabaceiras, nas décadas de 1920 a 1940, o culto à representação da Virgem Maria acontecia ao longo do ano e, especialmente, durante o mês de maio e na festa da padroeira, em oito de dezembro, por meio de cânticos e orações. Juntas, as pessoas, que se diziam culpadas e pecadoras, saudavam a Virgem Maria

⁵⁶ LIVRO de cântico harpa de São, op. cit.

como rainha, intercessora, mãe misericordiosa, cheia de graça, pedindo sua atenção. Repetiam várias vezes essas orações, intercalando com cânticos e pedidos.

Essa prática das orações e cânticos no mês de maio em Cabaceiras reforçava o dogma da Imaculada Conceição (Virgem Maria, mãe de Jesus), instituído pela Igreja Católica em 1854. Desde a segunda metade do século XIX, o discurso católico enfatizava a preservação da pureza, da virgindade da mulher, da maternidade como princípios norteadores da vida feminina.⁵⁷

Neste sentido, em oposição à representação de Eva, que segundo o mito do Jardim do Éden seria a responsável pela desobediência de Adão a Deus e, por isso, culpabilizada pela queda da humanidade no pecado, a Igreja Católica apresentava Maria, mãe do filho de Deus, como modelo de mulher a ser seguido. Com a figura da Virgem Maria, tomada como modelo de submissão, de pureza e de sofrimento, as mulheres poderiam ter um símbolo do papel maternal idealizado e co-participante da redenção da humanidade.

Enquanto no mito fundador, amplamente difundido no imaginário ocidental, Eva representa a fraqueza feminina – demonstrando a importância de manter as mulheres sob vigilância e a necessidade de pagarem as penas dela assumindo as dores do parto e o seu papel secundário em relação ao homem –, Maria representa a vida sem mácula, a pureza, a obediência, enfim, a submissão a Deus.⁵⁸

O culto a esta representação ideal e universal do ser mulher, formulada e divulgada pela Igreja Católica, passou a ser incentivado por esta instituição a partir da segunda metade do século XIX. O culto à Virgem Maria fazia parte de uma política da Igreja de combate ao chamado mundo moderno e às formas de comportamento laicizadas, que ficou conhecida como romanização. Iniciada no século XIX, na Europa, a ‘romanização’ ou ‘ultramontanismo’ consistia na condenação do mundo laicizado, na europeização do catolicismo por meio de uma política geral da Igreja Católica. O objetivo era estreitar o vínculo entre Roma e as Igrejas Católicas espalhadas pelo mundo, reforçar o sentido da hierarquia católica e resgatar a posição de destaque dos sacramentos na prática do catolicismo.

O grande projeto era recuperar o lugar central para a Igreja e com ele o controle sobre a sociedade. Papas como Gregório XVI, Pio IX, Leão XIII, Pio X, Pio XI e Pio XII, juntamente com teóricos leigos, estabeleceram esse projeto. Para se contrapor à laicização e ao modernismo, a Igreja, entre outras ações, ampliou a propaganda confessional ao criar

⁵⁷ Cf. CORBIN, 1991.

⁵⁸ Cf. ARY, 2000; MATOS; SAMARA; SOIHET, 1997.

jornais e outros periódicos; estabeleceu uma rede de colégios dirigidos por congregações e ordens religiosas masculinas e femininas; instituiu o culto à Virgem Maria, mãe de Jesus, tida como modelo de mãe ideal.⁵⁹

Com a instituição do culto à Imaculada Conceição, a Igreja Católica intensificou o discurso sobre o papel da mulher. Com o culto a Igreja almejava reforçar a preparação das mulheres para serem mães e esposas submissas, tendo como modelo a Virgem Maria.

No final do século XIX e primeira metade do século XX, a maior parte dos fiéis era composta de mulheres.⁶⁰ Estes fiéis deveriam lutar em defesa da família, da religião e da pátria. Para a Igreja Católica, a família, a religião e a pátria estavam ameaçadas pela liberdade de pensamento e de consciência, pela liberdade social e pela liberdade política tidas como características do chamado mundo moderno.

A Cúria Romana, composta pelo clero conservador fundamentado na política da romanização, combatia as idéias que defendiam a emancipação profissional e política feminina e o modernismo educacional, especialmente no tocante à vida das mulheres.

Ao contar uma história de mulheres que se aventuraram no mundo da escrita em jornais e revistas, na cidade de João Pessoa, a historiadora Alômia Abrantes relata que a “educação doméstica”, ministrada em escolas, aparece nos periódicos *A União*, *O Educador* e *Era Nova* como resposta aos embates sobre qual seria a melhor educação para as mulheres. Estas deveriam cumprir a função social enquanto mães, esposas e donas de casa.⁶¹

Entretanto, algumas mulheres seguiam uma formação distinta da defendida pelos jornais. Algumas jovens concordavam em receber uma educação escolarizada no Curso Comercial ou na Escola Normal. Foi o caso das onze mulheres que compuseram a primeira turma concluinte do Curso Comercial do Colégio Nossa Senhora das Neves, em João Pessoa, no ano de 1925. Esta profissionalização indica mudanças na educação de mulheres da elite na cidade de Parahyba do Norte, no âmbito de um movimento amplo e mundial de mudança no comportamento da mulher em função da modernização.

A profissionalização de algumas mulheres nos anos 1920, porém, não indica ruptura com o modelo definido, divulgado e imposto pela Igreja Católica para a sua educação, uma vez que, mesmo instruindo-se para se tornarem professoras ou datilógrafas, a idéia era que cumprissem o ideal de mãe, de esposa e de dona de casa. Segundo a historiadora Simone da

⁵⁹ Cf. BEOZZO, 1984.

⁶⁰ Cf. HOBBSAWM, 1988.

⁶¹ Cf. SILVA, A., 2000.

Silva Costa, esta função social foi defendida pela Igreja Católica, no estado da Paraíba, por meio do jornal *A Imprensa*, publicado pela diocese.⁶²

Na década de 1930, discutia-se sobre a necessidade do voto das mulheres, da emancipação feminina e da sua instrução. Na imprensa paraibana, notadamente nos jornais *A União* e *A Imprensa*, havia matérias intituladas ‘Cultura Feminina’, ‘Vida Feminina’ e ‘Página Feminina’ tratavam desses temas, provavelmente buscando refletir acerca da crescente participação política das mulheres em função do movimento feminista e da marcante presença delas no mercado de trabalho.⁶³

Nos anos 1940, contudo, houve uma mudança de enfoque. As colunas dirigidas ao público feminino, com títulos como ‘Do lar e da Mulher’ e ‘Mulher e Lar’, passaram a tratar sobre os deveres da mulher na casa, sobre os deveres da esposa para com o marido e os deveres da mãe para com os filhos. Segundo Simone Costa, aulas de arte culinária, dicas de moda e conselhos para escolher um bom marido eram temas comuns nos jornais que circulavam na Paraíba, em função do papel de esposa exemplar e de mãe dedicada atribuído às mulheres pelo Estado Novo.⁶⁴

A Igreja tentava combater o que o historiador Antonio Paulo Rezende mostra como um dos grandes dilemas da modernidade: “a possibilidade ou não de ser seduzido por um tempo insaciável que não cessa de buscar o novo, despreza o passado, possuído pelo impulso de esquecê-lo”⁶⁵. A Igreja Católica combatia tudo que fosse sinônimo de moderno, a exemplo da profissionalização das mulheres, ao mesmo tempo em que tentava manter sua autoridade sobre a família em meio às mudanças no comportamento das mulheres e dos homens.

Para tentar combater esse processo de ruptura, a Igreja Católica, apostando na recristianização da sociedade, a partir da segunda metade do século XIX, entendia ser papel da mulher cristã educar seus filhos dentro dos princípios cristãos; por sua vez, os filhos cristianizados tinham a obrigação de formar famílias cristãs, que comporiam a sociedade obediente à Igreja.

No âmbito dessa política pedagógica, surgiram vários movimentos religiosos. Na Paraíba, o Movimento Noelista foi uma dessas organizações religiosas para mulheres das classes mais altas da sociedade. Segundo Simone Costa, este movimento religioso tinha como intuito formar a mulher cristã para se adequar ao mundo moderno. As mulheres do Movimento

⁶² Cf. COSTA, S., 2007.

⁶³ Sobre matérias relacionadas as mulheres nos jornais *A imprensa* e *A União*, entre outros, que circulavam nas décadas de 1930 e 1940. Cf. COSTA, S., 2007. Cf. SILVA, A., 2000.

⁶⁴ Cf. Ibid.

⁶⁵ REZENDE, 1997, p. 22.

Noelista deviam realizar obras assistencialistas para os pobres e necessitados da capital e organizar festas beneficentes. Estas ações beneficentes estavam em sintonia com a representação da mulher dedicada a cuidar do lar e da educação dos filhos, que era amplamente divulgada pelo jornal *A Imprensa*, dirigido pela Igreja Católica, e pela *Revista Noelista*, que também conclamava a mulher para a luta em defesa da família, da religião e da pátria.⁶⁶

Assim, na Paraíba, especialmente na capital João Pessoa, nas décadas de 1920, 1930 e 1940, este papel social da mulher foi defendido, divulgado e imposto às famílias por meio de jornais e movimentos religiosos de mulheres da elite. Já em Cabaceiras, na mesma época, os jornais *A União* e *A Imprensa*, se chegavam à vila, possivelmente eram lidos apenas pelo prefeito, pelo líder da Câmara, funcionários do Fórum, da Coletoria Estadual, da Prefeitura e outros poucos que formavam o grupo dos 78 homens com mais de dez anos de idade alfabetizados. Deste total, apenas dois possuíam bacharelado.⁶⁷

Na década de 1940, algumas mulheres alfabetizadas em Cabaceiras talvez tenham tido acesso a esses dois periódicos. Hermínia trabalhou como escriturária e tesoureira da Prefeitura, Petrunila Nunes trabalhou na Biblioteca, Maria de Lourdes Nóbrega era professora e organizadora de festas na vila, Terezinha Farias trabalhava como escrivã. Estas mulheres faziam parte de famílias ligadas ao grupo político dirigente, o que possibilitava oportunidades de trabalho no serviço público. Talvez nos locais de trabalho estas mulheres tivessem acesso aos periódicos que divulgavam o modelo de mulher definido pela Igreja Católica e pelo Estado.

Em uma população de 15.657 mulheres, apenas 145 eram alfabetizadas, nenhuma possuía grau superior, segundo o Censo de 1950. Embora o índice de alfabetização fosse quase o dobro do observado na população masculina, representava menos de 1% do total de mulheres. Essas mulheres sem instrução escolar quase sempre exerciam atividades domésticas e agrícolas não remuneradas. Algumas, em função da instrução elementar que possuíam e, provavelmente, das relações políticas de suas famílias, trabalhavam no serviço público.⁶⁸

O Grupo Escolar Alcides Bezerra, fundado em 1937, atendia especialmente as crianças com mais de 10 anos moradoras da Vila de Cabaceiras, os povoados de Alcantil, Bodocongó, Carnoió, Caturité, Potira, Riacho de Santo Antonio com população entre 202 e 276 habitantes, não eram atendido por esse grupo escolar, provavelmente, devido à longa distância. Nesse

⁶⁶ Cf. COSTA, S., op. cit.

⁶⁷ Cf. IBGE, op. cit.

⁶⁸ Cf. Ibid..

povoados, havia escolas rurais mistas funcionava na casa de um fazendeiro, geralmente, chefe político.

Neste mundo de poucos alfabetizados, a leitura de jornais era restrita. Entre os raros leitores, encontravam-se Francisco Gaudêncio, pai de Maria de Lourdes Nóbrega, e José Bertholdo, pai de Iracema e Iracilda. Estes proprietários de terra e transportadores de produtos transitavam com suas tropas de burros entre os municípios de Cabaceiras, São João do Cariri, Serra Branca, Campina Grande, Surubim, Vertentes, Bom Jardim. Em meio às relações comerciais, José Bertholdo, Francisco Gaudêncio e outros almocreves informavam-se sobre os acontecimentos da economia, da política, da religião. Eles levavam jornais para suas casas em Cabaceiras, relatavam para os parentes e amigos algumas notícias do estado, vez por outra discutindo sobre as ações políticas dos interventores. Talvez, entre essas notícias, eles tenham lido acerca do papel de mãe intercessora, zelosa e condutora da educação dos filhos atribuído as mulheres.

Iracilda, filha de José Bertholdo, lia os jornais que o pai trazia das viagens. A respeito dessas leituras, ela relata:

Nos jornais... agora que eu lembro! Tirava nota de carta dos jornais. Assim: “Ao iniciar esta carta eu me sinto feliz e ao receber a sua correspondência me sinto bem, como é que vai você com sua família?” Cada nota de carta bonita! Aprendi escrever para o rapaz, quando escrevia através de nota de carta dos jornais, uma nota de carta muito bonita. Então eu tirava dos jornais aquelas notas, o povo se admirava: Eita! aquela menina escreve umas cartas tão bem notadas! Mentira, eu tirava dos jornais. [Risos]⁶⁹

Iracilda, durante sua juventude nos anos 1940, diante das reportagens e das colunas acerca do comportamento e do modelo de mulher, usou os jornais ou revistas que chegavam em sua casa, no povoado Rio Direito, para copiar as aberturas de cartas a serem enviadas às amigas, a exemplo de Amélia, e ao namorado Chiquinho. O discurso produzido e divulgado pela Igreja e pelo Estado foi consumido por Iracilda de acordo com interesses pessoais e afetivos que não estavam em conformidade com as prescrições normativas defendidas pelos jornais para as mulheres. Assim, conquanto algumas mulheres alfabetizadas tivessem acesso a jornais, podendo informar-se sobre política, economia, moda, culinária, comportamento, não eram necessariamente estes os assuntos que lhe chamavam a atenção.

Mesmo considerando a possibilidade dessas famílias terem lido jornais, não posso afirmar que as matérias jornalísticas que tratavam sobre o comportamento e o modelo de mulher ideal foram lidas por mulheres alfabetizadas em Cabaceiras.

⁶⁹ Entrevista n. 3, doc. cit.

Naquele município, nas décadas de 1930 e 1940, a imposição do modelo de mulher-esposa-mãe-dona-de-casa dentro dos preceitos cristãos deu-se, primeiramente, por meio dos hinos cantados nos encontros para orações e cânticos dedicados à Virgem Maria. A divulgação do modelo de mulher e de sua ‘missão’, naquele lugar, não ocorreu por meio de jornais, como passava a ser prática na capital da Paraíba e em outras cidades, nem tampouco por movimentos religiosos. O movimento religioso denominado Filhas de Maria, ligado ao Apostolado da Oração, grupo católico que valorizava a prática dos sacramentos, especialmente da eucaristia, só foi criado na década de 1950, conforme registro do livro de tombo da paróquia.

Nas décadas de 1930 e 1940, os encontros para oração, onde se reuniam trabalhadores rurais e líderes políticos locais, nas casas espalhadas pelos povoados ou na igreja matriz, constituíam-se em um dos principais espaços para a socialização desse discurso da Igreja Católica acerca do feminino. Discurso que reafirmava os valores católicos de submissão, de fidelidade, de crença, de honra e de contrição, junto a uma população de homens e mulheres com pouca ou nenhuma instrução escolar.

Sobre esse momento da infância e da juventude, marcado pela presença do discurso religioso, Severina Silvina de Barros relatou:

Quando era de noite tinha, tinha lá uma vizinha... todo mundo chamava madrinha Maria. Ela rezava o mês de maio. A diversão da gente era o mês de maio que ela rezava. E reunia de noite pra gente ir pra casa de madrinha Maria. A gente chegava ali... um ficava do lado de fora da janela, outro do lado de dentro. As janelas eram abertas. Ai se conversava. Às vezes recebia carta, que quando ele não ia mandava uma carta para mim. Eu recebia a carta, guardava pra eu ler em casa. Recebia as cartas quando ele não ia, dizendo que não ia, porque não sei o quê... [risos]. Não era propriamente escondido não, mas papai e mamãe não sabiam. A gente ia de noite lá nessa casa, era compadre de papai e de mamãe. Gente muito... gente muito amiga. A gente ia pra cantar nas novenas ‘Com minha mãe estarei’... E tinha outros hinos.⁷⁰

A sala da casa de Maria da Glória tinha três janelas. Aqueles que chegavam antes do início das orações ficavam dentro da sala; os que chegavam durante as orações ficavam próximos às janelas ou à porta, onde fosse possível fazer as orações, entoar os cânticos, conversar em voz baixa, entregar ou receber uma carta. Na juventude de Severina Silvina, na década de 1930, os encontros para o culto à Virgem Maria durante o mês de maio, nessa casa, constituíram-se também em uma possibilidade de conversa, de divertimento e de namoro. Em

⁷⁰ Entrevista n. 29. Severina Silvina de Barros nasceu em Cabaceiras, PB, em 29.10.1916. Foi entrevistada em 20.03.2004, quando tinha 87 anos de idade. Residia na Cidade de Cabaceiras até o seu falecimento, ocorrido no segundo semestre de 2004.

meio às orações e cânticos, Severina na janela namorava e recebia, às escondidas, cartas do namorado.

Severina Silvina, seu namorado e a pessoa que entregava as cartas usaram os encontros religiosos, controlados pelas famílias e pela religião católica, para seus interesses pessoais. Estas pessoas burlavam sub-repticiamente⁷¹, de modo não declarado, sem provocar estardalhaço, os valores de submissão, de recato, de obediência, aproveitando a ocasião para tirar um proveito passageiro. Estes valores foram impostos, no povoado de Carootá de Fora, onde morava Severina, pela religião católica, por meio de hinos à Virgem Maria. Embora não tenham rompido diretamente com os preceitos do catolicismo que norteavam suas vidas, estas pessoas, mais propriamente Severina, usaram o momento de encontro da vizinhança, de religiosidade, marcado pelo discurso da Igreja Católica que se queria monopolizador da vida daquelas pessoas, para tirar um proveito momentâneo.

Esta arte de usar um momento de socialização católico em favor próprio distanciava-se do que estava estabelecido para o comportamento de homens e de mulheres pelo discurso religioso dos hinos ‘Com minha mãe estarei’ e ‘Queremos Deus que é nosso pai’. Esta conduta feminina nos momentos de oração do mês de maio pode significar que, embora o discurso dos hinos católicos acerca do papel da mulher na recristianização fosse veemente nas orações no povoado de Carootá de Fora, na prática este discurso não controlava totalmente os indivíduos. Pode significar também que algumas pessoas, assim como Severina, se desviaram ocasionalmente do que era imposto pela Igreja, mas não se desviaram do ato de cultuar a Virgem Maria, nem contestaram o modelo de mulher e mãe amplamente difundido.

Maria Carneiro, casada com Severino da Silva Neves, proprietário de um sítio e de gado leiteiro, no povoado de Carootá de Fora, era mãe de três filhos homens e de três filhas mulheres, entre elas Josefa da Silva Neves. Todos eles participavam das atividades do sítio. Josefa buscava água no rio, cuidava da pequena plantação de coentro, lavava pratos, engomava roupa, entre outros afazeres da casa. E após um dia de tarefas, à noite, antes de dormir, fazia suas orações.⁷²

Em 1940, quando Josefa tinha três anos, Maria Carneiro ensinou-lhe a benzer-se recitando a seguinte oração: “Em nome do Pai, do Filho e do Espírito Santo, amém.” À medida que os anos passaram outras orações foram acrescentadas na vida de Josefa. Aos dez anos ela rezava o pai-nosso, a ave-maria, a salve-rainha, o credo e o santo anjo do senhor. Ao

⁷¹ Cf. CERTEAU, 1994.

⁷² Entrevista n. 10. Josefa da Silva Neves Macêdo nasceu em Cabaceiras, PB, em 14.01.1937. Foi entrevistada em 07.06.2003, quando tinha 66 anos de idade. Reside em Cabaceiras, na rua Francisco Firmino de Castro.

acordar, benzia-se pedindo proteção. Na mesa, ao meio-dia, quando todos se preparavam para almoçar, rezava em silêncio e benzia-se agradecendo o alimento. Depois da refeição, repetia a oração, pedia a benção ao pai e à mãe e agradecia novamente o alimento. Este hábito era praticado por seus pais, suas irmãs e irmãos, e Maria Carneira ficava atenta para o cumprimento desse hábito religioso por parte de seus filhos.

Ao mesmo tempo em que se dava a aprendizagem das orações em casa, Josefa e seus irmãos e irmãs freqüentavam as orações no mês de maio e as missas na vila de Cabaceiras. O discurso da Igreja Católica estava amplamente presente na vida dessas pessoas.

Na vila de Cabaceiras morava o casal formado por Amélia de Almeida, dona de casa, e Antonio Adauro de Sousa, porteiro do Grupo Escolar Alcides Bezerra na década de 1940. Eles eram pais de Hermínia. Depois de um dia de pequenas tarefas em casa e de brincadeiras numa das cinco ruas da vila, às 18 horas Hermínia estava em casa. Mãos postas, cabeça inclinada, ajoelhada perto da imagem de Nossa Senhora da Conceição, ao longo da infância na década de 1930, ela repetia as orações aprendidas com a mãe e preparava-se para dormir. Rogava ao anjo da guarda proteção e, conforme relata, “levava a vida assim”.⁷³

Maria de Lourdes Correia, nascida em 1924, filha de Rosenda do Espírito Santo e Severino Gomes da Silva, trabalhador nos sítios da região, morava também na vila de Cabaceiras. Ainda na infância, Maria de Lourdes e suas irmãs, Josefa e Maria das Neves, ficaram órfãs de mãe. Elas passaram a cuidar da casa. O pai saía de madrugada com os filhos Antônio e Oswaldo para cortar madeira, fazer carvão, fazer cerca e outros trabalhos que lhe rendessem algum dinheiro.⁷⁴

Sobre o momento da infância nas décadas de 1920 e 1930, Maria de Lourdes relata:

Ah! Brincadeiras num posso dizer. Era tanta coisa, tanta brincadeira boa e bonita, se vocês soubessem! A gente brincava de muita coisa; brincava de se esconder; brincava de toca; brincava de roda; brincava de mãe. Tinha a pessoa que era Josefa que só queria ser a mãe. Na escola as meninas gritavam logo: é Zefa Gomes; é Zefa Gomes a mãe, é uma mãe exemplar. Era. Aí a gente brincava de jogar pedra, brincava de muitas coisas. Muitas coisas a gente brincava; era bom demais. Agora, religião, Deus tome conta. A gente só sabia aquelas rezinhas de dentro de casa, né?⁷⁵

Diferentemente da presença marcante das orações na infância de Hermínia e de Josefa da Silva Neves, no relato de infância de Maria de Lourdes o que se sobressai são as

⁷³ Entrevista n. 5. Hermínia de Almeida Castro nasceu em Cabaceiras, PB, em 15.06.1926. Foi entrevistada em 17.05.2003, quando tinha 77 anos de idade. Reside na cidade de Cabaceiras, na rua Manoel Maracajá.

⁷⁴ Entrevista n. 4. Maria de Lourdes Correia nasceu em Cabaceiras, PB, em 30.09.1924. Foi entrevistada em 08.04.2003, quando tinha 78 anos de idade. Reside em Cabaceiras, na rua Quatro de Junho.

⁷⁵ Ibid.

brincadeiras. Aos dois anos de idade, em 1926, sua mãe morreu. Assim, ela foi educada no convívio com o pai, os irmãos, as irmãs, familiares e pessoas próximas do pai. No entanto, a ausência da mãe e o ato de brincar não excluíram a presença de hábitos da religião católica nem do modelo de mãe ideal defendido pelo catolicismo.

Possivelmente, Josefa, sua irmã mais velha, que representava o papel de mãe nas brincadeiras, deve ter ensinado a Maria de Lourdes algumas orações. Mesmo o aprendizado das orações dando-se de modo diferente do que ocorreu na vida de Hermínia e de Josefa da Silva Neves, Maria de Lourdes não deixou de aprender algumas “rezinhas” e de ter acesso ao modelo de mãe visto como correto naquela sociedade.

Com ou sem a presença materna no lar os hábitos de benzer-se e de rezar foram praticados nas famílias em Cabaceiras. Além disso, num dos momentos de diversão, aquelas meninas vivenciavam o modelo de mãe zelosa, intercessora e atenta às necessidades dos filhos e filhas, como era difundido nas orações do mês de maio.

Nos momentos coletivos de oração, por meio dos hinos, que defendiam comportamento submisso e a Virgem Maria como modelo de mulher a ser seguido, ou nas orações em casa antes de dormir, antes e após as refeições, a Igreja Católica em Cabaceiras se queria única a informar e controlar a vida daquelas pessoas. No templo e nas casas a religião católica tentava monopolizar as atenções daqueles homens e mulheres já habituados à prática das orações.

1.2 Debaixo do véu, cristãs (in)civilizadas

O cotidiano da vida em Cabaceiras, poder-se-ia afirmar, quando não estava preenchido pelo trabalho estava voltado para as atividades religiosas. Os lares dos homens e das mulheres ocorriam quase sempre no âmbito das práticas religiosas. E pode-se construir um mapa de como em todos os períodos da vida a Igreja estava fortemente presente. Ao nascer, ocorria o batizado, ritual que significava o ingresso na comunidade católica, embora esta fosse uma decisão tomada pelos pais. Depois vinha a preparação por meio do catecismo, em que as crianças eram ensinadas acerca dos princípios católicos, modelos de comportamento baseados nos dez mandamentos, nos sacramentos, nas orações, tudo isso associado à narrativa da vida de Jesus. Depois de aprender o que era certo e o que era errado à luz desses princípios, a criança deveria se confessar a um padre para então poder participar efetivamente da união que significava a primeira comunhão.

Nos encontros catequéticos, aos domingos à tarde, apenas crianças com idade de dez anos preparavam-se para receber o sacramento da comunhão⁷⁶. Este sacramento é um juramento de fidelidade por parte do indivíduo em relação à Igreja Católica. Nos povoados, as aulas de catecismo aconteciam nas mesmas casas onde se realizavam as orações no mês de maio, enquanto na vila o ensino do catecismo ocorria no prédio da igreja matriz. Entre os anos de 1944 e 1946, quando o padre João Madruga permaneceu à frente da paróquia, 278 meninas e 159 meninos participaram da celebração da primeira comunhão – ou primeira eucaristia.

Na vila de Cabaceiras, morava Maria do Socorro de Araújo Barros, filha de Maria Ecila e Inácio Nunes de Araújo. Ela, aos dez anos de idade, em 1948, participou da preparação para receber o sacramento da comunhão pela primeira vez. Sobre essa celebração, Maria do Socorro relatou:

Nesse tempo a gente usava uns vestidos compridos de noiva. Manga aqui comprida. Mãe comprou o meu de crepe. Mandou dona Lali de seu Biu Novo fazer. E dona Mocinha, a irmã de Fidelino, uma moça velha que tinha aqui, fazer as capelas. Aí fez minha capela. Quando no dia da primeira comunhão, era eu, Duda, muita gente. Aí a gente foi fazer a primeira comunhão. Aí fomos pra igreja, não é? Quando a missa terminou, que a gente fez a primeira comunhão, um horror de menino, aí veio um grupo fazer o lanche na casa de dona Zefinha de Esmeraldino. Teve bolo, dona Bezinha enfeitou a mesa cheia de cálice, muito bonita a mesa!⁷⁷

A propósito das lembranças acerca da sua primeira comunhão, Maria do Socorro contou sobre o modelo da roupa, sobre o véu, sobre as costureiras, sobre outras pessoas que participaram do ato da primeira eucaristia junto com ela e ainda sobre a comemoração após o ritual católico assistido por toda a comunidade.

O vestido de crepe branco – cor associada à pureza –, longo, com mangas compridas, cintura definida e o véu para a cabeça, usados pelas meninas, assemelhavam-se ao traje de noiva utilizado nos casamentos em Cabaceiras.

Nas cartas do apóstolo Paulo aos coríntios, lê-se: “a mulher deve trazer sobre a cabeça o sinal de sua dependência”.⁷⁸ Retomando o mito da criação do homem e da mulher por Deus, Paulo tenta justificar a necessidade da mulher usar véu. Para o apóstolo, sendo Jesus Cristo a cabeça da Igreja, o homem era a cabeça da mulher, portanto, esta devia permanecer coberta para não desonrar o homem. Segundo ele, a mulher fora retirada do homem, por isso devia

⁷⁶ Além do sacramento da primeira eucaristia ou primeira comunhão, instituído pelo Concílio de Trento, no século XVI, a Igreja Católica tem mais seis sacramentos: batismo, confissão, confirmação do batismo ou crisma, ordem, matrimônio e unção aos enfermos.

⁷⁷ Cf. Entrevista n. 24. Maria do Socorro Araújo Barros nasceu em Cabaceiras, PB, em 20.07. 1941. Foi entrevistada em 15.08.2003, quando tinha 62 anos de idade. Reside em Cabaceiras, Praça General José Pessoa.

⁷⁸ BÍBLIA sagrada. Edição pastoral. 25. impr. São Paulo: Paulus, 1998. p. 1.471.

mostrar sua eterna dependência. Deste modo, o véu é sinal de sujeição. O véu também é visto como sinal de virgindade, pois representa o hímen. O véu da noiva é um véu nupcial que apenas o marido deve retirar, assim como deve ser o marido o primeiro a manter relações sexuais com ela. Deste modo, o véu significa pudor, honra, oblação, sacrifício da esposa.⁷⁹

De acordo com este modo de ver a mulher, que a inferiorizava, a Igreja impôs o uso do véu. Assim, Maria do Socorro e mais meninas que participaram do ato da primeira comunhão seguiram essa imposição. Elas mostraram por meio da vestimenta a submissão, a honra e a doação para com a Igreja. A celebração desse sacramento reforçava o papel a ser assumido pelas mulheres na sociedade. A elas cabia apenas obedecer à Igreja, ao pai e ao marido.

A menina, na celebração do ato da primeira comunhão, firmava um compromisso de seguir os preceitos da Igreja Católica. Na celebração do matrimônio, a mulher firmava um compromisso indissolúvel com a Igreja Católica e com o homem de cumprir fielmente o sacramento e demais preceitos religiosos. Tanto no ato da celebração do sacramento da comunhão quanto no do matrimônio, a mulher deveria cobrir-se dos pés à cabeça, passando uma imagem de recato, pureza e submissão.

Era para a celebração do ato da primeira comunhão e para a vida dentro dos preceitos católicos que Bezinha Henriques e Zefinha, na vila de Cabaceiras, na década de 1940, preparavam as crianças. Estas catequistas ensinavam as orações, os dez mandamentos, o modo de participar da missa e os preceitos do catolicismo.

O padre João Fernandes da Silva, em seu discurso de posse em 17 de maio de 1947, afirmou: “[...] a primeira obra da paróquia que julgo ser a catequética, muito se tem feito. O ensino do catecismo é ministrado na matriz, nos grupos escolares da paróquia, nas escolas isoladas, ora pelo vigário, ora pelas catequistas”.⁸⁰

No âmbito da política pedagógica deste padre, aos domingos pela manhã devia ocorrer a missa e, à tarde, “o ensino do catecismo às crianças espalhadas pelos sítios”. Desse modo, entendia que a catequese deveria ser estendida ao maior número possível de crianças. Para tal, esperava apoio das catequistas, mulheres com alguma instrução que se dedicavam a catequizar as crianças.

Bezinha – funcionária da Agência Postal Telegráfica desde 1940, irmã do vereador Joaquim Gomes Henriques e casada com Dino Farias Cavalcante – e Zefinha – dona de casa, filha de Esmeraldino Gomes Henriques, funcionário público e vereador –, que possivelmente estavam presente na posse do padre João Fernandes, atenderam ao apelo catequético. Elas e as

⁷⁹ Cf. PERROT, 2007.

⁸⁰ LIVRO de tomo da paróquia Nossa Senhora da Conceição, op. cit., p. 8.

crianças que participaram da preparação para a primeira comunhão no ano de 1948 estavam empenhadas em cumprir as orientações do referido padre, vigário de Cabaceiras entre os anos de 1947 e 1955.

Este padre estava em sintonia com a política da Cúria Romana. No âmbito da restauração da cristandade na Europa, sobretudo após a Primeira Guerra Mundial, verificou-se um esforço renovado e profundamente estimulado pela encíclica *Acerbo Nimis* do papa Pio X, de que resultaram os catecismos para crianças/adolescentes e para adultos, a formação catequética nos seminários e a estruturação das atividades catequéticas em âmbito nacional, diocesano e local. Com isso, livros catequéticos organizados pelo pontífice foram traduzidos nas principais línguas. O objetivo era revigorar e intensificar os encontros catequéticos preparatórios para a prática da primeira eucaristia.

Na década de 1930, os encontros catequéticos aconteciam aos domingos, ao longo de um ano, como parte da pedagogia católica de educação religiosa para o cumprimento do sacramento da primeira eucaristia e para a formação do cristão católico. As lições baseavam-se no livro *Catecismo*.

Segundo Francisco A. Lourenço Vaz, o catecismo, “livro e ensino das verdades da religião, apesar dos seus antecessores remontarem ao tempo dos primeiros cristãos e época medieval, só a partir do século XVI, assumiu-se como nova pedagogia e meio de cultura das massas.”⁸¹ De acordo com a Enciclopédia Popular Católica, dois catecismos foram organizados pelo papa Pio X no começo do século XX, cuja intenção era oferecer visão completa da doutrina cristã. Em seu pontificado, entre 1903 e 1914, denominado de período da restauração da Cristandade, o pontífice reformou a Cúria Romana, fundou o Instituto Bíblico, autorizou a construção de seminários centrais, promulgou leis para melhor disciplinar o clero, instituiu normas relativas à primeira comunhão e à comunhão freqüente, restabeleceu a música sacra, etc.⁸²

Talvez, tendo em vista essa política da Igreja Católica, um dos catecismos organizados pelo papa Pio X tenha sido utilizado no cotidiano da Igreja Católica em Cabaceiras na primeira metade do século XX.

Nas décadas de 1920 e 1930, Maria da Glória organizava as orações do mês de maio em Carotá de Fora. Nas décadas de 1930 e 1940, Severina Silvina freqüentava as orações com sua família. Com o incentivo do padre, elas assumiram a catequese das crianças. Ambas

⁸¹ VAZ, 1998, p. 217.

⁸² Cf. ENCICLOPÉDIA católica popular. Disponível em: <www.ecclesia.pt.catolicopedia>. Acesso em: 2 mar. 2008.

utilizaram o *Catecismo*. Possivelmente por ser afilhada de Maria da Glória e por substituí-la na função de catequista, Severina Silvina de Barros herdou o livro.⁸³

Nesse *Catecismo*, há “os dez mandamentos de Deus, os cinco mandamentos da Igreja”; outros preceitos da religião (atos de atrição, de contrição, de fê, de esperança, de caridade, de confissão, sacramentos, virtudes, pecados); e um “resumo da doutrina christã em seis lições: criação, santíssima trindade, doutrina Christã, Jesus Christo, santa cruz, espírito santo” (sic). A fundação da Igreja é tratada em 14 partes, que abordam os seguintes temas: “apóstolos, Igreja Romana, Igrejas, remissão dos peccados, peccado, symbolo apostólico, mandamentos, sacramentos, baptismo, cerimônias do baptismo, confirmação, eucharistia, penitencia, extrema-uncção, da ordem e do matrimonio, oração, virtudes theologaes” (sic).

No livro, há também a indicação do “modo de ajudar a missa no rito romano em latim, explicações das cerimônias da missa”, orações – ao acordar pela manhã, ao se levantar da cama, a Nossa Senhora, ao se levantar da mesa, ao toque da Ave-Maria, ao se recolher à noite, antes de principiar a aula, depois da aula.

A última parte trata sobre “civildade e elementos de civilidade” (da igreja, das visitas, da conversação, das companhias, dos encontros e passeios, do andar, da postura do corpo, do vestido e asseio, da mesa, dos superiores, dos iguais, dos inferiores, do deitar e levantar da cama, das cartas, do luto). Contém ainda um anexo com as formas de tratamento em cartas.

De tudo, me interessa especialmente a parte que trata dos “elementos de civilidade”. Ao longo das 126 regras de civilidade, o comportamento dos indivíduos é norteado pelos princípios do catolicismo. São regras para o comportamento de homens e mulheres em ambientes públicos e privados, sendo algumas direcionadas para o comportamento em público das mulheres e a relação delas com os homens. São normas para civilizar os hábitos de homens e mulheres no âmbito do entendimento de civilidade da Igreja Católica.

Entre o final do século XIX e início do século XX, a Igreja Católica, por meio do *Catecismo*, divulgava sua compreensão de civilidade, a saber:

o modo de qualquer pessoa se comportar na sociedade para os mais, segundo os princípios da moral e da religião, que são a base da educação do homem. O individuo, que se mostra bem educado para com aquelles com quem trata, é sempre estimado e bemquisto de todos; e por isso nada mais essencial para

⁸³ Acredito que o livro utilizado por Maria da Glória e Severina trata-se de um catecismo da Igreja Católica Romana. O mesmo foi conservado por Severina, que em 1980 presenteou Luiza Marina, professora da Escola do Carotá de Fora. O catecismo encontra-se sem a capa e a contracapa, o que dificulta a identificação. No entanto, por ter sido utilizado nos encontros catequéticos na primeira metade do século XX, enquanto livro da doutrina cristã católica, é importante para nosso estudo analisá-lo. Nas citações, esta obra será indicada como *Catecismo*.

que na sociedade se goze de uma boa opinião do que o cumprimento das regras de civilidade. (sic)⁸⁴

Por meio do *Catecismo*, crianças com dez anos de idade, nos encontros catequéticos na década de 1940, ouviam também que a

civilidade dá-se a conhecer nas palavras, acções e movimentos de qualquer individuo. Nas palavras deve mostrar-se o homem modesto, polido e delicado; nas acções humano, caridoso e verdadeiro; nos movimentos, composto, honesto e natural. A civilidade nos ordena que sejamos modestos conosco mesmos; humildes com os nossos superiores, affaveis com os nossos iguaes; humano com os nossos inferiores. Estes são igualmente os preceitos da moral christã, que nos manda amar ao próximo como a nós mesmos. (sic)⁸⁵

No falar, no agir, no pensar, o indivíduo deveria respeitar os preceitos cristãos e a hierarquia social. A maneira de comportar-se dependia do próprio lugar social e do lugar social do outro. Contudo, ao referendar a hierarquia social, o discurso da Igreja define que nestas relações deve prevalecer a síntese dos dez mandamentos, “amar ao próximo como a nós mesmos”, enquanto sentimento entre os cristãos. O indivíduo deveria agir de acordo com seu lugar social, uma vez que as normas de civilidade ordenavam modéstia consigo mesmo, humildade para com os superiores, afabilidade com os iguais e humanidade com os inferiores. Portanto, a Igreja Católica legitimava a hierarquia social, na tentativa de controlar a sociedade, normatizando o comportamento dentro dos seus preceitos.

Dentro desse conceito de civilidade, o indivíduo se dá a conhecer por meio das palavras, das ações e dos pensamentos. O *Catecismo*, ao elaborar uma definição de civilidade, diz também o modo pelo qual poder-se-á identificar se um indivíduo está ou não de acordo com a definição ideal de civilidade.

Ao estudar as regras do namoro do final do século XIX ao início do XX no Rio de Janeiro, o antropólogo Thales de Azevedo analisa o discurso do *Compêndio de Civilidade Cristã*, de 1880, elaborado pelo bispo do Pará Antonio de Macedo Costa. O bispo preocupava-se em advertir as famílias abastadas contra as mulheres que abusavam das águas-de-cheiro e de perfume, contra os moços com aparência cada vez mais feminizada, contra os homens de modos soberbos, entre outras coisas. Este compêndio e outros analisados pelo antropólogo faziam parte do cotidiano de famílias abastadas no Brasil, no final do século XIX. Segundo o autor, estes compêndios quase sempre eram adquiridos por mulheres.⁸⁶

⁸⁴ CATECISMO, p. 78.

⁸⁵ Ibid., loc. cit.

⁸⁶ Cf. AZEVEDO, 1986.

Os “elementos de civilidade” do *Catecismo* utilizado em Cabaceiras, nas décadas de 1930 e 1940, faziam parte, especialmente, do cotidiano religioso de catequistas e de crianças que se preparavam para a primeira comunhão. Entre as preocupações registradas, destacamos “as finezas, as boas maneiras, a etiqueta, o modo de ‘praticar com pessoas’”, tidos como signos de civilidade. Assim, nas conversações,

os mancebos devem ouvir muito e fallar pouco, especialmente achando-se na companhia de pessoas idosas, às quaes se deve prestar toda atenção, quando ellas falarem; Si é uma menina que está fallando com um homem, não deve fitar os olhos no rosto d’elle, nem tão pouco no chão, que signal de affectação. (sic)⁸⁷

Nos preceitos acerca do comportamento, recomenda-se que um casal deve dialogar o mínimo possível e prestar atenção aos idosos. Os idosos teriam algo instrutivo a dizer e passariam, por meio das suas palavras, as experiências de toda uma vida, devendo os jovens ouvir para aprender. Assim, se a mulher aparece submissa ao homem, o casal de jovens aparece submisso aos idosos.

Nessas regras de civilidade, a atenção da Igreja volta-se para as relações entre homem e mulher e entre jovens e idosos. Ao longo do século XIX, no Brasil, a pretensão à igualdade entre os sexos era algo distante. Já na primeira metade do XX, passou a ser bandeira de luta do movimento feminista, ridicularizado na imprensa conservadora, que não aceitava a participação das mulheres no trabalho fora do lar, na política ou mesmo a iniciativa feminina nas relações afetivas. Tanto no século XIX quanto no começo do século XX, a relação de igualdade dava-se entre pessoas do mesmo sexo, da mesma condição social e da mesma faixa etária. Neste sentido, o discurso do *Catecismo* reforça a inferioridade da mulher em relação ao homem e dos jovens em relação aos adultos e idosos.

O relato de Filomena revela como era o comportamento de um casal de namorados:

Eu mesmo arrumei esse dali... Ele conversava muito com meu pai e eu sentada no banco só assistindo. Eu sentada como aqui e ele como ali do outro lado. Eu só assistindo a conversa dele. [...] Quando foi se casando as irmãs mais velhas, que a gente ficava, ficaram as mais novas, aí eu ia... a gente ia pra sala. Mamãe dizia: “Está bom de cuidar na janta.” Nesse tempo não chamava janta não, era ceia, ia botar a ceia. Estavam todos dois na sala. Quando sai pra jantar que a gente chegava e dizia pra mamãe: “Diga a papai que vá jantar que a janta está pronta.” Aí ele ia, aí eu ficava na sala, ninguém se encostava, se encostava assim perto um do outro não. [...] Uma vez que ele estava, eu estava sentada perto dele até debulhando feijão... Aí eu sentada de um lado assim e Antonio ficava desse lado, papai com a rede armada assim desse lado aí. Aí ele disse: Filomena num pode ficar pro lado de cá

⁸⁷ CATECISMO, p. 83.

não? Pode? Foi a vergonha maior... Chega parece que eu esfriei. Aí eu fui, passei pro lado...⁸⁸

No início do namoro, em meados da década de 1940, no povoado de Curral de Baixo, Filomena, seu pai Miguel e seu namorado Antonio Emídio ficavam na sala debulhando feijão. Na maior parte do tempo, Antonio conversava com o pai de Filomena. Ela não participava da conversa daqueles homens. Em silêncio, acompanhava cada palavra, cada gesto. Somente a partir da autorização do pai foi que Antonio conseguiu estar ao lado de Filomena, que mesmo emocionada continuava a debulhar o feijão.

Ela e Antonio, que namoravam sob os olhares vigilantes de Miguel, usaram a seu favor o hábito do pai ser o primeiro a levantar-se para jantar. Enquanto Miguel caminhava para a mesa, Filomena aproveitava os poucos instantes em que ficava a sós com Antonio Emídio para trocar poucas palavras, olhar nos olhos e, talvez, ter as mãos de Antonio entre as suas, ou beijar.

Na vida de Filomena, as normas e valores prescritos pelo *Catecismo*, e mesmo pelos hinos das orações do mês de maio de que ela participava no Curral de Baixo, eram vividos cotidianamente como um modo natural de comportar-se no namoro. Além disso, o relato acima contribui para reforçar uma das representações do namoro de antigamente que temos ainda hoje. Confirma também as normas do *Catecismo* sobre a atenção e o respeito que os jovens deviam ter em relação aos idosos e sobre o comportamento da mulher durante o namoro, que devia conversar o mínimo possível com o namorado. A representação que prevalece acerca da relação de namoro gira em torno do valor de recato amplamente difundido e vivido em Cabaceiras nas décadas de 1930 e 1940.

A normatização prescrita no *Catecismo* ampliava-se até ao modo de olhar. Ao “fitar os olhos no rosto d’ele”, a mulher poderia sugerir uma relação de igualdade entre os sexos que não era aceita pela Igreja Católica. Na relação de dominação do homem sobre a mulher, esta podia apenas cruzar seu olhar com o do homem. Para a historiadora Mary Del Priori, “um olhar feminino livre seria percebido como um olhar obsceno, lúbrico.”⁸⁹ Este olhar era entendido também como falta de recato, de decência e de inocência.

Acerca do modo de olhar e de namorar, Maria Santos, a mesma que cantava nas orações do mês de maio nas décadas de 1930 e 1940, relata:

O povo também era namoro de jacaré. Só de vista. Namorava a quantidade que quisesse. Era muito, era muito. Só olhando. Ninguém tinha esse negócio

⁸⁸ Entrevista n. 36. Filomena de Sousa Meira nasceu em Cabaceiras, PB, em 14.11.1926. Foi entrevistada em 03.01.2005, quando tinha 77 anos de idade. Reside no povoado Alto da Boa Vista, município de Cabaceiras.

⁸⁹ DEL PRIORI, 2006, p. 120.

de sair com aquele rapaz. Começou as moças sair com os namorados em 1940, que eu saí com Severino e duas moças da Ribeira. Tudo tão acanhada, tão matuto, uma vergonha. Tinha vergonha demais... Só assim um passeiozinho. Eles ficaram sentados na calçada de seu Chico Estevão, nós ficávamos naquele passeio, só assim. Ficava olhando a festa, não é? Os namorados, minha filha, tive diversos namorados, mas assim como diz... só em festa. Como diz o ditado, um namoro passageiro.⁹⁰

O antropólogo Thales de Azevedo, em seu estudo citado sobre as regras do namoro no Rio de Janeiro, traz uma definição elaborada pelo cronista João do Rio para flerte: “o flerte é uma espécie de conquista amorosa sem amor, desejo de inspirar o amor, sem sentir. É um jogo, muitas vezes de invenção e iniciativa das mulheres, que se pratica, diz o cronista, nas grandes cidades e nas pequenas vilas de todo o mundo.”⁹¹

A troca de algumas piscadas de pálpebras e, quem sabe, um sorriso discreto indicavam para Maria Santos e mais moças o começo de uma relação afetiva, ou apenas um namoro passageiro, um tipo de namoro que durava o tempo de uma festa. Sobre esse modo de namorar Inácia Madureira relata:

[...] namoro assim passageiro, não era coisa fixa não... Parece que foi numa festa aqui de Natal, mas que só foi naquele dia de festa que durou. Só outra vez que tinha outra festa era que eu via. Mas que num usava ir na casa da gente. O rapaz só ia na casa visitar a moça na casa dos pais se ele tivesse boas intenções. [...] Então, se ele não quisesse casar com aquela moça ou ela também não quisesse, só fosse namoro, ele não visitava.⁹²

Deste modo, podemos observar a diferença entre namoros passageiros nas festas e os namoros fixos em casa. Os namoros passageiros ou a troca de olhares durante uma festa não eram do conhecimento dos pais. Já a ida do rapaz à casa da moça dependia das “boas intenções do rapaz”, leia-se, da intenção de noivado e de casamento. É possível também que nem sempre uma jovem estivesse interessada em manter relações com fins de casamento. Talvez uma jovem desejasse encontrar alguém para passar aquela noite de festa sob a luz da lua ou do gerador de eletricidade, embalada pela canção orquestrada.

Segundo Norbert Elias, no século XIX os tratados de civilidade buscavam inculcar sentimentos de vergonha, medo, culpa, a exemplo da obra intitulada *A educação das meninas*, de Von Raumer (1857), inspirada no tratado *De civiliate morum puerilium*, de Erasmos

⁹⁰ Entrevista n. 15. Maria Santos de Oliveira nasceu em Cabaceiras, PB, em 29.11.1917. Foi entrevistada em 22.06.2003, quando tinha 85 anos de idade. Reside em Cabaceiras, na rua Quatro de Junho.

⁹¹ AZEVEDO, 1986, p. 24.

⁹² Entrevista n. 18. Inácia de Farias Madureira nasceu em Cabaceiras, PB, em 24.06.1926. Foi entrevistada em 05.07.2003, quando tinha 77 anos de idade. Reside em Cabaceiras, na rua Joaquim Gomes Henriques.

(1530). Ensinava-se a olhar, a sentar, a cumprimentar, a estar à mesa, a controlar as emoções, etc. Também havia uma série de normas acerca do comportamento em cultos religiosos.⁹³

A Igreja Católica, na sociedade burguesa do século XIX, impôs o comportamento visto como civilizado, reforçando as relações hierárquicas entre adultos e jovens e, provavelmente, entre homens e mulheres, pais e filhos, ricos e pobres. A Igreja fazia parecer natural o comportamento que na prática era imposto.⁹⁴

Desde o século XIX, tendo em vista as mudanças de atitudes nas relações entre os sexos, a Igreja Católica investia discursivamente na normatização das relações afetivas, que deviam se fundamentar nos valores de recato, de contenção dos desejos e de culpa. Mesmo com tanto investimento, em Cabaceiras, nas décadas de 1930 e 1940, algumas mulheres vivenciaram namoros que não se enquadravam totalmente no que era imposto pela religião.

A representação de um namoro como passageiro me faz pensar que nem todo flerte se tornava um namoro sério e duradouro. Além disso, o ato de uma mulher olhar para um rapaz nem sempre era percebido como falta de recato, ou, por outro lado, como inversão dos papéis de homem e de mulher. Filomena, Inácia Madureira e Maria Santos em algumas ocasiões reinventaram algumas normas, tirando proveito de curta duração. Na maior parte das vezes, porém, elas seguiam os preceitos do catolicismo.

Na praça, durante o pavilhão da festa de Nossa Senhora da Conceição, no dia 08 de dezembro, Maria Santos, seu namorado Severino e duas amigas que moravam no povoado de Ribeiras passeavam enquanto ouviam a orquestra. Enquanto isso, os pais vigiavam da calçada os passos da filha. Mesmo sendo uma prática estabelecida e controlada pela Igreja, não era comum na vida de Maria Santos e de outras moças de Cabaceiras em 1940.

Nas cidades que passaram por reformas urbanas na primeira metade do século XX, praças amplas, arborizadas, com bancos, eram destaque. Nessas praças era prática fazer o *footing*, passeio entre amigas, amigos ou casais de namorado, sob olhos vigilantes de pais e demais praticantes deste lazer da cidade.

Nesses passeios, fossem nas cidades urbanizadas ou nas pequenas vilas interioranas, cabia seguir as normas de cavalheirismo. Severino estava a par destas normas e buscava cumpri-las. Segundo o *Catecismo* da Igreja Católica, era obrigação do homem oferecer o braço e deixar sempre a mulher do lado da parede, pois deste modo proporcionar-lhe-ia proteção: “[ao acompanhar] uma senhora, devemos oferecer-lhe o braço e o melhor lugar que é o da parede, sendo em rua onde haja passeio. Sendo duas senhoras, daremos a cada uma seu

⁹³ Cf. ELIAS, 1994.

⁹⁴ Cf. MANOEL, 2008.

braço, indo nós no meio. Subindo escada, o cavalheiro que acompanhar uma senhora deve subir primeiro; descendo, descer depois d'ella.” (sic)⁹⁵

Ao homem era conferido o papel de protetor, de executor das regras de civilidade e de comedimento em relação às mulheres. Especificamente nestas regras, as formas de comportamento de uma mulher aparecem em função do modo de estar dos homens. Para todos os movimentos do corpo, a Igreja Católica tinha uma regra de civilidade. A maneira dos homens e das mulheres de passear, de subir escadas, etc, passou por um processo de normatização que definia o papel de cada gênero. Nessa relação, o homem era visto como ser forte, condutor da ação e protetor; a mulher, como ser frágil, necessitando de proteção.

O tom de voz e os assuntos em via pública deveriam ser amenos. Durante um passeio, “encontrando-se duas pessoas na rua devem evitar questões, ou cousa que motive fallar alto” (sic).⁹⁶ Numa reunião em casa, num baile ou na rua os indivíduos deveriam conter-se ao falar sobre assuntos polêmicos, contendas pessoais ou qualquer questão motivadora de tensão.

Ainda no que tange às normas de comportamento relativas ao modo de falar, as pessoas não deviam

falar tão baixo, que os mais [próximos] não nos ouçam, nem tão alto, que incomodenmos os que estiverem presentes. Emquanto fallarmos, não devemos fazer tregeitos ou visagens, nem estar balaceando a cadeira, nem acompanhar as nossas palavras com movimentos fora do natural. Falando-se d'outra pessoa, também presente, não se deve indicar apontando o dedo para ella. [...] Quando fallarmos com qualquer pessoa, não devemos approximar-nos tanto d'ella que os nossos movimentos a incomodem. Evitar cada um, quando for possível, fallar de si próprio; é cousa indispensável e que indica muito boa educação. Deve-se evitar o fallar ao ouvido a qualquer pessoa, por que isso pode causar suspeitar a algum dos circunstantes. Também se não deve mostrar qualquer cousa em particular. Lançar em rosto a qualquer os seus defeitos, ainda que naturaes, é signal de nenhuma civilidade. (sic)⁹⁷

No ato de falar, o indivíduo devia prestar atenção ao tom de voz, às pessoas presentes, aos movimentos do próprio corpo, em pé ou sentado. Os elementos de civilidade diziam como não devia se comportar um indivíduo numa conversa e indicava o modo civilizado de dialogar. Nas conversações, o indivíduo prezaria pela discrição e contenção do corpo e da fala. Todo um modo de se relacionar é estabelecido no *Catecismo* da Igreja Católica, para dizer se um indivíduo é ou não civilizado.

Ao conversar com uma pessoa, devia-se manter certa distância física, para não incomodá-la com os movimentos. Os movimentos do corpo deviam se limitar ao mínimo

⁹⁵ CATECISMO, p. 88.

⁹⁶ Ibid., p. 89.

⁹⁷ Ibid., p. 83- 84.

possível. Não era correto falar de si, falar ao ouvido, indicar particularidades ou apontar um defeito a outra pessoa. Em grupo, o indivíduo devia atentar para essas regras, o que poderia evitar ser chamado de incivilizado ou mal-educado. A harmonia das conversas devia ser garantida por meio do falar e do agir. A conduta dos indivíduos era disciplinada para atender aos valores de contenção, de discrição, de negação das próprias idéias. Esse conjunto de normas indica que a Igreja Católica, de acordo com seu entendimento de civilidade, tinha um projeto pedagógico para disciplinar e controlar a convivência cotidiana, tornando as pessoas dóceis.

As regras da conversação são bastante reveladoras da tentativa da Igreja em estabelecer um padrão de conduta nos diálogos em que se apresentam pontos de vistas ou opiniões divergentes:

É conveniente, ao fallar com qualquer pessoa, estudarmos o seu caracter e gênio, para sabermos como nos devemos conduzir para com ella, sem nos expormos a conflitos ou alterações. Deve-se respeitar muito a opinião dos outros, e nunca se deve persistir na nossa, sendo contraria á da pessoa com quem fallamos. Mostrar-nos neste ponto condescendente é prova da melhor educação. Nunca se deve observar a quem estiver fallando que disse tolice, ou alguma inconveniência. Antes de nos decidirmos a fallar, é preciso avaliar muito as palavras que tencionamos dizer, porque, ditas ellas, se não pode voltar atraz. (sic)⁹⁸

Sobre este padrão de conduta nas conversas, Iracilda relata:

No tempo da juventude da gente papai falou... falava dos detalhes. Passava pra gente e a gente discutia política. Uma vez Santo Moura trouxe um primo dele... até Ermiro Leite e hoje é Dr. Ermiro Leite. Trouxe ele pra... que ele era muito político. E trouxe ele porque eu era muito política; era eu e Iracema, cada qual da mais política. A gente era adversária dele, aí ele chegou com o primo Ermiro Leite, a gente recebeu muito bem e tal, conversou. Era um rapaz educado, do jeito que chegou saiu. A gente disse: “Ah! Santo, pensava o quê? Que a gente ia desafiar o rapaz como desafia tu aqui? Não. A gente conversa em política com você, mas com seu primo não, porque ele é sabido. Sabe muito.” Ele disse: “Vocês são sabidas e tal.” Eu disse: “A gente está defendendo nossa parte... Agora você é adversário. O importante é que a gente quer vencer e você também quer vencer, então cada um trabalhe pro seu lado.” Era essa discussão lá em casa, mas Santo só fazia isso quando papai num estava em casa. Pai estava em casa a gente num dizia nenhum pio.⁹⁹

José Bertholdo e Maria Emerentina, moradores do povoado Rio Direito, tinham dez filhos. Eles possuíam uma propriedade de terra, criavam muares e ele transportava milho, feijão, algodão e outros produtos para os municípios de Taquarintiga, Surubim, Vertentess, no estado de Pernambuco. José Bertholdo transitava nessa região de fronteira, estando a par das

⁹⁸ CATECISMO, p. 85-86.

⁹⁹ Entrevista n. 3, doc. cit.

querelas políticas. Contava em casa sobre a configuração política em Cabaceiras e, possivelmente, no estados da Paraíba e de Pernambuco. Suas filhas Iracilda e Iracema, e possivelmente as outras, eram informadas sobre a política local, tendo o hábito de conversar sobre esse assunto com alguns freqüentadores de sua casa.

As conversas entre Iracilda, Iracema e Santo Moura sobre política aconteciam quando o pai delas não estava presente. Quando José Bertholdo estava em casa, o jovem rapaz conversava com ele, enquanto as mulheres observavam. Mas não era apenas esta norma das conversações que Iracilda e Iracema seguiam. Elas viviam com naturalidade a norma sobre a conduta ideal numa conversa. Elas discutiam sobre política com Santo Moura, alguém do convívio diário, todavia, no diálogo com Ermiro Leite, alguém que elas pouco conheciam, evitaram o confronto de opiniões.

De acordo com o discurso da Igreja, o indivíduo deve analisar o caráter e o gênio de uma pessoa para definir o modo de se relacionar com ela, deve se preparar para o diálogo de modo a evitar tensões. Está implícito que o diálogo é um embate. No entanto, a Igreja define uma forma de relacionamento que evite o embate: o indivíduo deve renunciar a persistir na própria opinião quando ela for contrária ao julgamento da pessoa com quem dialoga. O indivíduo que renuncia às suas idéias é chamado de condescendente, e esse valor definido como “prova de melhor educação”. Assim, no diálogo, o indivíduo precisava provar sua civilidade, evitando conflitos, contendas e tensões. Pensar sobre o que dizer e conter algumas opiniões eram atitudes de pessoas que queriam demonstrar ser civilizadas.

As jovens Iracilda e Iracema acatavam e defendiam a política do Partido Republicano (os partidários eram conhecidos como perrepistas), enquanto os rapazes aliavam-se à Aliança Liberal, portanto, eles eram opositores dos prefeitos que se sucederam em Cabaceiras entre 1930 e 1949. Embora divergissem politicamente, estes homens e estas mulheres discutiam política em um momento em que as mulheres, especialmente as envolvidas no movimento feminista, lutavam pela emancipação feminina, que incluía o direito de eleger e de ser eleita. No entanto, nas primeiras décadas do século XX, as mulheres militantes eram alvo de aviltamento na imprensa. Segundo a historiadora Rachel Soihet, eram comuns crônicas e charges nos meios de comunicação que satirizavam a participação das mulheres na política e no mercado de trabalho.¹⁰⁰

Ao discutir política, estas mulheres adentraram num território considerado masculino. Embora seguindo a norma imposta pela Igreja de observar as pessoas com quem se conversava,

¹⁰⁰ Cf. SOIHET, 2006.

elas discutiram um assunto que era considerado pela Igreja impróprio para as mulheres. Marcar posição contrária ao interlocutor também era uma atitude que a Igreja julgava reprovável para os indivíduos que se queriam cristãos e civilizados, e totalmente inadequada para as mulheres, que deveriam dedicar-se a sua única missão: ser boas mães, esposas e donas de casa.¹⁰¹

1.3 Modas e Modos

No século XIX, marcava-se a diferença social e sexual por meio da indumentária. Os tecidos, as cores e as formas das roupas constituíam-se em elementos importantes na composição dos vestuários de homens e de mulheres. Já no começo do século XX, particularmente nas grandes cidades, a exemplo de São Paulo, Rio de Janeiro, Recife, divulgavam-se com alarde pela imprensa as modificações no vestuário feminino. Para alguns críticos mais ferozes, entre as mudanças que contribuíam para a corrosão da ordem social estavam as alterações na moda feminina, na qual comprimento, desenhos, cores e acessórios passavam por modificações.¹⁰²

Em Cabaceiras, nas décadas de 1930 e 1940, a Igreja Católica, por meio do *Catecismo*, também dava grande atenção ao modo de vestir-se de mulheres e homens:

Uma cousa que muito indica também a boa educação é a limpeza do vestido, a modéstia no trajar e outros predicados essenciais para aqueles que quizerem passar por civilizados. É necessário que cada um se vista segundo a sua classe, ou como vir vestidos os iguaes. No vestido não se deve mostrar ostentação. A modéstia no vestir é um bom signal do character de um individuo. Não devemos ser dos primeiros a usar de qualquer moda: segui-la-hemos quando estiverem geralmente adoptadas. (sic)¹⁰³

Os modos de vestir-se e de cuidar da vestimenta indicavam civilidade, quando associados à modéstia. No *Catecismo*, a modéstia aparece como valor indispensável. E a moda, entendida enquanto novidade, algo a ser dispensado. Importavam os signos emitidos pela roupa. Deste modo, a ostentação no vestir e a diferença dentro do próprio grupo social, marcada pelas vestimentas e mesmo pelos acessórios, diziam se o indivíduo seria ou não civilizado. Cada grupo social deveria ter seu modo de se vestir, no entanto, todos os grupos sociais deveriam evitar ostentação. No vestir-se, a diferença de classes se revelava, mas a diferença dentro da própria classe era rejeitada e definida como ostentação. Enquanto o vestir-

¹⁰¹ Cf. BARROS, O., 1996.

¹⁰² Cf. BONADIO, 2000; CONCEIÇÃO, 2005.

¹⁰³ CATECISMO, p. 90.

se modestamente poderia representar caráter e civilidade, independentemente da classe, a ostentação poria em dúvida ambos os valores.

A aproximação das mulheres católicas com elementos da moda devia ser evitada. De acordo com as normas da Igreja, o uso de maquilagem, de cortes de cabelo, de novos comprimentos e modelos de roupas só poderia acontecer quando maior número de pessoas aprovasse a moda e, principalmente, quando esta não significasse insubmissão aos preceitos da religião.

A Igreja Católica dedicava-se a uma ação de luta contra o ‘progresso’ no sentido de manter a ordem tradicional da sociedade, os lugares e papéis de homem e mulher submissos e fiéis à Igreja. Assim, para ser adotado e aceito no cotidiano de homens e mulheres, um elemento da moda deveria se aproximar da prática de modéstia e se distanciar da ostentação, vista como valor do mundo do ‘progresso’.

Em Cabaceiras, esse discurso da Igreja Católica sobre civilidade combatia a moda enquanto sinônimo do novo, de expressão de diferenciação dentro do grupo social, de ostentação e de falta de modéstia.

Quanto ao modo de se vestir das mulheres, o *Catecismo* ditava: “Si vestir exige certas condições nos homens, muito maiores as exige nas senhoras. Estas se devem mostrar modestas, compostas e honestas, porque o contrario lhe será pouco favorável na opinião pública.” (sic)¹⁰⁴

Enquanto aos homens se exige modéstia, em relação às mulheres a exigência é por modéstia, compostura e honestidade. No discurso da Igreja, que se quer (in)formador do modo civilizado de ser, estar, falar e vestir-se, as mulheres devem seguir as três características do trajar-se, caso contrário, a opinião pública lhes será desfavorável. Os signos emitidos pela roupa contribuía para a formulação de idéias sobre a pessoa que a vestia.

Sobre as roupas que eram usadas nas festas em Cabaceiras, Hermínia relata:

Era mais seda, num era essa roupa grossa não. Ave-Maria! Se uma moça saísse com uma calça dizia logo que era homem. Era tudo muito alinhado. As festas que a gente ia na Prefeitura todo mundo ia muito lorde. Sapato alto, salto bem fininho, Luís XV. As que num tinha condições de ir tinha os saltos mais grossinho um pouquinho, num sabe? As elegantes mesmo iam com aquele bem fininho. Nunca andei com esses fininhos não, só as moças da elite que vinha da sociedade elevada. A gente era da sociedade, mais num era tão assim. A gente tem que viver num ambiente que tudo se renove. A gente não vivia num ambiente que fosse renovado. Só quando vinham as festas, que vinha aquele povo elegante, é que o pessoal foi se fazendo também. Procurar onde compra aqueles sapatos, aqueles vestidos. A cidade

¹⁰⁴ CATECISMO, p. 92.

pequena, só se dirigia pra Campina. Pra comprar roupas finas, sapato. Antigamente aqui não existiam essas coisas. Cada uma que comprasse suas coisas em Campina. Aí foi que foi se modernizando.¹⁰⁵

Na expressão da historiadora Michelle Perrot, “a memória das mulheres é trajada. A vestimenta é a sua segunda pele, a única da qual se ousa falar, ou ao menos sonhar.”¹⁰⁶ Neste sentido, este fragmento é emblemático, pois contém nomes de tecidos e de sapatos entremeados a interessantíssimos comentários sobre tipos de roupa feminina. Neste trecho da entrevista com Hermínia há também concepção de elegância, de condição social e, especialmente, formas de buscar o novo, o moderno e o diferente.¹⁰⁷

Os *usos* que as mulheres faziam dos calçados e das roupas em um baile podiam distingui-las não somente pela condição social, mas também pela forma que como *usavam* toda indumentária. Para Michel de Certeau, que buscando distinguir o uso que as pessoas fazem das representações e comportamentos e estudar a “fabricação” cultural, há dois tipos de produção no contexto capitalista. Uma é racionalizada, visa expandir-se, essa é produção capitalista no sentido material; a outra que se chama “consumo” tem por característica ser astuciosa, dispersa, sendo que se insinua ubiquamente, de forma silenciosa e quase imperceptível. Citando um exemplo do segundo tipo de produção, “os usos” ou “maneiras de fazer”, Certeau aponta o caso dos indígenas na colonização espanhola que “submetidos e mesmo consentindo na dominação, muitas vezes esses indígenas faziam das ações rituais, representações ou leis que lhes eram impostas outras coisas que não aquelas que o conquistador julgava obter por elas.”¹⁰⁸

Hermínia, durante a infância nos anos 1930, aprendeu orações para fazer antes de dormir com a mãe Amélia e brincou na calçada de casa. Na juventude, nos anos 1940, ela freqüentou as festas da padroeira Nossa Senhora da Conceição, de Natal e de Ano Novo no prédio do Paço Municipal. Estas festas religiosas somadas às orações em casas ou na igreja marcavam os momentos de diversão naquele mundo rural.

Esta relação entre o calendário religioso e o calendário festivo é um traço da sociedade rural. Já na sociedade urbana, a exemplo de cidades como Recife, João Pessoa, Campina Grande, os valores burgueses com ares de modernidade, ao longo da primeira metade do século XX, cada vez mais diziam sobre freqüentar teatro, cinema, cafés, passear pelas avenidas e ruas reformadas, entre outros hábitos que passavam a fazer parte do cotidiano.

¹⁰⁵ Entrevista n. 5, doc. cit.

¹⁰⁶ PERROT, 2005, p. 14

¹⁰⁷ Cf. REZENDE, 1997.

¹⁰⁸ Cf.: CERTEAU, M. 1994. p.39.

Nesses espaços, podia-se informar sobre tecidos, cores, comprimentos, modelagens que estavam em moda, julgando a elegância uns dos outros.¹⁰⁹

Naquela época, a vila de Cabaceiras tinha cinco ruas de terra batida. Lá não havia teatro, cinema, cafês. As festas da Padroeira, de Natal e de Ano Novo aconteciam no salão do Paço Municipal. Em relação à moda e ao modo de se vestir, estas festas constituíam-se em uma oportunidade para ver o que havia de novidade nas roupas, nos calçados e nos acessórios. Era um momento para marcar o lugar social.

A roupa, os calçados e demais elementos que formam o conjunto da moda contribuíam para definir o lugar social de uma mulher. Além disso, o traje podia também definir se a mulher estava ou não elegante, influenciando nas suas relações durante a festa. Uma mulher, dependendo de como se arrumava, podia tornar-se referência de novo, de moderno, de elegante, de belo, pois as festas, além de momentos de diversão, eram também momentos de percepção das formas de vestir, ocasiões para mostrar e ver novidades no vestuário.

Os tipos de calçados e a maneira de usar os sapatos e as roupas em uma festa podiam distinguir a condição social de uma moça. Sapatos com saltos altos e finos, conhecidos pelo nome de Luís XV, eram usados por mulheres de famílias de proprietários de terra, de criadores de gados, de comerciantes e de lideranças políticas locais. Provavelmente, as mulheres destas famílias compravam sapatos e tecidos para fazer roupas em Campina Grande, onde o comércio oferecia diversas opções.

Zé Albino, morador de Boa Vista, vendia tecidos, sapatos, perfumes, chapéus e outros acessórios às mulheres do município que não conseguiam deslocar-se para Campina Grande. Muitas vezes, ele trocava tecidos, sabonetes, perfumes, maquilagem por galinhas, ovos, porcos, bodes. Estes animais ficavam sob o cuidado das mulheres, e elas os utilizavam para adquirir esses objetos, uma vez que não faziam parte dos gêneros de primeira necessidade, como o café, o açúcar, a farinha, comprados pelos homens.¹¹⁰ Deste modo, as mulheres de famílias de pequenos proprietários de terra e de trabalhadores rurais compravam sapatos de salto grosso aos mascates. E numa festa, ao olhar para os pés das moças poder-se-ia distinguir a condição social de cada uma por meio do tipo de salto do sapato.

Além disso, a maneira como usava toda a indumentária, a forma de andar com calçados de salto fino, o mostrar dos pés e de parte da perna ao sentar poderiam chamar a

¹⁰⁹ Cf. BARROS, N., 2007.

¹¹⁰ Entrevista n. 42. Eulâmpia Gonçalves de Sousa nasceu em Cabaceiras, em 10.10.1929. Foi entrevistada em 05.01.2005, quando tinha 75 anos de idade. Reside no povoado de Curral de Baixo.

atenção em função da delicadeza ou extravagância dos movimentos. Provavelmente, uma moça que usava os sapatos de forma elegante, discreta, recatada, sutil, se destacava das demais e isso podia ser um meio de lhe proporcionar outras relações, de conquistar mais rapazes para dançar, de se diferenciar socialmente das demais, de tornar-se referência de moda.

Também podemos vislumbrar como a forma de estar vestida uma mulher desencadeava ou não namoros; inveja e ciúmes; se ela era padrão de moda a ser seguido; se proporcionava conversas com pessoas de outras condições sociais, de outras idades ou de outro sexo. O baile na Prefeitura era uma das festas em que iam pessoas elegantes. Mesmo que cada uma fosse elegante a seu modo, havia uma certa concepção de elegância, de belo, de novo que pautava um baile grã-fino na Prefeitura de Cabaceiras naqueles anos.

Havia também uma concepção acerca de que tipo de roupa mulheres e homens deveriam vestir. Na cidade do Recife, na primeira metade do século XX, alguns críticos do comportamento bradavam nos jornais que não se conseguia distinguir nas ruas homens de mulheres, estas perdendo seu encanto “natural” ao querer igualar-se aos homens até nas vestimentas.

Na vila de Cabaceiras, nas décadas de 1930 e 1940, uma mulher vestida com calças poderia motivar inquietação, repúdio e críticas, pois entendia-se que uma mulher ao vestir calça queria muito mais do que igualar-se aos homens – queria ser homem.

A roupa marcava o lugar social, a idade, a condição civil e o sexo. Qualquer atitude que parecesse romper com esses lugares e com os papéis vistos como naturais para homens e mulheres era prontamente denunciada pela ‘opinião pública’, fortemente informada pelos valores católicos.

Acerca de roupas e acessórios, Josefa Aguiar relata:

Usava e bom. [riso] Usava. Eu mesma usava muito. Depois que eu tinha de vinte anos eu usava muita colônia boa. [pausa]. Tinha um rapaz aqui que dizia: “A gente passa por aquela moça, Josefa Quilidoro, é um cheiro que a gente só falta cair.” [riso] Usava e era exagerada nos perfumes. Gostava. Só usava muito. Mas isso é imbecilidade da pessoa botar muito perfume. [riso]. Tamarati e, deixa eu ver, que estou muito esquecida. [...]. Toda vida desde idade de 15 anos fazia até as unhas, unhas das moças aqui. [...]. Eu era muito vaidosa quando era nova. Só andava arrumada. Eu gostava de andar bem arrumada. Toda vida maquiada, cabelo ondulado. Era vaidade... moda. A gente ia tudo pra Campina ondular o cabelo em madame Áurea. Quando o cabelo descia a ondulação ficava bem bonito...¹¹¹

¹¹¹ Entrevista n. 26. Josefa Guimarães de Aguiar nasceu em Cabaceiras, PB, em 23.10.1924. Foi entrevistada em 16.08.2003, quando tinha 78 anos de idade. Reside na cidade de Cabaceiras, na rua Maria Neuly Dourado.

Josefa Guimarães, filha de Possidônia e José Quilidoro, morava no sítio Passagem, a dois quilômetros da vila de Cabaceiras. Nos anos 1940, ela e sua família costumavam ir à vila na segunda-feira para assistir à missa às dez horas e fazer compras na feira. Nessas ocasiões, Josefa aproveitava para usar seus vestidos de *voil*, seus sapatos de salto grosso, seu perfume Itamarati. Nas festas Josefa, que ondulava seus cabelos longos, caprichava ainda mais na produção.

Para a historiadora Michelle Perrot, os cabelos são símbolo de feminilidade. Símbolo que sintetiza sensualidade e sedução, atraindo o desejo. Por vezes, nas pinturas, a exemplo da renascentista, se sugere por meio do cabelo a proximidade da natureza, da animalidade, do sexo e do pecado. No século XIX, houve “uma erotização dos cabelos das mulheres”, em um jogo de esconder/mostrar que fortalecia o erotismo feminino. Nesta mesma época, uma mulher que seguia os valores da Igreja Católica cobria a cabeça com véu. Os cabelos só deviam ser soltos na intimidade do lar, quase sempre apenas no quarto de dormir. Na noite de núpcias e nas seguintes, a esposa devia soltar o cabelo para o marido, único homem que poderia ver os seus cabelos soltos.¹¹²

Por sensualidade, sedução ou vaidade a jovem Josefa Guimarães e mais mulheres de Cabaceiras se deslocavam até Campina Grande para ondular, pentear e alisar seus cabelos com a cabeleireira madame Áurea, comprar perfumes, tecidos ou simplesmente acompanhar os pais. Josefa sabia que a forma como cuidava da aparência não estava de acordo com o modo de comportamento aceito naquela sociedade.

Sabia também dos signos emitidos pelo modo de usar perfume. Mesmo assim, continuava a usar muito perfume. Ela realizou sua vaidade, sua vontade de mostrar-se e ser notada nas ruas de Cabaceiras. Naquela sociedade organizada em torno dos valores da religião católica, Josefa Guimarães desobedeceu, pelo menos no uso do perfume, as normas prescritas pelo catecismo.

Em relação à realização do próprio desejo, Maria de Lourdes relata:

E a festa de Reis era boa demais. Além de ter as três noites de novena tinha a missa e a procissão e no dia sete que era bom pro pife andar nas casas. Pífano que a gente... Andar nas casas dançando e bebendo e namorando. [...] Muito escondido de pai. E se Inácio visse, quando chegasse em casa a pisa era na certa, que ele ia fuxicar a pai. Mas era bom, bom mesmo. Festa de Reis falada mesmo boa dentro de Cabaceiras eu passei. Muito, muita festa boa.¹¹³

¹¹² Cf. PERROT, 2007.

¹¹³ Entrevista n.4, doc. cit.

Maria de Lourdes, a mesma que aprendeu poucas orações na infância, sem a permissão do pai e do irmão mais velho Inácio, caminhou com os tocadores de pífaros ou pife¹¹⁴ nas cinco ruas da vila no dia da festa de Reis.

A folia de Reis ou festa de Reis teve início na Europa na Idade Média, para denominar o cortejo de pedintes que cantavam versos religiosos ou humorísticos. A festa de Reis, no dia 06 de janeiro, celebrava também a passagem bíblica em que Jesus foi visitado por reis magos, denominados Melchior, Baltazar e Gaspar, os quais passaram a ser referenciados como santos católicos a partir do século VIII. Entre a data do Natal e a data consagrada aos Reis Magos, visitavam-se as casas tocando músicas alegres em louvor aos “Santos Reis” e ao nascimento de Jesus Cristo.

Em Cabaceiras, seguindo o calendário religioso, celebrava-se a festa de Reis na igreja Nossa Senhora do Rosário. Construída em 1860, a mando do major João Ferreira Guimarães e de sua esposa Ignácia Theresa de Jesus, a igreja era palco para a festa organizada pela irmandade Nossa Senhora do Rosário dos Pretos, composta por escravos e escravas. Nas décadas de 1930 e 1940, descendentes desses escravos continuavam a realizar o festejo, escolhendo o rei e a rainha que participariam da procissão e da missa naquela igreja, distante aproximadamente cinquenta metros da igreja matriz Nossa Senhora da Conceição.

No dia posterior às celebrações religiosas, um grupo de tocadores de pífaro, moradores do povoado de Barra de São Miguel ou do município de Caruaru/PE, a convite dos organizadores da festa, passava de casa em casa. Ao longo da manhã e da tarde, os pífaros percorriam as residências e os estabelecimentos comerciais. Nas casas serviam-se comidas, bebidas e no mercado doava-se dinheiro ou produtos.

Numa dessas festas na década de 1940, Maria de Lourdes, que tinha 16 anos ou mais, dançou ao som do pife, namorou e bebeu, talvez, sucos, licores ou cachaça, rompendo com o cerceamento imposto pelo pai e pelo irmão, que ocupavam lugares de autoridade, de mando, de vigilância na família. Ela não seguiu a norma católica de recato, obediência e honra imposta para todos os momentos da vida.

Em uma atitude tática, “ação calculada que é determinada pela ausência de um próprio”¹¹⁵, usou aquilo que não lhe era próprio (ir à festa sem autorização do pai e do irmão)

¹¹⁴ O pífaro é uma pequena flauta transversal, aguda, similar a um flautim, mas com um timbre mais intenso e estridente, devido ao seu diâmetro menor. Os pífaros são originários da Europa medieval e são frequentemente utilizados em bandas militares. Há também o pife brasileiro, um tipo de pífano com tradição e cultura próprias da região Nordeste do país e do interior, ligado ao forró. No Brasil, o que habitualmente se chama também de pífano é uma adaptação nativa, com influência indígena, das flautas populares européias. Feito de taboca como as flautas indígenas, utilizado para cerimônias religiosas e festas.

¹¹⁵ CERTEAU, 1994, p.100.

para conseguir o que desejava – divertir-se ao som do pife. Por outro lado, Maria de Lourdes não passou despercebida sob os olhares vigilantes, talvez curiosos ou enamorados, de moradores(as) da vila de Cabaceiras, que a denunciaram ao pai ou irmão. Mesmo controlada, vigiada, punida, Maria de Lourdes em um dos momentos de sua juventude desobedeceu ao modelo de moça-mulher passiva, frágil, cordata, obediente e discreta, bastante difundido naquela época pela Igreja Católica na vila de Cabaceiras.

Em duas situações, no uso de perfume e numa festa, respectivamente, Josefa e Maria de Lourdes não se submeteram ao que estava prescrito como forma ideal de comportamento para as mulheres. Estas práticas dessas mulheres constituem formas de vivências diferentes das esperadas pela Igreja Católica, cujo discurso normatizador foi amplamente difundido no cotidiano daquele lugar nas décadas de 1930 e de 1940. São práticas importantes na formação de um perfil de mulher não totalmente submisso às normas e aos valores daquela sociedade; são práticas de mulheres que em alguns momentos de suas vidas não se conformaram às normas do comportamento impostas pelo catecismo da Igreja Católica e por alguns parentes, notadamente mãe, pai e irmãos.

1.4 Discurso (in)formador da mulher cristã-católica-cidadã

Na década de 1930, Severina Silvina de Barros, a mesma que freqüentava as orações do mês de maio e recebia cartas do namorado durante as orações, trabalhou como professora em Coroatá de Fora, em escolas que funcionavam na casa de algumas famílias, nos povoados de Boqueirão, de São Domingos e de Ribeira. Entre os anos de 1946 e 1951, Severina Silvina lecionou no Grupo Escolar Alcides Bezerra, na vila de Cabaceiras. Ela e seu pai obtiveram do prefeito José Nunes um contrato para a função de professora no Grupo Escolar.

Tanto nas aulas nas casas dos fazendeiros quanto nas do Grupo Escolar, Severina Silvina ensinava algumas crianças a ler, escrever e realizar as quatro operações matemáticas. Sobre o método de ensino utilizado, Severina relatou: “Cada um tinha que dar sua lição, sua leitura. [...] Cada um tinha que abrir seu livrinho, estudar a lição e ficar perto da gente. [...] Fossem dez meninos... todos dez tinham que fazer leitura.”¹¹⁶ Depois do aprendizado do abecedário, as crianças passavam a ler pequenos textos e “a dar a lição”, mostrando para a professora que dominavam a leitura.

¹¹⁶ Entrevista n. 29, doc. cit.

Josefa da Silva Neves, filha de Maria Carneiro, que aprendeu as orações com a mãe e praticava todos os dias, moradora do povoado de Coroatá de Fora, foi uma das alunas de Severina no Grupo Escolar. Quando Severina Silvina foi morar na vila, na casa de propriedade de seus pais, para poder trabalhar no Grupo Escolar, Josefa a acompanhou. Ela devia fazer companhia a Severina, cuidar da casa e estudar no Grupo Escolar aprendendo a ler, a escrever e a realizar as operações matemáticas.

Entre os livros que a professora Severina usava para selecionar os textos a serem lidos por Josefa e demais alunos e alunas, estava um denominado *Crestomatia*. Assim como conservou o catecismo usado nos encontros catequéticos, Severina guardou um dos materiais didáticos utilizados nas aulas no Grupo Escolar.

O livro *Crestomatia* foi organizado pelo professor Radagasio Taborda, catedrático do Ginásio Estadual do Rio Grande do Sul, em Porto Alegre. Segundo o autor, o “modesto livrinho [dirigido] ao professorado e à mocidade estudiosa”¹¹⁷ tinha como objetivo facilitar para o aluno a aprendizagem da ortografia oficializada pelo decreto nº 20.108, de 15 de junho de 1931, assinado pelo presidente Getúlio Vargas.

Na apresentação de sua obra, Radagasio Taborda fala sobre “a leitura atenta, sob a direção esclarecida do professor, a análise e interpretação dos bons escritores [...] o melhor parecer, o único adequado para transmitir ao aluno o conhecimento da língua, iniciando-o na arte de escrever.” E diz que o livro, “entregue para o manuseio da juventude estudiosa”, “trata das normas do Português e do seu ensino, contendo fragmentos de textos, cuja seleção foi norteadas pelas normas e preceitos dos grandes mestres da pedagogia moderna.”¹¹⁸

Após apresentar as regras da ortografia e do ensino do Português, o livro divide-se em duas partes. A primeira contém os seguintes tópicos: narrativas e lendas; dissertação – moral e religião, descrições; geografia, história, biografia; humorismo, fábulas e anedotas. A segunda parte é composta por: apólogos e alegorias; sonetos – poesias líricas; descrições; odes, poesias épicas; sátiras – epigramas. Entre 1931 e 1944, *Crestomatia* teve 17 edições. Um exemplar da 17ª edição pertencia a Severina, que selecionou alguns contos para ler, talvez com seus alunos.

Principalmente nos tópicos ‘narrativas e lendas’ e ‘dissertação – moral e religião’, os temas estão ligados direta ou indiretamente ao catolicismo. Foi nestes tópicos que Severina selecionou e enumerou alguns textos, entre os quais estavam ‘O sineiro da aldeia’, ‘Herói

¹¹⁷ TABORDA, Radagasio. *Crestomatia*: excertos escolhidos em prosa e verso. 17. ed. Porto Alegre: Livraria do Globo, 1944.

¹¹⁸ Ibid., p. 2.

obsuro’, ‘A academia silenciosa’, ‘A derribada’, ‘A virgem das rosas’, ‘Noemi’, ‘A pátria’, ‘Retrato de Cristo’, ‘Gratidão e triunfo’, ‘Jesus Cristo’, ‘A ira dos bons’.

A lenda “A virgem das rosas”, escrita por S. S., conta sobre a filha caçula de um camponês. A menina, “inocente como um anjo”, despertava ao alvorecer, colhia flores em seu jardim e levava até a estátua da Virgem das Rosas. Em seguida, “punha-se de joelhos e começava a sua prece ardente; a cada breve oração que concluía, juntava uma flor ao festão que lhe crescia, lindo. Parecia brotar-lhe dos lábios a flor que a grinalda acrescentava. Terminadas as preces, estava pronta a grinalda.”¹¹⁹

Nesta lenda, temos uma representação do gênero feminino como aquele que cuida do jardim, devoto da Virgem Maria, discreto em suas ações. A representação da devoção da menina é exaltada ao longo da narrativa, que, embora não esteja no tópico dedicado à moral e à religião, tem cunho moral fundamentado no culto à imagem da Virgem Maria. Na lenda, a castidade aparece como valor para o feminino. A menina filha do camponês e Maria, mãe de Jesus, são nomeadas de virgem, termo associado à castidade e pureza.

Com a difusão do cristianismo, o sexo das mulheres passou a ser entendido como algo a ser protegido, fechado e possuído. Dentro desta compreensão, a virgindade se tornou um valor supremo para as mulheres e, principalmente, para as moças, sendo a Virgem Maria o modelo e a protetora das virgens. Deste modo, havia uma forma de controle colocada em funcionamento,¹²⁰ tendo como intenção preservar a reputação e a honra das moças representada pela virgindade, bem supremo de troca no matrimônio. Neste sentido, a lenda utilizada na sala de aula de Severina Silvina definia a virgindade enquanto valor de grande importância para as moças.

Ao mesmo tempo, a Igreja Católica, a Escola e o organizador do livro *Crestomatia* concordavam acerca do controle da sexualidade feminina e da vivência cotidiana da devoção à Virgem Maria. Ao selecionar e ler com suas alunas e alunos a lenda ‘A Virgem das Rosas’, a professora Severina Silvina reforçava a devoção, a castidade, a obediência enquanto valores importantes na vida das mulheres.

Outro aspecto é que, tanto nos hinos ‘Com minha mãe estarei’ e ‘Queremos Deus que é nosso pai’ quanto na lenda ‘A Virgem das Rosas’, a Virgem Maria é modelo de mulher e mãe. A filha do camponês aparece como modelo de devoção, discrição e simplicidade. Nos hinos, os filhos são representados culpados, insensatos e ingratos, pedindo e clamando pela

¹¹⁹ S. S. A virgem das rosas. In: TABORDA, 1944., p. 93.

¹²⁰ Cf. FOUCAULT, 1988.

intercessão da Virgem Maria; na lenda, a menina, também filha da Virgem Maria, aparece como exemplo de fidelidade e de zelo para com a sua imagem.

Desse modo, nas leituras escolares, assim como nas orações do mês de maio e nas orações de antes de dormir ou de almoçar, a Virgem Maria é representada enquanto modelo de mulher e de mãe intercessora. A filha do camponês aparece como modelo de devoção e de filha; e a virgindade, enquanto valor a ser obedecido.

Na formulação deste modelo de comportamento para as mulheres, notadamente as mulheres camponesas, prevalecem os preceitos do catolicismo. Naqueles anos das décadas de 1930 e 1940, por meio de leituras escolares, de uma educação feminina voltada para a constituição da família cristã, mesmo que proporcionada pelo Estado, a Igreja Católica tentava sustentar os preceitos base do discurso repressor da sexualidade das mulheres, fosse vivida no âmbito ou não da relação matrimonial. Buscava também ampliar seu poder de definir, de subjugar e controlar a função social das pessoas com base na oposição dos sexos.

No momento da publicação do livro *Crestomatia*, a partir da encíclica *Divini Illius Magistri*, de 1929, a Igreja Católica defendia suas prerrogativas no processo educacional, dizendo da necessidade da presença dos preceitos católicos como norteadores da formação dos cidadãos, defendendo, inclusive, o ensino religioso nas escolas. Dentro da política da Igreja Católica denominada de romanização, iniciada na segunda metade do século XIX, ganhava força o discurso condenatório da laicização da sociedade. Esse discurso foi bem recepcionado no Governo Vargas a partir da década de 1930. Na concepção do Estado, a educação deveria “barrar” a infiltração do comunismo, por isso o material didático deveria ter como base a religião católica e o nacionalismo para a formação do caráter.¹²¹

Em contraposição, os preceitos dos “pedagogos modernos” ou escolanovistas não dialogavam com os valores do catolicismo. A Escola Nova defendia a modernização da educação, sem a presença da Igreja. Este movimento educacional também criticava o Governo Federal pelo descaso com a educação. Assim, nos congressos educacionais e nos jornais, aumentavam as críticas quanto à presença da Igreja na educação formal e à falta de políticas eficazes do Estado para a educação e diminuição do analfabetismo.

Apesar desse movimento, tanto no livro *Crestomatia*, especialmente na lenda ‘A virgem das rosas’, quanto no Grupo Escolar de Cabaceiras, pelo menos nas aulas da professora Severina, os preceitos do catolicismo continuavam a ser valorizados e praticados.

¹²¹ Cf. ALMEIDA, 1998; LIMA, 1978.

A aproximação entre Estado e Igreja Católica marcou todo o governo de Getúlio Vargas. Ambas as instituições tinham objetivos em comum: a ordem, o nacionalismo, o patriotismo e o anticomunismo. O Estado realizava a doutrina social da Igreja na tentativa de conseguir superar o que considerava os inimigos a serem combatidos na arena político-ideológica: o liberalismo e o comunismo.¹²² A Igreja Católica comungava da idéia de ordem e defendia o Estado.

Igreja e Estado entendiam que a mulher era responsável pelo lar e pela educação dos cidadãos. E a Igreja Católica conclamava as mulheres para a luta em defesa da família, da religião e da pátria. Neste sentido, nas décadas de 1920 e 1930, a figura da mãe cívica passou a ser exaltada, por isso a imagem de Santa Maria foi fortemente valorizada enquanto modelo de mãe e de mulher divulgado nos meios de comunicação.¹²³

Possivelmente considerando estas questões, Radagasio Taborda selecionou para seu livro várias lendas, entre elas ‘A virgem das rosas’, fundamentadas em valores da Igreja Católica. Neste sentido, a leitura dessa e de outras lendas na escola fazia parte da reaproximação política entre o Estado brasileiro e a Igreja Católica, especialmente no que dizia respeito à educação dos cidadãos.

Em Cabaceiras, nas décadas de 1930 e 1940, a Igreja Católica se fazia constantemente presente nos lares. O mesmo podia acontecer na escola, ou pelos menos nas aulas de algumas professoras, a exemplo de Severina Silvina, educadas em um intenso diálogo com os valores do catolicismo.

Além da lenda ‘A virgem das rosas’, a professora Severina selecionou no livro *Crestomatia* o texto ‘A pátria’, escrito por Rui Barbosa. Para ele:

A família, divinamente constituída, tem por elementos orgânicos a honra, a disciplina, a fidelidade, a benquerência, o sacrifício. [...] Multiplicai a família, e tendes a pátria. [...] Dilatai a fraternidade cristã, e chegareis das afeições individuais às solidariedades coletivas, da família à nação, da nação à humanidade.¹²⁴

Rui Barbosa, ocupando lugar de destaque no cenário político do Brasil, sendo candidato à Presidência da República em duas ocasiões, escreveu várias obras entre a segunda metade do século XIX e começo do século XX. No texto publicado no livro organizado pelo professor Radagasio Taborda, Rui Barbosa compara a pátria com a família, uma e outra caracterizadas pela honra, disciplina, fidelidade, benquerença e sacrifício.

¹²² Cf. COSTA, S., 2007; LIMA, op. cit.; CAVALCANTE NETO, 2008.

¹²³ Cf. RAGO, 1985; FÁVARO, 2002.

¹²⁴ BARBOSA, Rui. A pátria. In: TABORDA, Radagasio. *Crestomatia*: excertos escolhidos em prosa e verso. 17. ed. Porto Alegre: Livraria do Globo, 1944. p. 99.

Para Rui Barbosa, “a pátria é o céu, o solo, o povo, a tradição, a consciência, o lar, o berço dos filhos, o túmulo dos antepassados, a comunhão da lei da língua e da liberdade”¹²⁵. Segundo ele, essa pátria surgia da multiplicação das famílias honradas, disciplinadas, fiéis, benevolentes e capazes de sacrifícios. Nesse discurso, os valores defendidos pela Igreja Católica aparecem enquanto moral formadora do caráter do cidadão, principalmente da família.

Nas leituras dos alunos e alunas de Severina, temos representações alicerçadas no pensamento cristão de devoção, de submissão, de fidelidade, de honra e de disciplina. Na narrativa de S.S. e no texto de Rui Barbosa há toda uma construção discursiva sobre a família e a pátria dentro desses valores cristãos.

Ao longo da primeira metade do século XX, orações foram ensinadas às crianças pela mãe ou por uma irmã mais velha. Os hinos ‘Com minha mãe estarei’ e ‘Queremos Deus que é nosso pai’ foram cantados nos encontros do mês de maio, quando as famílias reuniam-se para louvar a Virgem Maria. A lenda ‘A virgem das rosas’ foi lida por meninos e meninas em processo de alfabetização no Grupo Escolar Alcides Bezerra, na vila de Cabaceiras, na década de 1940. No âmbito de uma educação religiosa católica e cristã construída na rede de poder entre Igreja e Estado, que buscava disciplinar homens e mulheres, essas práticas de oração e de cânticos eram presença forte no cotidiano de homens e mulheres.

Deste modo, tanto na educação informal quanto na formal, nos templos, nas casas, na escola, o discurso católico se fazia amplamente presente. Por meio destas práticas a Igreja Católica, em Cabaceiras, nas décadas de 1930 e 1940, exercia seu poder, fazendo funcionar seu discurso disciplinador e monopolizador das atenções das pessoas. Conforme representado nos relatos orais de memória, estas práticas repressivas, que buscavam gerir a vida, aos olhos daqueles moradores eram parte de um cotidiano vivido como natural, sendo vistas como ações dos padres e dos líderes políticos preocupados com a manutenção da fé e da união e como promoção de momentos de oração e de divertimento.

Os momentos de oração, por sua vez, eram espaços para socialização do discurso disciplinador, por meio do qual a Igreja Católica buscava tornar dóceis, disciplinados, submissos os homens e as mulheres, ampliando seu poder de controle social. Todavia, os encontros para as orações foram vividos por algumas mulheres como oportunidades para entreter namoros e conversas e como momentos de diversão em meio a uma rotina árdua de trabalho. Tudo isso é recordado com saudade por mulheres que construíram suas lembranças na relação entre o tempo presente e o tempo passado.

¹²⁵ BARBOSA, 1944, p. 99.

CAPITULO II

A JUSTIÇA NOS DOMÍNIOS DA IGREJA: discursos jurídicos sobre práticas sexuais

Ao longo das décadas de 1930 e 1940, o discurso da Igreja Católica que buscava disciplinar a vida de homens e de mulheres foi uma presença constante e forte em Cabaceiras, como vimos no capítulo anterior. Desse modo, é possível afirmar que esse discurso, enquanto preceito moral, era hegemônico naquele município à época. Enquanto instituição religiosa, a Igreja Católica definiu um modelo de mulher universal e estabeleceu uma forma única e rígida de comportamento e de relacionamento social, afetivo e religioso, mediante os valores de submissão, de modéstia, de honestidade e de discrição.

Todavia, a Igreja não era a única instituição em cujo discurso podemos perceber significados associados à mulher e à família. O Estado, especialmente a partir do governo de Getúlio Vargas, ampliou sua estratégia de controle dos costumes, dos hábitos e das relações dos trabalhadores, utilizando como mecanismos de controle a pedagogia escolar, a legislação penal e civil e os conhecimentos da medicina higiênica.¹²⁶

O objetivo dessa política disciplinar do Estado era formar moral e sexualmente os trabalhadores dentro do ideal de civilidade e de família. O trabalhador civilizado deveria ser honrado, disciplinado, fiel, benevolente e abnegado, conforme defendia Rui Barbosa no texto lido por professoras e crianças no processo de alfabetização em Cabaceiras.

Iniciada no século XIX, esta política tinha como alvo a mulher. Ela deveria conduzir o homem no lar, mantendo-o longe dos vícios e da vadiagem da rua; e também cuidar dos filhos. A mulher-mãe e o homem-pai juntos deveriam constituir uma família disciplinada e higiênica. Nesta família, deveria ser formado o novo cidadão.¹²⁷ Para efetivar essa política disciplinar, parte do projeto de um Brasil civilizado e moderno, um verdadeiro exército composto por médicos, pedagogos, psiquiatras, juristas, promotores foi mobilizado pelo Estado.

Na primeira metade do século XX, em cidades com grande contingente de trabalhadores, a exemplo de São Paulo e Rio de Janeiro, a justiça julgou processos criminais de mulheres contra parceiros sexuais e processos criminais de lesão corporal, de homicídio, de latrocínio, de lenocínio envolvendo homens e mulheres trabalhadores. Por meio desses

¹²⁶ Cf. CHALHOUB, 2001.

¹²⁷ Cf. FOUCAULT, 1988; ESTEVES, 1989; GONDRA, 2000; BRITES, 2000.

julgamentos, a justiça e o pensamento jurídico participaram ativamente do processo de formação de trabalhadores moral e sexualmente disciplinados.

No município de Cabaceiras – longe do intenso processo de industrialização das cidades de São Paulo e Rio de Janeiro, onde grande parte da mão-de-obra proletária das indústrias de fiação e tecelagem era constituída por mulheres e crianças,¹²⁸ alvos da política disciplinar do Estado –, viviam homens e mulheres que eram em sua maioria trabalhadores da agricultura. Nesse município de agricultura de subsistência, assim como nas cidades que vivenciavam processos diferenciados de industrialização e urbanização, o Estado tentava controlar as práticas sexuais dos trabalhadores por meio da intervenção da justiça.

Na comarca de Cabaceiras, nas décadas de 1930 e 1940, juízes, promotores e advogados de defesa julgaram processos criminais enquadrados no artigo 267 do Código Penal de 1890 e no artigo 217 do Código Penal de 1940. Em ambos os códigos, estes artigos tratam da primeira relação sexual de uma mulher menor de idade e solteira.

No Código de 1890, artigo 267, a cópula sexual com o rompimento do hímen, quando ocorrida mediante consentimento da mulher menor de 21 anos, obtido pelo homem por sedução ou engano, é nomeada de defloramento. Para os dicionários Aurélio, Michaelis e Globo, primeiramente o termo defloramento significa defloração, ou seja, queda das flores; em uma segunda definição, defloramento é violação da virgindade.

As Ordenações Filipinas de 1603 condenavam o homem que “dorme com” ou “corrompe” uma mulher virgem ou uma viúva honesta, mas não nomeavam essa prática com o termo defloramento ou com o termo violação. Já o Código Penal do Brasil de 1830, que substituiu as Ordenações Filipinas, incluiu o verbo “deflorar” para designar o ato de manter relação sexual com uma mulher solteira e virgem. Provavelmente, este código inspirou-se no direito romano, que usava os termos *desvirginatio* e *desvirginare* para a primeira relação sexual de uma mulher.¹²⁹

Em meio a controvérsias, o termo defloramento permaneceu no Código Penal de 1890. Segundo Sueann Caulfield, no âmbito da elaboração desse Código, juristas discutiram acerca da importância do termo na língua portuguesa, no cotidiano popular e nos estudos médicos. Ainda de acordo com essa historiadora, os juristas também discutiram sobre a relação entre virtude moral e virgindade física, partindo do entendimento de que virgindade significava “integridade” do hímen.¹³⁰

¹²⁸ Cf. RAGO, 1985.

¹²⁹ Cf. CAULFIELD, 2000.

¹³⁰ Cf. Ibid.

No entender de Sueann Caulfield, os estudos sobre a fisiologia feminina indicam a preocupação das autoridades jurídicas com a honra, associada à ingenuidade sexual da mulher, em virtude da importância conferida à família. Para os juristas, a mulher solteira honrada era inexperiente sexualmente. Era esta mulher que deveria ajudar na construção de uma nação ordeira e dedicada ao trabalho. Neste sentido, entre o final do século XIX e início do XX, juristas elaboraram obras para aprofundar os conhecimentos sobre os chamados crimes sexuais e sobre o corpo da mulher, visando organizar uma jurisprudência orientadora das punições das práticas sexuais desviantes.

No Código Penal de 1940, o artigo 217 diz ser crime “seduzir mulher virgem, menor de dezoito anos e maior de quatorze, e ter com ela conjunção carnal, aproveitando-se de sua inexperiência ou justificável confiança.”¹³¹ Como se vê, este código reduziu a menoridade da mulher de 21 para 18 anos.

O termo defloração foi substituído pelo termo sedução para nomear relação sexual com mulher solteira, virgem e menor de idade. Sedução, estupro, atentado público ao pudor, corrupção de menores e rapto foram considerados crimes contra os costumes e contra a família. Esse Código legitimava a intervenção do Estado nesses crimes em função da proteção da virgindade fisiológica, tida como requisito fundamental para o casamento e para a constituição da família higiênica.

Tendo em vista esta política disciplinar do Estado, passei a pesquisar processos criminais da comarca de Cabaceiras entre 1930 e 1949. Pesquisei processos criminais cujos réus foram incurso no artigo 267 (defloração) do Código Penal de 1890, que vigorou até 31 de dezembro de 1941; ou enquadrados no artigo 217 (sedução) do Código Penal de 1940, em vigor desde 1º de janeiro de 1942.

Nesta pesquisa, encontrei no depósito do fórum Dr. João Agripino Filho, comarca de Cabaceiras, vinte processos criminais de mulheres contra parceiros sexuais entre 1930 e 1949.¹³² Neste capítulo, utilizarei diretamente apenas seis desses processos criminais, que são representativos do discurso da justiça naquele lugar e época.¹³³ Em três processos-crimes os réus João Mariano de Freitas, Severino Evaristo de Sousa e Severino Maciel de Farias foram

¹³¹ BRASIL, 1940.

¹³² Os processos encontravam-se sem a devida catalogação, higienização e acondicionamento, correndo graves riscos de serem destruídos. O leitor pode ver, em anexo, fotos do depósito judiciário onde estão os processos-crimes, tiradas na época da pesquisa e em março e abril de 2008, quando as águas do Rio Taperoá inundaram o prédio do Fórum.

¹³³ Os processos não estão numerados e muitas vezes não há numeração nas páginas, o que dificulta o procedimento de citação. Sempre que utilizar um trecho retirado de processo-crime citarei em nota de rodapé o nome do acusado. O nome do juiz, adjunto de promotor, testemunhas, acusados e ofendidas aparecerão no corpo do texto, com o máximo de informação que foi possível retirar desta documentação.

incursos no artigo 267 (defloramento) do Código de 1890. Nos outros três processos criminais os réus José Alfeu de Castro, Severino de Araújo Castro e José Pereira de Castro foram incursos no artigo 217 (sedução) do Código de 1940.

A intenção é compreender a ação da justiça no território dominado pela pedagogia católica – com discurso sobre ingenuidade sexual, submissão, recato – e pelas famílias, refletindo acerca das práticas sexuais e de outros comportamentos de mulheres que foram objeto de discussão na justiça em Cabaceiras nas décadas de 1930 e 1940.

2.1 (Des)ordem no santuário da família

Era março, mês de calor intenso, de chuva escassa, de terra seca, ano de 1932. Severino Evaristo de Sousa, com 26 anos, jornaleiro, solteiro, analfabeto, filho de Evaristo da Rocha Souza e morador do povoado de Algodoads, namorava Florinda Maria da Conceição. Ela tinha 18 anos, era solteira, dona de casa, analfabeta, filha de Julião Pereira de Lima e de Bertolina Maria da Conceição. Todos moravam no povoado de Algodoads.

Ao longo de um ano e cinco meses, Severino Evaristo freqüentara a casa da família de Florinda. Possivelmente, conversava com Julião e com os demais presentes na sala. Vez por outra, podia debulhar feijão ou descaroçar algodão, como era comum nas casas desses trabalhadores rurais.

Acerca dos namoros em Cabaceiras na década de 1930, Inácia Madureira relata: “o rapaz só ia na casa visitar a moça... na casa dos pais... se ele tivesse boas intenções. Então, se ele não quisesse casar com aquela moça ou ela também não quisesse... só fosse namoro de festa, assim ele não visitava.”¹³⁴

Em Cabaceiras, as mulheres entrevistadas e as envolvidas em processos criminais, em sua maioria pessoas pouco abastadas, representaram o namoro recatado, nomeado de “o namoro só de vista” ou “namoro de jacaré”. Naquela época, nesse tipo de namoro, a prática de olhar e de piscar as pálpebras para o namorado, sem aproximação física, era comum entre as moças de famílias de trabalhadores rurais. Mesmo não pertencendo à elite social, algumas mulheres em Cabaceiras representaram seus namoros a partir do valor de recato que fundamentava os relacionamentos afetivos das mulheres da elite social. Independentemente do grupo social, o namoro recatado enquanto modelo de comportamento sexual era amplamente difundido naquela época.

¹³⁴ Entrevista n. 18, doc. cit.

Na cidade do Recife, na década de 1920, a imprensa publicava matérias sobre a presença cada vez maior de homens e de mulheres nas ruas da cidade e de casais namorando nas praças, no cinema, nos clubes, longe da vigilância dos pais.¹³⁵

E na cidade do Rio de Janeiro, na mesma época, novos códigos de conduta estabelecidos pela justiça e pela medicina higienista determinavam os lugares, os horários, os comportamentos próprios e impróprios para os namoros de homens e mulheres dos meios populares. Tendo em vista o comportamento afetivo da elite burguesa e católica, a justiça e a medicina disciplinavam os relacionamentos afetivos dos populares daquela cidade.¹³⁶

Em Cabaceiras, naquela época, em função da forte presença do catolicismo, o namoro recatado foi amplamente difundido por meio dos encontros preparatórios para a primeira comunhão, das orações e das missas. Independentemente do grupo social, os comportamentos de homens e de mulheres deveriam pautar-se pelos valores de discrição, de submissão e de recato impostos pela Igreja Católica.

O namoro entre Florinda e Severino Evaristo, filhos de trabalhadores rurais, aconteceu conforme modelo de comportamento afetivo definido como próprio da elite. Para namorar Florinda, Severino Evaristo pediu autorização ao pai dela. Mediante o consentimento para o namoro dado por Julião, o casal de namorados encontrava-se na casa dela sob a vigilância da família.

Com o passar do tempo, habituado a frequentar semanalmente a casa de Julião, com quem sempre conversava, Severino Evaristo buscava uma forma de tratar com Julião um assunto de grande importância. Foi por meio de uma carta que ele expôs para Julião o assunto:

Algodoes 1 de marco di 1932.

Illmº Senr Julião lhi escrevo lhe esta mal feita carta mandando lhi pidi sua filha Fulurinda a casamento.O senhor dê a dona Vergulina e espero uma boa resposta a mim seu criado. Severino Evaristo. (sic)¹³⁷

A carta assinada por Severino Evaristo pedia a Julião Pereira de Lima autorização para casar com Florinda. Por sua vez, Julião deveria comunicar sua resposta a “dona Vergulina”. Esta senhora, então, diria a Severino se o pedido de casamento fora aceito ou não. Severino, analfabeto, utilizou uma carta para fazer o pedido de casamento a Julião, também analfabeto, assim como sua esposa e sua filha Florinda.

¹³⁵ Cf. BARROS, N., 2007.

¹³⁶ Cf. ESTEVES, 1989.

¹³⁷ Processo criminal contra Severino Evaristo de Sousa, incurso no artigo 267, Código Penal de 1890. Comarca de Cabaceiras, PB. Processo aberto em 10.08.1933. Caixa arquivo: 1930 a 1945. Processo sem numeração, p. 7.

No município de Cabaceiras, o primeiro grupo escolar, localizado na vila de Cabaceiras, sede do município, foi fundado em 1937. Nos demais povoados havia as chamadas escolas rudimentares mistas rurais¹³⁸, que quase sempre funcionavam nas salas das casas de fazendeiros, sendo a professora contratada pela Prefeitura.

No povoado de Algodão, havia uma escola rudimentar mista rural. Esta escola funcionava na casa de Maria Alice Queiroz e de Francisco Gaudêncio de Queiroz, ligados às lideranças políticas do PRP no município de Cabaceiras e no município vizinho de São João do Cariri.

No entanto, Florinda e Severino Evaristo não foram alfabetizados. A família de Florinda mudava-se constantemente de lugar em função das oportunidades de trabalho na agricultura. Além do exíguo número de escolas para atender a uma população de aproximadamente 31 mil habitantes, possivelmente as migrações temporárias dessa família dificultaram a alfabetização de Florinda e dos irmãos. Já Severino Evaristo vivia na propriedade rural de seus pais, trabalhando no plantio de algodão, de milho e de feijão. Talvez ele tenha se dedicado mais ao trabalho do que aos estudos, dada a necessidade de sobreviver da agricultura naquela região de poucas chuvas.

Severino Evaristo e Florinda eram apenas mais duas pessoas na imensa maioria de analfabetos daquele lugar. Segundo o Censo Demográfico de 1950, somente 145 mulheres e 78 homens eram alfabetizados em Cabaceiras. Este censo permite traçar um retrato da precariedade do sistema escolar no município. As poucas escolas rudimentares rurais mistas e o grupo escolar com a obrigação de alfabetizar as crianças com idade superior a 10 anos não realizavam seu papel de modo a abranger uma parcela significativa da população.

Alguns meninos e meninas freqüentavam a escola durante alguns meses do ano, nos outros meses trabalhavam na agricultura com os pais. Além disso, a falta de estrutura escolar, com as escolas improvisadas nas salas de alguns fazendeiros, às vezes com acesso restrito a água para beber, longa distância a ser percorrida entre a casa e a escola, falta de material escolar, de roupa, de alimentação, entre outras limitações, dificultavam o acesso de muitas crianças à instrução elementar nos espaços escolares, como se percebe nos relatos orais de memória de várias das entrevistadas.¹³⁹

¹³⁸ Sobre a organização escolar na Paraíba e os discursos governamentais relativos à educação no estado, cf. Antonio Pinheiro, 2002.

¹³⁹ Cf. entrevista n. 39. Neocina Farias da Rocha nasceu em Taperoá, PB, em 19.09.1925. Foi entrevistada em 04.01.2005, quando tinha 79 anos de idade. Residia no povoado de Curral de Baixo, Cabaceiras, até o seu falecimento, ocorrido no segundo semestre de 2005.

Nesse universo em que predominava o analfabetismo, foi por meio de uma carta que Severino Evaristo tentou conseguir o consentimento para casar-se com Florinda. Pedir uma jovem em casamento por meio de carta era prática comum entre os alfabetizados. José Sobrinho, em 1943, pediu para se casar com sua prima e vizinha Geracina por meio de uma carta.¹⁴⁰ Iracilda, Iracema, Hermínia escreviam para as amigas e os namorados. Conhecedor dessa prática, mas não dominando as habilidades para escrever o pedido de casamento, Severino Evaristo pediu para alguém escrever a carta, entregá-la e lê-la para Julião.

A encíclica *Rerum Novarum*, de 1891, discutia as condições de vida das classes trabalhadoras e criticava fortemente a falta de princípios éticos e de valores morais na sociedade. Nesta encíclica, o papa Leão XIII definia família como uma organização social anterior à sociedade civil, tendo direitos independentes do Estado. O direito de propriedade era atribuído ao homem, especialmente ao chefe de família. A autoridade do pai e seu governo eram pelo menos iguais aos da sociedade civil.¹⁴¹

Neste sentido, essa encíclica reafirmava o poder do pai como chefe da família e definia os seus deveres. Ele deveria alimentar, sustentar e cuidar do futuro dos seus filhos. Também era seu dever decidir sobre o matrimônio das filhas. Desse modo, no ano de 1932, coube a Julião, exercendo o pátrio poder, decidir sobre o futuro matrimônio entre sua filha e o namorado.

De modo indireto, nas visitas semanais à namorada, e de modo direto na carta, Severino Evaristo demonstrava a pretensão de se casar com Florinda, o que significava ter boas intenções para com ela e sua família. E Julião parecia concordar com o casamento.

Todavia, no dia 10 de agosto de 1933, Julião, sua esposa Bertolina¹⁴² e a filha Florinda, ao invés de caminharem alguns poucos quilômetros até a capela do povoado de Algodoads, como era comum nos dias de missa, de batizados e de casamentos, foram em outra direção. Eles percorreram doze quilômetros para chegar até a Delegacia de Polícia da vila de Cabaceiras. Lá Julião prestou queixa afirmando que Severino Evaristo mantivera relações sexuais com Florinda, mas recusava-se a casar com a jovem.

Por sua vez, Bertolina, 46 anos, profissão doméstica, analfabeta, casada com Julião, disse ao delegado e ao escrivão que Severino Evaristo tinha um “compromisso de casamento”

¹⁴⁰ Cf. entrevista n. 19. Geracina Farias Sousa nasceu em Cabaceiras, PB, em 09.05.1923. Foi entrevistada em 05.07.2003, quando tinha 80 anos de idade. Reside em Cabaceiras, na praça General José Pessoa.

¹⁴¹ Cf. *Rerum Novarum*, encíclica escrita pelo papa Leão XIII, de 15 de maio de 1891. Disponível em: <<http://www.montfort.org.br>>. Sobre a análise desta encíclica, ver Severino da Silva, 2008.

¹⁴² Ao longo do processo-crime contra Severino Evaristo de Sousa, o nome de Bertolina é grafado ora Verdulina ora Bertolina. Na carta, a responsável por receber a resposta chama-se Vergulina. Tendo em vista a confusão na grafia do nome da esposa de Julião, penso que se trata da mesma pessoa no processo e na carta.

com Florinda, por isso freqüentava a casa da família, comportamento que mudou desde quando foi informado da gravidez da noiva.

Estes acontecimentos alteraram a relação entre Florinda e Severino e entre este rapaz e a família dela. O namoro desse casal, que parecia ir desdobrar-se em um casamento religioso e na formação de mais uma família no povoado de Algodoais, passou a ser um problema familiar e judicial.

Este conflito familiar foi submetido à justiça por Julião. Ele precisou cumprir as várias exigências judiciais para provar a veracidade da queixa. Possivelmente orientado por seu padrão, por um líder político ou por outras pessoas que viveram a mesma situação familiar, ele sabia de algumas exigências para poder prestar a queixa. Naquele dia 10 de agosto de 1933, entregou ao delegado a carta enviada por Severino Evaristo para provar o compromisso de casamento entre este e Florinda. Apresentou também uma declaração do padre Inácio Cavalcanti, da paróquia Nossa Senhora da Conceição, em que atestava o nascimento de Florinda no dia oito de abril de 1914 e o batizado dia 26 de abril do mesmo ano na capela do povoado de Algodoais na presença dos padrinhos.

Adentrando nos meandros da justiça, este homem e sua família, com estas informações, buscavam provar ser Florinda menor de 21 anos. Para a intervenção da justiça nos relacionamentos sexuais, havia a exigência, estabelecida no Código Penal de 1890, da apresentação do registro de nascimento ou do batistério provando a menoridade da vítima. Atendido esse requisito, a promotoria interviria nos relacionamentos afetivos desviantes, por entender que estes feriam a moral e colocavam em risco a ordem social.

No povoado de Algodoais, Julião e sua esposa não foram os únicos pais trabalhadores rurais e analfabetos a procurar a Delegacia de Polícia da vila de Cabaceiras, na década de 1930, e a atender às exigências do trâmite jurídico para serem ouvidos e defendidos em um processo criminal contra o noivo ou o namorado da filha.

Na casa de Cecília, a família acompanhava o namoro entre Nila e João Mariano de Freitas. Nila Maria de Jesus tinha vinte anos, era dona de casa, analfabeta, quando começou o namoro com João Mariano, morador do povoado. Aos sábados ou aos domingos, João Mariano visitava sua namorada. Comumente, sob a luz da lamparina, eles ficavam na sala da casa descaroçando algodão, conversando, olhando-se ou em silêncio. Mas a tensão instalava-se quando vinha à tona a rejeição ao namoro por parte da família dele.

Os pais dele não aceitavam o relacionamento, o que poderia ser um impedimento para uma vida tranqüila do casal. Naquela sociedade patriarcal e religiosa, a permissão do pai da mulher para o namoro era decisiva. Na ausência do pai, a autoridade da mãe, do filho mais

velho ou de um tio definia os relacionamentos de uma jovem solteira. Na vida de um rapaz a opinião dos pais acerca do possível namoro também devia ser levada em consideração. Dependendo da autoridade exercida sobre os filhos, o pai podia escolher suas futuras noras. No entanto, no caso do namoro de João Mariano e Nila, apenas a autoridade dos pais dela foi levada em consideração.

Acerca do seu namoro, Neocina, filha de Maria Emerentina Ramos e Severino Pereira da Rocha, proprietário de terra no povoado de Curral de Baixo, relata:

Papai morreu e nunca soube disso. Se soubesse tinha matado eu. Ele [José, o noivo] falou comigo e foi. Era noiva, já estava pra casar. Tratei com José. Ele foi lá pra casa. Estava noiva dele. Deixou dar as duas horas da manhã... Ele dormia na casa da irmã dele. Como daqui no outro lado do rio. Lá em casa, o quarto não tinha janela não. Tinha as portas. Um quarto assim. Casa de rico, nera de pobre não. Tinha uma sala, tinha uma área, tinha cozinha. A cozinha era bem grande. A cozinha aqui, o quarto aqui, um salão bem grande. Papai dormia nessa rede assim e com a porta assim, a porta da sala de janta. Abri a porta pra num fazer zuada, devagarzinho. Se papai soubesse de uma coisa dessas, tava perdido. Foi só uma vez ou duas. Já tava perto de casar, né?¹⁴³

À tarde, José Lima dos Santos chegava à casa onde morava Neocina, os pais e as irmãs. Ficava lá até a ceia, às 18 horas. Depois seguia para dormir na casa da irmã, a uns cem metros. Só que em algumas madrugadas José Lima retornou à casa de Neocina. Ela conhecia bem todos os espaços da casa, assim como os hábitos dos familiares. Usou esse conhecimento a seu favor para poder encontrar-se com José longe dos olhos vigilantes dos pais, podendo trocar carícias, que não eram permitidas nos namoros.

No entanto, esses encontros e as relações sexuais dessa mulher e seu noivo não foram conhecidos por seus pais, muito menos pela justiça. O fato de Neocina ter-se casado religiosamente em 14 de novembro de 1948 com José Lima possibilitou que o relacionamento amoroso não motivasse conflito na sua família nem fosse denunciado como comportamento amoral.

No povoado de Curral de Baixo, Brígida, filha de Euflasina Francelina Ramos e Manuel Matheus Sousa Ramos, também namorava. Sobre seu namoro ela conta:

Eu me casei com o bucho desse tamanho [grande] [risos]. Foi. Mas me casei. Foi. Casei grávida. Papai num gostou muito não, mas não tinha mais jeito. Só tinha o menino nascer. Foi em casa. Em casa. Ele [João José Nilo] nunca dormia lá em casa. Ele morava perto. Eu nem tinha vontade de casar buchuda [grávida]. Tu não sabe que homem é bicho ruim, nojento. Toda noite ele vinha lá pra casa. Tu não sabe que pra fazer as coisas erradas tudo tem jeito. É isso mesmo; homem é bicho nojento. Às vezes faz as coisas as

¹⁴³ Entrevista n. 39, doc. cit.

mulheres nem quer, os homens que é nojento. Às vezes a gente faz coisa... Eu nunca pensei em me casar buchuda [grávida]. Eu não tinha história de casamento, eu não gostava de história de casamento não, mas chegou a hora, o dia, pronto. Todo homem só quer iludir. No dia que me casei eu quase morro de chorar, eu tive um desgosto que eu casei buchuda [grávida]. Eu sempre queria casar uma moça.¹⁴⁴

Na sala da casa Brígida, João José conversava com o pai dela. Geralmente, falavam sobre a plantação de milho e de feijão, sobre o transporte desses produtos, sobre a falta de chuva, sobre o falecimento de um amigo ou parente, entre outros assuntos. Enquanto isso, Brígida, sentada no banco de madeira, ouvia a conversa, não sendo permitido a ela nem às demais mulheres expressar suas opiniões quando os homens conversavam. Ela ficava ali em silêncio. Após o jantar, João José se despedia. Na escuridão, ele caminhava até sua casa, a poucos metros da casa de Brígida. Assim, o namoro transcorreu ao longo de dois anos.

Em algumas madrugadas, quando todos dormiam, Brígida e João José voltavam a se encontrar nas proximidades da casa dela. Nesses encontros, o casal tinha oportunidade de conversar, de trocar carícias e de relacionar-se sexualmente. Os desejos contidos perante a família foram vividos nas madrugadas à luz da lua.

Brígida construiu um discurso no qual se mostra vítima do namorado, submissa aos desejos dele e seduzida por ele. Ela construiu uma representação de mulher física e emocionalmente frágil, suscetível à sedução por parte do namorado. Este foi representado como alguém em quem ela aprendera a confiar em virtude das constantes visitas a sua casa e da boa relação dele com seus pais. Esta mulher traçou um perfil de mulher frágil e submissa, reforçando o padrão de mulher ideal daquela sociedade.

Para conservadores e progressistas, fundamentados nos pressupostos médicos ou no pensamento religioso católico, biologicamente a mulher era um ser frágil, portanto, deveria ficar no lar, protegida das ameaças da 'rua'. Se o lar deveria ser o espaço para a realização da mulher, a rua, a oficina, a fábrica, o roçado deveriam ser alguns dos espaços para a realização do homem trabalhador, visto como ser forte e racional.¹⁴⁵

Deste modo, para Brígida, assim como para as instituições (Igreja Católica, justiça e família), o casamento aparece como reparação para o que era visto como desvio de conduta sexual.

No caso de Neocina e José Lima, as relações sexuais não foram motivo de discussão naquela família, uma vez que o casamento aconteceu conforme estava previsto. Já no caso de

¹⁴⁴ Entrevista n. 40. Brígida Pereira de Sousa nasceu em Cabaceiras, PB, em 29.09.1909. Foi entrevistada em 04.01.2005, quando tinha 95 anos de idade. Reside no povoado de Curral de Baixo.

¹⁴⁵ Cf. MALUF; MOTT, 1998; FÁVARO, 2002.

Brígida, após a família saber da gravidez e dos encontros às escondidas dela com João José, os pais realizaram o casamento.

Isso significa que quando os pais conseguiam impor suas vontades sobre os relacionamentos afetivos das filhas ou quando o casal de namorados vivia em silêncio sua sexualidade não havia necessidade da intervenção da justiça para resolver conflitos familiares. Significa também que, embora o discurso sobre a castidade fosse amplamente difundido, algumas mulheres viveram sua sexualidade na contramão desse discurso.

Sobre as relações de namoro, Ignácia afirma: “Era muito simples. Mas assim mesmo dentro do simples aparecia uma novidade.”¹⁴⁶ De forma discreta, ela insinua o que Brígida e Neocina relataram sobre seus namoros, ou seja, que nem sempre todas as moças se comportavam como estabeleciam as regras morais, e algumas puderam não se conformar em ficar só olhando para o rapaz enamorado. Diante desse comportamento, buscava-se realizar o casamento. E no caso do namoro de Nila e João Mariano, como agiu a família?

Sentindo a ausência de João Mariano, Nila contou para uma cunhada sobre as relações sexuais, sobre as sucessivas promessas de casamento e sobre as mudanças da data de celebração do matrimônio por parte de João Mariano. A cunhada, por sua vez, disse para o marido, que reuniu os demais irmãos.

Tentando fazer valer o poder da família sobre os relacionamentos afetivos, especialmente sobre a vida das mulheres, os irmãos de Nila mobilizaram-se para casa-lá com João Mariano. E naquela sociedade fundamentada nos valores da religião católica, em que a honra da mulher estava intrinsecamente associada à virgindade, o casamento seria uma forma de reparação da honra, uma vez que as relações sexuais só eram permitidas após a realização deste sacramento religioso.

Só que João Mariano recusou-se a casar. Todos os esforços dos irmãos de Nila malograram. Diante dessa situação de falência da autoridade familiar, Cecília, a mãe dessa família, requisitou a intervenção da justiça para tentar resolver a situação.

Da mesma forma que Julião não conseguiu fazer Severino Evaristo casar-se com Florinda, Cecília e seus filhos não conseguiram fazer João Mariano casar-se com Nila. Essas duas famílias do povoado de Algodoais agiram da mesma maneira: tentaram realizar o casamento e, não obtendo sucesso, foram à delegacia na vila de Cabaceiras prestar queixa.

Ao longo de dois meses, o interesse da justiça era verificar os requisitos exigidos para intervenção em casos de relação sexuais. Para a legislação criminal, não era qualquer mulher

¹⁴⁶ Entrevista n. 13. Ignácia de Farias Cavalcante nasceu em Cabaceiras, PB, em 20.02.1929. Foi entrevistada em 21.06.2003, quando tinha 74 anos de idade. Reside em Cabaceiras, na rua Quatro de Junho.

solteira que houvesse mantido relação sexual que poderia ser defendida. A mulher deveria provar por meios reconhecidos, certidão de nascimento ou de batismo, ser menor de 21 anos. Além disso, precisava comprovar também a ocorrência da relação sexual por meio de exame de corpo de delito.

Diferentemente de Julião, que levou a declaração do padre, Cecília não apresentou o registro de nascimento, nem tampouco qualquer declaração para informar a idade e o parentesco de Nila. Diante da dificuldade para a comprovação da idade das mulheres, uma vez que os nascimentos nem sempre eram registrados oficialmente, os juristas discutiam acerca de outros tipos de documentos para substituir a certidão de nascimento. No caso, o batistério emitido pelo padre da paróquia onde a criança fora batizada poderia substituir o registro civil.¹⁴⁷

A Igreja Católica controlava os registros de nascimento (por meio do batismo) e de óbito até a Proclamação da República. Com a instituição do Estado republicano e a criação do cartório de registro civil, a emissão de certidão de nascimento passou a ser feita por esse órgão. No entanto, em Cabaceiras, as pessoas que nasceram na década de 1910 tinham apenas registro de batismo, pois o Cartório do Registro Civil foi instalado somente em 1929.

Ao receber a queixa de Cecília contra João Mariano de Freitas, o adjunto de promotor público Joaquim Gomes Henrique, ao detectar a falta do registro de nascimento e do batistério, exigiu justificação em juízo sobre a idade, o dia, o mês e o ano do nascimento de Nila, por meio de documento e de testemunhas.

Na tentativa de determinar a idade da moça, o adjunto de promotor solicitou ao padre Inácio Cavalcanti, da paróquia Nossa Senhora da Conceição, uma declaração sobre o assentamento do batismo de Nila. O padre declarou que no livro de batismo da freguesia constava o batizado dela em 6 de novembro de 1910, quando tinha 30 dias de nascida, sendo seus padrinhos Benvenuto de Sousa e Maria Avelina do Amor Divino.

O promotor adjunto solicitou os depoimentos em juízo, no dia primeiro de junho de 1932, de Benvenuto de Sousa, 71 anos de idade, viúvo, criador, residente em Ribeira do Pelo Sinal, povoado vizinho a Algodoais, e de Teodoro Mendes Monteiro, 56 anos, casado, criador, morador de Algodoais. Na sala de audiência, o promotor perguntou a Benvenuto se conhecia Cecília Maria da Conceição e Nila Maria de Jesus e se esta tinha 22 anos. Benvenuto, então, declarou “não se lembrar dia e mês em que nasceu Nila, entretanto, pode afirmar de ciência própria que a mesma nasceu no ano de mil novecentos e dez, sendo

¹⁴⁷ Cf. CAULFIELD, 2000, p. 74.

batisada na capela de Algoduaes, que esta afirmação faz porque foi o padrinho de batismo.” (sic)¹⁴⁸

Na audiência, o juiz e o adjunto de promotor público formularam perguntas sobre a idade, já supondo a maioridade de Nila. Benvenuto, pessoa do convívio daquela família, atribuiu uma idade para Nila que não condizia com a exigência do Código Penal para a caracterização de crime de defloramento. A promotoria, a partir da certidão de batismo e dos depoimentos, concluiu que Nila era maior de 21 anos, daí a acusação contra João Mariano de Freitas não proceder. Com este parecer, a promotoria desconsiderou o exame de corpo de delito como prova do crime.

Em outro caso, também no povoado de Algoduais, em 1940, no processo-crime contra Severino Maciel de Farias, acusado de manter relações sexuais com Teresa, incurso no art. 267, o adjunto de promotor Pedro Advíncula Falcão afirmou em seu laudo: “Todos da família procuravam ocultar o crime [...] É bem patente, que se fora outro o autor do crime os seus parentes esforçavam-se para que o ofensor de sua família, ou de sua parenta fosse castigado por qualquer forma, contando que o crime em apreço não ficasse sem punição.”¹⁴⁹

Para o adjunto de promotor, a relação sexual entre Tereza de Oliveira Pinto, 17 anos de idade, moradora da localidade de Algoduais, órfã de pai e de mãe, e Severino Maciel de Farias tratava-se de uma questão familiar na qual a justiça deveria intervir. A intervenção da justiça era legítima, uma vez que Severino Maciel de Farias era primo de Teresa e provedor da casa onde ela morava. No entender do adjunto de promotor, Severino Maciel abusara da autoridade de tutor sobre Teresa, que residia na mesma casa em que ele e sua mãe, Francisca Maciel de Oliveira, tia da jovem.

No entendimento da jurisprudência, seguido por este promotor, o parentesco, as relações de dependência, a facilidade para realização da relação sexual ou a impossibilidade de casar-se eram consideradas circunstâncias agravantes. Entre os parentes estavam englobados pais, irmãos e cunhados; nas relações de dependência estavam os tutores, os curadores, os encarregados de guarda e da educação ou quem tivesse alguma autoridade sobre a vítima.

Neste sentido, para o adjunto de promotor Pedro Advíncula Falcão a intervenção da justiça era premente, uma vez que entendia ter a família falhado na missão de defender e proteger as mulheres sexualmente inexperientes. Ao denunciar a omissão da família, a justiça

¹⁴⁸ Processo criminal contra João Mariano de Freitas, incurso no artigo 267, Código Penal de 1890, Comarca de Cabaceiras, PB. Processo aberto em 26.04.1932. Caixa arquivo: 1930 a 1935. Processo sem numeração, p. 23.

¹⁴⁹ Processo criminal contra Severino Maciel de Farias, incurso no artigo 267, Código Penal de 1890. Comarca de Cabaceiras, PB. Processo aberto em 10.01.1939. Caixa arquivo: 1940 a 1941. Processo sem numeração, p. 19.

procurava justificar sua intervenção nos relacionamentos afetivos e sexuais, vistos como assunto de interesse social em função da manutenção da ordem.

A Igreja Católica, na encíclica *Rerum Novarum*, reafirmava a importância da virgindade e do casamento para o cumprimento do objetivo principal “crescei e multiplicai-vos”. Mesmo sendo contra a intervenção judicial nos domínios da família, a Igreja Católica concedia uma exceção. Admitia essa intervenção quando uma família se encontrava em uma situação desesperada. Em casos de desespero familiar o poder público deveria auxiliar, porque a família era vista como santuário a ser preservado.

Assim, a Igreja Católica estabelecia limites para a ação da justiça em função de preservar a autoridade paterna. Na encíclica, a autoridade paterna não podia ser abolida nem absorvida pelo Estado, pois os “filhos são naturalmente alguma coisa de seu pai... Devem ficar sob a tutela dos pais até que tenham adquirido o livre arbítrio.” Deste modo, para a Igreja Católica, não se devia substituir a autoridade paterna pela autoridade do Estado.

Diferentemente dos casos de Florinda e de Nila, em que, respectivamente, Severino Evaristo e João Mariano foram acusados na justiça pelo pai ou pela mãe, no caso entre Severino Maciel e Tereza, o parente que aparece é Brasiliano, irmão de Severino Maciel. Brasiliano não prestou declarações na delegacia, ele apenas pediu o atestado de miserabilidade para Tereza, domiciliada em sua casa após tensões com a mãe de Severino e com o próprio.

O que levou Brasiliano a pedir o atestado de miserabilidade? Não temos como saber. Talvez, sendo a miserabilidade¹⁵⁰ uma condição para a intervenção do Ministério Público em crimes incursos no artigo 267 (defloramento) e por Tereza se encontrar na casa dele, Brasiliano compareceu à delegacia para resolver a questão familiar. Uma vez comprovada a condição de miserável da ofendida, a ação passava a ser de direito público e não de direito privado. Entretanto, segundo o art. 274, em casos como o de Tereza, a intervenção do Ministério Público podia dar-se sem a caracterização de miserabilidade, uma vez que o crime fora perpetrado com abuso do pátrio poder ou da autoridade do tutor, curador ou preceptor.

Na primeira metade do século XX, as mulheres eram vistas por médicos, por juristas e pela Igreja Católica como esposas e mães; o casamento, e as relações sexuais dentro deste, como base da família e da pátria. Tomando como princípio esse entendimento, mulheres solteiras sexualmente ativas, ou estupradas ou alvo de atentado ao pudor eram vistas como “desviantes”, representando uma “ameaça à ordem sexual”. Diante desta concepção, a justiça

¹⁵⁰ Toda pessoa que não conseguisse pagar ou adiantar as despesas do processo sem abster-se dos recursos necessários para a sobrevivência própria e da família era considerada miserável juridicamente.

explicava a intervenção em casos como o de Tereza, vista como mulher vítima de abuso familiar.

Nos casos de Florinda e de Nila, suas famílias tiveram dificuldade em conseguir a intervenção da promotoria, dadas as restrições impostas pelo Código Penal de 1890, seguidas à risca pelos adjuntos de promotores em Cabaceiras. Além disso, nem sempre se encontravam os serventuários da justiça à disposição. Em virtude das nomeações e das remoções de juízes, promotores, delegados e demais funcionários da justiça, durante a interventoria de Anthenor Navarro, por vezes faltaram na comarca de Cabaceiras esses membros da justiça, que deveriam julgar os processos criminais.¹⁵¹

Mesmo assim, no caso de Tereza, o Estado se mostrou protetor da família. Ao mesmo tempo, por meio da promotoria, desautorizou a família para a resolução das questões que envolviam honra e condutas sexuais e morais.

Segundo a historiadora Silêde Cavalcanti, o Estado, ao tomar para si a dianteira do processo de intervenção na instituição familiar, utilizando-se da cientificidade e investindo em um “casamento legal garantidor de uma família bem estruturada e amparada socialmente”¹⁵², definia as mulheres e as famílias que poderiam ser defendidas ou não.

Na comarca de Cabaceiras, entre os anos de 1930 e 1949, a promotoria interveio em vinte queixas contra rapazes acusados de manter relações com a namorada. Este número de queixas é baixo tendo em vista a população do município de aproximadamente 31 mil habitantes e a política do Estado de controle dos hábitos sexuais da população pobre.

O fato de apenas vinte famílias terem procurado a intervenção da justiça não quer dizer que todas as famílias daquele lugar aceitaram facilmente as transgressões sexuais de suas filhas solteiras. É possível pensar que a intervenção da justiça fosse solicitada em casos em que a autoridade do pai ou da mãe sobre a filha não fosse acatada. Os acontecimentos sexuais na vida de uma mulher passavam de assunto pessoal a questão familiar e social, justificando a ação da justiça.

Na década de 1930, além do pai de Florinda e da mãe de Nila, mais seis famílias buscaram a intervenção da justiça. Dentro do entendimento da Igreja Católica, na encíclica *Rerum Novarum*, estas famílias encontravam-se em situação de “desespero”, uma vez que a filha mantivera relações sexuais antes do casamento e estava grávida.

Segundo estudo da historiadora Martha Abreu, os juristas entendiam que “os caminhos para a civilização do país estariam em uma eficiente legislação para garantir o respeito pela

¹⁵¹ Cf. SANTOS NETO, 2007.

¹⁵² Cf. CAVALCANTI, 2000.

honra da mulher”.¹⁵³ O início da República possibilitou oportunidades institucionais para organização de uma política voltada para o controle jurídico da sexualidade. Mas em Cabaceiras, a idéia de civilidade estava atrelada aos valores defendidos pela Igreja Católica e amplamente difundidos por meio dos encontros catequéticos. O que não quer dizer que em relação à honra das mulheres estas instituições divergissem. Tanto para a Igreja Católica quanto para o Estado, por meio da justiça, a honra da mulher estava associada à inexperiência sexual, à castidade, ao recato, à submissão e à aceitação do modelo de mãe, esposa e dona de casa. Naquele universo marcadamente religioso, uma mulher solteira e grávida deveria abalar as estruturas morais da sociedade.

Vivendo esses conflitos em torno da sexualidade das mulheres, algumas famílias, procurando evitar a exposição pública e os julgamentos sociais, usando a autoridade patriarcal, impuseram a solução que lhes era mais apropriada, ou seja, o casamento, conforme agiram as famílias de Brígida e de Neocina.

Entretanto, quando não se conseguia estabelecer o casamento, procurava-se a intervenção da justiça, conforme fizeram Julião, pai de Florinda, e Cecília, mãe de Nila. Mas no caso de Tereza, a justiça interveio sem solicitação da família. O promotor entendia ser sua função proteger a ingenuidade física e moral de uma mulher vista como vítima da teia familiar, que silenciava acerca do relacionamento sexual em nome de manter a imagem de homem honrado do provedor da família.

No caso de Nila e de João Mariano, o delegado nomeou o médico Dr. Absalão Pereira de Almeida, residente no município de Alagoa Grande, o acadêmico de medicina Egberto de Borja Castro, residente na vila de Cabaceiras e as testemunhas Francisco Virgolino de Sousa e Francisco da Costa Ramos para examinarem Nila Maria de Jesus. Eles deveriam fazer perguntas previamente definidas pela justiça. Seguindo o protocolo do exame de corpo de delito, os peritos deviam perguntar:

1º se houve com efeito defloramento; 2º qual o meio empregado, 3º se houve copula carnal, 4º se houve emprego de violência para fins libidinosos, 5º qual meio empregado, se força física, se outros meios, que privasse a mulher de suas faculdades e 6º assim da possibilidade de defesa, 7º o defloramento a quantos dias ocorreu e qual idade da ofendida. (sic)¹⁵⁴

Por meio das declarações de Nila e da análise do seu corpo, o médico e o acadêmico de medicina tinham o objetivo de verificar e comprovar a relação sexual, especificamente o

¹⁵³ ESTEVES, 1989, p. 35.

¹⁵⁴ Processo criminal contra João Mariano de Freitas, doc. cit., p. 5.

rompimento do hímen. Com esta verificação, a medicina legal tentava provar a veracidade da queixa prestada por uma mãe ou um pai.

Ao examinar o corpo de Nila, os peritos declaram:

A menor Nila, de cor branca, brasileira, estatura média, de vinte anos de idade, apresentando seio volumozos e flácidos e bastante cahidos, mamilos bem conformados [...] de vênus bastante e cabeludo, grande lábios normaes, contendo o esquerdo uma sicatriz de um pequeno furuculo na parte mais sentral da farse interna.¹⁵⁵

A partir do entendimento jurídico e médico da morfologia do corpo da mulher após a primeira relação sexual (cópula consentida completa ou incompleta com rompimento da membrana hímen), e tendo em vista a análise dos mamilos e da genitália, os peritos construíram a prova material que atestava a experiência sexual de Nila. Ao mesmo tempo, o médico e o estudante afirmaram que ela tinha 20 anos, atestando dessa forma a menoridade. Contudo, o adjunto de promotor público Joaquim Gomes Henrique não considerou relevante a avaliação médica sobre a menoridade de Nila. Para o promotor, não era prova suficiente a informação prestada pelo médico, uma vez que estava baseada na declaração da jovem e não em documentos.

No âmbito da justiça, esse tipo de avaliação médica poderia legitimar e provar algumas das declarações prestadas por pais, mães e filhas acerca da relação sexual. Na leitura da historiadora Martha Abreu, alguns juristas, fundamentados no saber higienista, entendiam “que se a vagina fosse dilatada, os seios flácidos, os grandes e pequenos lábios também flácidos, constituía-se em sinal de que a mulher era muito ‘afeita’ a contatos sexuais”¹⁵⁶, que possuía experiência sexual há muito tempo e, portanto, “seu corpo era atestado da falta de moralidade”¹⁵⁷. Deste modo, o exame médico-legal atestava a ruptura do hímen, a flacidez dos seios e da genitália e a experiência sexual.

No final do século XIX e durante as três primeiras décadas do século XX, especialistas em medicina legal produziram uma vasta literatura sobre o estudo do hímen. Estes estudos inspiraram-se na literatura da França, da Itália e da Alemanha do século XIX, que registraram e compararam hímens observados em várias categorias de corpos femininos. Os estudiosos dividiram as mulheres entre crianças e adultas, virgens e não virgens, com poucos parceiros sexuais e com muitos parceiros. Estudaram também fetos, cadáveres e espécies animais. No conjunto, estes estudos passaram a figurar como autoridade sobre a morfologia dessa parte do

¹⁵⁵ Processo criminal contra João Mariano de Freitas, doc. cit., p. 6.

¹⁵⁶ ESTEVES, 1989, p. 64.

¹⁵⁷ Ibid., loc. cit.

corpo das mulheres. Com base neles, a legislação criminal do Brasil, nos casos de crimes sexuais, obrigava as mulheres a realizar o exame de corpo de delito para comprovar a violação da virgindade fisiológica.

No Rio de Janeiro, nas primeiras décadas do século XX, para provar a prática sexual, os exames eram feitos no Instituto Médico Legal. Esses exames eram obrigatórios para as vítimas femininas de crimes sexuais, objetos de debates e de disputas legais sobre honra.

Já em Cabaceiras, no período de 1930 a 1949, os exames deveriam acontecer no posto de saúde. Porém, apenas em dois casos as mulheres foram examinadas por médicos auxiliados por enfermeiro ou por estudante de medicina Posto de Saúde do Município. Nos demais processos criminais os exames foram feitos por parteiras, comerciantes e funcionários públicos da vila, e ocorreram na própria delegacia de polícia. Com a carência de profissionais médicos, a justiça delegava a moradores da vila, vistos como pessoas “idôneas” e com algum conhecimento, a tarefa de realizar o exame de corpo de delito.

Em todos os exames o procedimento deveria ser o mesmo. No entanto, apenas no exame feito por médicos em Nila é que temos uma observação e detalhamento do corpo. É possível que o médico e o estudante, imbuídos da política higiênica do Estado, tenham realizado o exame conforme os moldes estabelecidos pela legislação criminal. Nos exames realizados por “não profissionais de medicina” não há análise do corpo. O objetivo dos peritos era saber a idade da vítima e a data da relação sexual.

Assim, a análise médica e a literatura sobre a morfologia do hímen, objetos de discussão nos tribunais do Rio de Janeiro, não foram debatidos ou citados pela promotoria em Cabaceiras. Importava ao adjunto de promotor Joaquim Gomes Henrique e aos demais seguir os pormenores ditados pelo Código Penal de 1890.

Para a historiadora Silêde Cavalcanti, a modernização e a moralização dos costumes que Campina Grande experienciou nas décadas de 1930 e 1940 possibilitaram a chegada de novos padrões de comportamento burgueses, a transição de um modelo de família patriarcal para um de família burguesa, de um julgamento do comportamento baseado em valores cristãos e católicos para um julgamento apoiado na ciência, de uma família cristã e pura para uma família científica e civilizada. E mais, a construção de um discurso jurídico tutelar sobre as condutas morais no interior da instituição familiar.¹⁵⁸

Contrariamente ao que ocorria em Campina Grande, onde maior número de famílias buscava a intervenção da justiça nos conflitos sexuais e familiares, em Cabaceiras a ação das

¹⁵⁸ Cf. CAVALCANTI, 2000.

famílias baseada na idéia de pátrio poder era bastante forte nos casos envolvendo honra e sexualidade. O Estado, tendo uma política de intervenção e de controle da sexualidade de homens e mulheres dos trabalhadores pobres, não conseguia impedir a ação da família nesses casos. E em Cabaceiras a promotoria cobrava dos pais o papel de defensores da honra e da moral das mulheres menores de idade.

Desconsiderando as avaliações médicas do corpo da mulher, que em Campina Grande e no Rio de Janeiro orientavam os promotores nos casos sexuais vistos como crimes contra a honra e os costumes, na comarca de Cabaceiras, em primeiro lugar, cabia seguir o trâmite legal para depois decidir sobre a intervenção ou não da justiça nos assuntos de família.

Pelo Código de 1890, para que ficasse caracterizado o crime de defloração, a mulher deveria ser menor de idade, independentemente de tratar-se de uma ação privada ou pública. Assim, se a mulher tivesse 21 anos ou mais, o processo não teria continuidade. O processo criminal contra João Mariano, namorado de Nila, foi arquivado, uma vez que ficou provada a maioridade dela. O processo-crime contra Severino Evaristo, noivo de Florinda, foi julgado improcedente e o réu absolvido.

A política sexual do Estado fundamentava-se na medicina higienista, mas em Cabaceiras, no processo de Nila e de outras mulheres envolvidas em processos-crimes, a avaliação médica foi desconsiderada. Quais concepções fundamentavam os julgamentos das relações sexuais na Comarca de Cabaceiras?

2.2 Qualificação dos lares, (des)moralização de mulheres e suas famílias

Algumas famílias em Cabaceiras recorreram à intervenção da justiça para solucionar problemas relacionados à relação sexual entre namorados. Assim, permitiram a adjuntos de promotores, advogados de defesa e juízes avaliar e julgar as relações afetivas e familiares.

Intervindo no relacionamento afetivo entre Severino Evaristo e Florinda, o representante do Ministério Público, José Ascendino de Farias, disse:

A vítima Florinda nunca se comportou moralmente durante e nem depois de seu noivado com o denunciado, cometendo abusos morais, indecentes, capaz até de por isso ser chamada atenção da polícia, [...] transigindo ainda os preceitos do noivado com a assistência e realização de desclassificadas diversão dansantes (sambas) e outros expedientes iminentemente mesquinhos

que não passam sinão de verdadeiros focos de depravação as suas presenciantes. (sic)¹⁵⁹

Para o adjunto de promotor, Florinda Maria da Conceição nem antes nem depois do noivado comportara-se dentro do padrão de moralidade, baseado nos valores cristãos de recato, de discrição, de submissão e de moderação.

Segundo o antropólogo Thales de Azevedo, no final do século XIX e início do XX no Rio de Janeiro,

A amizade de namorados limita as expansões afetivas com outras pessoas, particularmente com as do sexo oposto: o namorado procura coibir a coquetterie, a faceirice, as modas vistosas de sua pretende e até vigia discretamente comportamento dela para, com outros rapazes, mesmo que sejam seus primos. Uma moça “comprometida” espera-se que seja moderada em suas maneiras, comedidas nas modas, já que não tem interesse em atrair outro jovem por seus encantos. A namorada por vezes submete-se a exigências exageradas e descabidas. (sic)¹⁶⁰

Provavelmente, José Ascendino de Farias, representante do Ministério Público, compreendia o namoro assim como descrito por Thales de Azevedo. Para o referido adjunto de promotor, Florinda, ao freqüentar diversões dançantes – consideradas imorais por permitir o contato físico entre homens e mulheres, uma ameaça para a sociedade –, transgredira o preceito do noivado. Na primeira metade do século XX, havia uma política do Estado e da Igreja de combate às festas populares, vistas como focos de promiscuidade.

Segundo a historiadora Rachel Soihet, para os grupos que assumiram a República a promiscuidade era intolerável, assim como as festas populares, consideradas manifestações retrógradas, “incompatíveis com a nova fase em que ingressava o país.”¹⁶¹ Por sua vez, a Igreja Católica, “depois de um período de compromisso e aceitação das formas de participação popular nos festejos, em nome do espírito romanizador, passa a uma atitude de oposição ostensiva”¹⁶² às festas populares.

Em sintonia com os grupos dirigentes e com a Igreja Católica, o representante do Ministério Público em Cabaceiras entendia os divertimentos de Florinda e de sua família como “focos de depravação”. Na visão do adjunto de promotor, a conduta de Florinda não era condizente com o comportamento ideal para as mulheres. A mulher era considerada o pilar da sociedade. Deveria ser esposa e mãe dedicada, seguindo as normas de comportamento.

¹⁵⁹ Processo criminal contra Severino Evaristo de Sousa, doc. cit., p. 55.

¹⁶⁰ AZEVEDO, 1986, p. 59.

¹⁶¹ SOIHET, 2003, p. 182.

¹⁶² Ibid., loc. cit.

Alguns juristas defendiam ainda que, para a mulher, a honra deveria ser sinônimo de inexperiência sexual e ideal de casamento. Mas não apenas os juristas.

Segundo Margareth Rago, que estudou a política disciplinar do Estado entre 1890 e 1930 para as mulheres trabalhadoras, tanto o Estado como a Igreja Católica entendiam que a prática sexual fora do casamento e não visando procriação “significava desobedecer à ordem natural das coisas, ao mesmo tempo em que se punha em risco o futuro da nação.”¹⁶³ E que a mulher que “não preenchesse os requisitos estipulados pela natureza, inscrevia-se no campo sombrio da anormalidade, do pecado e do crime”.¹⁶⁴ Deste modo, para o Estado a necessidade de manter a ordem social permitia a intervenção nos casos de crime sexual nos quais homens e mulheres e mesmo a família tivessem descumprido os papéis sociais.

No caso de Florinda, as testemunhas de defesa e de acusação representaram a casa de Julião, pai de Florinda, como lugar de sambas, freqüentado pela família e por várias pessoas. Para as testemunhas, Florinda não era moça recatada nem honesta e seu pai não cuidava da moral da família.

A realização de festas na própria casa levou à conclusão de que a “tradicional falta de compostura da família de Florinda prova, evidentemente, a inocência do reo”¹⁶⁵. A partir deste julgamento, a família de Florinda foi denunciada pelo adjunto de promotor. Para ele, uma família que promovia diversões dançantes não devia ser defendida, pois o dever do representante do Ministério Público era estar

sempre de prontidão, sempre de atalvia, sempre vigilante em prol da honra e honestidade da família, a socorro dos menores que se encontram em iminente situação, mas não da espécie em questão. E, por este motivo, de acusador que era do denunciado passa a defensor e é de inteira opinião que em grau nenhum de pena seja incurso o denunciado. (sic)¹⁶⁶

No âmbito da promotoria, sendo a honra associada à castidade e a honestidade à compostura e obediência, as famílias que não se pautavam por esses valores eram consideradas imorais e inscreviam-se no campo da promiscuidade. Neste sentido, uma mulher pertencente a essa família não poderia dizer-se vítima de um crime sexual. As mulheres que se apresentavam como “ofendidas” (vítimas de crime sexual) e suas famílias precisavam provar comportamento sexual e social honestos para serem, então, consideradas merecedoras de proteção da justiça.

¹⁶³ RAGO, 1985, p. 79.

¹⁶⁴ Ibid., loc. cit.

¹⁶⁵ Processo criminal contra Severino Evaristo de Sousa, doc. cit., p. 55

¹⁶⁶ Ibid.

No entendimento do adjunto de promotor José Ascendino, seu dever era defender a honra e a honestidade da família e de menores em risco desde que estes fossem seguidores do padrão de comportamento estabelecido pelo Estado e pela Igreja Católica. Diante disso, acreditava ser possível a sua mudança de defensor de Florinda para acusador dela e de sua família.

De tal modo, este promotor, assim como promotores de processos-crimes no Rio de Janeiro, no começo da década de 1930, entendia que sua função era denunciar como falsas as acusações de moças com comportamentos imorais. Desta maneira, esses representantes da justiça defenderiam em primeiro lugar os valores morais, depois, o papel da justiça na sociedade.

Em outro caso, desta vez no povoado de São Domingos, distante trinta quilômetros da vila de Cabaceiras, no processo-crime contra José Pereira de Oliveira, no ano de 1949, o debate em torno da função da justiça em caso de relações sexuais pré-maritais entre casal de namorados foi ainda mais intenso.

José Pereira de Oliveira, solteiro, 24 anos, agricultor, morador do povoado de São Domingos, filho de Francisco Pereira de Castro e Petronila Pereira de Oliveira, foi denunciado pelo Ministério Público por ter mantido relações sexuais pré-maritais com Josefa Pereira dos Santos, 14 anos de idade, também moradora do povoado de São Domingos e filha de Antonia Maria do Espírito Santo.¹⁶⁷

Numa noite enluarada, em dois de outubro de 1947, no povoado de São Domingos, José e Josefa trocaram olhares, dançaram ao ritmo do xote até a poeira do chão de terra batida levantar cobrindo aqueles corpos que transpiravam. Naquela noite eles iniciaram o namoro.

A partir desse encontro, aos sábados ou aos domingos, José Pereira visitava Josefa. Ele chegava por volta das 11 horas e saía ao anoitecer. O casal ficava na sala da casa, onde também se encontravam a mãe de Josefa, uma irmã e o cunhado Pedro Henriques. Nestas ocasiões todos conversavam. As festas freqüentadas por Josefa eram um dos assuntos principais. José, que começou a namorá-la em uma festa, proibiu-a de freqüentar festas, acompanhada ou não pela mãe ou pelas irmãs. Em meio a visitas, conversas e proibições, o namoro continuava.

E o assunto festa também continuou importante na vida deste casal quando José Pereira de Oliveira foi acusado de manter relações sexuais com Josefa mediante promessa de

¹⁶⁷ Processo criminal contra José Pereira de Oliveira, incurso no artigo 217, Código Penal de 1940. Comarca de Cabaceiras, PB. Processo aberto em 31.01.1949. Caixa arquivo: 1949. Processo sem numeração.

casamento e de tê-la abandonando. O comportamento de Josefa antes do namoro foi especialmente tratado pelas testemunhas de acusação e de defesa.

Neste sentido, Francisco Correia, casado, comerciante, residente em São Domingos, analfabeto, ao depor no processo criminal movido contra José Pereira disse: “Josefa freqüentava sambas, e o fazia sempre sem a companhia de sua progenitôra, comparecendo as mesmas festas na companhia de amigas.”¹⁶⁸

Já José Batista, solteiro, 29 anos, comerciante, analfabeto, residente em São Domingos, disse que: “antes do namoro com o denunciado, a ofendida freqüentava sambas em casa de família, no povoado de São Domingos, que, entretanto, depois que passou namorar o denunciado, este, proibiu de freqüentar ditas festas.”¹⁶⁹

E Manuel Lins, casado, agricultor, alfabetizado, testemunha de acusação afirmou: “a ofendida gosta de freqüentar sambas, constando em São Domingos, que a mesma, antes da ocorrência criminosa de que se diz vítima, possuía diversos namorados.”¹⁷⁰

Neste processo criminal contra José Pereira, as testemunhas de acusação – Francisco Correia, José Batista e Manuel Lins – ponderam que Josefa Pereira ia a festas antes do namoro e que o namorado proibira tal prática. No discurso das testemunhas, o fato de Josefa participar de festas sem a presença da mãe poderia macular a imagem de moça recatada, uma vez que entendiam que a mulher não deveria andar desacompanhada do pai, do irmão ou da mãe. Mesmo freqüentando festas em casas de famílias que demonstravam seguir o padrão de comportamento considerado honesto por aquela sociedade, esse procedimento de Josefa não foi bem visto, sinalizava falta de recato da parte dela e ausência de controle por parte dos pais.

Já no caso entre Florinda e Severino Evaristo, no povoado de Algodoads, no começo da década de 1930, as testemunhas não diferenciaram se a ida às festas ocorrera antes ou depois do namoro, nem disseram o que o namorado falara sobre isso. Neste caso, as testemunhas concentraram-se em dizer que a casa de Julião e sua esposa Bertolina era lugar de promiscuidade, freqüentada por muitos homens.

Sobre os divertimentos nos povoados, as irmãs Ignácia e Petrunila relatam:

Ignácia: São João antigamente aqui em Cabaceiras não tinha. O pessoal ia lá pra casa. Vinha o pessoal de Sidino. O São João era três novenas, uma lá em casa e duas lá em tio João de Maria. São João era em Tio e nos Barbosa. Começava com São José (março), que era na casa de tio Toninho, a última era de Santa Luzia, na casa de Xixi, na casa da mãe de Geracina.

Petrunila: Terminava ia dançar forró. [Risos].

¹⁶⁸ Processo criminal contra José Pereira de Oliveira, doc. cit., p. 23.

¹⁶⁹ Ibid., p. 24.

¹⁷⁰ Ibid., p. 25.

Ignácia: O mês de maio era na casa de Xixi. O mês de maio todinho juntava aquelas flores e no último dia queimava.

Petrunila: Aí quando terminava as novenas de Santo Antônio, de São Pedro...

Ignácia: Os forrós eram mais na casa dos Barbosa.

Petrunila: Novena numa casa, fazia os forrós noutra. [Riso].

Ignácia: Tinha muitos que ia pras novenas só com intenção no forró.

Petrunila: Brincava a noite todinha. Num tinha briga, num tinha nada.

Ignácia: Desde a casa de Mané tinha.

Petrunila: Era. Lá a gente num ia que eram os forrós que tinha bebo. Nesse aí a gente num tava não.

Ignácia: Mas o quê! Tinha uma que eu estava e Josefa. Eu num queria ir, mas Josefa. Aí combinou eu e Francisco pra dançar uma quadrilha. Eu disse: Francisco vamos embora que isso aqui vai dá em briga. Aí combinei... eu, Francisco, sem Josefa saber. Aí Francisco disse “vou embora”. Aí quando chegou perto de casa Francisco disse: “Vocês vão embora para casa porque daqui eu volto.” Quando Francisco voltou a gente já tava dormindo. Francisco chegou... Eu disse: “Já voltou?” Ele disse: “Mas foi uma briga danada. O sanfoneiro saiu com a sanfona, briga feia.” Ainda bem que a gente num tava lá.¹⁷¹

Ao longo da juventude nos anos 1930 e 1940, Ignácia e Petrunila, filhas de Cesinanda Farias Cavalcante e João Genuíno de Sousa, moravam no sítio Malhada da Pedra. Neste sítio e nos vizinhos, as famílias participavam das orações. No mês de maio as orações eram dedicadas à Virgem Maria, no mês de março a São José, no mês de junho a Santo Antônio, São João e São Pedro, e no mês de dezembro a Santa Luzia e Nossa Senhora da Conceição. Essa prática religiosa reforçava o controle da Igreja Católica no cotidiano daquelas pessoas.

Após seguir o ritual de orações e de cânticos, dançava-se ao som de sanfonas, no chão de terra batida. Quando a poeira estava alta parava-se para molhar o chão; diminuindo a poeira, o arrasta-pé recomeçava. Vez por outra dançavam quadrilha. Ignácia e Petrunila dançavam a quadrilha com seus irmãos ou com seus primos. Enquanto isso, seus pais ficavam ora sentados em tamboretes observando a dança das filhas, ora conversando com parentes e amigos, ora dançando também.

Mesmo dentro do forte controle exercido pela Igreja Católica e da política de romanização, que buscavam eliminar as formas populares de festejos, nos anos 1930 e 1940 esses lazeres após as orações eram permitidos; ou pelo menos não foram objeto de recriminação por parte da Igreja no município de Cabaceiras.

¹⁷¹ Entrevista n. 13. Ignácia de Farias Cavalcante, 74 anos de idade; Entrevista n. 14. Petrunila Farias Macedo nasceu em Cabaceiras, PB, 30.06.1924. Foi entrevista em 21.06.2003, quando tinha 79 anos de idade. Entrevistei estas duas idosas, que são irmãs, ao mesmo tempo, por escolha delas.

Em Cabaceiras, naquela época, a participação em festas era permitida às mulheres, especialmente quando os pais ou parentes as acompanhavam. O que não era recomendado nem permitido era participar de diversões dançantes sem a autorização dos pais ou dos irmãos, conforme fez Maria de Lourdes na festa de Reis.

Neste sentido, no diálogo citado acima há um esforço por parte de Petrunila em construir uma imagem de tranquilidade para as festas. Imagem condizente com a forma de relacionamento em festa aceita pela Igreja Católica e pela justiça. Já no discurso de Ignácia temos a imagem de que as festas freqüentadas por elas nem sempre aconteciam sem momentos de tensão, de brigas. A tensão podia dar-se entre as irmãs – uma que desejava voltar para casa e outra que queria continuar na festa – ou entre os demais participantes, por motivos diversos.

Enquanto a mulher é representada como passiva, frágil, prudente, o homem é representado como ativo, forte e imprudente. Nesta dicotomia, Ignácia representa-se como uma mulher prudente, pois saiu do local da festa antes do início da briga. Já Petrunila aparece como mulher recatada. Ao relatar sobre brigas em festas, Ignácia e Petrunila culpam as bebidas, a exemplo da aguardente, pelos comportamentos agressivos dos homens.

Mas no entendimento do advogado de defesa José Aurélio de Arruda, no processo crime contra José Pereira, as festas freqüentadas por Josefa eram inapropriadas para uma mulher recatada e honesta. Além disso, segundo ele:

A autoria sob a responsabilidade do denunciado não está provada e a vida, convivência e costumes da ofendida não induzem o Julgador a se convencer de que tenha sido ela uma moça de toda ingênua com as cautelas de família e o recato das donzelas. Mulher que nasceu e criou-se num prostíbulo rural não pode ganhar pendores da Justiça de uma cidade. (sic)¹⁷²

O discurso deste advogado de defesa, com forte teor moral, alicerçava-se na representação construída pelas testemunhas sobre o comportamento de Josefa e de sua família. Ele mostrava-se convencido de que Josefa não era ingênua nem recatada, valores tidos como próprios das ‘donzelas’ tanto pela Igreja Católica quanto pelo Estado.

Já para o adjunto de promotor Pedro Advíncula de Sousa Falcão, a participação de Josefa Pereira dos Santos em divertimentos em casa de famílias não desabonava sua moral, pois esta prática acontecera antes do noivado. Para o promotor, Josefa era mulher obediente, uma vez que aceitara a proibição de não freqüentar festas imposta pelo noivo José Pereira. No embate entre a promotoria e a defesa, não era o comportamento do ofensor que estava em questão, mas sim o comportamento da ofendida. Muitas vezes a absolvição do réu dava-se em

¹⁷² Processo criminal contra José Pereira de Oliveira, doc. cit., p. 45.

função do comportamento da ofendida, daí a necessidade das mulheres construírem um discurso sobre honra e moral dentro dos parâmetros amplamente defendidos pela justiça.

No âmbito da instituição jurídica, na comarca de Cabaceiras, a intervenção nos relacionamentos afetivos e sexuais visava, primeiramente, julgar os comportamentos de mulheres e de suas famílias, e só depois ampará-las legalmente, ou não. Só em um segundo momento, a intervenção da justiça naquela comarca pode ser pensada como disciplinadora do comportamento de homens e de mulheres.

Na primeira metade do século XX, as moças deveriam ser instruídas sobre seu papel na manutenção da ordem social. Toda moral em torno da relação de homem e mulher estava contemplada no Código Civil de 1916, que determinava as obrigações dos cônjuges e o comportamento cordato da mulher. A mulher deveria respeitar a moral vigente, “os bons costumes” e submeter-se ao homem.

Enquanto a Igreja Católica impunha uma forma recatada de se comportar para as relações entre homens e mulheres durante as conversas, os passeios, os namoros, etc., a justiça julgava os comportamentos desviantes. No dia-a-dia havia todo um investimento discursivo no sentido de disciplinar o comportamento, pautado no ideal de modéstia, de discrição e de compostura. Este discurso estava presente na vida de mulheres em Cabaceiras, nas décadas de 1930 e 1940, período em que a Igreja Católica apresentava-se como responsável pela formação do caráter e da moral dos paroquianos. Ao tentar disciplinar a sexualidade desviante da norma jurídica, o Estado promovia a moral cristã, castradora dos desejos.

Para o Estado e para a Igreja Católica, o ideal de mulher estava baseado no tripé esposa-mãe-dona-de-casa e o padrão de comportamento exigia das mulheres recato, contenção e discrição. Porém, algumas testemunhas, promotores e advogados de defesa não atribuíram esses valores às festas freqüentadas por mulheres que se envolveram em processos-crimes. Pelo contrário, a justiça denunciou esses divertimentos como promíscuos.

Além do julgamento legal, algumas mulheres e seus divertimentos foram julgados pela opinião pública formada pela moral católica. Essa opinião valorizava a castidade como preceito para o casamento e para a constituição da família cristã. Valorizava a contenção dos gestos, das atitudes, do falar, especialmente numa festa, quando todos estavam ainda mais atentos aos comportamentos, como se vê nos discursos das testemunhas de defesa ou de acusação.

Por fim, na ótica da justiça, algumas festas, notadamente as que não seguiam o modelo de conduta imposto, constituíam-se em uma marca de imoralidade na vida de uma mulher e

sua família. No entanto, nem sempre as festas foram vistas como imorais por aqueles que se permitiram vivê-las.

Na maioria das vezes, estas pessoas tentaram equilibrar-se na linha tênue que separava honra e desonra, recato e indecência, moralidade e imoralidade para viver momentos de diversão dançante em um cotidiano marcado pelo trabalho, cujo lazer era definido pelo calendário religioso. Algumas pessoas aprenderam a lidar com o controle dos atos, das palavras e dos desejos que marcava o dia-a-dia sem cair na trama da justiça, que transformava vítima em ré em função da participação em divertimentos e dos valores morais rígidos que imperavam naquela sociedade.

2.3 No mundo dos desejos proibidos: sedutoras e seduzidas

Na linha que separava o certo do errado, o bem do mal, a honra da desonra, o decente do indecente, a promiscuidade da retidão, no cotidiano daqueles homens e mulheres, em sua maioria trabalhadores rurais, advogados de defesa e promotores em Cabaceiras, nas décadas de 1930 e 1940, construíram uma significação acerca dos divertimentos freqüentados por Florinda, Nila e Josefa, mas que não era a única possível.

No seu depoimento, Nila Maria de Jesus afirma que:

Sendo noiva de João Mariano de Freitas, desde dois anos antes, e ele sempre a iludindo com promessa de casamento, eu depoimento dizia a ele meu noivo, que este ato não realizava, em virtude da família de ele não combinar com o casamento, ele respondia-lhe que não era dominado pela família, que queria era caçar e não tinha medo de enfrentar perigo, dizia-me muitas vezes que era dominado pelo amor, e não podia se conter até que chegasse o dia do casamento sem si zangar de minha pessoa; quando me convidava para cometer-mos um ato vergonhoso, eu repelia dizendo que para este fim não havia amor que me fizesse cometer tão vergonha ato sem ser esposa, quando o mesmo começava com palavras carinhosas com meios de sedução, qual minha filha, eu serei o teu esposo pois minha intenção para com tigo é boa, eu dizia sim, mas não aceito começava novamente com a mesma sedução, e assim lutou com migo muitas vezes; até que em fim o mesmo achando-se em minha residência um pouco tarde da noite na ausência de meu pai e de meus irmãos quando minha mãe dormia, fui suprehendida pelo mesmo João Mariano de Freitas e convida novamente para cometer o vergonhoso ato lhe respondi oh João! Não faça minha infelicidade, ele dirigiu-se a mim de repente e comessou a me beijar, insesantemente fui obrigada pela sedução do mesmo a lhe ceder a ato de minha imprudência, muito embora que me retirasse após arrependida e choroja, lamentando a minha sorte. (sic)¹⁷³

¹⁷³ Processo criminal contra João Mariano de Freitas, doc. cit.

Nila Maria de Jesus, vinte anos, solteira, profissão doméstica, analfabeta, contou sobre os constantes enfrentamentos com João Mariano. Nesta representação, Nila aparece como moça seduzida. Para ela, o comportamento de João Mariano era demonstração de amor e ao mesmo tempo meio utilizado para iludi-la a manter relações sexuais.

A rejeição do namoro pela família dele era motivo de discussão entre o casal, mas este não é o único motivo de embates que aparece na representação do namoro criada por Nila. No seu depoimento, ela construiu uma imagem de mulher que tentou desvencilhar-se dos convites para relações sexuais e dos desejos do namorado. O desejo sexual aparece como próprio do homem. A imagem da mulher presa dos instintos sexuais do homem, vítima das promessas de casamento, das palavras carinhosas, sujeitada a agradar sempre o homem amado prevalece no depoimento dessa mulher.

Enquanto João Mariano surge tentando dominar a namorada para realizar seu desejo, Nila aparece lutando para manter-se casta. Nessa luta, ela se mostra emocional e fisicamente frágil. Aparece também como vítima do poder das palavras e da força física do sedutor. Nila mostra ainda arrependimento por ter mantido relações sexuais com o noivo.

Já Severina Severo, moradora da vila de Cabaceiras, em 1941, relatou ao delegado sobre seu encontro com José Alfeu, declarando que

o autor do seu defloramento, ocorrido há cerca de três meses, mais ou menos, foi José Alfeu de Castro, filho de Estefânio de Castro; que isto foi feito com promessa de dinheiro; que o autor de seu defloramento, José Alfeu de Castro também lhe prometeu casar; que seu defloramento foi verificado em casa do Sr. Joaquim Mendonça, onde a declarante é empregada, em um banheiro; que o primeiro homem que a declarante conheceu foi José Alfeu de Castro, pois antes de conhecê-lo era virgem; que depois de seu defloramento não mais procurou outro homem e teve relações sexuais com José Alfeu somente uma vez.¹⁷⁴

Era mês de junho. Na vila de Cabaceiras, após as orações na igreja matriz, algumas famílias acendiam fogueiras na frente de suas casas, assavam milhos, conversavam. Nos anos de farta colheita, era prática habitual convidar sanfoneiros para animar a noite de festa. Severina trabalhava como empregada doméstica na casa do comerciante Joaquim Mendonça. Em uma dessas noites do mês de junho, quando a família do patrão reuniu-se para orações e festejos juninos, Severina encontrou-se com José Alfeu. Naquela noite junina, eles mantiveram relações sexuais no banheiro da casa onde ela morava e trabalhava.

Diferentemente de Josefa, de Florinda e de Nila, que se esforçaram para provar que eram namoradas ou noivas do homem com quem mantiveram relações sexuais, Severina falou

¹⁷⁴ Processo criminal contra José Alfeu de Castro, incurso no artigo 267, Código Penal de 1890. Comarca de Cabaceiras, PB. Processo aberto em 13.05.1942. Caixa arquivo: 1942. Processo sem numeração, p. 5.

apenas da relação sexual com José Alfeu. Ela mostrou-se como mulher ingênua sexualmente e seduzida pelas promessas de dinheiro e de casamento.

Enquanto os casais Florinda e Severino Evaristo, Nila e João Mariano, Josefa e José Pereira eram do mesmo grupo social, Severina e José Alfeu viviam em condições sociais diferentes. Ela, solteira, treze anos, analfabeta, precisava trabalhar como empregada doméstica; já José Alfeu, solteiro, estudante, quinze anos, filho do escrivão Estefânio de Castro e morador da vila de Cabaceiras, vivia em uma condição social que lhe possibilitava dedicar-se aos estudos. Estes jovens vivenciaram seus desejos burlando os limites sociais e morais impostos para os relacionamentos afetivos e sociais naquele lugar.

No entanto, essa quebra de regras não foi aceita com passividade. O comerciante e patrão de Severina, Joaquim Mendonça, ao saber do relacionamento, foi à delegacia queixar-se. Joaquim apresentou os requisitos que provavam ser Severina menor de idade, órfã de pai e mãe e miserável, o que contribuiu para a abertura do inquérito, e em seguida do processo criminal. A partir da queixa e da intervenção da justiça na vida dessa trabalhadora, podemos conhecer versões sobre o relacionamento de jovens de condições sociais diferentes naquela vila.

José Alfeu de Castro negou ter mantido relações sexuais ou de qualquer outro tipo com Severina, declarando que “nem mesmo com a mesma namorava, que nunca procurou transpor o muro do Sr. Joaquim Mendonça.”¹⁷⁵ E assim como os demais homens acusados de manter relações sexuais mediante promessa de casamento ou de dinheiro, José Alfeu falou acerca do comportamento da mulher.

No depoimento de José Alfeu de Castro, Severina foi representada como mulher despudorada, hábil no trato com os homens e experiente sexualmente. Segundo esta representação, Severina procurava manter “intimidades” no rio quando ia buscar água e no muro da casa de Joaquim Mendonça. Para José Alfeu, ela encontrava-se com Carlos Almeida, José Pompeu, Elias de Castro, José Nin, José Ramos, Nicandro Falcão e outros homens da vila.

Enquanto Severina mostrava-se seduzida pela promessa de dinheiro e de casamento, destacando a diferença na condição social, José Alfeu apresentou-se como homem prudente e experiente nas suas escolhas afetivas. Possivelmente orientado por seu pai, escrivão, portanto, habituado a lidar com aquele tipo de processo, José Alfeu foi eloquente ao tratar da vida de Severina, que por sua vez restringiu-se a falar apenas sobre o ato sexual. Nesse impasse, a

¹⁷⁵ Processo criminal contra José Alfeu de Castro, doc. cit., p. 9.

vida de Severina passou a ser o tema principal do debate, para o qual contribuíram as testemunhas.

Uma das testemunhas de defesa nesse processo criminal foi Gustavo Pereira Lima, casado, trinta e nove anos, funcionário público, alfabetizado. Gustavo, que trabalhava na Usina Elétrica, geradora de energia entre as 19 e 22 horas para a vila de Cabaceiras, falou sobre o que presenciou numa das noites de 1941, quando foi verificar uma lâmpada atrás da Igreja do Rosário. No seu depoimento disse:

Pode bem enxergar que lá estavam umas pessoas que ele testemunha conheceu ser as seguintes: Jose Nin, Carlos Almeida, José Pompeu, Nicandro Falcão, Jose Ramos e outros que não reconheceu, que ficando de modo a compreender bem as palavras que estas diziam, ouvir quando um desses, que ali se encontrava, dizer que seria conveniente Severina ir para o curral do Sr. Agostinho Borja afim de manter relações sexuais com eles, pelo que Severina respondeu que não sabia do muro, pois já estava acostumada fazer daquilo.¹⁷⁶

Além desse episódio, Gustavo contou que presenciou um encontro na areia do rio entre José Nin e Severina. No seu depoimento, assim como nos das demais testemunhas de defesa ou de acusação, Severina Severo aparece como mulher hábil nas práticas sexuais. Em contraposição, José Alfeu aparece como vítima que não conseguiu livrar-se de uma mulher experiente nos assuntos sexuais. Nesta representação, Severina passa da condição de vítima à condição de ré; de moça ingênua e seduzida econômica e socialmente passa a ser mulher sem pudores sexuais. Ela não conseguiu mostrar em seu depoimento atitudes de passividade, de cautela e de discrição desejadas para o relacionamento afetivo.

Ao julgar o processo criminal no qual José Alfeu foi acusado de seduzir Severina, o juiz Antonio Taveira afirma que

sedução da lei é a do sentido ‘vulgar’, isto é, o emprego de meios tendentes a influir sobre a vontade da menor, dispondo-a a ceder unicamente para servir a ser agradável ao sedutor. É a sedução desacompanhada de qualquer artifícios ao sedutor. Severina se abandonou a José Alfeu, para lhe ser agradável: era-lhe o tipo eleito. “A promessa de dinheiro”, se bem conste da policia, se se pôde dar crédito a essa confissão, na policia, não influio no seu ânimo (era ela tão moça para mercadejar tanto com sua carne) Ela caiu (como caem, via de regra, nesses momentos de negação do espírito, as mulheres) para ser agradável ao que a requestou. E nisso está a sedução da lei. A inexperiência da citada ofendida é o produto da sua pouca idade, do seu grau de instrução (é analfabeta) e da sua condição social (uma criada de um estacionário fiscal) [...] Não há, nos autos, prova que abalance esta (virgindade moral) O que dizem as testemunhas: que a mesma vivia conversando com meninos no Rio Taperoá o que era natural – menina conversando com meninos – em um rio, seco, em campo aberto, visitado por

¹⁷⁶ Processo criminal contra José Alfeu de Castro, doc. cit., p. 61.

pessoas que, todo dia, vao buscar água às cacimbas de abastecimento da Cidade; a 2ª que a mesma dizia-se, era atirada para os rapazes, pilheriando com eles (sem dizer as pilhérias), [...] Prova, assim, não destroe uma virgindade moral. (sic)¹⁷⁷

Para o juiz Antonio Taveira, sedução é o convencimento de uma mulher a ser agradável aos desejos de um homem. No seu entendimento, Severina manteve relações sexuais com José Alfeu por estar enamorada. Considerou ainda que Severina era bastante jovem para vender o próprio corpo, alertando para a possibilidade de no âmbito da delegacia ter havido deturpações do depoimento da vítima ou mesmo indução das declarações.

Severina aparece como vítima da ingenuidade, da sedução e, talvez, dos interesses do delegado, colega de trabalho do escrivão, pai de José Alfeu. Apenas neste processo criminal, o juiz defendeu a vítima por ser frágil e passível de sedução pelo homem amado. Além disso, Severina aparece como indefesa em função da pouca idade, da falta de instrução e da condição social de mulher pobre e trabalhadora, vivendo conforme o modelo de conduta das demais mulheres da vila.

O discurso do Juiz contrariou os depoimentos das testemunhas e do réu e a defesa do advogado. As testemunhas e o advogado de defesa mostravam Severina como mulher sem pudores, indecente e promíscua. Para o juiz, Severina era mulher frágil, menor de idade, miserável, seduzida pelas promessas de um homem em quem depositava confiança e sentimentos amorosos, que merecia ser amparada pela lei. Para ele, o jovem José Alfeu havia sido o rapaz escolhido para o namoro, para as relações sexuais e quem sabe para o casamento.

O juiz Antonio Taveira julgou o comportamento sexual de Severina como uma fragilidade comum nas mulheres, o que justificava a necessidade da família e do Estado de proteger as mulheres, controlando suas vidas, impondo uma sexualidade castradora dos desejos.

Em uma festa, nas orações, na caminhada ao rio para buscar água, na própria casa, uma mulher poderia conhecer rapazes, talvez desejar ter com algum deles algo mais que uma troca de olhares. Naquela sociedade uma mulher só poderia escolher namorado entre aqueles que eram conhecidos por seus pais e demais familiares. A liberdade de escolha das mulheres era limitada pelo controle das relações afetivas exercido pela família, especialmente pai, mãe e irmãos. No entanto, o desvio das regras dos relacionamentos afetivos, sexuais e sociais poderia motivar a intervenção da justiça.

¹⁷⁷ Processo criminal contra José Alfeu de Castro, doc. cit., p. 62.

No final da década de 1940, o padre João Fernandes defendia a necessidade de ampliar a catequese na paróquia de Cabaceiras. Os juízes denunciavam as mulheres cujas práticas sexuais eram vistas como imorais, culpando as famílias ou a condição social pelo comportamento desviante de algumas delas. Mesmo sendo uma sociedade profundamente dominada pelos valores do catolicismo, as práticas sexuais desviantes eram condenadas pela Igreja e pela justiça. Embora agindo separadamente, estas instituições possuíam discursos disciplinadores sobre a mulher e a família semelhantes.

Severino de Araújo Castro Leôncio, vinte e nove anos, solteiro, filho de Pedro Leôncio de Castro e Julia de Araújo Castro, residente em Campina Grande, profissão chofer, foi acusado de manter relações sexuais com Albertina da Costa Barros. Ela, jovem de dezessete anos, filha de Severino Jacinto da Costa e Severina Maria da Conceição, doméstica, residente na vila de Cabaceiras, contou para os pais da relação sexual.

No ano de 1948, os pais de Albertina da Costa Barros queixaram-se da conduta de Severino de Araújo em relação a sua filha. E Albertina declarou:

A mezes passados indo passando pelo oitão do muro da Prefeitura Municipal a noite encontrou-se com Severino Leôncio com quem já tinha certo namoro, e que este a chamou e agarrando-se com ela ofendida conduziu para dentro do referido muro, o que esta não querendo sujeitar-se as suas pretensões procurou gritar, o que Severino tampou-lhe a boca e com muitas promessas amorosas seduziu a manter relações sexuais, e ela ofendida com acanhamento nunca quis descobrir e mesmo vivia confiando nas grandes promessas de Severino e por certo lado achava vergonhoso seus Paes ser sabedor e esperava que ele cumprisse o que prometera, que era cazar e lava-la para Campina Grande. (sic)¹⁷⁸

A casa ou o seu entorno foram lugares para as relações sexuais de Severina, de Josefa, de Nila, de Tereza, de Severina Severo, de Brígida e de Neocina. Mas no caso de Albertina a relação sexual aconteceu no beco do prédio da Prefeitura, em um lugar público, com pouca iluminação, bem no centro da cidade.

Em seu depoimento, Albertina mostra-se como mulher vencida pela força física e pelas promessas do namorado. Mais uma vez a promessa de casamento é apresentada como um argumento forte para convencer uma mulher a dar consentimento para a relação sexual. No caso de Albertina, houve também a promessa de morar em outra cidade.

No discurso de Albertina e das demais mulheres envolvidas como vítimas em processos-crimes é comum o entendimento da castidade como um bem valioso da mulher a

¹⁷⁸ Processo-crime contra Severino de Araújo Castro, incurso no artigo 217, Código Penal de 1940. Processo aberto em 23.09.1948. Caixa Arquivo: 1948-1949. Processo sem numeração, p. 56.

ser trocado por casamento. Neste sentido, a relação sexual é representada como desejo do homem, cabendo à mulher resistir mesmo mediante a confiança nas promessas dele.

No dia 14 de setembro de 1948, na delegacia em Cabaceiras, Arlindo, 37 anos, solteiro, agricultor, residente em Cabaceiras, alfabetizado, declarou que, “apesar de ser vizinho da referida menor, nunca viu nem tão pouco notou namoro dela com nenhuma pessoa, pois seus pais davam-lhe boa criação, nunca viu freqüentar bailes, nem sambas, nem tão pouco anda com má companhia”.¹⁷⁹

E Vicência, 58 anos de idade, viúva, doméstica, residente em Cabaceiras, disse sobre Albertina: “boa negrinha, nunca tinha ouvido falar em nada dela, apesar de ser preta, mais não andava solta pelas ruas, nem freqüentava sambas”. E na sala de audiência, três meses depois do depoimento prestado na delegacia, Vicência disse sobre Severino de Araújo: “família é boa, branca e respeitável e Albertina de qualidade inferior do denunciado”.¹⁸⁰

Estas duas testemunhas construíram uma representação de mulher obediente e educada dentro do padrão moral. No entanto, uma delas apontou diferenças étnicas entre Severino Araújo e Albertina. Neste caso, Albertina era negra, filha de trabalhadores rurais, Severino era branco, filho de proprietário de terra. Naquela sociedade, negros e brancos, trabalhadores rurais e proprietários de terra, homens e mulheres deviam obedecer à rígida hierarquia social estabelecida pela Igreja Católica. Nessa hierarquia, as pessoas de pele negra não deviam namorar as pessoas de pele branca, nem filhas de trabalhadores rurais deviam namorar filhos de proprietários de terra; e as relações homossexuais não aparecem na nossa documentação.

No caso de Albertina, as testemunhas articularam um discurso condizente com os parâmetros de conduta esboçados por juízes, advogados de defesa e promotores noutros processos-crimes. Para as testemunhas, o fato de um rapaz freqüentar a casa de uma mulher solteira poderia indicar o namoro entre ambos. O anúncio por parte dos pais dela ou dele sobre o namoro ou o noivado confirmava o motivo das visitas. No entanto, as testemunhas de acusação e de defesa foram unânimes em afirmar sobre o não envolvimento afetivo entre Albertina e Severino de Araújo, por não perceberem visitas nem saberem do namoro.

Diferentemente do juiz Antonio Taveira, o juiz Pedro Nogueira de Moraes Brito entendia que a justiça não deveria proteger mulheres que trocavam a castidade por promessas de casamento ou por outros juramentos feitos por homens na condição de namorados ou de noivos. Este juiz julgou que Albertina manteve relações sexuais por livre iniciativa. Para ele,

¹⁷⁹ Processo-crime contra Severino de Araújo Castro, doc. cit., p. 26.

¹⁸⁰ Ibid., loc. cit.

este comportamento sexual não poderia ser amparado pela lei, uma vez que a mulher não era recatada nem inexperiente na prática sexual.

Ao julgar o processo contra Severino de Araújo, o juiz Pedro Nogueira de Moraes Brito asseverou que

O que se vislumbra neste processo é apenas uma tentativa, uma malograda tentativa, vamos dizer assim, de reabilitação por parte da ofendida que ao alçada pela vergonha, obedecendo a influência de terceiros, querendo tentar um casamento, ou sabe Deus o quê, surge agora como vítima de sedução! Mas a lei evidentemente não a ampara. A lei penal protege, é certo, a inviolabilidade carnal da mulher virgem, mas não se poderá constituir defensora daquelas que se excitam e depois exercitam o direito de “disponibilidade carnal”, e, portanto, se entregam voluntariamente, à satisfação de paixões lascivas, buscando a antecipação dos segredos do amor sexual. (sic)¹⁸¹

Para o juiz, Albertina e sua família, influenciados por terceiros, tentavam reabilitação social após ela ter quebrado a regra de conduta para os relacionamentos afetivos. Esta reabilitação poderia ser por meio do casamento religioso com Severino de Araújo Castro. O casamento era visto como meio para constituição de família cristã, respeitadora dos valores sociais e da ordem vigente.

Para configuração do crime de sedução era preciso comprovar que entre o casal de namorados ou de noivos havia confiança. A duração do relacionamento, as visitas dele à casa da família dela, a oficialização do noivado, junto aos pais e à sociedade, poderiam justificar a confiança que uma mulher depositava em seu noivo. Deste modo, uma mulher poderia ser vista como seduzida nos termos do Código Penal de 1940.

No entanto, Albertina não foi vista como mulher seduzida. Ela não conseguiu articular um discurso convincente sobre sua honestidade. Da condição de vítima passou à de causadora do próprio infortúnio.

Voltando ao caso entre José Pereira de Oliveira e Josefa Pereira dos Santos, moradores do povoado de São Domingos, no final da década de 1940, podemos examinar mais um depoimento de vítima que passou à condição de ré.

Na sala de audiência, conforme o escrivão registrou, Josefa Pereira dos Santos disse

que tinha um namoro com o indivíduo José Pereira de Oliveira, com quem desejava casar-se, e que sempre este vivia lhe inludindo afim de manter atos libidinosos com ela declarante, que ela sempre não aceitava, mais que em dias do mês de agosto do ano próximo passado findo, ele José Pereira, achando-se por trás de casa, e lá fazendo mil promessas amorosas e como ela ofendida lhe empregava grande amor e no sentido que ela não enganaria sujeitou-se as suas pretensões, e que depois manteve relações sexuais com o

¹⁸¹ Processo-crime contra Severino de Araújo Castro, doc. cit., p. 57.

mesmo varias vezes e que dias depois fez uma viagem e não voltando mais ate a data presente, e ando boatando que não casaria com ela. Mais não disse. (sic)¹⁸²

De início, nem a mãe de Josefa nem a mãe de José Pereira aprovaram o namoro. Esse impedimento logo foi vencido, pois José manifestou intenção de casar-se com Josefa. Aos sábados ou aos domingos, por volta das onze horas, José chegava à casa dela e saía depois da ceia, às 18 horas. Nesses encontros semanais, os namorados conversavam, geralmente na sala da casa, na presença de familiares. Algumas vezes, porém, o casal enamorado usou locais diferentes.

Possivelmente, assim como Brígida e Neocina no Curral de Baixo, que esperavam os pais dormirem para encontrar os namorados, Josefa, órfã de pai, esperava sua mãe dormir para encontrar José Pereira atrás da casa. Nesses encontros secretos, eles tinham a oportunidade de manter relações sexuais, construindo uma intimidade diferente daquela que era imposta pela justiça, pela Igreja e por algumas famílias a um casal de namorados.

Essa intimidade foi interrompida pelas viagens de José Pereira para trabalhar em fazendas dos municípios de Taperoá e de Serra Branca. Em uma de suas conversas com Francisco Amâncio, com quem trabalhava em Taperoá, José comentou que estava em dúvida se casava ou não com Josefa, mas que em breve tomaria uma decisão.

Enquanto isso, Antonia, mãe de Josefa, cuidava dos preparativos do casamento da filha. Provavelmente, fazia o enxoval, engordava as galinhas para o almoço da festa, economizava para comprar o tecido de crepe branco para o vestido.

Todavia, as longas temporadas de José Pereira longe do povoado fizeram Antonia saber dele sobre o casamento. Na condição de viúva, Antonia exerceu a autoridade de mãe para arranjar o casamento da filha.

Naquele final do ano de 1948, José Pereira não estava no povoado de São Domingos. Ele viajara para Campina Grande sem comunicar a Antonia ou a Josefa. Enquanto isso, no povoado de São Domingos circulava o boato de que o casamento não se realizaria. Diante dessa situação, no começo do ano de 1949, Antonia foi à delegacia queixar-se de José Pereira e buscar a proteção da justiça para a filha.

Sobre a família de Josefa e suas irmãs, a testemunha de defesa Manuel Lins, casado, agricultor, alfabetizado, disse:

Que conhece a família da vitima, cujo procedimento da maioria das irmãs não é bom, podendo citar os seguintes casos: Severina Pereira conhecida por Severina Paixão, prostituta, com casa montada na Cidade de Campina

¹⁸² Processo Criminal contra José Pereira de Oliveira, doc cit., p. 5.

Grande; Izidra largada do marido e amancebada, mora em Serra Bonita, deste município – Maria, foi prostituta durante o tempo que era solteira e mora em São Domingos em companhia de “Crioulo”, digo, de uma crioulo – Amara casa eclesiasticamente com Oscar, mas vive de namoro franco e aberto com um tocador de harmonium – D. Dominga, residente nesta cidade, e casada religiosamente com Pedro Henrique, que com três meses depois de casada deu a luz a uma criança que está viva. (sic)¹⁸³

Manuel Lins se deteve em descrever aspectos da vida sexual e conjugal das irmãs de Josefa, apontando na vida de cada uma delas comportamentos considerados condenáveis. Em um processo-crime acerca de uma relação sexual indesejada, a vida de toda a família era objeto de investigação. A intenção era averiguar se o comportamento da vítima e da sua família pautava-se ou não pelo padrão moral. Neste sentido, o depoimento de Manuel Lins aponta comportamentos condenáveis no modo de proceder socialmente das cinco irmãs de Josefa. Para ele, relações afetivas extraconjugais, prostituição, relações entre um homem e uma mulher sem o reconhecimento da Igreja Católica e os filhos gerados antes do casamento constituíam-se práticas amorais.

Na ótica do advogado de defesa, a família de Josefa não lhe proporcionava proteção moral, constituindo-se em um “prostíbulo rural”. Podemos imaginar como este discurso moralizador caiu como chumbo sobre as cabeças daqueles agricultores, acostumados a uma vida cristã e católica. Como ouvir que sua casa era um “prostíbulo rural”?

Para o adjunto de promotor, Josefa poderia ser vista como modelo de mulher em uma família que não se pautava pelo padrão de comportamento imposto. No seu entender, ela não devia ser desamparada pela lei em função do procedimento das irmãs, pois, diferentemente delas, tentou reparação para a experiência sexual antes do casamento. E também não devia ser punida, pois sua mãe, viúva, com 66 anos e pobre, não tinha meios para proteger a honra da filha.

Desse modo, o adjunto de promotor concentrou sua argumentação na função pedagógica do aparelho jurídico. Neste sentido, amparar Josefa nos termos da lei e condenar José era uma forma de dizer que no meio de “uma família contaminada pelo vício” um de seus membros podia ser tomado como “modelo para a sociedade”¹⁸⁴, pois o que importava era a mensagem a ser passada pelo aparelho jurídico à sociedade.

No final dos anos 1940, a função do promotor era normatizar o comportamento das mulheres ao invés de marginalizá-lo. Naquele momento, a jurisprudência entendia que o Código Penal de 1940 e a ação dos promotores precisavam adaptar-se à realidade, tendo em

¹⁸³ Processo criminal contra José Pereira de Oliveira, doc. cit., p. 26.

¹⁸⁴ Ibid., p. 45.

vista que o comportamento das moças era diferente daquele observado na segunda metade do século XIX e no início do século XX. Neste sentido, o adjunto de promotor, ao defender enfaticamente que Josefa poderia ser vista como modelo de moça honesta, mesmo que sua família não pudesse ser enquadrada neste modelo, estava em sintonia com o pensamento jurídico da época.

No seu depoimento, Josefa mostra-se frágil, ingênua e enganada pelas promessas de casamento de José Pereira. Mesmo tendo vivido uma relação de namoro amoral aos olhos de testemunhas e do advogado de defesa, Josefa parece aceitar o modelo de comportamento imposto, ou pelo menos não o contesta no âmbito da justiça, onde era conveniente mostrar-se recatada, submissa e ingênua.

Todavia, cinco meses depois da abertura do inquérito policial, em 1949, o juiz da Comarca de Cabaceiras, Pedro Nogueira de Moraes Brito, declarou acerca do processo-crime contra José Pereira de Oliveira:

De resto, atente-se para as referencias desabonadoras à conduta das irmãs da suposta ofendida, do seu próprio ambiente familiar e veja-se pode ela ser reputada moça pura e de vida recatada. Não há, assim crime de sedução a punir, pois quando fossem plenas a prova de conjunção carnal entre a suposta vítima e o indiciado e da menoridade daquela, faltaria para existência do delito em causa, os demais elementos essenciais: a prova de virgindade moral da ofendida, ou seja, da sua castidade, da sua honestidade, e da sedução. (sic)¹⁸⁵

O juiz entendia que não cabia à justiça proteger uma moça freqüentadora de sambas, uma vez que ela não poderia ser considerada honesta e casta. De acordo com a sentença deste Juiz, faltara a prova moral para ser configurado o crime de sedução. Assim, para ser considerada seduzida, uma mulher precisava provar ser honesta e casta. Foi em torno dessas duas virtudes atribuídas e requeridas como próprias da mulher que ele montou seu julgamento sobre o caso.

Para o juiz, o modelo de comportamento que Josefa tinha na própria família era desabonador, pois as irmãs não eram honestas, a mãe não a protegia e ela freqüentava sambas. Em sua ótica, Josefa rompera com os valores de honestidade e de castidade ao seguir o comportamento das irmãs.

No entender do juiz, Josefa não fora vítima de sedução por parte de José Pereira Oliveira. Pelo contrário, ela fora uma mulher imprudente, cuja educação não atendia aos padrões de proteção da honra e a contensão do impulso sensual. Assim, nesse discurso, Josefa

¹⁸⁵ Processo criminal contra José Pereira de Oliveira, doc. cit., p. 50.

passou de suposta vítima a ré, sendo culpabilizada por ter mantido relações sexuais com José sem estarem casados, por ter sido abandonada por ele e por não conter os desejos sexuais.

Para concluir a exposição dos motivos da improcedência da denúncia e absolver José Pereira de Oliveira, o Juiz Pedro Nogueira de Moraes Brito afirmou:

Como disse Nelson Hungria, como que escrevendo para o caso dos presentes autos, “Sob o manto da lei somente podem abrigar-se as moças inexperientes e moralmente ilibadas, mesmo estas quando vitimas de hábeis persuasões e enleios e vez de sedução juras de amor ou promessas de evidentemente insinceras ofertas às mais das vezes com a voz empastada da libido estuante que promete anel de casamento, como prometia, se fosse pedido o anel de... Saturno.” [...] O caso da rapariga que, tangida de ilusões, imigra dos centros rurais para a cidade, onde a espera o mais cruel infortúnio. Inexperiente, incauta, simplória, prematuramente liberta da vigilância familiar, estonteada, desprotegida contra as tentações, mal ambientada para a própria defesa, deixa-se levar pela lábia do primeiro réles Don Juan que lhe segue o rabo de saia. (sic)¹⁸⁶

Entre os juristas que escreveram o Código Penal de 1940, estava Nelson Hungria. Este jurista era um defensor da doutrina clássica do direito, da adaptação da jurisprudência à realidade e do estabelecimento de critérios para distinguir mulheres honestas das desonestas nos processos-crimes sexuais. No seu entendimento, os juízes tinham obrigação moral e profissional de moldar as leis às situações específicas por meio de interpretações, sendo o direito criminal mais normativo do que punitivo.

Em relação ao crime incurso no artigo 217 (sedução), o jurista Nelson Hungria pensava que o despertar sexual feminino fora do casamento poderia resultar na degradação da mulher, o que representaria uma ameaça à moralidade pública, pois a mulher era vista como pilar social. Neste sentido, a ruptura da membrana hímen sem o casamento seria ruptura moral. Assim, o interesse do Código Penal de 1940 era impedir a vivência da sexualidade fora do casamento, uma vez que à mulher era atribuída a missão de manter a ordem social, gerar filhos sadios e ordeiros e defender a moral.¹⁸⁷

Na definição de Nelson Hungria, citado pelo juiz Pedro Nogueira de Moraes Brito, a mulher proveniente do mundo rural era inexperiente, incauta e simplória e ao chegar na cidade via-se liberta, desnorteada e desprotegida. A cidade foi representada como lugar de tentações e morada de homens sedutores, preparados para conquistar qualquer mulher. E quando comprovada a sedução, só “moças inexperientes e moralmente ilibadas” deveriam ser amparadas pela lei.

¹⁸⁶ Processo criminal contra José Pereira de Oliveira, doc. cit., p. 52.

¹⁸⁷ Cf. CAULFIELD, 2000.

Nas décadas de 1930 e 1940, em Cabaceiras, nem todas as mulheres que se disseram vítimas de sedução receberam o amparo legal. Para os juristas, a exemplo de Pedro Nogueira de Moraes Brito, deveriam ser protegidas pela justiça apenas aquelas que provassem ser inexperientes sexualmente e possuir conduta honesta.

Enquanto o juiz Antônio Taveira, em 1942, baseado no pensamento do jurista Galdino Siqueira, assumira uma posição protecionista em relação às mulheres pobres que denunciavam seus namorados ou noivos, o juiz Pedro Nogueira de Moraes Brito assumiu uma postura de denúncia e de discriminação em relação às mulheres pobres, solteiras, menores de idade e com experiência sexual.

Os juízes preocupavam-se em defender uma mulher e sua família caso esta seguisse a moral vigente. No âmbito dessa moral, os pais deveriam cuidar da honra das filhas e não permitir a participação em festas consideradas promíscuas nem promover tais divertimentos. Deveriam também ser pais vigilantes dos namoros e dos noivados, escolher o futuro cônjuge das filhas, buscar na justiça solução para um caso de defloramento, educar as filhas para serem castas até o casamento e honestas por toda vida.

Ao assumir posicionamentos diferentes nos processos-crimes acerca das relações sexuais, os dois juízes não estavam sozinhos. Adjuntos de promotores também oscilaram entre defender uma mulher com alguma forma de experiência sexual e não defendê-la. Alguns optaram por denunciar o comportamento visto como imoral de algumas mulheres e suas famílias.

A moral sexual da sociedade de Cabaceiras, nas décadas de 1930 e 1940, estava baseada nos valores de castidade, de honestidade e de recato. No entanto, os signos que emitiam os comportamentos das famílias de mulheres de trabalhadores rurais que procuraram a justiça distanciavam-se deste padrão. Nesse sentido, juízes, promotores e advogados buscaram definir qual mulher era honesta e qual mulher era desonesta, e a partir dessa definição julgaram se era vítima ou não.

Nos seis casos analisados, as mulheres eram pobres, cuidavam dos afazeres do lar e eram analfabetas. Na época do plantio e da colheita de milho, de feijão ou de algodão trabalhavam no campo junto com o pai, os irmãos e outros trabalhadores. Precisam ajudar na subsistência da família.

Por mais que elas se esforçassem em representar seus namoros como recatados, conforme o modelo imposto pela Igreja e pelo Estado, o fato de se relacionarem com homens e mulheres, não necessariamente seus parentes, foi denunciado como comportamento imoral, promíscuo e desonesto. No âmbito da justiça, essas mulheres trabalhadoras rurais pobres, por

viverem relações sociais, afetivas e sexuais desviantes, foram consideradas culpadas, causadoras do próprio infortúnio.

Dessa forma, a justiça em Cabaceiras, nas décadas de 1930 e 1940, independentemente do Código Penal em vigência, reforçou a representação de que a mulher pobre honesta era a mulher casta; de que a família de trabalhadores rurais honrada era a família protetora da virgindade de suas filhas; e de que algumas festas não religiosas promovidas por famílias pobres poderiam ser uma marca perniciosa na vida de uma mulher.

A justiça denunciou as famílias e, especialmente, as mulheres pobres por não seguirem o comportamento amplamente difundido pelo catolicismo, mas nem sempre praticado por todas as mulheres. Algumas resistiram ao domínio dos pais, dos irmãos, dos padres, dos promotores, advogados, juízes, para viver relações afetivas e sexuais que não estavam prescritas. Em meio aos discursos coercitivos, estas mulheres inventaram seu cotidiano afetivo com práticas desviantes.

CAPÍTULO III

(DES)ACERTOS CONJUGAIS: conflitos familiares e judiciais acerca das relações de gênero

Do nascer ao morrer os moradores do município de Cabaceiras deveriam pautar sua vida pela moral cristã e católica. A Igreja Católica, por meio das orações devotadas à imagem da Virgem Maria, das missas aos domingos, da celebração do batismo, da preparação para o sacramento da primeira comunhão, das leituras escolares, entre outras práticas, normatizava o comportamento daqueles homens e mulheres, em sua maioria pequenos proprietários de terra, trabalhadores rurais, donas de casa, algumas professoras e funcionários públicos.

Ao longo das décadas de 1930 e 1940, os padres Inácio Cavalcanti, José de Barros, João Madruga e João Fernandes, da paróquia Nossa Senhora da Conceição, colocaram em prática a política pedagógica religiosa, que rejeitava veementemente as idéias de emancipação feminina. No âmbito desta política, esses padres incentivaram junto às famílias o culto à Virgem Maria, os batizados, a realização da primeira comunhão das meninas e dos meninos com dez anos de idade, a celebração do matrimônio. Entre 1930 e 1949, foram realizados na igreja matriz, nas capelas ou nas casas 2.589 rituais de matrimônio, uma média de 130 casamentos por ano.¹⁸⁸

Essa moral sexual associada a ingenuidade, a recato, a obediência, a renúncia dos desejos foi imposta como preceito para o casamento e para a constituição da família cristã e civilizada. Foi também defendida pelo Estado, como pudemos ver na definição de família de Rui Barbosa, lida durante o processo de alfabetização de algumas mulheres em Cabaceiras. O Estado fundamentava sua política sexual de controle dos indivíduos e de formação de família nuclear na medicina higiênica¹⁸⁹, mas isso não quer dizer que rejeitava os valores do catolicismo. No entanto, conforme foi visto no capítulo anterior, nem todas as mulheres seguiram à risca esses preceitos.

Naquele momento, nos centros urbanos, a exemplo de São Paulo, Rio de Janeiro, Recife, João Pessoa, Campina Grande, discutia-se sobre as mudanças no comportamento dos homens e, especialmente, das mulheres. Nestas cidades, onde eram vividos de diferentes modos o processo de industrialização e a recepção dos valores burgueses com ares de

¹⁸⁸ LIVRO de registro de casamento da paróquia Nossa Senhora da Conceição. Registros de casamentos entre os anos de 1930 e 1949, contabilizados por mim com a ajuda da secretaria da paróquia, dona Nininha.

¹⁸⁹ Sobre a política sexual fundamentada na medicina da higiene voltada para todo o corpo social, cf. ENGEL, M. 2004. Sobre a passagem da família patriarcal para família nuclear, burguesa e higiênica Cf. COSTA, J., 1999.

modernidade, também estavam em discussão os parâmetros que deveriam, ou não, orientar a educação das mulheres, sua entrada no mercado de trabalho, sua participação na política, a organização de movimentos de emancipação feminina, as modificações no comprimento e nos modelos das roupas, as mudanças de hábitos.

Segundo as historiadoras Mariana Maluf e Maria Lúcia Mott, para alguns advogados, médicos, juristas e religiosos, o lugar da mulher era dentro de casa, cuidando dos filhos e obedecendo ao marido.¹⁹⁰ Eles defendiam que o ‘dever ser’ das mulheres assentava-se no tripé mãe, esposa e dona de casa. E foram muitos os esforços para disciplinar homens e mulheres, vistos como formadores da família. A função de provedor da casa foi conferida ao homem; a manutenção da moral familiar e da harmonia da casa foi atribuída à mulher. A família era vista como elemento capaz de conter a modernidade dos costumes e como suporte do Estado.

O Código Civil de 1916, entre outras atribuições, determinava essas obrigações dos cônjuges e o comportamento cordato da mulher. Esta deveria respeitar a moral vigente e os costumes, depender do homem e submeter-se a ele.

No começo do século XX, intelectuais de diferentes concepções entendiam a educação feminina em termos da aquisição de conhecimentos elementares (ler, escrever e contar), associada a valores religiosos. Outros discursos, informados pelos ideais de progresso e de higiene, defendiam que as mulheres deveriam instruir-se também para o cuidado da casa e para a educação dos filhos, futuros cidadãos. O grupo feminista, por sua vez, defendia a formação feminina e a conquista da independência da mulher por meio do estudo e do trabalho assalariado.¹⁹¹

Nessa época, na cidade de Recife, o discurso veiculado na imprensa sobre a mulher dizia que esta, independentemente de sua posição social e interesse, deveria por meio do casamento preservar a instituição patriarcal. As práticas contrárias a este dever, a exemplo da saída das mulheres para trabalhar, para estudar, para passear, para namorar, eram motivos de assombro naquela sociedade envolta com mudanças econômicas, sociais e culturais. O papel prescrito para a mulher era o de mãe e o de educadora, cabendo-lhe também manter a tradição patriarcal.¹⁹²

¹⁹⁰ Cf. MALUF; MOTT, 1998.

¹⁹¹ Cf. LOURO, 1997.

¹⁹² Cf. ALBUQUERQUE JR., 2003.

Além disso, como mostra Jurandir Freire Costa, ao traçar uma arqueologia da família inspirada nos estudos de Michel Foucault, a instituição familiar no Brasil desde o século XIX passava por um processo de submissão à medicina, por meio da política higiênica.¹⁹³

Na primeira metade do século XX, os lugares sociais para os homens e para as mulheres foram estabelecidos a partir da dicotomização das esferas: ao homem foi conferida a função de mantenedor da casa, sendo seu trabalho na rua valorizado; à mulher foi designada a manutenção da moral familiar, da harmonia da casa. O discurso jurídico do Código Civil de 1916 e o discurso da Igreja, especialmente na encíclica *Rerum Novarum*, determinavam para a mulher os papéis sociais de mãe, de esposa e de dona de casa e para o homem os papéis de pai, de marido e de trabalhador.

Tendo em vista esses discursos disciplinares e coercitivos amplamente difundidos em Cabaceiras, analiso a relação entre homens e mulheres casados, destacando os conflitos conjugais e judiciais no cotidiano. Para esta análise, utilizo processos-crimes cujos réus ou rés foram acusados de lesão corporal, de maus-tratos e de infâmia, conforme o Código Penal de 1890 ou o Código Penal de 1940. Estudo também relatos orais de memória acerca das experiências educacionais, sexuais e conjugais de algumas mulheres entrevistadas, enfatizando as normas e as resistências.

3.1 Sonhos de moças

Na década de 1940, as crianças com mais de dez anos de idade, moradoras da vila de Cabaceiras, deveriam aprender a ler, escrever e realizar as operações matemáticas no Grupo Escolar Alcides Bezerra, construído entre os anos de 1937 e 1939, no governo do interventor Argemiro Figueiredo. Nesta escola, entre outras moradoras da vila, estudou Hermínia, que na infância aprendeu com a mãe algumas orações católicas.

Sobre os estudos no grupo escolar, Hermínia relata:

A escola sempre fazia hora de arte. Fazia drama. Tudo que tinha no Grupo eu representava. Elas [as professoras] parecem que tinham assim um negócio pra mim botar no meio [riso]. Eu gostava. Eu fazia com gosto. Fazia o máximo pra fazer... pra sair bom. Poesia recitei muito, muita poesia. Dia Sete de Setembro eu era a primeira a recitar poesia. Subia em cima de umas cadeiras, como uma vez eu subi ali na frente de Odete. Eu recitei essa poesia: Os soldados balbuciam em nome da pátria enchendo os corações. Aí recitei essa poesia três vezes e o povo pedindo, pedindo. Era bonito mesmo.¹⁹⁴

¹⁹³ Cf. COSTA, J., 1999.

¹⁹⁴ Entrevista n. 5, doc. cit.

Às sete horas, vestindo uma farda cáqui de tecido fino ou farda composta por saia azul e blusa branca com uma gravata, levando folhas de papel pautado, lápis, um pedaço de rapadura preta embrulhada no papel, meninas e meninos da vila e da redondeza chegavam ao grupo escolar. Lá recebiam aulas de geografia, de aritmética, de história do Brasil, de ciência física, de educação física e participavam da denominada “hora de arte”. Naquela época, o Grupo Escolar Alcides Bezerra constituía-se no principal espaço para educação formal de Armênia e demais moradoras de Cabaceiras.

Nos anos em que Hermínia escolarizou-se foi instituído, através das leis orgânicas ou Reforma Capanema¹⁹⁵, o ensino primário, secundário, industrial, comercial, normal e agrícola. O ensino primário estava organizado pelo número de turmas: escolas isoladas (uma turma), escolas reunidas ou mistas (com até quatro turmas), grupo escolar (com mais turmas) e escola supletiva (para adultos). O Grupo Escolar Alcides Bezerra funcionava como escola reunida ou mista.

Neste sistema educacional, além de alfabetizar as alunas e os alunos, as professoras, entre elas Severina Barros, a mesma que ensinava o catecismo católico e preparava as crianças para a celebração da primeira comunhão, organizavam o que era chamado de “hora de arte”. Eram momentos de encenações teatrais, de dança e de leitura de poesias, quase sempre uma preparação para as festas cívicas, a exemplo do dia Sete de Setembro. Desde a fundação da República, as comemorações em torno de uma memória sobre a independência do Brasil passaram a fazer parte das atividades escolares como forma de educar os futuros cidadãos brasileiros dentro dos ideais de nação civilizada e patriota.

Tanto nas capitais dos estados quanto nas vilas do interior do Brasil, comemorava-se o Sete de Setembro nas escolas. Em Cabaceiras, em praça pública, na década de 1940, quando ocorria a Segunda Guerra Mundial, a aluna Hermínia recitou poesia enaltecendo os soldados. Ela dialogava com o discurso fundador de certo ideal de nação civilizada e patriota. Esse ideal estava baseado nos valores de honra, de disciplina e de fidelidade. Hermínia e os demais alunos e alunas do grupo escolar, naquele ano, vivenciavam práticas instituídas pelo Estado para a escola no âmbito desse discurso fundador de uma memória nacional e do cidadão.

Além disso, no universo de leitura e de encenações teatrais havia também o bailado. As encenações teatrais contendo dança eram promovidas na escola durante a hora de arte pelas professoras. Nestas encenações, comumente Hermínia cantava.¹⁹⁶ Entre as lembranças das canções ela recordou, escolheu e cantou:

¹⁹⁵ Sobre a Reforma Capanema cf. Otaíza Romanelli, 1988.

¹⁹⁶ Entrevista n. 5, doc. cit.

Eu sonhei que tu estavas tão linda
 Numa festa de raro esplendor,
 Teu vestido de baile lembro ainda,
 Era branco, todo branco, meu amor.
 A orquestra tocou uma valsa dolente,
 Tomei-te aos braços, fomos dançando
 Ambos silentes,
 E os pares que rodeavam entre nós
 Diziam coisas, trocavam juras
 A meia voz.
 Violinos enchiam o ar de emoções
 E de desejos uma centena de corações .
 Pra despertar teu ciúme
 Tentei flertar alguém,
 Mas tu não flertaste ninguém,
 Olhavas só para mim.
 Vitórias de amor cantei,
 Mas foi tudo um sonho, acordei.

Na letra de ‘Eu sonhei que tu estavas tão linda’, uma valsa composta por Lamartine Babo e Francisco Matoso, lançada em 1941, sucesso na voz de Carlos Galhardo, canta-se o sonho de dançar numa festa grandiosa com uma mulher bela. Canta-se a lembrança do vestido branco da amada, do ato de convidá-la para valsar, do silêncio de ambos durante a valsa tocada pela orquestra, das palavras, das juras em voz baixa ditas pelos pares que os rodeavam.

Cada nota do violino enchia de sentimento o ar e de desejo os corações. O compositor cria todo um clima mágico, de sintonia e de harmonia entre o casal, que nem a tentativa dele de provocar ciúmes, olhando para outras pessoas, quebrou. Ele é o vencedor no sonho, do qual acordou.

A valsa diz do encontro, da dança, do silêncio entre um homem e uma mulher. É o homem quem sonha com a mulher amada em um baile, quem toma a iniciativa de dançar com ela e de flertar alguém. Em contraponto a isso, a mulher é dita como a que espera o convite dele para dançar, a que permanece em silêncio e fica impassível às provocações de ciúme, a que é fiel. A amada é descrita pelo vestir, pelo dançar, pelo olhar. O modo de estar na festa em relação a ele é motivo de vitória do homem, que se mostra numa batalha para conquistar a atenção e o amor de uma mulher.

No sonho ele se apresenta vencedor, pois ela se mostrou fiel. No entanto, sua vitória não passa de um sonho. Todo o encontro na festa não passa de uma imagem fantasiosa criada durante o sono. Este mesmo homem que sonha, que idealiza a amada, é o que acorda, sabendo opor fantasia e realidade.

Já no dia-a-dia escolar de Maria de Lourdes Nóbrega, que se alfabetizou na década de 1920, na escola rural que funcionava em sua casa, cuja professora era Alice de Queiroz, a leitura de poesias era incentivada. Ler tornou-se um hábito na sua juventude.¹⁹⁷

Das poesias escritas no caderno e guardadas em sua memória, Maria de Lourdes escolheu e recitou ‘Devaneio’:

De noite estando só, fico pensando
 Nas frases que de dia proferistes
 E falo a mim somente interrogando
 Acaso em ti o mesmo amor persiste?
 Horas inteiras passo me lembrando.
 Sorrio se me lembro que sorriste
 E choro também me lembrando.
 Tenho falado comigo em traços existo,
 Mas o meu pranto pra tudo se cala
 Se um grande amor por mim tu me revelas
 Pelo olhar, pelo gesto, pela fala
 E eu sonho com a igreja toda horinha
 O padre no altar-mor as alianças,
 As velas, nós dois de joelhos
 O resto se advinha...

Para Maria de Lourdes, devaneio significa “uma coisa que quer dizer incerteza, dúvida.” Foi de algumas incertezas que a poetisa e escritora teatral Virgínia Vitorino (1898-1967) tratou na poesia acima intitulada ‘Devaneio’.

Esta poetisa, com o Curso de Filologia Românica da Faculdade de Letras de Lisboa, cursos de piano, de canto, de harmonia e de italiano do Conservatório Nacional de Lisboa, trabalhou na Emissora Nacional de seu país, onde dirigiu o teatro radiofônico. Virgínia Vitorino publicou vários livros de versos e peças teatrais, muitas das quais foram levadas à cena no Teatro Nacional D. Maria II. Ela também colaborou em jornais e revistas de Portugal e do Brasil; e esteve aqui em 1937, a convite do presidente Getúlio Vargas. Na oportunidade ela pôde divulgar ainda mais suas poesias.¹⁹⁸

Figura marcante na história das Letras de Portugal da primeira metade do século XX, vista por seus biógrafos como uma mulher com uma personalidade forte e revolucionária, Virgínia Vitorino foi uma das escritoras que mais vendeu em Portugal ao longo da década de 1930, tendo feito 12 edições do seu primeiro livro, intitulado *Namorados*, que teve também duas edições no Brasil. A edição de 1943, revista e prefaciada por Olegário Marianno, amigo da poetisa, teve cem exemplares confeccionados na gráfica Irmãos Pongetti, no Rio de

¹⁹⁷ Entrevista n. 2, doc. cit.

¹⁹⁸ Cf. SAMPAIO, 2004.

Janeiro. Esta sexta edição do livro de poesias de Virgínia Vitorino abafava o “tropel da cavalgada modernista” e provava a “preferência do público pela poesia eterna do passado”.

Se não foi uma destas edições completa, pelo menos a poesia ‘Devaneio’ foi lida por Maria de Lourdes, em Cabaceiras, nas décadas de 1930 e 1940. Os versos da poesia falam de algumas expectativas, dúvidas, sofrimento antes do casamento. A pessoa enamorada vive uma espécie de calvário, sofrendo por amor em todos os momentos. À noite pensa sobre o encontro e as palavras do ser amado. Enquanto interroga-se sobre o sentimento, sofre pela incerteza do amor, ao mesmo tempo em que se reanima ao lembrar o sorriso do amado, como quem se recorda da promessa de salvação. Após os tombos do caminho representados pelo pranto, pela noite acordada, todo sofrimento deixa de existir com a revelação do amor pelo olhar, pelo gesto, pela fala. A redenção é representada pela realização do ritual do casamento religioso.

Na poesia, a união entre um homem e uma mulher é representada como laço sentimental, sacramentado pelo padre. Os versos deixam abertos à imaginação e à experiência do(a) leitor(a) os acontecimentos que viriam após a cerimônia do matrimônio, mantendo assim o mistério sobre a sexualidade conjugal.

Para o historiador Durval Muniz Albuquerque Jr, com a emergência do ideal de amor romântico no século XIX, o casamento passou a ser visto como uma amizade entre o casal, um meio para uma vida conjugal sem conflitos, cabendo à mulher submeter-se por amor à autoridade do marido, dedicar-se à manutenção da harmonia do lar e da família.

Juntamente com a idéia de amor romântico veio a maior flexibilidade nas relações entre pais e filhos. Para Durval Muniz, na primeira metade do século XX, essa flexibilização teria contribuído para que o casamento fosse pensado também como laços de sentimentos, de afetos entre os cônjuges, e não somente laços econômicos. A poesia que marcou a memória de uma mulher de Cabaceiras legitimava o casamento dentro da idéia de amor romântico.

Acerca dos seus sonhos, Maria de Lourdes Nóbrega é categórica: “[...] sonho de moça é casar...”.¹⁹⁹ O sonho dela, e possivelmente da maioria das mulheres com quem convivia, era unir-se a um homem em matrimônio. No âmbito do discurso da Igreja Católica, do Estado e da família, que definia o papel social da mulher, o sonho das mulheres era condicionado para o casamento por meios diversos.

Entre os versos da poetisa portuguesa Virgínia Vitorino, a jovem Maria de Lourdes encontrou espaço para seus sonhos, sentimentos, questionamentos ao longo da juventude.

¹⁹⁹ Entrevista n. 2, doc. cit.

Encontrou também uma referência sobre o sentimento amoroso e sobre o encaminhamento da afetividade entre um casal para o casamento, enquanto sacramento da Igreja Católica, ao qual uma mulher deveria almejar.

Nas experiências de Maria de Lourdes e de Hermínia, as poesias e as canções diziam sobre sonho e amor, especialmente sobre a relação entre homem e mulher, durante o namoro ou numa festa. Enquanto na poesia de Virgínia Vitorino o amor é motivo de pensamento, de sofrimento, de angústia, na canção o amor é motivo de ilusão.

Na poesia, uma mulher pensa, sofre e espera a revelação do amor e a realização do casamento na igreja. Na canção, o homem é quem sonha, quem se mostra lutando pelo amor de uma mulher. Se na poesia ‘Devaneio’ a relação de namoro encontra confirmação no casamento na igreja, na canção o encontro no baile é apenas uma fantasia.

Hermínia e Maria de Lourdes, respectivamente, puderam conhecer e vivenciar representações sobre amor, sonho, relação de gênero e, especialmente, sobre o comportamento feminino.

Se pensarmos que a poesia de Virginia Vitorino diz sobre o feminino, o que é uma marca desta poetisa de Portugal, o feminino é dito como o que pensa sobre as palavras do namorado, o que se interroga sobre o amor do outro. A mulher é quem lembra, sorri e chora em função do namorado. É também quem espera a revelação do amor e quem sonha com o casamento na igreja. Uma trajetória do feminino que culmina com o casamento.

Na valsa de Lamartine Babo e Francisco Matoso, a mulher é objeto de sonho de um homem, é a que veste vestido branco no baile, que espera ser convidada para dançar, que se deixa conduzir, ficando em silêncio. A mulher é representada como fiel ao homem, por isso, o homem deve tentar conquistá-la.

Nas duas representações, a mulher aparece como aquela que está disponível para estabelecer relação afetiva, a que nada fala ao enamorado e a que é passiva diante das vontades e das decisões do homem.

Em Cabaceiras, estas representações, assim como as do comportamento feminino difundido pela Igreja Católica, faziam parte do universo de mulheres filhas de proprietários de terra, de comerciantes e de lideranças políticas locais, a exemplo de Maria de Lourdes Nóbrega, e de mulheres que estudaram nas escolas mistas ou no grupo escolar. Essas representações diziam a forma de pensar, de agir e de comportar-se nos relacionamentos afetivos. Inclusive, informavam quais deveriam ser os sonhos de uma mulher: dançar com o amado e casar-se com ele.

As apresentações do bailado das flores aconteciam no salão do Zinco, uma espécie de clube, ou no grupo escolar. Além de Hermínia, também participavam Petrunila, Elizete e mais pessoas que estudavam no Grupo Escolar Alcides Bezerra nos anos 1940. Naquela época, as professoras Neuza Nunes e Maria Neuly Dourado organizavam as apresentações das suas alunas, que tinham entre 14 e 19 anos de idade. Essas apresentações, assim como as comemorações do dia Sete de Setembro, eram vistas como momentos de lazer proporcionados pela escola.

No Clube Guarani, fundado em 1937 por membros da extinta Irmandade Nossa Senhora do Rosário dos Pretos, havia encenações teatrais. Uma das professoras do grupo escolar, Severina Santos, filha de Venerana e Gonçalo Santos, organizava encenações teatrais assistidas pelos membros do clube. Participavam dessas encenações as primas Maria de Lourdes Correia, Maria das Neves, Josefa, filhas de Rosenda e de Severino Gomes, e Albertina, filha de Severino Jacinto da Costa e Severina Maria da Conceição, a mesma que denunciou o namorado Severino Araújo.

Utilizando textos lidos na sala de aula ou outros de livros encontrados na biblioteca General José Pessoa, inaugurada em 10 de novembro de 1940, Severina dos Santos organizava os “dramas”. Acerca destas encenações, ela relata:

Era só com mulheres. Nessa época num tinha costume de misturar homem com mulher. Só era mulher. Tinha lá o cantinho de trocar roupa. Nas comédias personagem rejeitada ficava com Neves. Ela nunca dizia: essa personagem é feia, eu num quer. E representava bem, bem que todo mundo gostava. Ela ia, representava tão bem que o povo gostava. [...] A gente organizava o palco e era bonito e era muito bem sucedido esse drama. [...] Organizava as partes. Preparava. Carregava troço na cabeça. Tomava coisa emprestada e carregava na cabeça. Na cabeça pra preparar. Teve ‘Viroca do Oiteiro’. Era uma professora. Que mãe começou a ri mais madrinha Ambrosina logo quando Lourdes calçou umas meias e sapato de Chiquinha. Viroca do Oiteiro. E a aluna era Marluce. E o pai era Neve. Lourdes foi debaixo da sombrinha.²⁰⁰

Sobre as mesmas encenações Maria de Lourdes Correia disse: “Faziam drama. Arranjava dez, vinte menina, menino não. Era só mulher. A gente organizava aqueles dramas só para ter o pé de dançar. Pai num deixava a gente dançar... Era bom.”²⁰¹

Enquanto Hermínia lia, cantava e interpretava ‘Eu sonhei que tu estavas tão linda’ durante a apresentação do bailado das flores promovida pelo grupo escolar, Maria de Lourdes

²⁰⁰ Entrevista n. 7. Severina dos Santos nasceu em Cabaceiras, PB, em 26.09.1919. Foi entrevistada em 10.05.2003, quando tinha 82 anos de idade. Reside em Cabaceiras.

²⁰¹ Entrevista n. 4, doc. cit.

Correia, suas irmãs e primas encenavam o texto sobre a relação da professora ‘Viroca do Oiteiro’ com uma aluna e o pai dela.

Ao abrir das cortinas, improvisadas com lençóis, a professora chegava ao palco transformado em sala de aula. A professora protegida do sol por uma sombrinha encontrava a aluna e o pai. Na peça ‘Viroca do Oiteiro’, Marluce interpretou a aluna, Maria de Lourdes Correia interpretou a professora e Maria das Neves representou o pai. Por vários dias elas ensaiaram, decoraram cada fala. Para esta encenação, o casal Iracema e José Aurélio – ela secretária da Prefeitura, ele adjunto de promotor – emprestou colchas e uma máquina de escrever, elementos necessários para compor o cenário de uma escola. Este lazer era bem visto e incentivado pelas autoridades locais, pois contribuíram com a montagem do cenário e, possivelmente, assistiram às encenações, juntamente com os familiares das atrizes.

Neste ‘drama’, as jovens Maria de Lourdes Correia, Severina Santos, Maria das Neves e a menina Marluce tiveram acesso a uma representação da relação entre professora, aluna e pai, em um texto talvez de uso didático.

Naquela época, em muitas cidades, o cinema atraía olhares curiosos. A partir da década de 1920, salas de exibição de filmes espalhavam-se por todo o país.²⁰² Muitos criticavam o novo lazer, denunciando-o como mais um destruidor dos valores morais, do papel da mulher e do comportamento honesto.

Para a Igreja Católica, os filmes hollywoodianos difundiam condutas afetivas perigosas e inaceitáveis entre os casais de namorados. Os filmes eram vistos como uma forma de “degradação moderna” por incitar o luxo, o paganismo e a satisfação material. Os longas-metragens deviam ser combatidos por ser mais um excesso da modernidade sem respaldo nos princípios cristãos.

Destarte, o Estado e a família deveriam alinhar-se à Igreja para combater os filmes hollywoodianos que motivavam mudanças no comportamento feminino. Outro fim da aliança entre essas três instituições era fortalecer o papel da mulher na sociedade, ligado à maternidade e à vida doméstica.²⁰³

Passando ao largo desse novo símbolo da modernidade e do universo em torno dos filmes americanos, algumas jovens em Cabaceiras divertiam-se organizando e interpretando peças teatrais para o público formado por parentes e amigos.

Naquela sociedade, que procurava definir o papel do homem e da mulher a partir da moral católica e cristã, havia a demarcação do espaço para o lazer de cada gênero. As

²⁰² Cf. SEVCENKO, 1998.

²⁰³ Cf. SILVA, J., 2002.

encenações teatrais organizadas por Severina Santos eram espaço para o lazer das mulheres, filhas de trabalhadores rurais e de proprietários de terra, sócios do Clube Guarani, que reunia os antigos membros da Irmandade Nossa Senhora do Rosário dos Pretos.

Nos interstícios dos conhecimentos pedagógicos e da prática de encenar textos bíblicos na igreja, as encenações possibilitavam a Severina, a Maria de Lourdes Correia, a Maria das Neves, entre outras jovens, contato com mais uma representação acerca do relacionamento entre a mulher e o homem; desta vez quanto à questão escolar e ao casamento.

Contudo, nessas encenações, nem sempre a participação das mulheres era permitida. Acerca dessa limitação Maria de Lourdes Correia relata:

Uma vez a gente organizou um drama. Quando foi no dia mesmo, estava tudo pronto, palco pronto ... até lá onde hoje é a biblioteca. Aí vem pai dizer que num vai. Ai, minha nossa senhora, como a gente chorou! Se aperreou. Madrinha Ambrosina depois de muito pelejar, pelejar, muito pelejar foi que ele deixou. Mas a gente vivia assim uma vida muito constrangida porque pai num deixava a gente fazer tanta coisa...²⁰⁴

Usufruir desse lazer não era nada fácil. As jovens dependiam da autorização do pai para poder participar das encenações. Tendo ensaiado por vários dias, com toda a estrutura teatral montada, no dia da apresentação Maria de Lourdes Correia e suas irmãs não tinham certeza se realizariam seus papéis na peça.

Seus dias transcorriam entre a casa e a escola. Cuidavam dos afazeres domésticos, brincavam e freqüentavam as aulas. Enquanto isso, seu pai trabalhava cortando madeira, fazendo carvão, plantando, nos sítios da redondeza. Entre as obrigações em casa e na escola, Maria de Lourdes, suas irmãs e suas primas organizaram e se prepararam para a encenação sem autorização do pai. Com esta atitude, talvez cogitassem conseguir a permissão paterna. Com tudo já organizado, o pai poderia dar autorização para participarem da encenação teatral. Esta estratégia poderia ser bem sucedida se – antes de representar em cima do palco de madeira – elas representassem na vida o papel de filhas submissas e obedientes ao pai.

Na mediação do conflito entre pai e filha, Ambrosina, a madrinha, assumindo o papel de mãe protetora, tratou de persuadir o pai de Maria de Lourdes. A madrinha discordou da interdição imposta à afilhada. Naquela sociedade imperava a autoridade do homem, fosse no papel de pai ou de marido. Mesmo assim, Ambrosina discutiu a decisão de Severino Gomes, mas não a autoridade dele enquanto pai, fazendo-o mudar de opinião, o que certamente não era muito comum para os homens.

²⁰⁴ Entrevista n. 4, doc. cit.

Em outra encenação feita por estas jovens, os personagens eram ‘Fulogênio’ e sua noiva. Partes do diálogo entre o senhor Fulogênio e sua noiva foram lembradas e relatadas por Severina Santos:

Ela: Seu Fulogênio, você diz que comigo quer casar, mas você não fez a casa para nós dois ir morar.

Aí ele respondia: Isso não lhe dá cuidado, arranjo uma depois toda nova e caiadinha pra lá ir morar nós dois.

Ela dizia: Mas seu Fulogênio, quando é isso? [riso].

Seu Fulogênio era Neves.²⁰⁵

Nesta encenação, Maria das Neves representou o personagem ‘Fulogênio’ e Maria de Lourdes Correia assumiu o papel da noiva. Na cena, a noiva interpela Fulogênio quanto às pretensões de casamento, à construção da casa, às promessas de um futuro a dois. Já Fulogênio é representado como quem procura amenizar e tranquilizar a noiva, reafirmando a promessa de conseguir uma casa nova e caiada para morarem depois do casamento. Para a noiva, porém, a casa deveria ser construída antes do casamento, o que sinalizaria as “boas intenções” do noivo, ou seja, o intuito de realizar o casamento.

Ao encenar o diálogo entre Fulogênio e a noiva, aquelas jovens apresentam uma visão acerca do noivado. O homem é representado como pessoa despreocupada, e por isso é chamado à atenção quanto às responsabilidades atribuídas a ele pelo Estado e pela Igreja: de construir a casa e de manter a família. A mulher é representada atenta e preocupada com o casamento e com as ações, ou a falta delas, por parte do noivo.

Nesta encenação, os papéis sociais a serem assumidos pelo homem e pela mulher em uma relação de noivado foram estabelecidos a partir de deveres definidos pelo Estado e pela Igreja. Neste sentido, ao homem cabia construir a casa, à mulher, cobrar a construção da mesma; ele devia tranquilizá-la, reafirmando seu lugar de provedor, ela devia se preocupar com o bem-estar do casal no futuro. Foi em torno da não realização desses deveres que se deu o embate entre a noiva e o noivo. A mulher, ensinada a ser submissa por meio dos cânticos religiosos e das leituras escolares, aparece na peça teatral cobrando do homem o cumprimento das obrigações. Ao mesmo tempo em que cobra, subvertendo a imagem de passividade comumente atribuída à mulher, ela espera do homem o cumprimento do seu dever e função. A personagem da peça oscila entre o modelo de comportamento passivo e um perfil de mulher ativo.

²⁰⁵ Entrevista n. 7. doc.cit.

Na juventude, algumas mulheres de Cabaceiras representaram uma personagem que ia além do modelo de passividade dito como próprio do feminino pela Igreja. Isso significa que tinham acesso a representações que em alguns aspectos distanciavam-se do discurso do catolicismo. O *Catecismo* dizia que as mulheres, ainda jovens, deveriam ouvir muito, olhar pouco e falar menos ainda. Pelo fato de discutir com o noivo, a personagem rompe com o modelo imposto. No entanto, o embate entre os personagens da peça dá-se em torno da manutenção dos papéis sociais atribuídos à mulher (esposa) e ao homem (marido e provedor), defendidos e difundidos pela Igreja e pelo Estado.

Acerca da relação de noivado, Maria Avelina relata:

Eu fiquei esperando a vida todinha que ele mim desse assim... uma esperança. Aí a gente se juntava, namorava, conversava, às vezes vinha aqui pra festa, vinha ele a cavalo e eu a pé, com minhas irmão tudinho. A gente ia pra lá e vinha tudo, conversava com ele e nada de fazer casamento. E se passava tempo e eu mim preparando, preparando e ele bem descansado, que ele era muito paciente, minha filha! Dessa conversa ficou ainda a vida toda e mãe dizia: “Inácio, pergunta qual o destino daquele rapaz que é uma demora medonha desse casamento.” Aí quando foi um dia papai chegou e perguntou a ele qual era o destino. Ele disse: “É, o destino é me casar, mas num pode ser assim não porque eu tenho que me arrumar devagar, porque as condições num dá.” Aí eu disse “graças a Deus!”. Aí me animei, pronto. Ai fui me arrumar, fazer meu enxoval.²⁰⁶

Maria Avelina de Sousa era a primogênita de nove filhos do casal Inácio e Maria Avelina. Todos moravam no sítio Cacimba. Na infância, ela brincou de brincadeiras de bonecas, estudou as primeiras letras com uma tia e fez várias tarefas em casa. Maria Avelina aprendeu os afazeres domésticos com a mãe e as tarefas no sítio com o pai.

Durante a juventude Maria Avelina e toda sua família, assim como a maioria dos moradores da vila de Cabaceiras e da circunvizinhança, participavam das festas religiosas. Mas ela não freqüentava as encenações teatrais no Clube Guarani nem as peças promovidas pelo grupo escolar. Maria Avelina, ao longo da juventude, esteve às voltas com o noivado.

Para as historiadoras Mariana Maluf e Maria Lúcia Mott, nos discursos da primeira metade do século XX, uma mulher para ser considerada boa dona de casa deveria ser econômica e gerar o mínimo de despesas possível para o marido. Dentro deste ideal burguês, as mulheres ainda na infância deveriam aprender várias habilidades úteis à família, a exemplo de bordar, costurar, fiar, etc.

Com dez anos, em 1931, Maria Avelina brincava e aprendia nessas brincadeiras a ser mãe e dona de casa. Mas os discursos, tanto os que circulavam naquela época quanto os

²⁰⁶ Entrevista n. 1. Maria Avelina de Sousa nasceu em Cabaceiras, PB, em 15.08.1921. Foi entrevistada em 05.04.2003, quando tinha 81 anos de idade. Reside em Cabaceiras, na av. Quatro de Junho.

relatos orais de memória, não permitem afirmar que a educação de Maria Avelina pautava-se por valores necessariamente burgueses.

Na ótica de médicos, de juristas e de educadores, nas décadas de 1930 e 1940, o lugar da mulher era a casa, no qual ela deveria realizar-se como mãe-esposa-dona de casa.²⁰⁷ Tendo em vista este tripé, diferentes pessoas discutiam sobre a educação das meninas. As futuras mães desde a infância deveriam ser ensinadas na família a ser mães, esposas e donas de casa, dentro dos padrões burgueses de comportamento. Em Cabaceiras, imperava o padrão de comportamento cristão e católico em sintonia com o Estado, este sim fundamentado nos valores burgueses, em relação ao papel social da mulher.

Neste sentido, Maria Avelina educou-se para casar, tornar-se esposa, mãe e dona de casa. Ao longo do noivado, preparou o enxoval do casamento. Costurou e bordou as toalhas de mesa, os panos de pratos, os lençóis, as toalhas de banho, as fronhas de algodão. Também criava algumas galinhas para ser trocadas por panelas de barro e de ferro e outros utensílios domésticos comuns naquela época.

Seguindo a moral cristã, Maria Avelina e sua família esperavam José Bernadino pedir permissão para o casamento. Ele morava no povoado de Caraotá de Fora, onde trabalhava na agricultura, na produção de carvão vegetal e na comercialização deste produto. Assim como os demais moradores do povoado, participava das orações do mês de maio e das festas religiosas na vila. Desde que começou a namorar Avelina, no ano de 1936, aos domingos, montando cavalo, ia à casa dela, ficando lá até o anoitecer.

Passados vários anos, os pais de Maria Avelina começaram a perguntar sobre o casamento. Assim como Fulogênio, personagem da peça teatral, José Bernadino não demonstrava para aquela família que estava preocupado em realizar rapidamente a cerimônia do enlace.

Quando pressionado pelo pai dela, José Bernadino disse que em virtude da poucas condições financeiras não podia casar logo, acrescentando que deveriam esperar mais um pouco até ele conseguir construir uma casa. Desse modo, apoiando-se nas limitações financeiras, José Bernadino, assim como o personagem Fulogênio, reafirmou o papel social atribuído ao homem enquanto provedor da família, mostrando-se responsável, trabalhador e cuidadoso. A espera durou até 1950, ano em que Maria Avelina e José Bernadino se casaram.

²⁰⁷ Cf. ALBUQUERQUE JR., 2003.

Diante do papel atribuído a cada gênero, as mulheres deveriam sonhar em encontrar o homem amado e esperar a boa condição econômica dele para poder casar. E não bastava sonhar, preparar-se e esperar o casamento.

Acerca desse assunto, Geracina Farias de Sousa relata: “Casamento, eu pensei muito em casamento. Meu Deus! Fazer um mau casamento! [Pausa]. Essas coisas toda a gente pensava era muito. Por que eu fazer um mau casamento é muito ruim. Uma moça fazer um mau casamento é melhor ficar solteira.”²⁰⁸

O ideal era as jovens solteiras pensarem sobre seu futuro de esposa, de mãe e de dona de casa e sobre a relação com o marido. Neste sentido, para Geracina, filha de Francisca Maria e José Cavalcante, o casamento foi assunto que recebeu atenção especial, sendo motivo de reflexão, especialmente quanto aos desdobramentos de uma escolha equivocada, de uma união que não lhe proporcionasse satisfação, alegria, bem-estar.

E não somente na vida desta mulher as reflexões sobre casamento foram relevantes. Quando Geracina, aos 21 anos, casou-se com seu primo José de Sousa, em nove de novembro de 1994, discutia-se na imprensa das grandes cidades, na literatura, nos trabalhos médicos, nos tribunais sobre a relação homem-mulher antes e após a cerimônia do matrimônio.

Longe do epicentro destas discussões, ao pensar sobre casamento, Geracina sinaliza para a possibilidade de um casamento mal sucedido. O fracasso do casamento era também preocupação de higienistas e juristas. Para as historiadoras Maluf e Mott, no começo do século XX, via-se a educação feminina como uma tentativa de evitar o fracasso do casamento. Esta educação deveria ir além da formalidade escolar. Por isso, foi amplamente divulgada, especialmente na imprensa. Conselhos, fórmulas, regras para conservar o matrimônio estavam em todas as revistas.

O casamento era entendido como garantia de poder, de proteção contra desastres econômicos, devendo ser constituído por relação afetiva harmoniosa. Assim, na primeira metade do século XX, por meio da imprensa o que se percebe são novas estratégias de educação amorosa objetivando preservar o tradicional modelo de matrimônio, expandir e legitimar a instituição conjugal dentro dos parâmetros científicos e da moral católica.²⁰⁹

A poesia de Virgínia Vitorino, as peças teatrais utilizadas na escola ou no clube e a canção, também utilizada na escola, reforçavam o discurso sobre o papel social do homem e da mulher e o forte discurso da Igreja Católica acerca do papel da mãe e do pai na construção da família cristã, amplamente aceito entre aqueles trabalhadores. Por sua vez, o que era

²⁰⁸ Entrevista n. 19, doc. cit.

²⁰⁹ Cf. MALUF; MOTT, 1998.

representado por estes meios lúdicos e pedagógicos nas décadas de 1930 e 1940 estava em sintonia com o que era vivido por algumas mulheres.

Comportamento e relacionamento afetivo estavam representados na poesia e na encenação teatral. Só que devemos levar em consideração que “ler é peregrinar por um sistema imposto.”²¹⁰ Deste modo, um sistema de signos verbais ou icônicos constitui uma reserva de formas à espera do leitor que atribui o seu sentido. O leitor pode, ou não, inventar no texto outra coisa diferente daquilo que era intenção do texto lido ou ouvido impor.

3.2 Versos de amor, reversos de dor

A Igreja, o Estado, os poemas, as encenações teatrais representavam o casamento enquanto relação de amizade, laço de amor, e reafirmavam os papéis sociais de mãe e de pai como sustentáculos da família. Entretanto, as experiências de vida de algumas mulheres mostram que nem sempre as relações conjugais se estabeleciam de acordo com o que era imposto; e nem sempre as relações de namoro e de noivado eram pacíficas.

Na vila de Cabaceiras, nas décadas de 1930 e 1940, habitada por trabalhadores rurais, por comerciantes, por funcionários(as) públicos(as) da Prefeitura, da Justiça e do Estado, por professoras, por donas de casa, o modo de comportamento burguês com ares de modernidade não fazia parte do cotidiano desses homens e mulheres. O rádio, considerado um símbolo moderno de meio de comunicação, era um aparelho raro. Apenas nas casas das pessoas abastadas e na casa paroquial rádio. Na casa paroquial havia também uma vitrola para tocar discos de vinil. Nas casas das nossas entrevistadas, geralmente, as canções eram cantadas por seresteiros e pelas próprias mulheres.

Maria dos Santos e Severina Barros cantavam hinos religiosos. Hermínia cantava nas encenações teatrais da escola. Maria de Lourdes Nóbrega, a mesma que lia poesias de Virginia Vitorino, ouvia um “seresteiro que gostava muito de cantar. A música principal dele era Lua Branca”.²¹¹

A canção ‘Lua Branca’ foi composta em 1912 pela maestrina Chiquinha Gonzaga (1847-1935), uma mulher que se dedicou à música. No Brasil da segunda metade do século XIX e primeira metade do XX, a atividade de musicista era vista como própria para os homens.²¹² Os conservadores entendiam que a mulher musicista era desqualificada, imoral e

²¹⁰ CERTEAU, 1994, p. 264.

²¹¹ Entrevista n. 2, doc. cit.

²¹² Cf. Chiquinha Gonzaga. Site oficial: <www.chiquinhagonzaga.com>.

desonesta. Enfrentando os preconceitos, Chiquinha Gonzaga tornou-se maestrina. A canção ‘Lua Branca’, uma de suas composições mais conhecidas, fazia parte do repertório do namorado seresteiro que Maria de Lourdes Nóbrega guardou, lembrou e citou como um dos momentos da sua juventude.

Nos versos dessa canção, o homem aparece decepcionado e abandonado pela amada, questionando a lua. A lua que clareava as noites do casal, sinônimo de poesia, testemunha do momento em que ele ajoelhado falava com a amada, abrigo do amor, é questionada sobre a possibilidade de acolher as decepções. O amparo da lua cessaria o pranto e amenizaria a amargura de um homem que teve o beijo e em seguida assistiu à partida de sua amada. Por sua vez, a mulher amada aparece chorando, soluçando e rejeitando o beijo. É na frente dela que o homem submete-se em nome do amor.

Ao mesmo tempo, nessa canção, temos a representação de um diálogo do homem com a lua, da relação entre um homem e uma mulher, do comportamento de um homem apaixonado durante um encontro com a amada e no término da relação. Há também a representação do comportamento da mulher, do beijo e da desilusão amorosa.

Na canção ‘Lua Branca’, a mulher é representada como tímida, recatada e pudica – características também valorizadas no discurso do catecismo, do conto e dos hinos. Em contraposição, ela é representada também como impiedosa e melindrosa, o oposto da representação da Virgem Maria nos cânticos religiosos.

O homem é representado como vítima do amor. É uma canção que trata muito mais da desilusão do homem do que da mulher. A mulher amada que foi objeto de devoção é, após a partida, o motivo de dor para o homem. Este aparece como abandonado, procurando abrigo, solução para seus infortúnios.

Iracema, moradora da localidade de Rio Direito, lembrou e cantou a canção ‘O Ébrio’, uma composição gravada em 1936 por Vicente Celestino. A canção relata parte da trajetória de um homem que se tornou ébrio e na bebida busca esquecer a mulher “íngrata” que o abandonou. Apedrejado e humilhado, ele encontra nas tabernas seus colegas de infortúnio, que buscam também na bebida resolver sua desilusão, esquecer qualquer lembrança da amada. Estes são os grandes amigos do momento de miséria, “que embora tenham como eu seus sofrimentos, me aconselham e aliviam os meus tormentos.”

A vida ao lado da amada era feliz. Após a partida dela sua vida tornou-se tormento e lamentação. Anteriormente era recebido com nobreza, nadava em ouro, tinha alcova de cetim e a cada passo um grande amigo e parentes em quem confiava. No momento de miséria, o homem aponta o lar como falso e os parentes e amigos como ladrões, que o abandonaram e

roubaram. É a canção de desabafo de um homem que se diz derrotado por todos aqueles em quem confiava.

A canção representa práticas de um homem que se entregou à bebida. E nessa representação, a mulher aparece como a que abandonou o homem e o lar, como a causadora da sua vida miserável. A mulher é chamada de ingrata, por ter desfrutado da companhia dele durante a riqueza e tê-lo abandonado na pobreza. A vida é dividida em antes e depois da passagem de uma mulher; se antes era uma vida feliz e rica, depois é uma vida triste e miserável. A mulher é representada como ingrata, impiedosa e ambiciosa.

Esta canção era parte do universo de letras e cifras da juventude de Iracema. Nas décadas de 1930 e 1940, no município de Cabaceiras, “os violeiros e sanfoneiros andavam muito e Biu de Amaro tinha muita audiência, tocava nessa região todinha”²¹³. Assim, como Maria de Lourdes Nóbrega, possivelmente Iracema teve acesso à canção ‘O Ébrio’ por meio de violeiros, de seresteiros ou de sanfoneiros que percorriam a região de Cabaceiras, parando e tocando em algumas fazendas. Além disso, na casa de Iracema tinha uma vitrola, onde era comum ouvir música nas tardes de sábado e de domingo. Talvez tenha sido deste modo que ela conheceu essa representação sobre um homem após a partida da mulher amada, o fim da riqueza, o afastamento dos parentes e dos amigos.

Ao mesmo tempo em que se atribui às mulheres a culpa pelos infortúnios dos homens, as canções permitem pensar a mulher como a que escolhe seus companheiros e seu futuro. Esta representação vai além do modelo de passividade, ingenuidade, fidelidade e submissão atribuído ao feminino pelo discurso religioso, seja por meio dos hinos religiosos, seja por meio dos contos. Essa representação rompe inclusive com a própria trama das canções que apontam as mulheres como motivadoras de desilusão amorosa.

Maria de Lourdes lembrou-se da canção ‘Lua Branca’, Iracema da canção ‘O Ébrio’ e Inácia Madureira recordou-se da canção ‘Fracasso’ como marca de sua juventude:

Relembro sem saudade o nosso amor
O nosso último beijo e último abraço
Porque só me ficou da história desse amor
A história dolorosa de um fracasso
Fracasso, por te querer assim como quis
Fracasso, por não saber fazer-te feliz
Fracasso, por te amar como a nenhuma outra amei
Chorar o que já chorei, fracasso eu sei
Fracasso, por compreender que devo esquecer
Fracasso, porque já sei que não esquecerei

²¹³ Entrevista n. 20: Iracema Emerentina de Sousa Faustino nasceu em Cabaceiras, PB, em 12.04.1929. Foi entrevistada em 16.07.2003, quando tinha 74 anos de idade. Reside em Campina Grande.

Fracasso, fracasso, fracasso, fracasso afinal
 Por querer tanto bem e me fazer tanto mal²¹⁴

O samba composto por Mário Lago em 1946 e interpretado por Francisco Alves conta a história dolorosa de um fracasso amoroso. O indivíduo relembra sem saudade o amor, o último beijo e o abraço. Para ele, a relação se tornou um fracasso pela forma como desejou a outra pessoa, por não saber fazê-la feliz, pela forma de amá-la. Todo o seu investimento amoroso malogrou. Até mesmo a tentativa de esquecer esse amor fracassa, pois as lembranças permanecem vivas. A frustração está no fato de ter investido no amor e na relação e isso ter-lhe trazido dor. Esta canção representa os investimentos amorosos fracassados. O fracasso, a desilusão, a decepção das relações amorosas estão no fato delas não serem eternas, não permitirem às pessoas permanecer unidas no casamento.

Na canção ‘Fracasso’ e nas duas anteriores temos a elaboração de imagens do amor, do término das relações amorosas entre um homem e uma mulher e do comportamento do homem após o fim da relação. Nesta composição de Mário Lago, o amor é transformado em dor e a mulher amada e desejada passa a ser motivo de sofrimento.

Nas memórias acerca das canções de Maria Dozeart, moradora da vila de Cabaceiras, temos mais uma composição de Mário Lago, desta vez em parceria com Ataulfo Alves, lançada em 1944. A canção lembrada por Maria Dozeart é ‘Atire a Primeira Pedra’.

Covarde sei que me podem chamar
 Porque não calo no peito essa dor
 Atire a primeira pedra, ai, ai, ai
 Aquele que não sofreu por amor
 Eu sei que vão censurar meu proceder
 Eu sei, mulher
 Que você mesma vai dizer
 Que eu voltei pra me humilhar
 É, mas não faz mal
 Você pode até sorrir
 Perdão foi feito pra gente pedir

Neste samba, o homem é representado como covarde e sofredor. A censura e os xingamentos parecem não incomodá-lo. Ao persuadir as pessoas a atirar a primeira pedra, o personagem da canção parafraseia uma passagem bíblica na qual Jesus Cristo exortou as pessoas sem pecado a apedrejar Maria Madalena, acusada de prostituição. Nesta canção, o homem é mostrado como o que se humilha em nome do perdão da mulher. Ela, por sua vez,

²¹⁴ A nossa entrevistada canta a canção Fracasso, composição de Mario Lago, usando o termo SEM saudade ... Mas há uma versão da canção Fracasso na voz de Núbia Laffayete em que ela diz que relembra COM saudade o nosso amor.

aparece como a que graceja e censura o comportamento dele. Ele se mostra como o pecador, ela é a que pode conceder absolvição.

De modos diversos cada uma dessas canções passou a fazer parte do repertório de Maria de Lourdes Nóbrega, Iracema, Inácia e Maria Dozeart, ao longo da juventude. Para a historiadora Maria Izilda Santos de Matos, a canção, “ao mesmo tempo em que é uma manifestação artística, também apresenta aspectos da vivência cotidiana de seus produtores e ouvintes.”²¹⁵ No seu trabalho o compositor capta, reproduz e explora representações de uma experiência social. Já o público pode incorporar, rejeitar, resistir e também criar idéias, sentimentos e ressentimentos a partir do que é expresso pelo compositor e da própria experiência.

As canções lembradas e cantadas por estas mulheres constituem para elas marcas do tempo da juventude. Para nós, as canções lembradas e relatadas possibilitam pensar acerca das representações dos relacionamentos amorosos, da mulher e do homem, a que algumas mulheres tiveram acesso durante a juventude em Cabaceiras.

São canções sobre dor e desilusão amorosa, nas quais o personagem principal é o gênero masculino; o feminino é o coadjuvante e o motivador do discurso que constrói várias representações sobre o feminino e sobre os desacertos nas relações amorosas. As mulheres em Cabaceiras tinham acesso também a representações das relações afetivas e dos sentimentos que eram diferentes das que eram apresentadas pela Igreja e pelo Estado acerca das mulheres e suas relações.²¹⁶ Naquele universo rigidamente controlado pela religião católica, as canções poderiam informar sobre as desarmonias nas relações conjugais, ao mesmo tempo em que apresentavam um perfil de mulher insubmisso.

2.3 Entre o sonho encenado e a desilusão cantada: relações conjugais

No processo de historiografar o discurso e as práticas de algumas mulheres em Cabaceiras nas décadas de 1930 e 1940, encontramos alguns conflitos entre pais e filhas, quanto à participação em momentos de lazer; entre noivo e noiva, quanto à demora na realização do casamento; entre sogros e genros, quanto ao casamento. E também conflitos individuais, quanto às incertezas do sentimento do namorado, ao futuro da relação, à vida de casada.

²¹⁵ MATOS, 2005, p. 30.

²¹⁶ Sobre a construção de representações em canções cf. SOUZA, A. 2008.

Naquela sociedade as mulheres tinham a liberdade individual castrada pela moral religiosa e pelas normas jurídicas. Neste sentido, a entrevistada Maria de Lourdes Nóbrega relata: “No amor o difícil é saber renunciar e as mulheres hoje não querem renunciar, como também os homens.”²¹⁷

Para ela, na relação entre um homem e uma mulher fundamentada no sentimento amor cabia a ambos renunciar. Naquela época, a moral religiosa afirmava que homens e mulheres, para serem vistos como cristãos, católicos e civilizados, deveriam renunciar às próprias idéias, aos desejos e a liberdade. Neste sentido, a Igreja Católica normatizava as relações de gênero naquela sociedade.

Acerca desta renúncia, Maria Avelina diz:

Hoje a pessoa diz: eu vou me casar, se não der certo eu deixo. Mas, minha filha, naquele tempo era para casar, para dizer sim lá na frente do altar, na frente do padre. Oxé, dali podia fazer, apanhar, fazer tudo, mas casou na frente do padre com a mãozinha em cima da outra jurando aquelas coisas. Às vezes a pobrezinha sofria tanto!²¹⁸

E sobre o mesmo assunto, Severina Santos relata:

Assim... marido brigando com mulher. Às vezes num tomava, num dava conta de casa. A mulher passando fome, privação e tudo isso. Eu deixar minha farra, deixar pra ficar dentro de casa, criando filho, Ave-Maria! Perdê os forrozinho? Deus me livre. Se amarrar, num me arrependi não, estou velha, estou aqui.²¹⁹

Além de renunciar aos sonhos, aos desejos, as mulheres casadas deveriam submeter-se à autoridade do marido. Nesta relação de dominação, a mulher deveria aceitar a violência do homem contra ela em nome de manter as promessas feitas na cerimônia do casamento. Para a Igreja e para aquelas pessoas moradoras de Cabaceiras, o casamento era indissolúvel. Nesta relação, homens e mulheres, mesmo sofrendo agressões, estavam presos até a morte.

Maria Avelina e Severina Santos comentaram as relações entre marido e mulher de forma a destacar a indissolubilidade do laço matrimonial sacramentado pela Igreja Católica, as tensões e a violência na relação marido-mulher, o papel provedor do homem, a função materna da mulher associada à perda de liberdade. Nestas representações, o casamento surge como uma amarra, um cerceamento da liberdade, um sofrimento. E a mulher aparece submissa ao marido.

²¹⁷ Entrevista n. 2, doc. cit.

²¹⁸ Entrevista n. 1, doc. cit.

²¹⁹ Entrevista n. 7, doc. cit.

Na tessitura dos seus relatos, Maria Avelina e Severina preferem mostrar o casamento enquanto uma relação nem sempre harmoniosa. Seus relatos nos dão a ver representações que se afastam da idéia do casamento enquanto vida conjugal tranqüila, na qual o homem deveria ser o provedor e a mulher dedicar-se à casa e à família, mantendo a harmonia no lar.

Por mais que estas mulheres fossem instruídas sobre o casamento enquanto uma relação feliz, nas experiências da vida cotidiana poderiam perceber alguns sinais de que a convivência entre marido e esposa nem sempre era pacífica, conforme imperava no discurso religioso que tinha Maria, mãe de Jesus Cristo e esposa de José, como modelo de mulher.

Entre 1930 e 1949, quando Maria Avelina, Severina Santos, Maria de Lourdes Nóbrega, Geracina e outras mulheres em Cabaceiras viveram sua juventude, Maria Emerentina de Sousa vivia sua vida de mãe, de esposa e de dona de casa. Casada eclesiasticamente com José Bertholdo de Sousa, teve dez filhos, sendo oito mulheres e dois homens. José Bertholdo tinha uma propriedade de terra na localidade de Rio Direito, criava muares e transportava milho, feijão e couro para Surubim, Bom Jardim, Vertentes e outras cidades do estado de Pernambuco.

Enquanto ele viajava, a numerosa prole cuidava dos afazeres do sítio. As filhas Iracilda e Iracema começavam a trabalhar cedo na lida do sítio. Procurar cabras, cortar capim, tirar rações, plantar e cortar palma eram tarefas que desde os cinco anos de idade elas faziam. Com esse trabalho contribuía para economia doméstica, ao mesmo tempo em que assumiam atividades fora do universo da casa.

O ideal de fragilidade propalado pelos diversos discursos para as mulheres como impedimento para as tarefas “pesadas” e, por outro lado, para a permanência delas na casa, parece não ter influenciado a vida de Iracilda e Iracema. Elas faziam na infância tarefas tidas como próprias dos homens. Contrariando esse ideal burguês, famílias de proprietários de terras e de trabalhadores rurais utilizavam a mão-de-obra dos filhos e das filhas para cuidar do sítio, dos animais, da plantação. Iracilda e, provavelmente, suas irmãs educaram-se dentro das atividades necessárias à sobrevivência da família.

Veza por outra, elas visitavam as amigas nas localidades vizinhas. Saíam logo após o almoço e deveriam voltar antes do pôr do sol. A noite era vista como perigosa, especialmente para as mulheres, tidas como seres sexualmente frágeis, embora não para o trabalho no campo. Nesses passeios, as filhas do casal José Bertholdo e Maria Emerentina conversavam sobre namorados, sobre festas, sobre roupas, sobre sonhos, sobre aflições... Com as amigas mais íntimas trocavam confidências e mostravam as roupas novas.

Em alguns passeios elas não voltavam para casa com o pôr do sol. Paravam para ouvir os tocadores de sanfona. Esses passeios aconteciam quando o pai José Bertholdo viajava. Maria Emerentina permitia os passeios, mas elas não deveriam se demorar nas casas das amigas.

Sobre um desses passeios Iracema relata:

A gente tava conversando lá. Aí... [pausa] aí passou [pausa] o povo da Ribeira aí foi contar a Inácia de Cabocla que a gente tava conversando com os homens lá na estrada. Aí quando papai chegou ela contou tudinho a ele. Aí, ave Maria, nesse dia foi uma guerra. Papai deu na gente. Bateu na gente por causa disso. Inácia de Cabocla era a mulher que papai tinha, né? A mãe de Zé Grosso, Odília, Djanira, Eurides. Ela... tudo que se passava lá quando papai chegava ela fuxicava a ele. A gente era amiga dela não, mas a gente nunca teve... nunca brigou com ela não. Quem brigava com Inácia era mamãe. Danava a mão no pé do ouvido dela. Uma vez mamãe... Eu lembro que a gente foi uma missa lá no finado Manuel Maçal. [Pausa]. Aí, mamãe estava sentada assim... eu lembro como hoje... Aí Inácia fazendo pouco de mamãe. Aí mamãe deu um muro, deu um muro nas costas dela que saiu gritando. Aí mamãe disse: passa por aqui puta sem vergonha. Aí danou a mão no pé do ouvido. [Risos]. Deu uns bufetes nas costas. Papai ficou com raiva. Papai quase morre de vergonha. [Risos].²²⁰

Ao relatar sobre um dos passeios e sobre os encontros, Iracema, filha de José Bertholdo e Maria Emerentina, destaca tensões e conflitos naquela família. O fato de José Bertholdo conviver com Maria Emerentina e com Inácia era motivo de conflitos na família Sousa. Inácia era mãe de quatro filhos de José Bertholdo. No entender de Iracema, Inácia contava para o seu pai o que se passava nos passeios.

Já na vida de Maria Emerentina o conflito instalava-se na relação familiar e na relação conjugal. Em um dos momentos de oração, Maria Emerentina deparou-se com Inácia. Quase sempre uma e outra trocavam palavras ásperas, pancadas. O pátio da igreja, onde as pessoas deveriam demonstrar a obediência aos valores cristãos e católicos, foi espaço para o conflito entre mulheres que disputavam o papel de esposa de um homem.

Assistindo ao enfretamento dessas mulheres estava José Bertholdo. No seu papel de pai e marido, mostrava-se envergonhado pelas atitudes da esposa e desautorizado por ela em relação às filhas, as quais foram punidas com surra quando ele chegou de viagem.

Para a filha Iracema, Inácia era a “outra” mulher do pai, a que relatava ao pai sobre suas andanças. Já para Maria Emerentina, esposa de José Bertholdo, Inácia era a mulher que queria seu lugar de esposa. Naquela família, Inácia não era bem vista. A relação dela com

²²⁰ Entrevista n. 20, doc. cit.

José Bertholdo motivou conflitos familiares e conjugais. Sobre a relação entre este homem casado religiosamente e esta mulher solteira, Brígida conta:

Inácia Cabocla pegou a se engrajar de José Bertholdo. Se engrajou, se engrajou que chegou a ficar com ele. Inácia lavava roupa no poço doce e eu ia lavar os panos dos meninos. “Vamos pra casa!” Inácia dizia: “Vá pra casa dar o almoço de João que eu termino de lavar a roupa dos meninos.” Ela lavava tudinho. Eu passava e pegava. Ela fez muito esse favor para mim. Ela respeitava muito Zé. Ela gostava muito de José. E José era muito enxerido também. Às vezes um homem não quer uma coisa, mas a pessoa fica pelejando e aconteceu. Ela gostava dele e aconteceu. Foi pra justiça pelos começos. Foi ela que quis mesmo. Depois ela considerava ele. Ele parece que gostava dela. Teve José que nasceu em 1947. Ia lavar uns panos bem separado mais ela. Aí ela me contou. “O povo diz que eu estou grávida e eu estou mesmo. Diz nada. Um dia o pessoal vai ver e dizer. Eu estou contando a tu por que a gente se gosta muito, confia.” “Está certo, Inácia, eu não conto não, também o povo já sabe. Você não gosta dele?” “Demais. Vou considerar ele até morrer.” A mãe dela morreu muito cedo. Inácia viveu sem ninguém muitos anos. Tinha Anésio, o irmão. Estava feito, não estava por fazer.²²¹

A relação entre José Bertholdo e Inácia rompia com o modelo de relação conjugal imposto para a constituição familiar. No entanto, para aquela sociedade, Inácia deveria seguir o modelo de mulher submissa ao homem imposto pela Igreja e reafirmado pela justiça, mesmo sem ser casada com José Bertholdo.

Sobre José Bertholdo, Maria de Lourdes Nóbrega lembra:

Zé Bertholdo tinha uma camaradinha lá em Ribeira. Mais ele muito amigo de pai aí chegou... Ele chegou e quiseram processar seu Zé Bertholdo, aí tio Otom, irmão de meu pai, nesse tempo ele advogava aqui, aí pai botou tio Otom pra ser advogado de seu Zé Bertholdo. Sabe o que aconteceu? Ela mesma foi desfazer a desfeita, dizendo que ele não tinha sido o responsável. Ela defendeu ele, ela defendeu: “Quando fiquei com ele já não era mais moça, ele não tem culpa nenhuma na história.” Defendeu na justiça.²²²

Em julho de 1935, José Anízio, irmão de Inácia, prestou queixa contra José Bertholdo. José Anízio acusava José Bertholdo de ter mantido relações sexuais com Inácia e de ter prometido cuidar dela, dando casa, alimentação, roupas e tudo o mais necessário para a sobrevivência.²²³

José Bertholdo recorreu aos amigos líderes locais, a exemplo do pai de Maria de Lourdes Nóbrega, para conseguir um advogado e livrar-se da acusação. Arnould Pereira Duarte, testemunha apresentada por José Anízio, afirmou tanto para o delegado quanto para o

²²¹ Entrevista n. 40, doc. cit.

²²² Entrevista n. 2, doc. cit.

²²³ Cf. Sumário de Culpa, contra Arnould Pereira Duarte, incurso no artigo 261, da Consolidação das Leis Penais de 1890. Processo aberto em 22.07.1935. Caixa arquivo: 1930 a 1945. Processo sem numeração.

juiz que ouviu Inácia dizer que manteve relações sexuais com José Bertholdo e este era pai do filho que esperava nascer em breve.

Àquela altura, toda a vila de Cabaceiras discutia sobre o envolvimento sexual entre Inácia e José Bertholdo, por ser uma relação que rompia com o modelo de relação conjugal imposto. E, neste sentido, a justiça não ficava de fora.

Na casa de José Bertholdo e Maria Emerentina, as mulheres conversavam em voz baixa no dia em que ele chegou e disse a ela para vestir o vestido mais novo. Em seguida, o casal foi para a vila de Cabaceiras. Maria Emerentina obedeceu à ordem do marido. Chegando à vila, entendeu o porquê de tamanha pressa. Ele a levou ao Cartório de Registro Civil para se casarem legalmente. Com este ato ele, que era casado perante a Igreja Católica, tornava-se um homem casado também perante o Estado. Provavelmente, esta estratégia foi utilizada para não ser obrigado a casar-se com Inácia e livrar-se do processo judicial.

Inácia Emerentina de Sousa, solteira, 23 anos, doméstica, residente na localidade de Curral de Baixo, analfabeta, ao depor disse:

A acusação feita ao réo José Bertholdo não é verdade, porquanto não foi ele o seu sedutor. Que o autor do seu defloramento foi Inácio Faustino, morador do Curral de Baixo quanto tinha dezesseis anos. Que José nunca a seduziu. Em março deu a luz um menino filho de uma pessoa da família dela cujo nome não é conveniente declarar, que a criança não é filho de José. Que afirmou ser José o pai porque o adjunto de promotor Severino Alustau e Severino de Assis ameaçaram-na se assim não asseverasse seria pior para o reo, que complicaria a situação do mesmo. Que nunca disse nada a Arnould e que vai criar a criança com gosto.²²⁴

Arnould Pereira Duarte, 25 anos, residente em Ribeira, agricultor, alfabetizado, afirmou que Inácia lhe havia relatado que tinha mantido relações sexuais com José Bertholdo, sendo este o pai da criança que esperava e que nasceria em poucos meses.

Os agricultores José Nilo, Francisco Nilo e Renovato confirmaram o depoimento de Arnould. Mas José Bertholdo, não aceitando a acusação, queixou-se acusando Arnould de ter mentido para a justiça. Foi neste novo processo que Inácia prestou seu depoimento inocentando José Bertholdo e dizendo que fora vítima de manipulação por parte de membros da justiça local.

Possivelmente, o advogado Ignácio da Costa Ramos instruiu Inácia acerca de como proceder no depoimento para inocentar José Bertholdo. Mulher de vida simples, habituada aos afazeres domésticos, analfabeta, mãe de uma criança cujo pai uns diziam ser José e ela afirmava ser alguém da família, provavelmente cedeu aos arranjos do advogado e do próprio

²²⁴ Sumário de culpa, contra Arnould Pereira Duarte, doc. cit., p. 6.

José Betholdo, chefe político da localidade de Rio Direito, importante criador de mulas e transportador de produtos agrícolas do município.

O processo acusando José Bertholdo de manter relações sexuais com Inácia foi arquivado, pois para a justiça ela não era menor de idade, portanto, segundo prescrevia o Código Penal de 1890, não havia crime contra a honra neste caso. E no processo movido contra Arnould, o mesmo foi absolvido, pois o juiz entendeu que não havia sido configurado o crime de falso testemunho, uma vez que todas as testemunhas reafirmaram as palavras de Arnould.

Entre 1935 e 1937, quando os processos foram discutidos na justiça, não se tratou acerca da relação entre José Bertholdo e Inácia nem sobre o comportamento dela, como era praxe nos demais processos-crimes estudados. Possivelmente, por ser uma ação contra um líder local, considerado homem honrado, trabalhador, pai de família, houve um esforço por parte de seus amigos e correligionários para encerrar rapidamente o processo, contando com a contribuição da ofendida, Inácia.

Por outro lado, houve esforço de membros da justiça para incriminar José Bertholdo, talvez influenciados por desafetos políticos, criadores e transportadores concorrentes. Mesmo assim, em nenhum momento julgou-se se a relação de uma mulher solteira com um homem casado era moral ou imoral, conforme ocorria nos processos criminais de mulheres solteiras contra seus parceiros sexuais. O que me faz pensar que a intervenção da justiça restringia-se a casos de mulheres solteiras e menores de idade contra seus namorados ou noivos, pois nesses casos o casamento poderia ser uma solução.

Nos relatos de memória, Inácia aparece como moça pobre, órfã e sedutora do homem amado. Em contraposição, José Bertholdo aparece como galanteador, que não poderia deixar de exercer o poder de homem baseado na virilidade.

As relações extraconjugais de José Betholdo foram aceitas por sua família e pela sociedade, mas não sem conflitos. Os encontros entre Maria Emerentina e Inácia eram sempre de confronto. José Bertholdo discutia com a esposa por esta brigar com Inácia. Algumas pessoas, especialmente aquelas próximas a Inácia, não a condenaram por ser mãe de filhos de um homem casado. Neste caso, a sociedade convivia e aceitava o novo arranjo afetivo.

Embora rompendo com o modelo de relação monogâmica, José Bertholdo não foi acusado de descumprir o papel de pai e de esposo, muito menos de ser promíscuo, desonrado, desonesto, imoral, adjetivos usados para nomear as mulheres envolvidas em processos-crimes

de defloração/sedução.²²⁵ Em Cabaceiras, naquela época, conquanto não fosse aceita nem pela Igreja nem pela justiça a sexualidade do homem fora do casamento, as práticas sexuais masculinas fora do matrimônio não eram denunciadas como imorais, pois entendia-se e aceitava-se que o homem precisava viver sua virilidade, força e domínio.

Na localidade de Logradouro, próxima a Serra de Inácio Pereira, na manhã de sábado, nove de setembro de 1945, Josefa Maria da Conceição, 32 anos, analfabeta, foi buscar leite na casa de seu cunhado Tibúrcio. Após pegar a garrafa de leite, Josefa Maria retornou para sua casa. Ela, que havia chegado à localidade há pouco mais de quatro meses, já estava habituada naquele cotidiano rural.

Ao retornar para sua casa, Josefa Maria encontrou Arcelina Maria da Silva, Maria Francisca da Conceição e Maria José do Espírito Santo. Morando distantes umas das outras, quando se encontravam no meio da estrada ou no meio do roçado, estas mulheres, que possuíam laços de parentesco, paravam, cumprimentavam-se e trocavam algumas palavras. Mas naquela manhã foram além disto.²²⁶

Maria José, 22 anos de idade, era casada na Igreja Católica com Antonio Venâncio da Silva. Ela estava convicta de que Josefa Maria mantinha relações sexuais com Antonio Venâncio. Em pouco tempo elas passaram das palavras ásperas à luta corporal. Naquele chão seco, numa manhã ensolarada, estas duas mulheres esbofetearam-se, rasgaram a roupa uma da outra, puxaram e cortaram os cabelos, machucaram-se, derramaram o leite.

Arcelina, 23 anos, irmã de Maria José, e Maria Francisca, 43 anos, mãe de ambas, também participaram da briga. Armadas de pedaços de pinhão roxo e cipó bateram em Josefa Maria. Antes deste encontro, elas haviam passado na casa onde Josefa Maria morava com Antonio Venâncio e, não a encontrando, quebraram as poucas panelas de barro, amassaram copos de tomar café e de beber água e rasgaram toalhas de mesa e de prato.

Em meio à briga, chegou ao local Prisciliano, sessenta anos e agricultor. Ele escutou de sua casa, próxima da estrada, gritos de socorro de Josefa Maria. Já Antonio Inácio passava no local no momento da briga e tentou separar as mulheres. Para Antonio Inácio, Josefa Maria era mulher de “mau procedimento”. Ainda para esta testemunha da briga, Maria José “não suportou as injúrias e humilhação que sofreu” ao ver Antonio Venâncio “chamegando” e morando com Josefa Maria.²²⁷

²²⁵ Sobre relacionamentos conjugais e casos de adultério, cf. Maria do Socorro Cipriano, 2002.

²²⁶ Ação criminal contra Maria José do Espírito Santo, Maria Francisca da Conceição e Arcelina Maria da Conceição, incursas no artigo 129, do Código Penal de 1940. Comarca de Cabaceiras, PB. Processo aberto em 10.08.1933. Ação penal aberta em 08.06.1946. Caixa arquivo: 1946-1947. Sem numeração.

²²⁷ Ibid.

Na delegacia e no tribunal elas negaram ter agredido Josefa Maria. Ao depor, denunciaram Antonio Venâncio, 28 anos, agricultor e condutor de muares, por viver “amigado” ou “amasiado” com Josefa. Na manhã em que Maria José e Josefa Maria brigaram, Antonio Venâncio estava em Belo Jardim, estado de Pernambuco, longe dos conflitos entre sua ex-mulher e a atual companheira.

Antonio Venâncio em seu depoimento afirmou que fazia apenas três semanas que havia deixado de viver com Maria José para morar com Josefa. Ele se dizia esposo de Josefa. No processo, ela também se mostrou como esposa, inclusive referindo-se aos irmãos de Antonio como cunhados, cujas casas freqüentava.²²⁸

Na justiça, a questão em discussão fora a briga entre estas mulheres. Mesmo as testemunhas tendo falado o motivo da luta corporal, a justiça levou em consideração apenas o fato de três mulheres terem espancado uma única mulher. O adjunto de promotor e o juiz trataram do conflito e não do motivo.

Nem no processo contra José Bertholdo, nem no processo contra Maria José, Arselina e Maria Francisca, nem em outros processos-crimes incursos no artigo 129 do Código Penal de 1940, que trata dos casos de lesão corporal, a condição de casados perante a Igreja Católica e a sociedade dos envolvidos foi levada em consideração. Ao que parece, em conflitos envolvendo homens e mulheres casadas a justiça em Cabaceiras, naquela época, envolvia-se o mínimo possível no julgamento do comportamento sexual.

No entanto, mesmo sem a intervenção da justiça nos relacionamentos sexuais destes homens com uma ou mais mulheres, os moradores de Cabaceiras não deixaram de julgar o comportamento tanto deles quanto delas.

Para algumas testemunhas, Maria José era mulher injuriada, por seu casamento ter sido desfeito, e por isso poderia surrar Josefa. Embora indissolúvel aos olhos da Igreja, o casamento desta mulher terminou quando Antonio Venâncio decidiu viver com Josefa Maria, estabelecendo com esta uma relação que não fora legitimada pela Igreja nem pelo Estado. Já José Bertholdo continuou casado eclesiástica e civilmente com Maria Emerentina; mesmo assim, estabeleceu com Inácia uma outra relação de marido e mulher, tendo com ela quatro filhos.

O modelo de mulher e de relação entre homens e mulheres imposto dizia para as mulheres aceitarem sempre as decisões dos homens e a autoridade dominadora deles na relação conjugal. No entanto, em casos de infidelidade do marido, algumas esposas não

²²⁸ Ibid.

aceitaram pacificamente a situação. Algumas brigaram, surraram e expressaram suas intenções de manter o laço conjugal sacramentado pela Igreja. Ao mesmo tempo, outras mulheres procuraram se mostrar recatadas, cordatas e boas esposas para construir um casamento sem legitimação da Igreja ou do Estado.

Para viver o sonho do matrimônio, imposto às mulheres como única forma de realização pessoal e social, algumas romperam com o modelo de comportamento sexual ditado e com a forma de construir uma família cristã. Entretanto, valorizavam o laço de casamento baseado na fidelidade, na submissão e no recato, valores amplamente difundidos na sociedade de Cabaceiras naquela época.

Tendo em vista estes casos de enfrentamento de mulheres em função das relações sexuais dos seus maridos com outras mulheres e os relatos acerca dos conflitos ao longo da relação conjugal, penso que nem sempre as relações maritais eram um espaço pleno de harmonia como prescrevia a Igreja, como defendia o Estado e mesmo como sonhavam algumas moças.

Se para Maria José e seus familiares a relação de casamento não seguiu o que se esperava, na vida de Maria Emerentina a relação com José Bertholdo continuou em meio a momentos de tensão. E Josefa Maria, na relação conjugal com Antonio Venâncio, da mesma forma que Inácia na relação conjugal com José Bertholdo, buscou seguir os valores sociais impostos às mulheres casadas eclesiasticamente. Naquela sociedade castradora dos desejos, da liberdade, das escolhas, aceitava-se, ou pelo menos pouco se recriminava, o fato de um homem conviver com duas mulheres, construindo com cada uma delas uma família, o que significa que no cotidiano algumas pessoas romperam com o modelo de relações conjugais para construir outros relacionamentos.

2.4 (Des)fazendo enlaces

No município de Cabaceiras, especialmente na vila, que concentrava população de aproximadamente quinhentas pessoas, havia um forte controle sobre a vida das mulheres. Sobre esse controle, Inácia Madureira conta:

Eu fui criada na época muito rigorosa que a conversa de menina as moças não ouvia. (Pausa). Nem as moças conversavam pra criança ouvir. As senhoras casadas de idade média num conversava pra moças ouvir, de uma pessoa de nem pra as idosas. Era uma vida assim um pouco que a gente

vivia, assim debaixo de uma tensão muito forte porque os pais tinham muito cuidado.²²⁹

E sobre o mesmo assunto, Josefa Guimarães relata: “A gente tinha cuidado que naquela época qualquer coisinha a pessoa tava suja, desmoralizado...”²³⁰

Nas décadas de 1930 e 1940, as relações afetivas entre homens e mulheres eram controladas, cercadas de cuidados e de silêncios em nome da manutenção da moral imposta pela religião católica e pelo Estado. A mulher que rompesse com esse controle para viver seus anseios, sonhos, desejos mais íntimos corria o risco de ser chamada de imoral.

Na vila vivia o casal Maria Gomes da Silva, vinte anos, doméstica, alfabetizada, e Cícero Inácio, 25 anos, sapateiro, agricultor e vendedor de frutas.²³¹ No ano de 1943, na presença do padre José de Barros, dos padrinhos e dos familiares, Maria Gomes e Cícero juraram amor eterno, fidelidade e prometeram construir uma família seguidora dos valores cristãos. A partir deste ritual, Maria Gomes foi morar na casa construída por Cícero. Assim, a relação parecia seguir o que estava determinado.

No entanto, ao longo da relação de casamento, em duas ocasiões Maria Gomes saiu da casa onde morava com Cícero, decidida a não retornar. Nestas duas vezes, ela recorreu aos pais, a quem contou os maus-tratos sofridos diariamente. No entanto, eles a aconselharam a manter a relação com Cícero, voltando para casa. Entre idas e voltas, brigas, desentendimentos, a relação de casamento prosseguia.

Em janeiro de 1947, Maria Gomes passou a encontrar-se com João Paulo Filho, vinte anos, agricultor, analfabeto. Ele freqüentemente estava na oficina de sapatos de Cícero. Por oito meses Maria e João Paulo encontraram-se às escondidas. Até que, em 22 de agosto de 1947, Maria Gomes passou a morar na casa de João Paulo, que assumiu a responsabilidade de mantê-la.²³²

Juntos, foram participar da missa e da quermesse no povoado Lourenço. Terminadas as orações, o casal entretinha-se nas barracas, nas conversas com os conhecidos, nas danças, até que João Paulo foi golpeado na cabeça. A confusão instalou-se entre as pessoas, que mal viram quando Cícero se aproximou e desferiu a pancada com o pedaço de pau.

A partir dessa agressão, as opiniões se dividiram. Alguns achavam que Cícero defendera sua honra e dignidade ao bater no atual companheiro da sua ex-esposa. Outros

²²⁹ Entrevista n. 18, doc. cit.

²³⁰ Entrevista n. 26, doc. cit..

²³¹ Ação criminal contra Cícero Inácio da Silva, incurso no artigo 129, do Código Penal de 1940. Comarca de Cabaceiras, PB. Ação penal aberta em 15.10.1947. Caixa arquivo: 1946-1947. Sem numeração.

²³² Ação criminal contra Cícero Inácio da Silva, doc. cit.

achavam que Cícero deveria ter batido em Maria Gomes, vista como mulher infiel, desonesta e desrespeitadora do casamento e do marido.

Em um ato religioso, quando todos deveriam reafirmar os preceitos católicos, Maria Gomes e João Paulo, casal formado a partir do rompimento do casamento dela com Cícero, conviveu com as críticas dos presentes e com a ira de Cícero, visto como marido traído, abandonado e humilhado.

Mesmo tendo que enfrentar Cícero e a sociedade, o novo casal não deixou de freqüentar as orações e a festa religiosa. Provavelmente, essa era uma das únicas ocasiões de divertimento para aqueles trabalhadores. Por mais controlada que fosse a vida destes, alguns homens e mulheres estabeleceram relações conjugais sem pautar-se pelos rígidos preceitos morais dominantes. Maria Gomes desfez o laço do casamento, que para Igreja era indissolúvel, e construiu outra relação conjugal, na qual mantinha o papel de esposa e João Paulo o provedor da casa.

Diferentemente do elevado número de mulheres pobres movendo-se em direção ao mercado de trabalho que se percebia nas cidades ligadas à industrialização, em Cabaceiras a grande maioria das mulheres não exercia atividade remunerada, permanecendo dependente do trabalho do marido. Para sobreviver economicamente, muitas mulheres aceitavam ficar sujeitas ao marido.

Cícero reagiu à separação agredindo o companheiro de Maria Gomes. Já Cirilo Henrique da Cunha, casado com Maria do Carmo Araújo, moradores da vila de Cabaceiras, teve outro comportamento. No dia nove de dezembro de 1942, Cirilo quebrou o cadeado do baú de Maria do Carmo. Lá encontrou jóias, roupas e cartas. Ao ler as cartas, Cirilo foi até a esposa, que cuidava dos afazeres domésticos, e a arrastou pelos cabelos. Ele também pegou arreios de couro, usados em cavalos, e surrou-a.

Para Cirilo, ela mantinha relações afetivas e sexuais com Pedro Henrique, Josino Duarte e Virgílio Pereira. Pedro Henrique, 35 anos, casado, comerciante, alfabetizado, freqüentava a oficina de celas e demais artigos em couro pertencente a Cirilo. Já Josino Duarte e Virgílio trabalhavam na oficina. Para Cirilo, as cartas encontradas teriam sido enviadas por estes homens, mas não tinha certeza se eles eram os amantes de Maria do Carmo, pois as cartas não estavam assinadas.²³³

Há muito tempo Cirilo desconfiava que sua esposa o traía. Por vezes a surrou e a forçou a dizer o que se passava quando ele não estava em casa. Maria do Carmo sempre

²³³ Ação criminal contra Cícero Inácio da Silva, doc. cit.

negava suas acusações. Nestas brigas, ela trancava-se no quarto do casal. Todos que moravam na rua do Comércio ouviam as constantes discussões, mas não interferiam.²³⁴

Naquela manhã de dezembro, por volta das oito horas, Cirilo arrastou Maria do Carmo da sua casa, na rua do mercado público, até a casa do seu sogro. Carregava as cartas, que para ele comprovavam a traição e justificavam a surra na esposa, assim como a devolução da mesma para os pais. Enquanto era arrastada pelo meio da rua do Comércio, Maria do Carmo negava todas as acusações, gritando para alguém socorrê-la. A esta altura várias pessoas assistiam à cena, inclusive os quatro filhos do casal.

Em meio ao tumulto, o delegado prendeu Cirilo em flagrante por agressão física. Mesmo inconformado com a traição, ele não resistiu à prisão. Maria do Carmo foi para a casa do pai. Tinha os cabelos revoltos, estava descalça, ferida nas pernas, nos braços, no rosto, com um dente quebrado e marcas da fivela dos arreios no corpo.

Toda a vila comentava a cena daquela manhã. Maria Barroso, 42 anos, casada, doméstica, alfabetizada, e seu filho José Barroso, 24 anos, solteiro, analfabeto, funcionário da fábrica de Caroá, provavelmente estavam apreensivos. Alguns dos bilhetes que Cirilo encontrara no baú foram entregues a Maria do Carmo por José Barroso. E alguns dos encontros entre Pedro Henrique, conhecido por Yoyô, e Maria do Carmo, ou Carminha, aconteceram na casa de Maria Barroso, que para muitos era mulher de vida livre, “coitera” (alcoviteira).²³⁵

Já Elvira, que vivia com o soldado Severino Inocência, comentava na vizinhança e afirmou na delegacia que Maria do Carmo mantinha relações sexuais também com Josino. E Epitácio Henrique, irmão de Cirilo, disse para a família e para o delegado que a vira com Josino no fundo da casa de Elvira.

O delegado ouviu as testemunhas da agressão física contra Maria do Carmo, os acusados de manter relações sexuais com ela e os acusados de proteger as atitudes desta mulher. Enquanto isso, Cirilo, após pagar fiança de duzentos cruzeiros, foi para sua casa, onde esperava em liberdade o desenrolar do processo. Já Maria do Carmo continuava na casa do pai, homem pobre que lamentava a filha ter vivido relações com outros homens, ter desprezado a vida proporcionada pelo casamento e não ter pensado nos quatro filhos.

Cirilo, inconformado com a traição, dizia que sua casa havia-se transformado em “uma verdadeira mandichuria”, região da cidade de Campina Grande conhecida à época por

²³⁴ Sumário de culpa contra Cirilo Henriques da Cunha, incurso no artigo 129, do Código Penal de 1940. Comarca de Cabaceiras, PB. Sumário de culpa aberto em 21.01.1943. Caixa arquivo: 1943. Sem numeração.

²³⁵ Sumário de culpa contra Cirilo Henriques da Cunha, doc. cit.

concentrar cabarés, bordéis e casas de prostituição.²³⁶ Além de se afirmar traído, dizia-se roubado pela esposa. Para Cirilo, Maria do Carmo lhe havia roubado a quantia de 500 cruzeiros para presentear o amante Pedro Henrique. Elvira e Maria Barroso não duvidavam do roubo do dinheiro, pois para elas Maria do Carmo era mulher “louca” e “alucinada” de amor por Pedro. Sobre ela recaíam as acusações de infidelidade e de latrocínio. No entanto, a discussão central deu-se em torno da agressão física e dos bilhetes.

Várias pessoas foram mensageiras. Hermínia, a mesma que aprendeu orações com a mãe, que cantava nas encenações teatrais escolares, entregava bilhetes a Maria do Carmo e relatava para Pedro Henrique as brigas na casa de Cirilo. Hermes, Severino Nunes, Nininho de Mariano Papagaio e José Barroso também levaram recados para Maria do Carmo.

Em um dos bilhetes encontrados no baú de Maria do Carmo, lê-se:

Minha Queridinha, saudades

Minha queridinha o fim deste bilhete é somente para agradecer aquele tão lindo presente que você mandou-me embora eu não fosse meressedor mais como mandasse mando-te agradecer.

Querida peço-te que não se aperrei que para tudo tem tempo e não der demonstração a ninguém se conforme com a nossa sorte tenha fé em deus que logo é de chegar um dia de nos consagrar a nossa amizade que mais custoso for o tempo. Confi em mim que confi em Deus. Peço que deixe de tristeza e mais só com nossa vista.

Queira então um beijinho e um abraço do seu lembrado.

Amo-te loucamente.^{sic237}

Para o delegado, seis dos oitos bilhetes haviam sido enviados por Pedro Henrique. Na acareação entre Maria do Carmo, Pedro Henrique, José Barroso, Maria Barroso e o soldado José Francisco, o delegado pôde confirmar que Pedro Henrique era amante de Maria do Carmo.

No entanto, nem sempre fora Pedro quem escrevera os bilhetes, pois sabia apenas assinar o próprio nome. Por não dominar a escrita, ele pedira ao soldado José Francisco para escrever os bilhetes, que supostamente eram para uma mulher de Boa Vista. Enquanto, trabalhara na delegacia da vila Cabaceiras, o soldado fizera suas refeições na casa da mãe de Pedro. Ambos tornaram-se amigos. Por meio de bilhetes escritos pelo soldado, ao longo de um ano, Pedro Henrique comunicara-se e marcara encontros com Maria do Carmo.

Pedro era parente de Cirilo. Além da relação de parentesco, eles negociavam produtos em couro, a serem vendidos por Pedro em Campina Grande. Outras vezes, este pegara dinheiro emprestado com Cirilo. Assim estes homens viviam, cada um com sua casa, seu

²³⁶ Cf. NASCIMENTO, 2007; SOUSA, 2006.

²³⁷ Sumário de Culpa contra Cirilo Henriques da Cunha, doc. cit.

negócio e sua família. Mas após Cirilo entender que a esposa o traía, as relações de parentesco e de negócios com Pedro cessaram. As relações de trabalho com Josino e Virgílio também haviam sido encerradas. Quando Maria do Carmo foi surrada na rua do Comércio, Josino e Virgílio estavam em Campina Grande, onde conseguiram trabalho e passaram a viver com suas esposas.

O Estado, a Igreja e as famílias buscaram cercear as práticas sexuais de mulheres solteiras ou casadas vistas como imorais. Quando uma mulher distanciava-se do modelo de comportamento inspirado na Virgem Maria era chamada de “filha de Eva” ou de “mulher fatal”. Para a Igreja, a primeira mulher, Eva, por ter induzido o primeiro homem, Adão, a comer o fruto proibido, cometeu pecado. Por isso, é tida como símbolo da desordem, da insubmissão e do pecado. Em Cabaceiras, Maria do Carmo foi considerada como mulher fatal, uma filha de Eva, que descumpriu o papel social e o comportamento atribuído à mulher pelo catolicismo.

Mesmo não se tratando de um processo-crime por adultério, e sim por agressão física, as testemunhas falaram acerca do comportamento de Maria do Carmo, da relação conjugal dela com Cirilo e das relações dela com outros homens. Enquanto ela aparece como mulher loucamente apaixonada, mulher fatal, despudorada; ele aparece como homem trabalhador enlouquecido com a traição da esposa.

No entender da Igreja, mulheres que agiam da mesma forma que Eva deveriam reconhecer a culpa pela desordem provocada. As orações do mês de maio em Cabaceiras ensinavam os homens e as mulheres a reconhecer sua culpa perante a Virgem Maria e Deus e a pedir perdão, resignados. Mas à justiça interessava apenas a agressão física, o que a motivara e punir ou absolver o agressor. Após pagar fiança, Cirilo passou a responder ao processo em liberdade. Maria do Carmo, até onde o processo criminal nos informa, ficou na casa de seus pais. Os filhos do casal continuavam com Cirilo, que andava pelas ruas da vila com ar de “louco”.

Em Cabaceiras, a justiça intervinha nos conflitos conjugais apenas em caso de agressão física em via pública. Não se discutia, como se faz hoje, sobre violência contra a mulher. Muitas vezes a sociedade fechava os olhos para a violência entre maridos e esposas em nome de afirmar o pátrio poder, de não expor a vida conjugal à opinião pública e de manter a imagem de família cristã.

Os acertos e os desacertos conjugais me fazem pensar que naquele cotidiano rigidamente controlado pela Igreja e pelo Estado algumas pessoas quebram as regras impostas ao casamento para viver seus desejos. Estas pessoas equilibraram-se na corda bamba que

separava o entendimento sobre moral e imoral. Assim, o ideal de relação conjugal sonhado e divulgado foi vivido de modos diversos. A imagem de união indissolúvel, monogâmica, sacramentada pela Igreja e legitimada pelo Estado nem sempre foi experienciada conforme os rígidos preceitos morais impostos.

Naquela época, apesar do rígido controle dos comportamentos, trabalhadores rurais, comerciantes, proprietários de terra, donas de casa, em Cabaceiras, romperam com o padrão de comportamento vigente e não aceitaram totalmente as normas impostas. Mesmo correndo o risco de serem vistos como imorais e de serem excluídos da convivência com os parentes e os amigos, não aceitaram todas as restrições impostas pela Igreja e pelo Estado. Enfrentando as imposições, alguns homens e mulheres inventaram suas relações conjugais. Essas experiências permitem dizer que havia outros arranjos conjugais e familiares em Cabaceiras que diferenciavam-se do modelo de relação conjugal e de família cristã imposto pela Igreja Católica e pela Justiça.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Igreja Católica em Cabaceiras, nas décadas de 1930 e 1940, tentou disciplinar o comportamento de homens e de mulheres. Para as mulheres, o modelo ideal imposto foi o da Virgem Maria. Os valores de pureza, de castidade, de zelo, de renúncia eram representados nos hinos religiosos, nas orações e nas leituras escolares. Dentro desta moral rígida, as mulheres deveriam ser educadas desde a infância para ser submissas, obedientes e recatadas.

Além disso, nos encontros de catequese, por meio do livro de catecismo, buscou-se disciplinar as relações sociais, especialmente as relações sexuais. O modo de se vestir, de olhar, de conversar, de andar, enfim, todo o comportamento dos homens e das mulheres era imposto dentro dos valores de submissão, de compostura, de fidelidade, de negação dos desejos e das idéias.

Independentemente da condição social, a moral católica buscou disciplinar e manter o controle sobre o viver cotidiano daquelas famílias. Assim, em casa, algumas mães ensinaram orações às filhas. Na escola, pelo menos uma professora possibilitou a leitura de textos fundamentados na moral cristã católica. Nos encontros de catequese, meninos e meninas ouviram o discurso sobre civilidade cristã. Nas novenas, famílias se reuniram para cantar e rezar, exaltando a Virgem Maria.

O discurso da Igreja Católica, parecendo natural, atemporal e incontestável, tentou normatizar o comportamento de mulheres e suas relações em Cabaceiras nas décadas de 1930 e 1940. Para esta instituição religiosa, a mulher deveria defender a moral e os costumes ameaçados pela modernidade. Muito mais do que um discurso normatizador da mulher, das relações, da família, da sociedade de Cabaceiras, este foi um discurso proibitivo dos pensamentos, das vontades e dos desejos dissonantes dos preceitos estabelecidos como verdade para aquela sociedade.

Além da Igreja Católica, o Estado buscava controlar o comportamento sexual dos trabalhadores pobres. No âmbito da política disciplinar do Estado, a mulher era vista como reprodutora e guardiã da moral familiar. Assim, a justiça, nos processos-crimes, em Cabaceiras, entre 1930 e 1949, denunciou, julgou e recriou formas de relacionamentos amorosos que não seguiram o modelo de recato, de discrição, de contenção. As mulheres solteiras com experiência sexual foram consideradas promíscuas, assim como seus namoros,

seus divertimentos e suas famílias. A família foi recriminada por não cumprir o papel de proteger a honra das mulheres ou por expô-las a situações que não favoreciam a moral.

Sem fazer referência direta à Igreja Católica, o discurso de adjuntos de promotores, de advogados e de juízes aproximou-se da definição de virgindade, de honra e de moral defendida pela religião católica. No âmbito da justiça em Cabaceiras, o comportamento de uma mulher solteira antes e depois das relações sexuais e ainda o de sua família definiriam o seu lugar social e status jurídico, uma vez que era avaliada a moral da vítima e da família.

Desse modo, a justiça em Cabaceiras, nas décadas de 1930 e 1940, independentemente do Código Penal em vigência, reforçou a representação de que a mulher honesta era a mulher casta, de que a família honrada era a família protetora da virgindade de suas filhas e de que os divertimentos poderiam ser uma marca perniciosa na vida de uma mulher. Muito mais do que isso, a justiça desautorizou qualquer forma de relacionamento entre um homem e uma mulher fora do casamento, reforçando os modelos de mulher e de família impostos pela Igreja Católica.

Apesar da Igreja e da justiça, por meio de seus discursos normatizadores e coercitivos, terem imposto em Cabaceiras um significado para as práticas sexuais da mulher, as experiências de mulheres e de homens atribuíram outros significados às práticas sociais e sexuais. Em meio às operações dos processos discursivos, Florinda, Nila, Josefa, Albertina, Severina, Neocina, Brígida forjaram perfis de mulheres na relação com seus parceiros sexuais, com seus familiares, com a justiça e com a Igreja, ora resistindo, ora adotando o modelo imposto.

No encontro dessas mulheres e suas famílias com a justiça podemos perceber lances dos conflitos familiares e judiciais em torno das relações sexuais, do lazer, do namoro. Podemos observar, especialmente, alguns significados atribuídos à sexualidade feminina pelas famílias, pelas mulheres e pela justiça. Naquele universo amplamente fundamentado na moral católica coercitiva, algumas mulheres negaram o modelo de comportamento imposto. Em contraposição, algumas inventaram alternativas de relações afetivas e sexuais que não foram aceitas pelas famílias nem pela justiça, mas que elas e seus parceiros sexuais viveram apesar da coerção.

O Estado e a Igreja Católica, mesmo não declarando, estavam unidos para controlar e disciplinar a sexualidade dos trabalhadores, para fazer homens e mulheres cumprirem os papéis sociais determinados, para julgar e culpar as mulheres e suas famílias quando se desviavam do que era constantemente imposto.

Enquanto nos processos criminais de mulheres contra parceiros sexuais a justiça em Cabaceiras culpabilizou as mulheres e suas famílias pelas relações sexuais pré-maritais, punindo indiretamente as ofendidas ao julgar improcedente a ação ou inocentar o acusado, nos casos de lesão corporal envolvendo marido e esposa, ou ex-marido e ex-esposa, o julgamento era outro. Nestes casos, a justiça concentrou-se em ouvir as testemunhas e esclarecer o motivo da agressão. As mulheres na condição de agressoras ou de agredidas também foram ouvidas, todavia, diferentemente dos processos-crimes contra parceiros sexuais, não importava à justiça a conduta moral delas.

Deste modo, em casos criminais em que se discutiam valores sociais e sexuais, a ação da justiça não era uniforme. Havia delegados, promotores e juizes empenhados em denunciar, prender, punir, forçar casamentos e, por outro lado, havia os interessados em punir indiretamente as ofendidas, em função do entendimento de que elas não possuíam valores morais condizentes com o ideal de moça casta e recatada.

Em Cabaceiras, a ação da justiça estava limitada pela ação da família. Exercendo o pátrio poder vários pais buscaram resolver os conflitos familiares sem a intervenção da justiça. Somente após a falência dos mecanismos da força física e moral, algumas famílias denunciaram os namorados ou noivos de suas filhas.

Mesmo sendo as mulheres vigiadas por seus pais, parentes e conhecidos, algumas delas viveram secretamente amores. Na urdidura da memória de algumas mulheres surgem representações desses namoros. Por meio dessas representações é possível perceber as burlas, as astúcias, as táticas diante do controle exercido pelos pais, pela Igreja e pela justiça.

Apesar da moral cerceadora dos pensamentos, das aspirações e dos desejos, algumas mulheres, envolvidas em processos-crimes ou não, forjaram perfis de feminino que ora resistia, ora adotava o modelo imposto. Em meio às operações dos processos discursivos de disciplinarização, podem-se perceber significados variáveis e contraditórios nas práticas afetivas, religiosas, sexuais e sociais de algumas mulheres e homens na vida cotidiana.

Enfim, apesar da tentativa de produzir homens e mulheres trabalhadores rurais, comerciantes, professoras, proprietários de terra, funcionários públicos cristãos e católicos, submissos, civilizados, cordatos, no cotidiano algumas mulheres e homens resistiram por meio de práticas que rompiam com o modelo de comportamento sexual e social dominante, imposto pela rede de poder construída pela Igreja e pelo Estado.

Mulheres que obedeciam ao modelo de comportamento poderiam ser chamadas de dóceis. Já as mulheres com práticas desviantes poderiam ser chamadas de indóceis. Entre as mulheres dóceis e as mulheres indóceis, havia muitas outras que se equilibravam na corda

bamba que separava moralidade e imoralidade. Foi uma história de mulheres e de homens em Cabaceiras, 1930-1949, que procurei narrar; uma história de mulheres e de homens com vários aspectos de conformismo e conformação às normas impostas pela educação, pela rebelião e pela justiça, mas também uma história de pessoas que em alguns momentos de suas vidas burlaram a moral proibitiva para viver seus próprios sonhos e desejos.

REFERÊNCIAS

- AIRES, José Luciano de Queiroz. **Inventando tradições, construindo memórias**: a “Revolução de 30” na Paraíba. 181 f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2006.
- ALBUQUERQUE JR. Durval Muniz de. **Nordestino**: uma invenção do falo – uma história do gênero masculino. Maceió: Catavento, 2003. 254 p.
- ALMEIDA, Maria das Graças Andrade Ataíde de. Estado Novo: projeto político pedagógico e a construção do saber. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 18, n. 36, 1998.
- ARY, Zaíra. **Masculino e feminino no imaginário católico**: da Ação Católica à Teologia da Libertação. São Paulo: Annablume; Fortaleza: Secult, 2000.
- AZEVEDO, Thales. **Regras do namoro à antiga**: aproximações socioculturais. São Paulo: Ática, 1986.
- BARROS, Ofélia Maria de. **Não ser debandada no mundo**: a construção social da dona de casa no Cariri paraibano. 145 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Universidade Federal de Paraíba, João Pessoa, 1996.
- BARROS, Natália Conceição da Silva. **As mulheres na escrita dos homens**: representações de corpo e gênero na imprensa do Recife nos anos vinte. 154 f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2007.
- BASTOS, José Tavares. **Código Penal Brasileiro**. Devidamente anotado com grande cópia da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal e opiniões dos doutos e todas as leis e decretos penais posteriores ao Código. São Paulo: C. Teixeira, 1918.
- BEOZZO, José Oscar. A Igreja entre a Revolução de 1930, o Estado Novo e a redemocratização. In: FAUSTO, Boris (Dir.). **História Geral da Civilização Brasileira**. São Paulo: Difel, 1984. t. 3, v. 4, p. 271-341.
- BONADIO, Maria Cláudia. **Moda**: costurando mulher e espaço público. Estudos sobre a sociabilidade feminina na cidade de São Paulo (1913-1929). 145 f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade de Campinas, Campinas, 2000.
- BOSI, Ecléa. **Memória e sociedade**: lembranças de velhos. 2. ed. São Paulo: EDUSP, 1987.
- BRASIL. Decreto n. 847, de 11 de outubro de 1890. Promulga o Código Penal. Disponível em: <www6.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=66049>. Acesso em 19 set. 2007.
- _____. Decreto-lei n. 2.848, de 7 de dezembro de 1940. Promulga o Código Penal. Disponível em: <www6.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=102343>. Acesso em 19 set. 2007.

BRITES, Olga. Crianças de revistas (1930-1950). **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 26, n. 21, jan./jun. 2000.

BRUSCHINI, Cristina; COSTA, Albertina de Oliveira. **Uma questão de gênero**. São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 1992.

CAULFIELD, Sueann. **Em defesa da honra**: moralidade, modernidade e nação no Rio de Janeiro (1918-1940). Campinas: Editora da Unicamp, 2000.

CAVALCANTE NETO, Faustino Teatino. Relações ideológicas e imaginário social sobre comunismo: o caso paraibano (1945-1947). In: CITTADINO, Monique; GONÇALVES, Regina Célia. **Historiografia em diversidades**: ensaios de história e ensino de história. Campina Grande: Editora da UFCG, 2008. p. 101-120.

CAVALCANTI, Silêde Leila. **Mulheres modernas, mulheres tuteladas**: o discurso jurídico e a moralização dos costumes – Campina Grande, 1930-1950. 215 f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2000.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano**: 1. artes de fazer. Trad. Ephraim Ferreira Alves. 7. ed. Petrópolis: Vozes, 1994. 351 p.

CHALHOUB, Sidney. **Trabalho, lar e botequim**. 2. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2001. 367 p.

CIPRIANO, Maria do Socorro. **A adúltera no território da infidelidade**: Paraíba nas décadas de 20 e 30 do século XX. 166 f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade de Campinas, Campinas, 2002.

CONCEIÇÃO, Angélica Maria Ferreira. “Diz-me como trajas, dir-te-ei quem és!”. **Mneme – Revista de Humanidades** [Dossiê Ruralidades, org. Sandra Nogueira], Caicó (RN), v. 7, n. 19, p. 273-386, dez. 2005/jan. 2006. Disponível em: <www.seol.com.br/mneme>.

CORBIN, Alan. A relação íntima ou os prazeres da troca. In: PERROT, Michelle (Org.). **História da vida privada**: da Revolução Francesa à Primeira Guerra Mundial. São Paulo: Companhia das Letras, 1991. p. 503-561.

COSTA, Jurandir Freire. **Ordem médica e norma familiar**. Rio de Janeiro: Graal, 1999. 282 p.

COSTA, Simone da Silva. **Mulheres em defesa da ordem**: um estudo do Núcleo Noelista da Paraíba nos anos de 1930 a 1945. 201 f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2007.

DEL PRIORI, Mary. **História do amor no Brasil**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2006.

DELEUZE, Gilles. **Proust e os signos**. Trad. Antônio Carlos Piquet e Roberto Machado. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2003.

DELMANTO, C. **Código Penal comentado**. Rio de Janeiro: Renoir, 1998.

DIAS, Maria Odila Leite da S. Teoria e métodos dos estudos feministas: perspectiva histórica e hermenêutica do cotidiano. In: BRUSCHINI, Cristina; COSTA, Albertina de Oliveira. **Uma questão de gênero**. São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 1992. p. 39-53.

ELIAS, Norbert. **O processo civilizador**: uma história dos costumes. Trad. Ruy Jungmann. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994. v. 1.

ENGEL, Magali. **Meretrizes e doutores**: o saber médico e prostituição no Rio de Janeiro (1840-1890). São Paulo: Brasiliense, 2004. 149 p.

ESTEVES, Martha Abreu. **Meninas perdidas**: os populares e o cotidiano do amor no Rio de Janeiro da *belle époque*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989. 212 p.

FÁVARO, Cleci Eulália. **Imagens femininas**: contradições, ambivalências, violências. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2002. 258 p.

FELIPE, J. O. **Dicionário jurídico**. 14. ed. Campinas: Peritas, 2000.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade**: a vontade de saber. Trad. Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. 15. ed. São Paulo: Graal, 1988. 152 p.

_____. A vida dos homens infames. In: _____. **Estratégia, poder-saber**. Organização e seleção de textos de Manoel Barros da Motta. Trad. Vera Lúcia Avellar Ribeiro. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2003a. p. 203-222. (Ditos e Escritos, IV).

_____. **Estratégia, poder-saber**. Organização e seleção de textos de Manoel Barros da Motta. Trad. Vera Lúcia Avellar Ribeiro. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2003b. 396 p.

GONÇALVES, Andréia Lisly. **História e gênero**. Belo Horizonte: Autêntica, 2006. 154 p.

GONDRA, José. A sementeira do porvir: higiene e infância no século XIX. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 26, n. 1, jan./jun. 2000.

HOBBSBAWM, Eric J. **A era dos impérios**: 1875-1914. Trad. Sieni Maria Campos e Yeda Steidel Toledo. 5. edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988. 546 p.

LIMA, Danilo. **Educação, Igreja e ideologia**: uma análise sociológica da elaboração da Lei de Diretrizes e Bases. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1978. 139 p.

LOURO, Guacira Lopes. Mulheres na sala de aula. In: DEL PRIORE, Mary (Org.) **História das mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1997. p. 443-481.

MALUF, Mariana; MOTT, Maria Lúcia. Recônditos do mundo feminino. In: SEVCENKO, Nicolau (Org.): **História da vida privada no Brasil**: da *belle époque* à era do rádio. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. p. 366-421.

MANOEL, Ivan Aparecido. **Igreja e educação feminina (1859-1919)**: uma face do conservadorismo. 2. ed. Maringá: Eduem, 2008. 148 p.

MATOS, Maria Izilda S. de. Outras histórias: as mulheres e estudos dos gêneros – percursos e possibilidades. In: SAMARA, Eni de Mesquita; SOHIET, Raquel; MATOS, Maria Izilda S. de. **Gênero em debate**: trajetórias e perspectivas na historiografia contemporânea. São Paulo: EDUC, 1997. p. 83-114.

_____. **Por uma história da mulher**. Bauru: EDUSC, 2000.

_____. **Âncoras de emoções: corpos, subjetividades e sensibilidades.** Bauru: EDUSC, 2005.

MIRABETE, Julio Fabrini. **Código Penal interpretado.** São Paulo: Atlas, 1999

MONTENEGRO, Antonio Torres. **História e memória: a cultura popular revisitada.** 3. ed. São Paulo: Contexto, 1994.

_____. Os fragmentos da memória na construção de narrativas históricas. In: CONGRESSO NACIONAL DE HISTÓRIA ORAL, HISTÓRIA E TRADIÇÃO ORAL, 7, 2004, Goiânia. **Anais...** Goiânia, 2004. v. 1.

_____. Rachar as palavras: ou uma história a contrapelo. **Estudos Ibero-Americanos**, Porto Alegre, v. 32, n. 1, p. 37-62, jun. 2006.

NASCIMENTO, Uelba Alexandre do. **O doce veneno da noite: prostituição e cotidiano em Campina Grande (1930-1950).** 180 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Universidade Federal de Campina Grande, Campina Grande, 2007

PERROT, Michelle. **As mulheres e os silêncios da História.** Trad. Viviane Ribeiro. Bauru: EDUSC, 2005. 519 p.

_____. **Minha história das mulheres.** Trad. Ângela M. S. Côrrea. São Paulo: Contexto, 2007. 287 p.

PINHEIRO, Antonio Carlos Ferreira. **Da era das cadeiras isoladas à era dos grupos escolares na Paraíba.** Campinas: Autores Associados; São Paulo: Universidade São Francisco, 2002. 286 p.

PISCITELLI, Adriana. Tradição oral, memória e gênero: um comentário metodológico. **Cadernos Pagu.** Campinas, v.1, n. 1, p. 149-171, out. 1993.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. Relatos orais: do “indizível” ao “dizível”. In: VON SIMSON, Olga de Moraes (Org.). **Experimentos com histórias de vida.** São Paulo: Vértice, 1988. p. 14-43.

RAGO, Margareth. **Do cabaré ao lar: a utopia da cidade disciplinar – Brasil, 1890-1930.** 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985. 209 p.

REZENDE, Antonio Paulo. **(Des)Encantos modernos: histórias da cidade do Recife na década de vinte, século XX.** Recife: FUNDARPE, 1997.

ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. **História da educação no Brasil.** 10 ed. Petrópolis: Vozes. 1988. 153 p.

SAMARA, Eni Mesquita. O discurso e a construção da identidade de gênero na América Latina. In: _____; SOHIET, Raquel; MATOS, Maria Izilda S. de. **Gênero em debate: trajetórias e perspectivas na historiografia contemporânea.** São Paulo: EDUC, 1997. p. 11-51.

_____; SOHIET, Raquel; MATOS, Maria Izilda S. de. **Gênero em debate: trajetórias e perspectivas na historiografia contemporânea.** São Paulo: EDUC, 1997. 114 p.

SAMPAIO, Jorge Pereira de. Entrevista concedida a Francisco Carlos Malta. **Rede de Letras**, n. 10, 2 jun. 2004. Disponível em: <http://www.estacio.br/rededeletas/numero10/letras_mundo/jorgepereira.asp>. Acesso em 19 set. 2007.

SANTANA, Rosemere Olimpo. **Raptos consentidos**: afetos proibidos e relações de poder na Paraíba (1880-1910). 146 f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2008.

SANTOS NETO, Martinho Guedes dos. **Os domínios do Estado**: a interventoria de Anthenor Navarro e o poder na Paraíba (1930-1932). 159 f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2007.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil para análise histórica. **Educação e Realidade**, Porto Alegre, v. 20, n. 2, p. 71-99, jul/dez. 1995.

SEVCENKO, Nicolau. A cidade irradiante: técnica, ritmos e ritos do Rio. In: _____. (Org.). **História da vida privada no Brasil**: da *belle époque* à era do rádio. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. p. 07-48.

SILVA, Alômia Abrantes da. **As escritas femininas e os femininos inscritos**: imagens de mulheres na imprensa parahybana dos anos 20. 142 f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2000.

SILVA, Jane D. Semeão e. Comportamento feminino em Fortaleza: entre o tradicional e o moderno durante a 2ª Guerra Mundial (1939-1945). In: NEVES, Frederico Castro; SOUZA, Simone de (Org.). **Gênero**. Fortaleza: Demócrito Rocha, 2002. p. 17-52. (Fortaleza: História e Cotidiano).

SILVA, Severino Vicente da. Vaticano II: o Concílio dos desejos. In: MONTENEGRO, Antonio Torres et al. (Orgs.) **História, cultura e sentimento**: outras histórias do Brasil. Recife: Editora Universitária da UFPE; Cuiabá: Editora da UFMT, 2008.

SOIHET, Raquel. Mulheres pobres e violência no Brasil urbano. In: DEL PRIORE, Mary (Org.). **História das mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2002. p. 362-400.

_____. A sensualidade em festa: representações do corpo feminino nas festas populares no Rio de Janeiro na virada do século XIX para o XX. In: _____. MATOS, Maria Izilda Santos de (Orgs.). **O corpo feminino em debate**. São Paulo: Editora UNESP, 2003.

_____. Pisando no sexo frágil. **Nossa História**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 3, p. 14-20, jan. 2006.

SOUZA, Fabio Gutemberg Ramos Bezerra de. **Territórios de confrontos**: Campina Grande (1920-1945). Campina Grande: EDUFPG, 2006. 193 p.

SOUZA, Antonio Clarindo Barbosa. Arrochar a titela, chambregar e criar um furdunço: divertimentos e tensões em Campina Grande (1945-1965). In: _____ et al. **A Paraíba no Império e na República**: estudos de história social e cultural. João Pessoa: Idéia, 2003. p. 185-226.

_____. Perdidos nos labirintos da modernidade e da pós-modernidade. Campina Grande: EDUFPG, 2006. (**Textos Didáticos**, n. 1).

_____. **Por um real de amor**: representações da prostituição na MPB. 1ª edição; Campina Grande: EDUFPG, 2008.

VAZ, Francisco A. Lourenço. O Catecismo no discurso da ilustração portuguesa do século XVIII. **Cultura, Revista de História e Teoria das Idéias**, Lisboa, v. 10, p. 217-240, 1998.

FONTES DOCUMENTAIS

1 Sobre o município de Cabaceiras-PB

CASTRO, Serlito Pereira de. **Cabaceiras**: 300 anos de vida e história da família Castro (1700-2000). Recife, 1999.

DENIS, Padre Léo. **Memórias de Cabaceiras, 1835-1985**. Cabaceiras, 1985.

FERREIRA, João Gomes. **Cruzeiros de Cabaceiras**: aspectos históricos e poesia. Cabaceiras, 1978.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Censo Demográfico. Estado da Paraíba. Volume XVI, Tomo 1. Rio de Janeiro, 1955. (Apresenta os resultados do recenseamento de 1950.)

JOFFILY, Irenêo. **Notas sobre a Parahyba**. 2. ed. Brasília: Thesaurus, 1977 [1892].

2 Arquivo da Paróquia Nossa Senhora da Conceição – Cabaceiras-PB

LIVRO de tombo da Paróquia Nossa Senhora da Conceição, Cabaceiras, PB. Abertura em 23 de fevereiro de 1941, vigário José de Barros.

LIVRO de registro de casamento. Paróquia Nossa Senhora da Conceição, Cabaceiras, PB. Entre 1930 e 1949.

HARPA de São. Organizado pela Paróquia de Juiz de Fora. Juiz de Fora, 1922.²³⁸

3 Arquivo pessoal de Luiza Mariana de Sousa Sampaio

CATECISMO. [S. l. : s. n., s. d.]

TABORDA, Radagasio. **Crestomatia**: excertos escolhidos em prosa e verso. 17. ed. Porto Alegre: Livraria do Globo, 1944.

4 Entrevistas (concedidas à autora)

Entrevista n.1, com Maria Avelina de Sousa, 81 anos, em 5 abr. 2003.

Entrevista n.2, com Maria de Lurdes Gaudêncio Nóbrega, 86 anos, em 8 abr. 2003.

Entrevista n. 3, com Iracilda Emerentina de Sousa Sampaio, 71 anos, em 5 abr. 2003.

²³⁸ Um dos dois volumes deste livro de cânticos está guardado na secretaria da Paróquia Nossa Senhora da Conceição.

- Entrevista n. 4, com Maria de Lourdes Correia, 78 anos, em 8 abr. 2003.
- Entrevista n. 5, com Hermínia de Almeida Castro, 77 anos, em 17 mai. 2003.
- Entrevista n. 7, com Severina Santos, 82 anos, em 10 mai. 2003.
- Entrevista n. 8, com Maria Dozeart Castro Lima, 62 anos, em 17 mai. 2003.
- Entrevista n. 9, com Marieta Nunes de Araújo, 79 anos, em 17 jun. 2003.
- Entrevista n. 10, com Josefa da Silva Neves Macêdo, 66 anos, em 7 jun. 2003.
- Entrevistas n. 11, com Petrunila Nunes de Castro, 81 anos, em 7 jun. 2003.
- Entrevistas n. 12, com Elizete Nunes de Castro, 76 anos, em 21 jun. 2003.
- Entrevistas n. 13, com Ignácia de Farias Cavalcante, 74 anos, em 21 jun. 2003.
- Entrevistas n. 14, com Petrunila Farias Macêdo, 79 anos, em 21 jun. 2003.
- Entrevista n. 15, com Maria Santos de Oliveira, 85 anos, em 22 jun. 2003.
- Entrevista n. 16, com Ecília Tavares da Conceição, 76 anos, em 22 jun. 2003.
- Entrevista n. 17, com Josefa de Lira Gusmão, 73 anos, em 5 jul. 2003.
- Entrevista n. 18, com Inácia de Farias Madureira, 77 anos, em 5 julho 2003.
- Entrevistas n. 19, com Geracina Farias Sousa, 80 anos, em 5 jul. 2003.
- Entrevista n. 20, com Iracema Emerentina de Sousa Faustino, 74 anos, em 16 jul. 2003.
- Entrevista n. 21, com Tereza Ramos Pereira, 80 anos, em 19 jul. 2003.
- Entrevista n. 22, com Maria Salete Nóbrega Aires, 66 anos, em 19 jul. 2003.
- Entrevista n. 23, com Maria do Socorro Araújo Barros, 62 anos, em 15 ago. 2003.
- Entrevista n. 24, com Maria da Conceição Nunes de Araújo, 65 anos, em 15 ago. 2003.
- Entrevista n. 25, com Odette José de Sousa, 68 anos, em 15 ago. 2003.
- Entrevista n. 26, com Josefa Guimarães de Aguiar, 78 anos, em 16 ago. 2003.
- Entrevista n. 27, com Alice Lídia da Silva, 75 anos, em 28 set. 2003.
- Entrevista n. 28, com Laudemira Barbosa de Castro, 77 anos, em 31 out. 2003.
- Entrevista n. 29, com Severina Silvina de Barros, 87 anos, em 20 mar. 2004.
- Entrevista n. 30, com Antonia Macêdo Pombo, 85 anos, em 20 mar. 2004.
- Entrevista n. 31, com Clementina Meneses de Farias, 79 anos, em 2 mai. 2004.

- Entrevista n. 32, com Severina Braz de Meneses, 75 anos, em 2 mai. 2004.
- Entrevista n. 33, com Maria Verônica Falcão Cordeiro, 84 anos, em 10 jul. 2004.
- Entrevista n. 34, com Inácia Gomes de Almeida Cavalcante, 75 anos, em 3 ago. 2004.
- Entrevista n. 35, com Izabel da Costa Meira, 72 anos, em 3 jan. 2005.
- Entrevista n. 36, com Filomena de Sousa Meira, 77 anos, em 3 jan. 2005.
- Entrevista n. 37, com Izabel Ramos de Sousa, 82 anos, em 3 jan. 2005.
- Entrevista n. 38, com Maria Emerentina de Sousa, 74 anos, em 4 jan. 2005.
- Entrevista n. 39, com Neocina Farias da Rocha, 79 anos, em 4 jan. 2005.
- Entrevistas n. 40, com Brígida Pereira de Sousa, 95 anos, em 4 jan. 2005.
- Entrevista n. 41, com Eva de Sousa Meira, 89 anos, em 5 jan. 2005.
- Entrevista n. 42, com Eulampia Gonçalves de Sousa, 75 anos, em 5 jan. 2005.
- Entrevista n. 43, com Izabel Gonçalves de Sousa, 81anos, em 6 jan. 2005.

5 Documentos do arquivo do Poder Judiciário – Fórum Dr. João Agripino Filho, Cabaceiras, PB.

AÇÃO criminal contra Maria José do Espírito Santo, Maria Francisca da Conceição e Arselina Maria da Conceição. Aberta em 10 de agosto de 1933.

AÇÃO criminal contra Cícero Inácio da Silva. Aberta em 15 de outubro de 1947.

PROCESSO-CRIME de defloração, 26 de abril de 1932. Réu: João Mariano de Freitas.

PROCESSO-CRIME de defloração, 10 de agosto de 1933. Réu: Severino Evaristo de Sousa.

PROCESSO-CRIME de defloração, 02 de abril de 1940. Réu: Severino Maciel de Farias.

PROCESSO-CRIME de defloração, 13 de maio de 1942. Réu: José Alfeu de Castro.

PROCESSO-CRIME de defloração, 23 de setembro de 1948. Réu: Severino de Araújo Castro.

PROCESSO-CRIME de defloração, 31 de janeiro de 1949. Réu: José Pereira de Oliveira.

SUMÁRIO de Culpa contra Arnould Pereira Duarte. Aberto em 22 de julho de 1935.

SUMÁRIO de Culpa contra Cirilo Henriques da Cunha. Aberto em 21 de janeiro de 1943.

ANEXOS

HINOS CATÓLICOS – LIVRO HARPA DE SIÃO**1. COM MINHA MÃE ESTAREI**

Com minha mãe estarei
Na santa glória um dia,
Junto a Virgem Maria
No céu triunfarei

No céu, no céu
Com minha mãe estarei
No céu, no céu
Com minha mãe estarei

Com minha mãe estarei
Mas já que lhe ofendida
A seu Jesus querida
As culpas chorarei

Com minha mãe estarei
E a fé viva e ardente
Com que, firme e valente
O mal evitarei

Com minha mãe estarei

Longe, falsas carícias
Prazer, torpes delícias
Sempre vos fugirei

Com minha mãe estarei
Palavra deliciosa
Que em hora trabalhosa
Sempre recordarei

Com minha mãe estarei
É mãe imaculada
A alma em manchada
Jamais consentirei

Com minha mãe estarei
Mãe de toda a pureza
Nesta vida inteireza
Fiel lhe guardarei

Com minha mãe estarei
Em seu coração terno
Em seu colo materno
Sem fim descansarei

2. QUEREMOS DEUS

Queremos Deus! Homens ingratos
Ao pai Supremo, ao Redentor
Zombam da fé os insensatos
Erguem-se em vão contra o senhor

Da nossa fé, ó Virgem
O brado abençoi
Queremos Deus que é nossa lei!
Queremos Deus que é nossa lei!

Queremos Deus, um povo aflito,
Ó! Doce Mãe, vem, repetir
Aos vossos pés, d'alm este grito
Que aos pés de Deus fareis subir
Queremos Deus e a sã doutrina
Que nos legou na sua cruz!
Que leve à escola e à oficina
A lei de Cristo, amor e luz!

Queremos Deus! Na Pátria amada
Amar-nos todos como irmãos
E ver a Igreja respeitada
São nossos votos e cristãos

Queremos Deus! Por bom exemplo,
Hemos da Igreja as leis guardar
E vos ministro de seu templo
Caráter santo respeitar

Queremos Deus! Não contradigam
A lei divina as vossas leis
Todos adorem, todos sigam
A Jesus Cristo, Rei dos reis

Queremos Deus! A liberdade
É Ele só quem no-la dá
Faz-nos escravos a impiedade
Descrentes não, não nos fará!
Queremos Deus! Sempre e sem míngua
Em cada tempo e em cada lar
De cada peito e cada língua
Culto e amor lhe hemos de dar

Queremos Deus! E prontos vamos
Sua lei santa defender!
Sempre servi-lo aqui juramos;
Queremos Deus até morrer!

**DEPÓSITO DO FÓRUM DR. JOÃO AGRIPINO FILHO.
CABACEIRAS-PB, 26 SET. 2006.**



Foto 1. Caixas-arquivo onde estão acomodados os processos criminais. No chão, latas com tinta.



Foto 2. A documentação divide espaço com moto a serviço da Justiça



Foto 3. A documentação divide espaço com material recolhido nas buscas e apreensões.



Foto 4. Pesquisando a documentação.

PROCESSOS CRIMINAIS

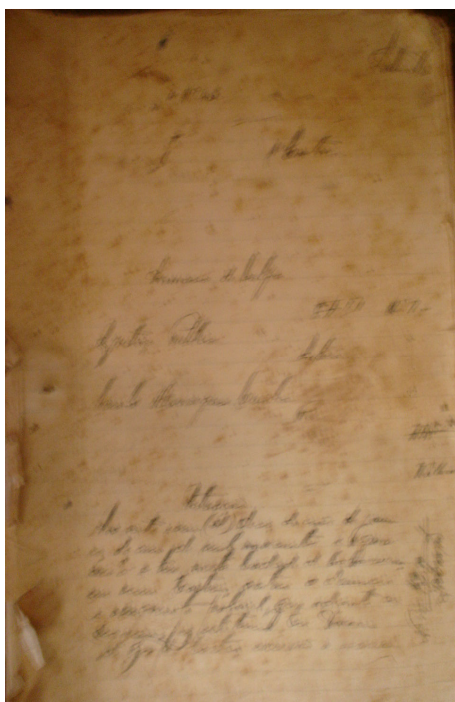


Foto 5. Capa do processo crime
contra Cirilo Henrique

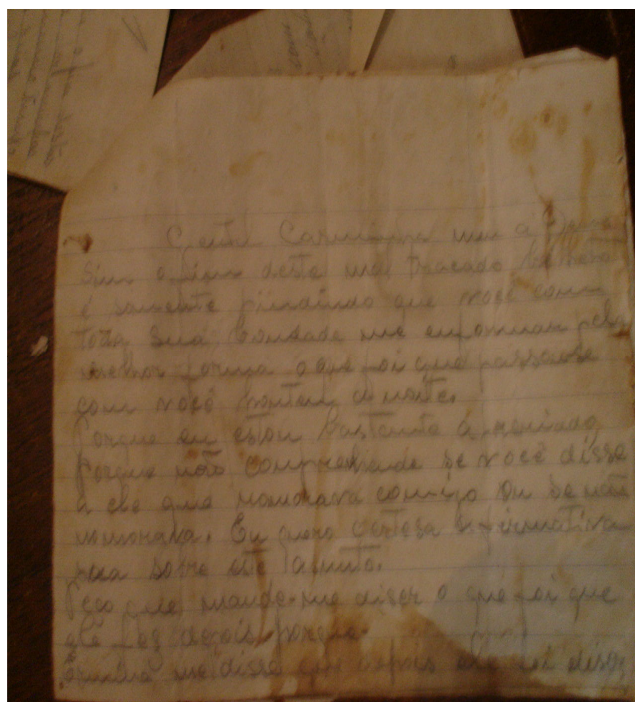


Foto 6. Um dos bilhetes encontrados por Cirilo no baú
de Maria do Carmo anexado ao processo

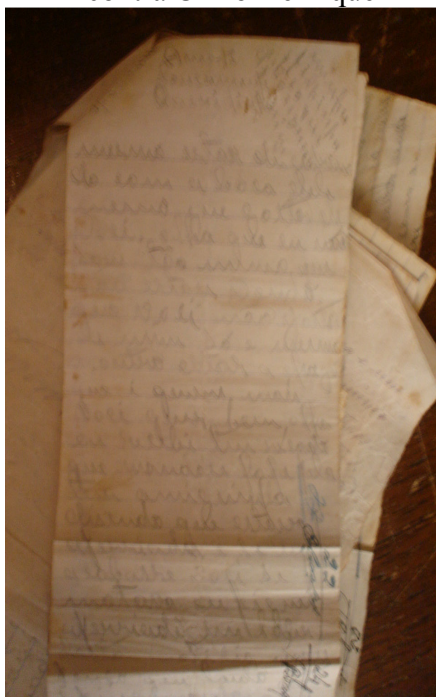


Foto. 7. Bilhetes encontrados por
Cirilo no baú da esposa Maria do
Carmo

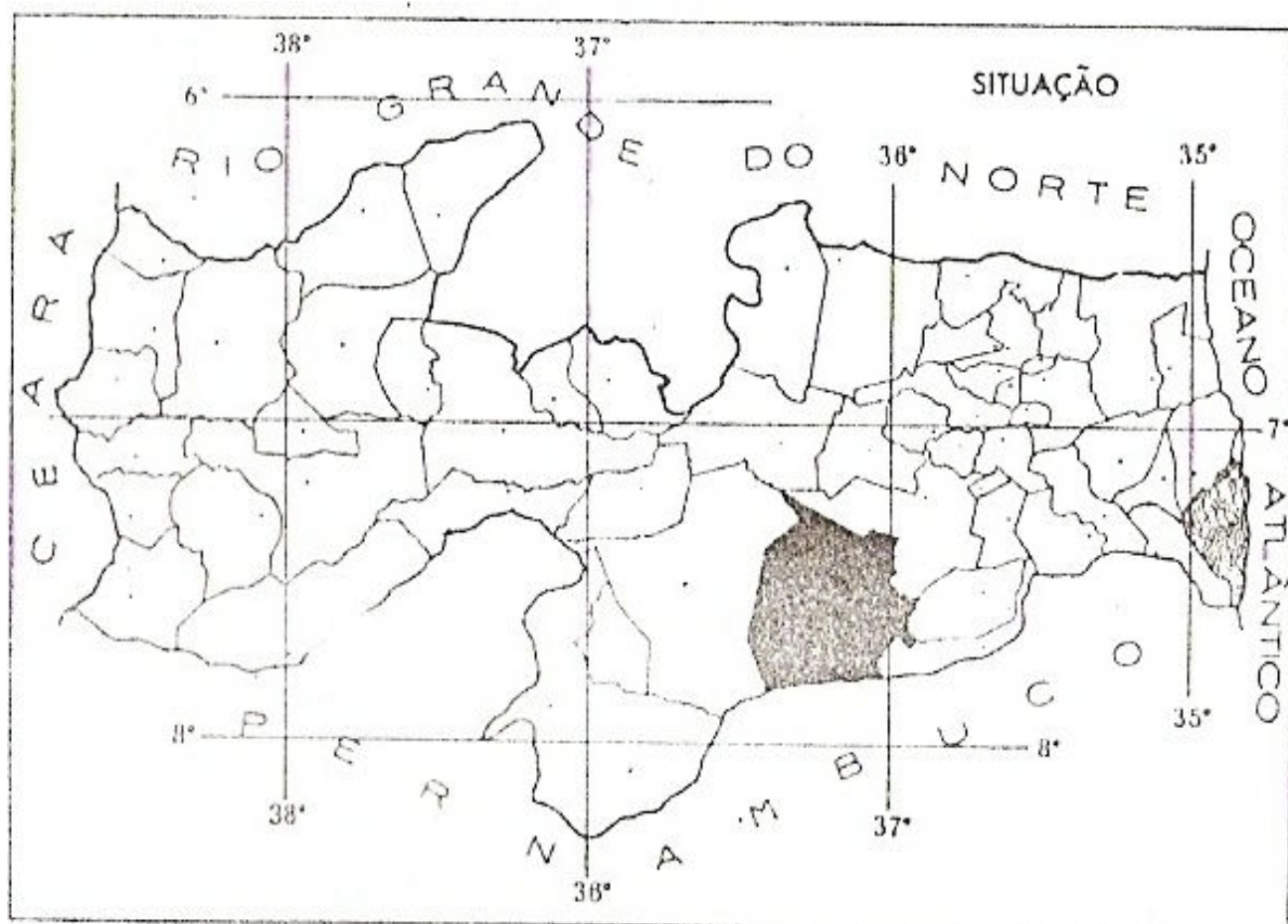
FÓRUM DR. JOÃO AGRIPINO FILHO, 3. ABR. 2008: DIA DA INUNDAÇÃO

Foto. 8. Até o dia da inundação pela águas do rio Taperoa os processos criminais, cíveis e testamentos, etc. estavam depositados nas salas do térreo do prédio. Funcionários retiram documentação recente.



Foto. 8. Do lado esquerdo, próximo a árvore, fica a porta para do depósito onde ficava os processos criminais por mim pesquisados. Os mesmos foram retirados antes da inundação.

MAPA – CABACEIRAS - PB



Posição do Município em relação a sua capital – I.B.G.E - 1955